

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DÁLIA MARIA MAIA CAVALCANTI DE LIMA



**O ESPAÇO DE TODOS, CADA UM NO SEU LUGAR:
O USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO LAZER
EM NATAL**



Natal, 2006

DÁLIA MARIA MAIA CAVALCANTI DE LIMA

**O ESPAÇO DE TODOS, CADA UM NO SEU LUGAR:
O USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO LAZER
EM NATAL**

Tese destinada à obtenção do título de doutora apresentada perante o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Profa. Dra. Beatriz Maria Soares Pontes.

Natal, 2006

Catalogação da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Lima, Dália Maria Maia Cavalcanti de.

O espaço de todos, cada um no seu lugar : o uso dos espaços públicos destinados ao lazer em Natal / Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima. – Natal, RN, 2006.

250 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Beatriz Maria Soares Pontes.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Espaço urbano – Tese. 2. Espaço público de lazer - Tese. 3. Segregação espacial – Tese. I. Pontes, Beatriz Maria Soares. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 711.558

DÁLIA MARIA MAIA CAVALCANTI DE LIMA

O ESPAÇO DE TODOS, CADA UM NO SEU LUGAR:
O USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO LAZER
EM NATAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima, para obtenção do título de Doutora. Orientadora: Prof^a Dra. Beatriz Maria Soares Pontes.

Este exemplar corresponde à redação final da tese apresentada à seguinte banca examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Titulares:

Dra. Beatriz Maria Soares Pontes (Professora Orientadora)

Dr. Jan Bitoun

Dra. Doralice Sátiro Maia

Dr. Edmilson Lopes Júnior

Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino

Para meus familiares, meus amigos e professores que me ajudaram durante a elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

O trabalho aqui desenvolvido foi fruto de vários anos de leituras, observações e debates, acerca do tema. No decorrer desse percurso, ocorreram momentos de solidão muitas vezes necessários a uma reflexão aprofundada sobre as questões mais polêmicas, como também houve momentos de agradável companheirismo, durante os quais as observações conjuntas dos fenômenos e o debate acerca das questões observadas contribuíram para a sistematização desta tese.

Alguns desses momentos foram disponibilizados pelo CEFET-RN, cuja carga de aulas foi reduzida pela metade para possibilitar a execução deste trabalho.

Quanto aos momentos de solidão, contei com a compreensão de meu companheiro Carlos José e dos meus filhos e neto, Veluzia, Cristiane, Carlos Eduardo e José Luiz.

Nos momentos de aprofundamento das questões tratadas, a Profa. Beatriz foi minha grande colaboradora.

Para os debates sobre os espaços públicos de lazer em Natal, nas constatações de problemas práticos dessa área, e ao lidar com as dificuldades de bibliografia, houve a participação dos colegas professores do Curso Tecnológico de Lazer e Qualidade de Vida do CEFET-RN, Lerson e Marcus.

Nas pesquisas de campo e no apanhado fotográfico, foi importante a ajuda dos alunos dos cursos superiores de Lazer e Geografia do CEFET-RN, Anderson, Andréa, Breno, Leonarda, Letícia, Maria de Lourdes, Mariama e Roberto, pois, sem eles, seria impossível a abrangência das pesquisas realizadas. Como também foi indispensável a colaboração da população residente nos diversos bairros, que se propôs a responder os formulários.

Contei ainda com a ajuda de colegas do CEFET-RN e UFRN para esclarecer dúvidas a respeito das linguagens aqui utilizadas, Aliete no Português, Beatriz no Espanhol, Zanoni no Inglês, Maria na computação e Liana na formatação científica.

Em todos os momentos fui impulsionada pela resultante de um conjunto de forças vitais que me levaram a caminhar a procura do aprofundamento de conhecimentos e na tentativa de propor idéias visando a uma sociedade melhor.

LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de. **O espaço de todos cada um no seu lugar**: o uso dos espaços públicos destinados ao lazer em Natal. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPGCS - UFRN, Natal, 2006.

RESUMO

A problemática atual da urbanização coloca questões delicadas referentes ao seu ritmo de crescimento, sua relação com o desenvolvimento econômico, o aparecimento de novas formas urbanas e sua relação com as novas maneiras de articulação capitalista. A compreensão espacial do lazer nas cidades apresenta-se, assim, como tema de grande importância para as sociedades contemporâneas. O interesse e a importância de tratar esse tema na cidade do Natal - enfocando-se a distribuição dos espaços públicos de lazer nos diversos bairros e sua utilização pelos seus habitantes - justifica-se pelo fato dessa capital apresentar um crescimento populacional surpreendente nos últimos anos, tendo uma expansão urbana desordenada que se reflete na carência de infra-estrutura urbana e numa forte segregação espacial. Foram feitas a verificação da disponibilidade de espaços públicos de lazer nos bairros e a identificação dos diversos fatores que interferem na utilização desses espaços, visando contribuir para a compreensão do fenômeno do lazer urbano, bem como, para o aprofundamento da discussão acerca da função social desses, que possibilite montar estratégias para a utilização de forma democrática desses espaços nas cidades. Para tanto foi necessária uma articulação teórica das questões pertinentes ao espaço urbano e ao lazer, que formam uma área epistemológica de interseção quando trata das questões referentes ao direito à cidadania, onde está contemplado o direito à cidade (à moradia e ao seu entorno). Os dados para que caracterizaram as vivências do lazer nos espaços públicos da cidade foram levantados em três fontes: nos documentos (plano diretor da cidade, planos de políticas públicas entre outros), nas entrevistas com a comunidade e nas observações diretas dos espaços de manifestações do lazer. A análise aponta que existe uma distribuição irregular dos espaços públicos de lazer, por bairro e Região Administrativa da cidade do Natal que apresenta relação com a segregação espacial por classe, existente na cidade, fruto da dinâmica econômica e práticas sociais aqui existentes. Constata-se ainda que a camada desprovida desses equipamentos de lazer não age espontaneamente, nem através de seus representantes e mandatários institucionais, em prol da distribuição de oportunidades nesses campos, possibilitando que a segregação continue em círculos viciosos, pois a própria segregação dificulta o encontro, a percepção das diferenças e o conflito, que podem ser resgatados numa nova forma de organização do cotidiano.

Palavras chaves: espaço urbano, espaço público de lazer e segregação espacial

LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de. **Lo espacio de todos cada un en sus sitios: los espacios públicos del ocio en Natal.** Tesis (Doctorado em Ciências Sociais) – PPGCS - UFRN, Natal, 2006.

RESUMEN

La problemática actual de la urbanización coloca cuestiones delicadas concernientes a su ritmo de crecimiento, su relación con el desarrollo económico, el apareamiento de nuevas formas urbanas y su conexión con las nuevas formas de articulación capitalista. Por eso, la comprensión espacial del ocio en las ciudades se presenta como tema de gran importancia para las sociedades contemporáneas. El interés y la relevancia de tratar este tema en la ciudad de Natal –enfocándose la distribución de los espacios públicos del ocio en los diversos barrios y su utilización por sus habitantes– se justifica por el hecho de que esta capital ha presentado un crecimiento poblacional sorprendente en los últimos años, con una expansión urbana desordenada que se refleja en la carencia de infraestructura urbana y en una fuerte segregación socio-espacial. Se realizó una investigación sobre la disponibilidad de espacios públicos de ocio en los barrios y sobre los diversos factores que interfieren en la utilización de los espacios públicos, con el objetivo de contribuir a la comprensión del fenómeno del ocio urbano, así como también profundizar la discusión acerca de su función social que posibilite montar estrategias para la utilización de forma democrática de estos espacios en las ciudades. Así, fue necesario efectuar una articulación teórica de las cuestiones pertinentes al espacio urbano y al ocio, que forman un área epistemológica de intersección cuando se trata de cuestiones referentes al derecho de la ciudadanía, donde está contemplado el derecho a la ciudad (a la vivienda y a su entorno). Los datos para caracterizar las viviendas de ocio en los espacios públicos de la ciudad fueron levantados de tres fuentes: en los documentos (plan director de la ciudad y planes de políticas públicas, entre otros), en las entrevistas con la comunidad y las observaciones directas a los espacios de manifestaciones de ocio. El análisis de los datos apunta que existe una distribución irregular en los espacios públicos de ocio, por barrio y región administrativa en la ciudad de Natal y que está relacionada con la segregación espacial por clase existente en la ciudad, producto de su dinámica económica y prácticas sociales. Se constata todavía que la camada privada de los equipos de ocio no actúa espontáneamente, ni a través de sus representantes y mandatarios institucionales, en pro de la distribución de oportunidades en estos campos, posibilitando que la segregación continúe en círculos viciosos, pues la propia segregación dificulta, el encuentro, la percepción de las diferencias y el conflicto que pueden ser rescatados en una forma de organización del cotidiano.

Palabras clave: espacio urbano, espacio público de ocio y segregación espacial.

LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de. **Everyone's space, each one in your place** : public spaces used for leisure in Natal. Thesis (Doctorate in Social Sciences) – PPGCS - UFRN, Natal, 2006.

ABSTRACT

In today's urbanization process, delicate questions related to its growing rate, relationship with economic development, the occurrence of new urban forms and the new ways of capitalist articulation emerge. The understanding of Leisure spaces issue in cities is a very important subject in contemporary societies. The interest and importance in dealing with this subject in Natal city – focusing public leisure spaces distribution around the city and its use by residents- justify itself by the fact that this capital presented a surprising population expansion in recent years. It turned out to be an unorganized expansion that has implications in lack of urban infra-structure and in an important spatial segregation. We carried out observations on the availability of public spaces for leisure and the identification of the diverse factors that interfere in the use of such spaces. This was made in order to contribute to the understanding of urban leisure phenomenon, as well as deepen the discussion over social function of these spaces, aiming the possibility of creating strategies for their democratic use in cities. To achieve this, we deal with theories that put together questions related to urban space and leisure and form an epistemological area of intersection between issues related to citizenship, the right of housing, urban spaces (cities) and their surroundings. The data we used to characterize the human experience of leisure in public spaces in cities were collected from three main sources: documents (city plan codes, public policies plan), interviews with communities and direct observation of leisure activities. The analyses lead to a conclusion that there is an irregular distribution of public spaces for leisure, considering different areas and administrative regions of Natal. This irregular distribution is related to space segregation by social class in Natal as a result of a local economical dynamics and social practice. We can also notice that the population not served by these leisure facilities does not act spontaneously, or by means of its representatives in order to achieve better distribution of opportunities in this particular area. This attitude creates a vicious circle as this segregation makes it difficult to encounter, to perceive the differences and conflicts witch could be processed as a new arrangement of quotidian life.

Keywords: urban space, public space for leisure, spatial segregation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| 01 - Pórtico na BR-101 | 126 |
| 02 - Pórtico na av. Roberto Freire | 126 |
| 03 - Sede do Tribunal Regional do Trabalho em Natal | 127 |
| 04 - Sede da Justiça Federal em Natal | 127 |
| 05 - Sede da igreja Universal do Reino de Deus | 128 |
| 06 - Shopping na av. Hermes da Fonseca | 128 |
| 07 - Quadra na rua das Cirandas | 156 |
| 08 - Associação Atlética de Nova Natal | 156 |
| 09 - Praça Barão de Mauá | 156 |
| 10 - Associação de Moradores em Pajuçara | 157 |
| 11 - Praça Pajuçara II | 157 |
| 12 - Campo na Avenida Mar do Norte | 157 |
| 13 - Campo no Conjunto Potengi, Rua Ilhéus | 158 |
| 14 - Área de lazer do Panatis I | 158 |
| 15 - Quadra na rua Estrela do Leste | 159 |
| 16 - Centro Social do Jardim Primavera | 159 |
| 17 - Campo na rua Tomaz Landim | 159 |
| 18 - Quadra na av. João Medeiros Filho | 160 |
| 19 - Centro Comunitário na Redinha | 160 |
| 20 - Praça no Jardim das Flores | 161 |
| 21 - Quadra na rua Vênus com a av. Tomaz Landim | 161 |
| 22 - Praça Élia Barros | 161 |
| 23 - Quadra na rua Baía Formosa | 165 |
| 24 - Quadra da rua João da Mata | 165 |
| 25 - Praça Claudianor de Andrade | 166 |
| 26 - Praça Pureza Moura | 166 |
| 27 - Clube de Mães de Nova Descoberta | 167 |
| 28 - Quadra na rua Amintas Barros | 167 |
| 29 - Praça na rua Gastão Mariz | 167 |
| 30 - Praça da Matriz | 168 |
| 31 - Quadra da rua Marechal Rondon | 168 |
| 32 - Praça de eventos, rua Presidente Juscelino Kubitschek | 169 |
| 33 - Quadra na rua Suassul | 169 |
| 34 - Quadra do Conjunto Jiqui | 170 |
| 35 - Praça Central de Neópolis | 170 |
| 36 - Calçadão na av. Erivam França, Ponta Negra | 171 |
| 37 - Canteiro central na av. Engenheiro Roberto Freire, Ponta Negra | 171 |
| 38 - Quadra no Conjunto Ponta Negra | 171 |
| 39 - Campo no interior da Vila de Ponta Negra | 171 |
| 40 - Praça da Caixa D'água no Conjunto Ponta Negra | 172 |
| 41 - Praça do Cruzeiro, Vila de Ponta Negra | 172 |
| 42 - Praça André de Albuquerque | 175 |
| 43 - Praça Padre João Maria | 175 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----|
| 44 - Praça Presidente Kennedy..... | 176 |
| 45 - Quadra da Casa do Estudante..... | 176 |
| 46 - Praça Augusto Severo..... | 177 |
| 47 - Praça José da Penha..... | 177 |
| 48 - Praça Mestre Francisco Valentim..... | 179 |
| 49 - Praça Olavo José Leite..... | 179 |
| 50 - Praça Pedro Velho..... | 180 |
| 51 - Palácio Djalma Maranhão..... | 180 |
| 52 - Campo de futebol João XXIII..... | 181 |
| 53 - Quadra em Mãe Luíza..... | 181 |
| 54 - Praça João XXIII..... | 182 |
| 55 - Praça Gentil Ferreira..... | 183 |
| 56 - Praça Pedro II..... | 183 |
| 57 - Quadra na rua Pajeús..... | 183 |
| 58 - Quadra do Centro Social das Quintas..... | 186 |
| 59 - Praça das Costureiras..... | 186 |
| 60 - Quadra localizada na rua Nascimento de Castro..... | 187 |
| 61 - Campo localizado na rua Carteiro Macedo..... | 187 |
| 62 - Praça Lima e Silva..... | 188 |
| 63 - Quadra Aristóфанes Fernandes..... | 188 |
| 64 - Campo improvisado na av. Bom Pastor..... | 188 |
| 65 - Quadra de Felipe Camarão..... | 189 |
| 66 - Campo improvisado pela população..... | 189 |
| 67 - Praça no conjunto Nova Vida..... | 189 |
| 68 - Praça Central - Ginásio de esportes..... | 190 |
| 69 - Pista de skate..... | 190 |
| 70 - Praça Laura Maia..... | 190 |
| 71 - Campo de futebol improvisado na rua do Norte com av. Central..... | 191 |
| 72 - Local onde deveria estar a quadra da rua do Norte com av. Central..... | 191 |

GRÁFICOS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 01 - Conservação dos Espaços Públicos de Lazer em Natal..... | 153 |
| 02 - Uso dos Espaços Públicos de Lazer em Natal..... | 196 |
| 03 - Existência de atividades de Lazer nos espaços públicos por Região Administrativa de Natal..... | 205 |
| 04 - Habitantes por Equipamentos Públicos de Lazer/ Renda Média por Habitantes..... | 215 |

MAPAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| 01 - Localização da cidade de Natal..... | 22 |
| 02 - Distribuição dos bairros pesquisados na cidade do Natal..... | 28 |
| 03 - Distribuição dos espaços públicos de Lazer em Natal por tipo..... | 217 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 01 - Evolução da População de Natal por Região Administrativa 1980-2005 | 24 |
| 02 - Praças por Região Administrativa em Natal/ Média de habitantes por praça..... | 147 |
| 03 – Conservação dos Espaços Públicos de lazer de Natal / respostas da população consultada por Bairro e Região Administrativa..... | 152 |
| 04 – Uso dos Espaços Públicos de lazer de Natal /respostas da população consultada por Bairro e Região Administrativa | 195 |
| 05 – Participação da comunidade na conservação e animação dos Espaços Públicos de Lazer em Natal/ respostas da população consultada por Bairro e Região Administrativa..... | 198 |
| 06 – Frequência de atividades nos Espaços Públicos de lazer de Natal/ respostas da população consultada por Bairro e Região Administrativa..... | 206 |
| 07 – Características socioambientais e disponibilidade de espaços públicos de lazer por Região Administrativa de Natal..... | 211 |
| 08 – Tipos de Equipamentos Públicos de Lazer por Região Administrativa de Natal/Média Habitante por equipamentos..... | 216 |

LISTA DE SIGLAS

AIPLAN-RN - Associação das Indústrias de Panificação e Confeitarias do Rio Grande do Norte

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH - Banco Nacional de Habitação

CEASA – Central de Abastecimento

CEFET-RN – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

CHESF - Companhia Hidrelétrica de São Francisco

COHAB-RN – Companhia de Habitação do Rio Grande do Norte

DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito

EMPROTUR – Empresa de Promoção do Turismo do Rio Grande do Norte

FEBEM – Fundação de Bem Estar do Menor

FINAM - Programa de Financiamento de Construção, Conclusão e Melhoria da Habitação de Interesse Social

FUNDHAP - Fundação da Habitação Popular.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INOCOOP - Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais

ITEP - Instituto Técnico de Polícia

MNRU - Movimento Nacional pela Reforma Urbana

OMC - Organização Mundial de Saúde

PAC - Plano de Ação Concentrada

PNCCPM - Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio

PROMORAR - Programa de Erradicação de Favelas

RN – Rio Grande do Norte

SEFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SEL - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

SEMSUR – Secretaria Municipal de Serviços Urbano

SEMURB – Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente

SENAI - Serviço Social da Indústria

SEMTAS - Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

SESC - Serviço Social do Comércio

SINDI-PAN - Sindicato dos Panificadores do Rio Grande do Norte

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TELERN - Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

USAID - United State Aid for Development

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 17 |
| 2 A REVISÃO DE TEORIAS E A EXPLICITAÇÃO DE CONCEITOS | 32 |
| 2.1 Urbanização e cidade | 35 |
| 2.2 A reprodução do espaço urbano, segregação socioespacial e possibilidades de mudanças | 42 |
| 2.2.1 O mercado : proprietários fundiários, as firmas e a produção imobiliária | 44 |
| 2.2.2 O Estado | 49 |
| 2.2.3 Os grupos de resistência local | 54 |
| 2.3 Espaço público como espaço de resistência nas cidades | 61 |
| 2.3.1 A apropriação privada dos espaços comuns | 66 |
| 2.3.2 A progressão das identidades territoriais | 67 |
| 2.3.3 O emuralhamento da vida social | 68 |
| 2.3.4 A violência urbana | 69 |
| 2.4 As possibilidades dos espaços públicos urbanos de lazer | 72 |
| 2.4.1 Tempo e espaço de lazer | 74 |
| 2.4.2 Espaços públicos de lazer nas cidades contemporâneas | 83 |
| 2.4.3 O poder público e as possibilidades dos espaços públicos urbanos de lazer | 88 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3 A DINÂMICA DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E A EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NATALENSES | 93 |
| 3.1 O contexto da evolução dos espaços públicos de lazer em Natal | 95 |
| 3.1.1 Da cidade espontânea ao planejamento higienista | 98 |
| 3.1.2 Da modernização à transformação com a II Guerra Mundial | 104 |
| 3.1.3 Do governo militar ao Movimento pela Reforma Urbana | 110 |
| 3.1.4 A pós-modernidade na cidade do Sol | 125 |
| 3.1.5 As perspectivas para a democratização dos espaços públicos de lazer em Natal | 131 |
| | |
| 4 A ANÁLISE DA REALIDADE ENCONTRADA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NOS DIVERSOS BAIRROS DE NATAL | 141 |
| | |
| 4.1 As principais características dos espaços públicos de Lazer por Região Administrativa em Natal | 145 |
| 4.1.1 Distribuição e acessibilidade | 146 |
| 4.1.2 Tipo de construção e manutenção dos equipamentos existentes | 148 |
| 4.1.2.1 Região Administrativa Norte | 154 |
| 4.1.2.2 Região Administrativa Sul | 162 |
| 4.1.2.3 Região Administrativa Leste | 172 |
| 4.1.2.4 Região Administrativa Oeste | 184 |
| 4.1.3 A segurança pública desses espaços | 192 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1.4 Participação popular: uso e conservação | 194 |
| 4.1.5 O Planejamento estatal e as intervenções urbanas e seus reflexos nos espaços públicos de lazer natalenses | 199 |
| 4.1.6 As diferenciações de uso dos espaços públicos destinados ao lazer pelas diversos segmentos sociais na cidade | 209 |
| | |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 220 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 233 |
| | |
| ANEXOS | 241 |

1 INTRODUÇÃO

As cidades e seus problemas têm se apresentado como tema recorrente para muitos que estudam a relação indivíduo-sociedade. A partir do desenvolvimento do fenômeno urbano, a cada ano, mais pessoas concentram-se nas cidades e nelas permanecem durante toda sua existência e, em sua maioria, nelas desempenham suas atividades de trabalho e seu lazer.

A problemática atual da urbanização coloca questões delicadas referentes ao seu ritmo de crescimento, sua relação com o desenvolvimento econômico, o aparecimento de novas formas urbanas e sua relação com as novas maneiras de articulação capitalista. Segundo Carlos (1994, p. 84):

O urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação) mas também as sociais, políticas ideológicas e jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social.

Nas sociedades modernas, a jornada de trabalho remunerado estrutura o tempo social. O número de horas de trabalho e sua distribuição no ciclo vital e nos ciclos anuais, mensais e semanais na vida das pessoas influem na maneira de como elas se sentem, divertem-se e sofrem de forma diferenciada nos diversos países e períodos históricos, e refletem a organização econômica, o estágio técnico, a intensidade de lutas sociais das regiões e dos lugares onde estão inseridos. Assim, o uso do tempo pelo cidadão está atrelado aos locais onde vive.

Como atualmente a maior parte das pessoas reside nas cidades, aumenta a necessidade de espaços destinados às diversas atividades pertinentes à vida humana no espaço urbano. Faz-se necessário que a terra urbana seja analisada, tendo em vista todas as funções que pode exercer, de modo a possibilitar boas condições de moradia, circulação, trabalho e lazer. A

compreensão espacial do lazer nas cidades apresenta-se, assim, como tema de grande importância para as sociedades contemporâneas.

O interesse e a importância de tratar esse tema na cidade do Natal - enfocando-se a distribuição dos espaços públicos de lazer nos diversos bairros e sua utilização pelos seus habitantes, justifica-se pelo fato de essa capital apresentar um crescimento populacional surpreendente nos últimos anos, tendo uma expansão urbana desordenada que se reflete na carência de infra-estrutura urbana e numa forte segregação socioespacial.

A verificação da disponibilidade de espaços públicos de lazer nos bairros e a identificação dos diversos fatores que interferem na utilização desses espaços, contribuem para a compreensão do fenômeno do lazer urbano, bem como para o aprofundamento da discussão acerca da função social desses, que possibilite montar estratégias para a sua utilização de forma democrática, nas cidades.

Para tanto, tornou-se necessária uma articulação teórica das questões pertinentes ao espaço urbano e ao lazer, que formam uma área epistemológica de interseção quando trata das questões referentes ao direito à cidadania, onde está contemplado o direito à cidade (à moradia e ao seu entorno).

Visando analisar as questões referentes ao lazer, foi feito um resgate do pensamento dos principais teóricos da área, que destacam o lazer como atividade que possibilite mudanças na sociedade. Sendo assim, foi considerada tanto a disponibilidade de tempo e espaço, quanto a qualidade das atividades desenvolvidas.

As reflexões sobre o lazer no Brasil, inicialmente, estavam fortemente relacionadas ao esporte e às atividades físicas. A partir do final da década de 1960, as discussões relacionadas com o lazer ampliam-se e surge uma tendência de tratar o assunto de forma mais crítica. Após a década de 1990, desenvolvem-se, também, as iniciativas voltadas à organização de uma “indústria do lazer e do turismo”, como já ocorrera em outros países. Atualmente, alguns

autores brasileiros passaram a tratar o lazer como fenômeno social, decorrente das relações sociais e direito de todos, passando assim a ser alvo de intervenções de políticas públicas.

Em Natal, os estudos anteriores feitos sobre os espaços de lazer enfatizam os aspectos do lazer turístico, ou as questões referentes às áreas verdes disponíveis, ou ainda, estão voltados principalmente para a implantação e viabilidade de projetos arquitetônicos, deixando abertas, entre outras questões, as que se referem: ao direito ao entorno; ao tipo de possibilidades de utilização desses equipamentos pela população e à democratização do uso dos mesmos.

Para elaborar a análise dos espaços urbanos de lazer em Natal, foi necessário resgatar, também, as principais concepções que marcam o pensamento sobre a cidade, o que implica a seleção das principais idéias a respeito do assunto, ressaltando o pensamento dos autores clássicos que tratam o tema, bem como das abordagens atuais.

O conhecimento aqui sistematizado sobre a cidade foi elaborado a partir das várias especialidades da ciência urbana, incluindo a Sociologia, a Economia, a Arquitetura e Urbanismo, e a Geografia, enfatizando-se o pensamento de autores que tratam a cidade num contexto de totalidade mais amplo, autores interessados em fatos históricos e que estudam o fenômeno urbano como produto de diversas causas econômicas, políticas e sociais. Compreendem que a cidade deve ser entendida a partir de uma visão ampla, onde os diversos olhares não se excluam e, sim, ampliem o horizonte em prol de uma maior apreensão dos fenômenos urbanos.

A análise marxista, repensada por autores que dão ênfase ao fenômeno urbano de uma forma mais abrangente, será aqui priorizada em prol da explicação de como se estrutura o espaço nas cidades. Isso se deve ao esforço teórico de seus adeptos em procurar incluir, de uma forma adequada, os tradicionais conceitos marxistas à análise do espaço na atualidade.

As teorias urbanas que têm por base a análise marxista, ao tratarem o fenômeno urbano como um conjunto de elementos e não como fenômeno autônomo, permitem articular dois processos que estruturam o espaço: o conflito de classes e a lógica da acumulação capitalista. Serão utilizados principalmente os teóricos considerados críticos, perante o uso ortodoxo da teoria marxista, os quais procuram melhor explicar a atualidade, num repensar dessa teoria.

Para esses teóricos, as mudanças socioespaciais na cidade são reguladas pela lógica da acumulação de capital, e o resultado desse processo numa sociedade capitalista é o desenvolvimento de desigualdade e injustiça sociais que são distribuídas tanto espacial quanto demograficamente. O crescimento desigual é considerado intrínseco à natureza capitalista do desenvolvimento.

Nesse sentido, a análise da distribuição dos espaços de lazer na cidade de Natal implica a compreensão das características dos processos econômicos que desencadearam a urbanização de uma forma geral, além das peculiaridades existentes nessa cidade, sendo indispensável compreender tanto o contexto mundial quanto o próprio processo de urbanização do País nos seus aspectos regionais e locais.

Para análise do processo de urbanização e da formação das cidades no Brasil foi enfatizado o suporte teórico fornecido por Santos (1999), Carlos (1994), Villaça (1998), Ribeiro (1997) e Corrêa (1997).

Segundo Santos (1998), todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas em suas organizações internas que partem de um problema estrutural que perpetua seus problemas, existindo, no entanto, uma tendência crescente à diferenciação e à complexidade destes, tendo, como elementos influenciadores, o seu tamanho, tipo de atividades e região em que se inserem.

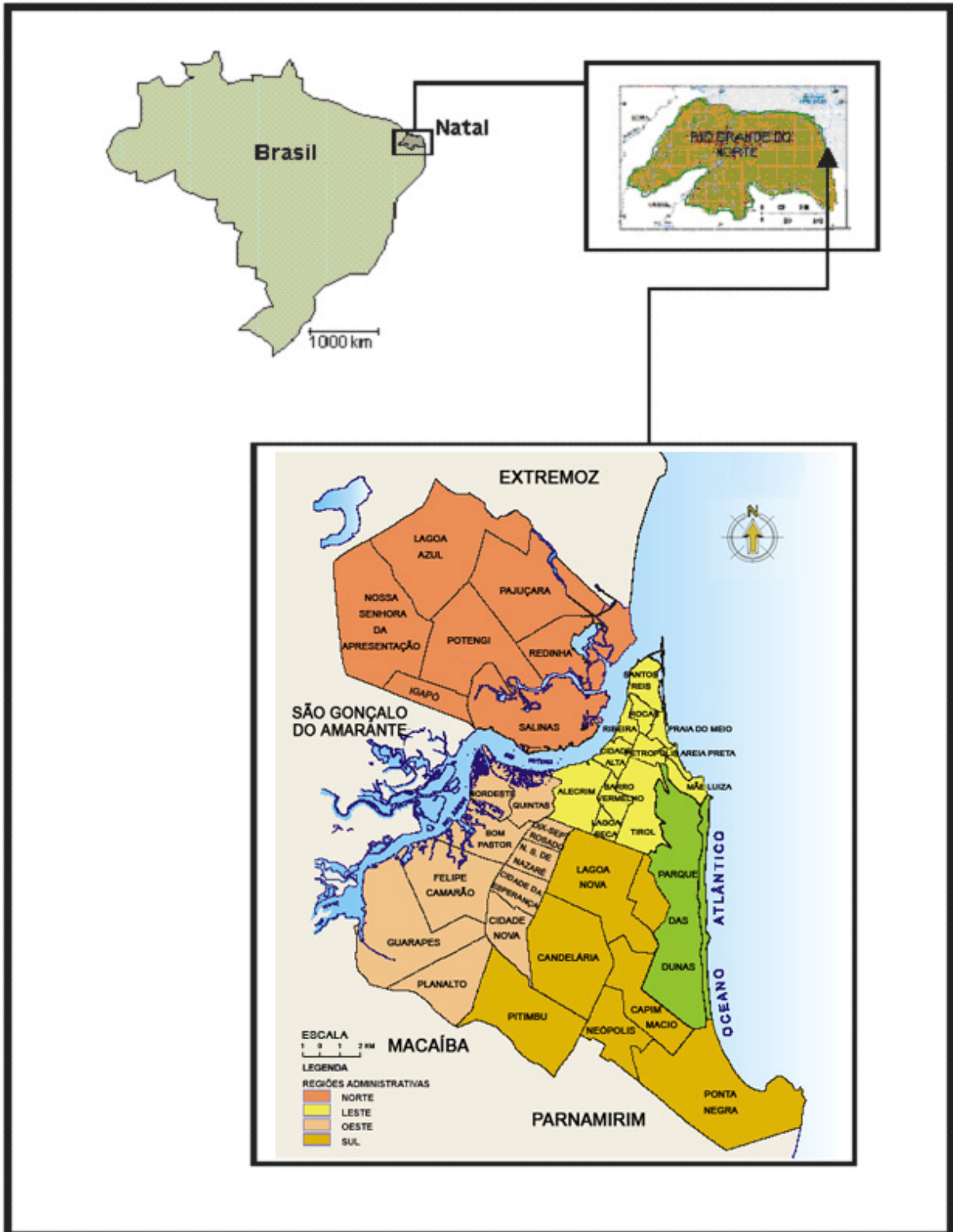
Referindo-se a uma metodologia apropriada para a análise do espaço habitado, Santos (1997) propõe uma definição operacional do espaço fundada no real que contemple tanto a configuração territorial – arranjo sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social, quanto à dinâmica social – conjunto de variáveis econômicas, culturais e políticas que definem a sociedade em um dado momento.

Assim torna-se indispensável, ainda, uma periodização para melhor compreensão do valor das características encontradas em determinados momentos, sua permanência ou não no momento presente, bem como o papel do poder público na evolução dessas características – levando em conta os diversos níveis de intervenção global e local sobre o território, o que permite reconhecer tendências e possibilidades (SANTOS, 1997).

Far-se-á uso aqui das bases de análise do espaço habitado, propostas por esse autor, o que levará a abordar as características específicas da cidade como de fundamental importância para a compreensão do fenômeno estudado.

Nesse sentido, a localização de Natal é um fator importante para entender-se as questões pertinentes ao processo de organização de seu espaço. O município do Natal é considerado totalmente urbanizado, onde essa cidade tem o papel de sede municipal e capital de um dos menores estados brasileiros, o Rio Grande do Norte. Encontra-se na Região Nordeste do país, na esquina do continente em relação ao Oceano Atlântico (Mapa 01).

Historicamente a sua localização tem sido uma preocupação constante dos que pretendem exercer o poder sobre esse espaço, desde os portugueses na época colonial, os norte-americanos como extensão do seu próprio território durante a II Guerra Mundial, até as camadas dominantes do nosso próprio país, que mantêm, constantemente, fortes contingentes militares aqui e incentivam novos projetos como a criação da Barreira do Inferno.



Fonte: Mapa básico IDEMA, 2001. Complemento NATAL, SEMURB, 2005.

Mapa 01 – Localização da cidade de Natal.

Hoje, a apropriação de determinadas praias urbanas de Natal por estrangeiros, que compram imóveis nesses locais para investimentos turísticos ou imobiliários, representa um fato notório na cidade. Para Lopes Júnior (1997, p. 11): “o mosaico de mundos e cores que formam Natal, onde o verde do Parque das Dunas e o azul de Ponta Negra sobressaem, é a base da construção social da identidade urbana da cidade que se pretende um dos principais destinos turísticos do litoral nordestino”.

Outra característica importante dessa cidade é o seu crescimento populacional, fruto do êxodo rural e da migração no estado, e intensificada pelo crescimento do setor terciário. Esse crescimento, atrelado ao tipo de planejamento urbano local, torna a cidade concentradora de pobreza e com grandes carências de infra-estrutura urbana.

Mesmo dispondo de melhor infra-estrutura que outras cidades do estado, Natal apresenta uma demanda por elementos infra-estruturais maior que a oferta, e uma discriminação da quantidade e qualidade da oferta entre os bairros. Entre esses, os mais carentes são, principalmente, os bairros pobres de periferia, os que mais recebem pessoas, caracterizando a cidade também como uma área urbana de forte segregação socioespacial.

Segundo Felipe (1994), no estado do Rio Grande do Norte, Natal e Mossoró foram cidades privilegiadas pelas políticas e programas governamentais, recebendo recursos oriundos de programas de investimento urbano em capitais e cidades de porte médio.

Entre estes programas destacam-se o Projeto Cura, o Distrito Industrial, os conjuntos habitacionais e os transportes urbanos, que exerceram um papel de polarização, atraindo grande fluxo migratório, sempre acima de sua capacidade real de absorção desse contingente no mercado de trabalho. “Nesse sentido, Natal é o lugar dos desesperados, dos trabalhadores, que migram para a capital do Estado, na esperança de melhora de vida, de recuperar o sonho perdido” (FELIPE, 1994, p. 10).

Em Natal, nas últimas décadas, a concentração de serviços e a ampliação da economia terciária, juntamente com as atividades ligadas ao turismo, tornam-se fato econômico importante, intensificando ainda mais a urbanização.

Amplia-se, também, a diferença entre o crescimento populacional das diversas regiões administrativas (Tabela 01) e intensifica-se a diferenciação quanto ao tipo dessas. Observa-se, na Região Norte, uma tendência de variação de crescimento positivo com taxa muito acima da média da cidade, enquanto, na Região Leste, esse índice é negativo.

Ocorre, ainda, um processo de verticalização acelerado nos bairros das Regiões Leste e Sul e uma crescente ocupação do litoral por equipamentos turísticos, enquanto nas Regiões Norte e Oeste proliferam as habitações da população de baixa renda, confirmando a existência de uma segregação espacial por classe (MINEIRO,1998).

Tabela 01 – Evolução da população de Natal por Região Administrativa – 1980/2005

| Região/Anos | 1980 | 1991 | 1996 | 2000 | 2005* |
|-------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| NORTE | 40.479 | 146.935 | 206.115 | 244.743 | 291.253 |
| SUL | 92.415 | 145.253 | 148.871 | 155.882 | 165.978 |
| LESTE | 142.663 | 128.772 | 114.453 | 116.106 | 117.893 |
| OESTE | 141.474 | 185.906 | 186.591 | 195.58 | 209.914 |

Fonte: SEMURB, 2005, com base nos dados IBGE, 2000.

*Nota: Estimativa 2005, onde os dados apresentados SEMUR seguem o método de tendência de crescimento demográfico indicado pelo senso 2000.

É certo que a infra-estrutura apresenta-se deficiente em toda a cidade, por não acompanhar a demanda da expansão urbana existente, e constata-se, também, que os bairros ocupados pelas classes privilegiadas e os locais onde predomina a atividade turística são dotados de melhor infra-estrutura, enquanto os bairros periféricos pobres sofrem com a maior carência na quantidade e qualidade desses serviços, existindo grandes diferenças em relação ao esgotamento sanitário, ao abastecimento de água, à pavimentação de ruas, às linhas de transporte coletivo, entre outros.

Quanto ao dimensionamento e distribuição dos equipamentos públicos de lazer, nota-se que, em Natal, os equipamentos e programas proporcionados pelo poder público para esse fim estão distribuídos irregularmente nos diversos bairros da cidade, bem como apresentam problemas no que se refere à sua conservação. Pode-se observar, ainda, uma inadequação dessas áreas às configurações espaciais dos bairros (LIMA, 2002).

Mesmo tendo as praias como áreas públicas propícias ao lazer, percebe-se que a maioria das camadas mais pobres da população não mora nas proximidades das mesmas, e que nos bairros mais distantes dos centros de produção e consumo, os espaços públicos são negligenciados, evidenciando-se a ausência de calçadas, praças e parques.

Considera-se relevante, então, a análise dessas diferenciações espaciais de infraestrutura, particularmente a distribuição por bairros dos espaços públicos que possibilitem atividades lúdicas à população em geral. Também é importante abordar a utilização dos espaços públicos de lazer pelos segmentos que compõem a sociedade natalense, tendo em vista que, nesta cidade, existe uma segregação espacial que pode influenciar no uso diferenciado desses equipamentos, devido à diversidade das carências existentes entre estes segmentos sociais quanto aos equipamentos públicos disponíveis.

O interesse em pesquisar este tema nasceu das atividades docentes desenvolvidas no curso tecnológico de Lazer e Qualidade de Vida oferecido pelo CEFET-RN, nas disciplinas Lazer e Meio Ambiente e Lazer e Urbanismo. Nessa oportunidade, verificou-se a carência de estudos referentes ao tema no Rio Grande do Norte, principalmente na cidade do Natal, uma vez que, como já referido, as pesquisas encontradas sobre o lazer tratam basicamente da construção de equipamentos ou estão voltadas para a atividade turística. Percebe-se, assim, que essa área de conhecimento carece de pesquisas científicas que dêem ênfase ao uso dos equipamentos de lazer pela população residente na cidade, bem como apontem parâmetros para o planejamento em prol da democratização dos mesmos.

Dessa maneira, a pesquisa ora apresentada pretende contribuir para a compreensão do ordenamento e gestão do território urbano, analisando a segregação espacial do lazer em Natal nas suas dimensões econômica, social e política, que sirva de suporte para outras análises referentes à temática urbana do lazer, tanto no âmbito do próprio estado do Rio Grande do Norte, quanto de natureza geral em cidades que passem por processos semelhantes de organização espacial.

Os principais questionamentos que nortearam toda a pesquisa foram: Quais os principais fatores que interferem na distribuição dos espaços públicos de lazer em Natal? Como a segregação socioespacial por bairros existente na cidade do Natal se reflete na utilização dos espaços públicos de lazer pela população? De que forma o poder público, possibilita o aproveitamento do tempo livre pelos natalenses?

Com o intuito de compreender essas questões, foi feita a análise dos equipamentos públicos de lazer existentes em diversos bairros da cidade do Natal, e estabelecida a relação das características destes com as condições da população residente. Foram também identificados os diversos fatores espaciais urbanos que determinam os usos dos espaços destinados ao lazer (localização, acessibilidade, equipamentos, animação), o que permitiu estabelecer relações entre esses espaços e os segmentos sociais que os freqüentam, bem como refletir sobre os equipamentos públicos de lazer e sua função social, e propor estratégias no âmbito municipal que possibilitem a utilização, de forma democrática, desses equipamentos de lazer em Natal.

No âmbito desta pesquisa, as praças, os ginásios poliesportivos, os teatros e espaços culturais, as quadras, os centros sociais e os parques são objetos de investigação. Os espaços públicos são tratados como locais destinados ao uso social, e por não serem propriedades privadas, são fundados nas normas que regulam a convivência entre pessoas diferentes.

Para esta pesquisa, foram tratados como espaços públicos de lazer os de uso geral e os usualmente administrados pelos poderes municipal, estadual e federal. Os equipamentos e espaços de lazer, aqui apresentados, confundem-se quanto a sua destinação, pois esses espaços são suportes para os equipamentos e mobiliários em função dessa atividade (SANTINI, 1993).

A amostra tomou como referência básica os espaços públicos de lazer dos bairros enquanto dimensão material das manifestações dessa atividade em Natal-RN. Serão analisados 24 (vinte e quatro) dos 36 (trinta e seis) bairros da cidade, sendo 6 (seis) bairros de cada uma das quatro regiões administrativas. A escolha dos espaços públicos de lazer em diversos bairros da cidade visa abranger um maior número de características socioespaciais em prol da análise proposta. Foram selecionados os bairros que apresentam características semelhantes aos do entorno, ou os que contêm peculiaridades a serem destacadas. Entre os quatro bairros praianos da cidade, foram escolhidos dois deles: Ponta Negra, na Região Administrativa Sul e Redinha, na Região Administrativa Norte.

Os critérios de escolha dos espaços públicos de lazer caracterizados foram o tamanho, a importância histórico-cultural e a localização. Dentre eles, foram priorizados os maiores, considerando-se também os que apresentam importância no contexto atual e histórico dos bairros e da cidade. A amostra tomou como referência básica os espaços públicos de lazer dos bairros enquanto dimensão material que possibilitam as manifestações dessa atividade em Natal-RN.

Como base cartográfica, foi tomado o mapa de delimitação de bairros do município (Mapa 02), elaborado pela Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo do município do Natal.



Fonte: Mapa base Natal, SEMURB, 2005.

Mapa 02: Distribuição dos bairros pesquisados na cidade do Natal.

A escolha desses espaços, distribuídos pelos diversos bairros do município do Natal, visa abranger a maior diversidade de características socioespaciais, a fim de possibilitar uma análise mais precisa da relação entre a segregação espacial por classes e a distribuição dos espaços de lazer na cidade.

Para estabelecer as relações entre as forças espontâneas e dirigidas que interferem na implantação e utilização desses locais, foram analisadas as características desses espaços, referentes às forças do mercado e à evolução dirigida ou planejada pelo Estado. Para identificar os lugares, seu contexto e seu uso, foi elaborada uma caracterização dos espaços públicos de lazer do município do Natal, previamente selecionados, utilizando-se registros fotográficos e fichas de observação.

A pesquisa documental, utilizando documentos elaborados pela Secretaria de Planejamento Urbanístico e Ambiental do Município do Natal possibilitou a coleta de informações sobre dados básicos dos bairros da cidade. Foram pesquisados os instrumentos legais que incidem sobre os bairros de Natal, que são utilizados dependendo das necessidades apontadas pelos locais. Foram compiladas, ainda, informações jornalísticas a respeito dos compromissos firmados pelo poder público com a população em relação a projetos referentes aos espaços públicos de lazer na cidade.

Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas não-diretivas, concedidas pelos agentes sociais (ANEXO A) e representantes dos órgãos públicos (ANEXO B), formulários aplicados à população (ANEXO C) e fichas de observações das principais características dos espaços públicos pesquisados (ANEXO D). As informações obtidas foram analisadas a partir do tratamento dos dados.

O recorte temporal partiu do presente, sem, no entanto, deixar de analisar o processo de construção histórica desses espaços. Isto implica o resgate da história da urbanização,

levando em conta os elementos das políticas públicas no âmbito do município, bem como os fatores externos que possibilitem a realidade observada.

O primeiro capítulo trata de introduzir à tese, apresentando de maneira sucinta, o recorte temático e sua importância, a abordagem metodológica utilizada e os principais questionamentos propostos. Conteúdos que no decorrer do trabalho foram aprofundados.

Na sistematização da pesquisa, o segundo capítulo destaca algumas considerações teóricas importantes para o entendimento do objeto empírico, que é a utilização dos espaços públicos de lazer na cidade do Natal, na atualidade.

Foi tratada inicialmente a urbanização como processo social e da importância do fenômeno urbano na sociedade contemporânea, e foram enfatizadas questões que se referem à cidade como forma espacial, sua organização e sua territorialidade, evidenciando, entre as características atuais das cidades contemporâneas, a segregação e a desigualdade na distribuição da infra-estrutura urbana, a falta de democratização do uso do solo urbano no que se refere à habitação e ao entorno, analisando suas causas e sua relação com a estrutura da sociedade e o sistema capitalista em sua forma atual.

Ao abordar o direito ao entorno, foi focado o direito aos espaços públicos, tratando-se suas possibilidades, principalmente aquelas realizadas pelo cidadão no tempo livre do trabalho que se desenvolvem como ações políticas, lúdicas e culturais, e que trazem para esses espaços um papel relevante na resistência baseada na solidariedade, nas potencialidades e na coexistência do lugar frente às forças do capital na forma em que se apresenta.

O terceiro capítulo trata da dinâmica das transformações socioespaciais ocorridas historicamente nos espaços públicos na cidade do Natal e sua contextualização no cenário urbano nacional e internacional.

Inicialmente apresenta uma articulação entre o processo histórico da urbanização de Natal e o contexto da urbanização brasileira, que possibilitou entender os fatos atuais e faz um resgate da organização dos espaços públicos de lazer e o planejamento urbano na cidade.

O quarto capítulo foi dedicado à apresentação dos resultados da pesquisa referentes aos espaços públicos de lazer, distribuídos nas quatro zonas administrativas da cidade: Norte, Sul, Leste, Oeste.

Esse diagnóstico é composto da apresentação das fotos e das observações físico-paisagísticas por bairro como: localização, conservação, acessibilidade em relação aos limites administrativos dos referidos bairros, bem como questões referentes ao uso dos referidos espaços, apontadas pelo resultado dos questionários aplicados à população residente em cada um deles. A análise da situação encontrada foi elaborada a partir do estabelecimento de articulações entre esses dados e a produção da cidade de uma forma geral, e a possibilidade de utilização dos espaços públicos de lazer pelos moradores dos diversos bairros da cidade, tomando como base os principais fatores que influenciam esses espaços e que se refletem no seu uso diferenciado pelos moradores dos diversos bairros da cidade.

Foram feitas ainda reflexões sobre as tendências da evolução dos espaços destinados ao lazer em Natal, e as perspectivas para a democratização dos espaços públicos de lazer na cidade. Essas reflexões estão embasadas na análise da realidade encontrada, apontada pelos dados referentes às diversidades de infra-estrutura urbana para o lazer.

Finalmente, foram elaboradas considerações sobre as questões referentes à organização e planejamento dos espaços públicos de lazer nas cidades, no intuito de aprofundar as discussões sobre o tema.

2 A REVISÃO DE TEORIAS E A EXPLICITAÇÃO DE CONCEITOS

Neste capítulo, são destacadas algumas considerações teóricas importantes para o entendimento do objeto empírico desta tese que é a utilização dos espaços públicos de lazer na cidade do Natal, na atualidade.

Aborda, de partida, a urbanização como processo social e a importância do fenômeno urbano na sociedade contemporânea, e enfatiza as questões que se referem à cidade como forma espacial, sua organização e sua territorialidade. Evidencia, entre as características atuais das cidades contemporâneas, a segregação socioespacial, as desigualdades na distribuição da infra-estrutura urbana e a falta de democratização do uso do solo urbano, no que se refere à habitação e ao seu entorno, e analisa suas causas e sua relação com a estrutura da sociedade e o sistema capitalista em sua forma atual.

Refletir sobre a democratização do solo urbano remete ao direito à cidade e às questões diversas referentes à cidadania e à participação democrática. A ênfase dada nesta tese diz respeito principalmente aos direitos à habitação e seu entorno. Para Lefebvre (2001b, p. 135):

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participativa) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

Existe uma relação direta entre as questões referentes ao direito à cidade, a segregação socioespacial existente na cidade e as desigualdades na distribuição da infra-estrutura urbana, pois as diferenciações de condições existentes nos diversos locais da cidade representam também diferentes possibilidades de vida nesses diversos espaços, onde os menos favorecidos necessitam de melhor qualidade tanto na habitação, quanto do seu entorno.

Nas cidades existem tendências de unidades urbanas caracterizadas por variáveis sociais, econômicas, espaciais e culturais, que se refletem no habitar. A segregação

socioespacial é o agrupamento de residências de pessoas que dispõem de somas de capital, formação cultural e capacidades físicas equivalentes, em determinadas áreas da cidade. Essas diversas localidades apresentam possibilidades desiguais conforme os diferentes pontos do espaço onde se localizam.

A escolha do local de residência não ocorre de forma autônoma por parte dos indivíduos enquanto consumidores e, sim, apresenta-se como um meio de reprodução das relações de classe já existentes na sociedade. As restrições ou privilégios, em vários aspectos da vida existentes em certos locais da cidade, quanto ao transporte, à infra-estrutura, ao lazer etc, provocam menor possibilidade de mudanças nas suas condições de vida.

O Estado interfere nesse processo, ao atuar sobre o espaço, como regulador do desenvolvimento do uso da terra e na distribuição da arrecadação tributária em forma de artefatos, que, muitas vezes, beneficiam determinados locais em detrimento de outros. A má distribuição dos serviços coletivos privilegia, em geral, a dinâmica econômica em vez da vida social. Isso interfere na distribuição desigual dos investimentos em infra-estrutura. Nesse sentido, a segregação socioespacial reflete as diferentes condições encontradas pelas classes sociais para estabelecer moradia nas cidades.

A análise da distribuição das classes sociais é ampliada atualmente a partir do entendimento da existência de uma nova fronteira entre elas, que modificam a proposta da teoria marxista dogmática, considerando-se que atualmente existem grupos diferenciados na sociedade, não só a partir do econômico, mas também a partir de suas possibilidades de participação políticas, onde a acumulação política reúne a acumulação simultânea da riqueza e do saber.

Segundo Lefebvre (2001b) uma classificação ampla distingue três camadas na sociedade formando uma pirâmide. No topo da pirâmide existe uma camada superior participante da gestão, do poder e da oposição política, a que corresponde o “*establishment*” e

a elite. Comporta dirigentes de empresas, grandes capitalistas, altos funcionários, bem como profissionais ditos liberais.

Uma camada média, maior que a anterior, que recebe uma parte variável dos frutos do crescimento econômico, denominada classe média, é composta de uma diversidade de grupos. Entre eles estão camponeses proprietários, empreendedores, parte dos assalariados, funcionários e burocratas.

E uma camada inferior muito grande que engloba a maioria dos assalariados (muitos funcionários e trabalhadores manuais), os pequenos camponeses e artesãos, além dos desempregados e subempregados. Esses são os excluídos dos benefícios do crescimento. As frações de excluídos são os principais necessitados das políticas públicas.

A distribuição dos investimentos em infra-estrutura nas cidades obedece à lógica dos que comandam essa distribuição criando privilégios, enobrecendo bairros, modernizando e reservando os frutos da modernização a um circuito restrito dotado de renda. No oposto, ficam os bairros habitados por moradores de baixa renda, com pouco poder e mínima influência nas tomadas de decisão do Estado. O planejamento urbano atua como um elemento de organização de mercado, influenciando nos preços das moradias, reforçando a segregação socioespacial.

Assim, os grupos que atuam como forças estruturantes do capital na cidade reproduzem a segregação socioespacial nas suas atuações pela apropriação das vantagens do espaço construído e representam uma força poderosa que age sobre a estruturação urbana.

Ao abordar o direito ao entorno e a infra-estrutura disponível nos diversos bairros da cidade de Natal, são enfocados os direitos aos espaços públicos de lazer e suas possibilidades, destacando-se aquelas realizadas pelo cidadão no tempo livre do trabalho, que se desenvolvem como ações políticas, lúdicas e culturais, e que trazem para esses espaços um

papel relevante na resistência baseada na solidariedade, nas potencialidades e na coexistência do lugar frente às forças do capital na forma que se apresenta atualmente.

2.1 Urbanização e cidade

O fenômeno de urbanização, que se desenvolve com a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX), a partir do século XX, torna-se global e, hoje, a população urbana cresce num ritmo muito mais rápido do que a totalidade da população mundial. O intenso fluxo populacional provocou o crescimento das cidades – primeiro na Europa e nos Estados Unidos e, mais recentemente, esse fenômeno se amplia em todo o planeta.

O termo urbanização refere-se aqui, ao mesmo tempo, à construção de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico.

O urbano, nesse sentido, é uma forma espacial de ocupação do espaço por uma população, tendo como características uma forte concentração de pessoas e atividades, e uma grande diferenciação funcional e social (CASTELLS, 2000a).

No decorrer da história, as cidades sofreram grandes transformações, tanto no seu papel quanto na sua forma. O papel de antigo local de trocas de excedentes muda com o nascimento da indústria, que a torna centro da produção e do consumo e, na atualidade, acrescenta-se também a ela o papel de líder do processo de inovações tecnológicas.

As cidades, além de apresentarem as características gerais decorrentes da produção em um determinado momento histórico, também estão intimamente ligadas à problemática do desenvolvimento, tanto técnico-econômico, quanto às transformações qualitativas das estruturas sociais.

Atualmente, a interação entre a nova tecnologia da informação e os processos de transformação social têm um grande impacto nas cidades e no planejamento urbano. Essas transformações apresentam, no entanto, variações consideráveis, dependendo dos contextos históricos, territoriais e institucionais.

O nível de desenvolvimento entra, assim, como componente de análise do espaço urbano, visto que os problemas sociais são mais graves onde há menor desenvolvimento econômico. A urbanização pode, então, ser compreendida enquanto processo social, a partir das especificidades históricas e regionais articuladas ao esquema geral da análise econômica mundial.

Nos países sedes da economia mundial, a urbanização apresenta diferenças dos países periféricos, pois os países com maior desenvolvimento apresentam o crescimento urbano relacionado à maior concentração financeira, comercial e industrial e ao grau de especialização dessas atividades.

As cidades dos países periféricos crescem, principalmente, pelo fato de pessoas para aí se deslocarem à procura de emprego, o que provoca uma justaposição de uma massa da população anteriormente já existente a uma massa crescente de população não empregada, e sem função precisa na sociedade urbana. Em relação à América Latina, Castells afirma (2000a, p. 106) :

A urbanização na América Latina não é uma expressão de um processo de ‘modernização’, mas a manifestação, ao nível das relações sócio-espaciais, da acumulação das contradições sociais inerentes a seu modo de desenvolvimento – desenvolvimento por uma dependência específica no interior do sistema capitalista mundial.

A urbanização latino-americana atual caracteriza-se, assim, pelo aumento da população urbana desarticulada com o nível de produtividade; ausência de relação direta entre emprego e crescimento urbano; falta de empregos e serviços para as novas massas urbanas; grande desequilíbrio da rede urbana em relação à aglomeração populacional; aceleração

crecente do nível de urbanização com maior concentração de pobres nas cidades e aumento da segregação das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo. Porém, na própria América Latina, existe diferenciação entre a forma de urbanização no interior de cada país, que depende da sua inserção local na economia global e das características de gestão dos seus territórios.

Para análise do fenômeno urbano, levando em consideração a sua complexidade, são abordados alguns autores que têm um entendimento das cidades num contexto de totalidade mais amplo. Para isso, busca-se fundamentação teórica naqueles interessados em fatos históricos e que estudam os fenômenos urbanos interligados aos fenômenos econômicos, políticos e sociais. São tomadas de partida, algumas idéias de Max Weber (1864-1920) e as de Karl Marx (1818-1883), pela diversidade paradigmática encontrada em suas teorias e influência destas nas ciências sociais até os dias atuais.

A cidade é tratada por Marx e Weber como um aspecto particular de um problema geral. Para esses teóricos, ela não representa uma totalidade em si mesma, sendo considerada como produto de diversas circunstâncias e forças históricas. Eles a analisam historicamente e tratam a questão urbana e a política como realidades inter-relacionadas, articulando o modo de habitar e a forma de participar. Enfatizam o papel da cidade como mercado; Weber enfatiza a troca de mercadorias (mercado de bens e mercadorias) e Marx acrescenta o mercado de trabalho (a concentração de mão-de-obra e o exército de reserva).

Enquanto para Marx, a cidade apresenta uma concretude histórica, imputando um papel histórico à cidade industrial do século XIX, Weber concebe-a partindo de um tipo ideal, caracterizada por constituir-se em mercado e por possuir autonomia política, onde a cidade medieval ocidental é a que tem mais importância em seus estudos.

Outros teóricos pensam a cidade num outro sentido, numa abordagem ecológica – a Escola de Chicago –, partindo do pressuposto de que a cidade é uma variável independente,

como uma força capaz de gerar, por sua influência, diferentes efeitos na vida social. Essa Escola defende uma perspectiva comportamental, onde a ecologia humana constitui o processo pelo qual a comunidade se adapta ao seu meio ambiente.

Os pensadores da ecologia urbana relacionam o crescimento das cidades com as características do meio ambiente. As grandes áreas urbanas tendem a desenvolver-se ao longo dos leitos dos rios, em planícies férteis ou na intersecção das rotas comerciais ou de ferrovias. Dentro da própria cidade, os bairros diferenciam-se a partir dos ajustes feitos pelos habitantes, à medida que lutam pela vida. Porém, as teorias ecológicas escondem os importantes problemas concretos da vida diária que surgem da desigualdade da distribuição de recursos que tanto Weber quanto Marx reconheciam ser a principal força impulsionadora da história social.

A análise marxista, repensada por autores que dão ênfase ao fenômeno urbano de uma forma mais abrangente, foi aqui priorizada em prol da explicação de como se estrutura o espaço nas cidades. Isso se deve ao esforço teórico de seus adeptos em procurar incluir, de uma forma adequada, os tradicionais conceitos marxistas à análise do espaço na atualidade. Essas teorias urbanas, que têm por base a análise marxista ao tratarem o fenômeno urbano como um conjunto de elementos e não como fenômeno autônomo, permitem articular dois processos que estruturam o espaço: o conflito de classes e a lógica da acumulação capitalista.

Para esses teóricos, as mudanças sócioespaciais na cidade são reguladas pela lógica da acumulação de capital, e o resultado desse processo numa sociedade capitalista é o desenvolvimento das desigualdades e injustiças sociais que são distribuídas tanto espacial quanto demograficamente. O crescimento desigual é considerado intrínseco à natureza capitalista do desenvolvimento.

São utilizados principalmente os teóricos considerados não ortodoxos no uso da teoria marxista, os quais procuram melhor explicar a atualidade, num repensar dessa teoria. Dentre eles destacaremos Harvey (1993), Castells (2000), Lefebvre (2001b), Soja (1993) e Sassen (1998).

De acordo com Harvey (2003), as reflexões socioeconômicas sobre o urbano de Marx enfatizam o tempo e a história, deixando o espaço em segundo plano. O materialismo histórico deslocou o foco da espacialidade para o tempo e a história. Não problematiza, assim, como a variação no contexto, as diferenças na localização e a configuração geográfica são importantes na relação entre indivíduo e sociedade e na construção de sua vida material.

Ainda para Harvey, nas sociedades capitalistas, a urbanização, a estrutura e o funcionamento das cidades estão radicados no processo de acumulação, sendo necessária no entanto, uma concepção dinâmica da teoria e do materialismo histórico para apreender a significação das mudanças atuais.

Já Lefebvre (2001b), sistematizou uma teoria do espaço para a sociedade moderna, que inclui fatores políticos e culturais, bem como a análise econômica. Considerando que o espaço não é apenas parte das forças e meio de produção, constitui também um produto dessas mesmas relações. Segundo ele, o organicismo com suas implicações, a saber o evolucionismo simplificador de muitos historiadores e o continuísmo ingênuo de muitos sociólogos, oculta as características específicas da realidade urbana.

Esse autor ainda aponta que a interação entre a relação de produção, consumo, troca e poder manifestam-se no ambiente urbano. Existe, para ele, um urbano a partir do qual é possível explicar toda uma série de fenômenos sociais o que acrescenta também a cultura à concepção do urbano. Sua teoria incorpora e amplia a luta de classe, esclarecendo que a práxis requer um componente espacial, enfatizando a importância de produzir um espaço em concomitância com a ação radical-revolucionária.

Castells (2000a) propõe que a cidade é produto, ao mesmo tempo, do Estado e da economia e que o urbano é uma unidade espacial da reprodução da força de trabalho. Existe portanto, por um lado, a intervenção do Estado em todas as suas variantes, sobre a organização do espaço e sobre as condições sociais de reprodução da força de trabalho. Por outro lado, existem as lutas de classe e as lutas políticas moldando estas intervenções.

O enfoque dado por esse autor na estrutura econômica aponta esta como principal elo conceitual de uma teoria do espaço, rejeita o urbano apenas como unidade ideológica, rejeitando também a cidade apenas baseada na estrutura política, pois o capitalismo moderno tornou-se produto de processos econômicos mais que políticos. Os movimentos sociais urbanos representam o deslocamento da luta de classe da área do trabalho para o espaço da vida comunal.

De uma forma geral, esses autores, citados anteriormente, analisam também como as várias manifestações de intervenção do Estado na economia se amalgamam com os incentivos privados para produzir os projetos, ações e formas de espaço. Explicam as políticas urbanas das classes dominantes através de uma observação direta da importância do Estado nos serviços urbanos e na organização espacial. Assim, as análises urbano-críticas desenvolvem-se construindo um conjunto cada vez mais sofisticado de teorias que permitem entender a relação entre desenvolvimento da sociedade, Estado e mudanças sociais.

A crise da realidade urbana é a mais importante e mais central na atualidade. Isso representa um enorme desafio para o entendimento dos processos que interferem na organização do espaço urbano, pois se constata uma verdadeira metamorfose nos aspectos econômicos, sociais e culturais mundiais, que têm, como principais causas dessas mudanças, a revolução tecnológica da informação, as crises econômicas do capitalismo e do estatismo; e o fortalecimento de movimentos sociais e culturais.

Além disso, a cidade hoje apresenta-se como um paradoxo, entre estender-se para fora do urbano, para o global, e estender-se para dentro, do global para o local. Uma problemática sociológica da urbanização atual deve considerar, como processo de organização e desenvolvimento do espaço, as forças produtivas, classes sociais e também as formas culturais, tanto quanto entender o papel desempenhado pela tecnologia e as interferências globais na transformação das formas urbanas (SOJA, 1993).

Segundo Sassen (1998), ao analisar as cidades no contexto da economia mundial na atualidade, os processos globais, que se localizam nos territórios nacionais, provocam impactos na estrutura social das cidades, alterando a organização do trabalho, a estrutura do consumo, e criam novos padrões de desigualdades sociais urbanas.

Dentro de cada cidade, ocorre, além de uma unidade influenciada tanto pelo mercado quanto pelo território, uma possibilidade local, consequência das características específicas das relações entre os diversos segmentos da vida urbana. A cidade é, dessa forma, ao mesmo tempo, o ponto de confluência das forças que globalizam (visando à integração dos lugares ao mercado) quanto o lugar de singularidades e da resistência a elas.

Nessa nova época, no campo da arquitetura e do projeto urbano, o pós-modernismo apresenta-se nas cidades contemporâneas como uma ruptura com a idéia modernista de que o planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em planos urbanos de larga escala. O tecido urbano apresenta-se fortemente fragmentado. Segundo Harvey (2003, p. 96) “ficção, fragmentação, colagem e ecletismo, todos infundidos de um sentido de efemeridade e de caos, são talvez, os temas que dominam as atuais práticas de arquitetura e de projeto urbano”.

Assim, mais do que nunca, a cidade deve ser percebida a partir de uma visão ampla, onde os diversos olhares não se excluam e, sim, ampliem o horizonte em prol de uma maior compreensão dos fenômenos urbanos.

Quanto às ciências, não podem evitar o confronto com esse novo objeto - a cidade - sem que renunciem a suas especificidades. Elas travam contato, de maneira cada vez mais premente, com uma existência de totalidade e da síntese. Fato que obriga a conceber uma estratégia do conhecimento, inseparável da estratégia política, ainda que distante dela (LEFEBVRE, 2001b, apresentação da obra).

Para analisar o lazer como uma problemática tipicamente urbana, característica das cidades atuais, torna-se necessário considerar que ao tempo disponível deverá corresponder um espaço disponível para que essa atividade se efetive na cidade. Como também é indispensável estabelecer os vínculos existentes entre a distribuição dos espaços públicos de lazer intra-urbanos e a estratificação social; o desnível de poder econômico e político entre as classes nas cidades; e a forma das cidades que reproduzem as relações sociais existentes.

2.2 A reprodução do espaço urbano, segregação socioespacial e possibilidades de mudanças

As cidades, na conjuntura atual, refletem enormes contrastes que vão desde o tipo de utilização que se faz da própria cidade, até a diversidade dos usos do seu solo. Esses traços diferenciados da morfologia urbana estão dialeticamente relacionados à produção do espaço urbano que se fundamenta num processo complexo de forças econômicas, políticas e culturais, interligadas.

Nas cidades atuais, ocorre uma série de processos sociais, dos quais destacam-se a acumulação de capital e a reprodução social. Para Lefebvre, (2001a) a cidade e a realidade urbana seriam o lugar por excelência e o conjunto de lugares onde se realizam os ciclos de reprodução das relações capitalistas.

A noção de reprodução do espaço urbano vem do desenvolvimento da noção de produção e revela o fato de que não se trata apenas de produção de mercadorias e concentração de meios de produção nas cidades, e sim uma reprodução da cidade integral.

Para Carlos (1994), é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade. Assim, a reprodução inerente à marcha e ao funcionamento da economia atual não exclui mudanças que a contrariem, porém ela de alguma maneira, tem se mantido no espaço urbano.

As formas espaciais urbanas refletem a espacialização da estrutura social, e se apresentam na paisagem urbana atualmente, em forma de centralização, descentralização, áreas especializadas, segregação, fragmentação etc. As principais preocupações tratadas aqui se referem à questão da fragmentação social e à segregação espacial, que se reproduzem flagrantemente no espaço urbano, e que interferem na disposição e nas condições de uso do espaço pelo cidadão.

Segundo Castells (2000a), a estrutura do espaço residencial sofre determinações em nível econômico, político institucional e ideológico. A segregação socioespacial é uma expressão da estrutura social de classes que se concretizam na organização espacial diferenciada de diversas áreas numa cidade, detendo forte heterogeneidade entre elas, e que têm uma uniformidade interna em termos de renda, padrões culturais e papéis sociais, ao mesmo tempo em que ocorre uma crescente concentração de atividades e população de características semelhantes.

Da diferenciação na localização das classes sociais no espaço urbano e da fragmentação da cidade, evidencia-se a segregação espacial da cidade capitalista, verificada basicamente devido ao diferencial que cada grupo social tem de pagar pelo lugar que ocupa, o qual apresenta, além de características construtivas diferentes, também características distintas do seu entorno. A segregação significa, assim, diferencial de renda real e monetária expresso no espaço.

A segregação socioespacial reflete as diferentes condições encontradas pelas classes sociais para estabelecer moradia nas cidades. A escolha do local de residência não ocorre de

forma autônoma por parte destas classes enquanto consumidoras e, sim, apresenta-se como um meio de reprodução das relações de classe já existentes na sociedade. As restrições ou privilégios, em vários aspectos da vida existentes em certos locais da cidade, quanto ao transporte, à infra-estrutura, ao lazer etc, provocam menor possibilidade de mudanças nas suas condições de vida.

Compreender como ocorre a segregação espacial requer o entendimento dos vários fatores que influenciam na estruturação do espaço urbano no contexto atual, desde os globais até os locais, perpassando pelas possibilidades econômicas do lugar, pela interferência do Estado na infra-estrutura disponível, como também, pelas características ambientais e tensões sociais decorrentes da organização reivindicatória local. Esses fatores dependem do país e de cada cidade, pois se articulam de maneira diferenciada no espaço urbano, e são mediados, na sociedade capitalista, direta ou indiretamente pelo mercado.

Com o intuito de analisar a segregação socioespacial da cidade e como isso se reflete na infra-estrutura para o lazer disponível nos diversos locais da cidade, abordar-se-á a maneira que as diversas instâncias da sociedade interferem na produção do espaço urbano atualmente, as quais reforçam a segregação socioespacial nas cidades. Segundo Corrêa (1997, p. 146) “o espaço urbano fragmentado é resultado da ação dos diversos agentes modeladores que produzem e consomem o espaço urbano”.

Serão destacados, assim, o mercado e seus agentes (os proprietários fundiários, as firmas, os promotores imobiliários); o Estado e os grupos de resistência local.

2.2.1 O mercado: proprietários fundiários, as firmas e a produção imobiliária

O uso da cidade hoje se remete às relações sociais de produção capitalista baseadas na propriedade privada, onde o mercado com seus mecanismos determinarão a garantia e o

acesso ao solo pelo pagamento do preço estipulado por esse. É o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço urbano pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada.

O solo urbano tem funções variadas para o mercado, em alguns casos atuando como mercadoria; noutros, como instrumento de produção, de circulação ou de consumo. No estágio atual do capitalismo, os grandes capitais industriais, financeiros e imobiliários podem estar integrados indireta ou diretamente em grandes composições que, além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem o espaço urbano.

O acesso à posse dos diversos locais da cidade é diferenciado devido ao seu valor de troca. Enquanto o valor de uso é baseado nas necessidades sociais, hábitos culturais, estilos de vida, o valor de troca é baseado no solo como mercadoria, cujo valor agregado são as benfeitorias (LEFEBVRE, 2001 b).

A terra urbana apresenta preços variados, cuja renda diferencial é estabelecida pelo somatório das qualidades não produzidas pelo trabalho (mares, montanhas, vegetação, rios etc) agregados aos atributos construídos pelo homem em forma de infra-estrutura (ruas, saneamento, eletricidade). São desvalorizadas para o mercado as áreas de baixa salubridade (encostas de morros, terrenos de alta declividade sujeitos à erosão, bordas de rios e córregos sujeitos a inundações etc) (VILLAÇA, 1998).

Os proprietários fundiários são importantes agentes que interferem na reprodução do espaço urbano, pois estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra, e disponibilizam as terras de sua propriedade de acordo com a valorização que lhes é atribuída pelo mercado, sendo a especulação fundiária (baseada no aumento do valor de troca) o que interessa aos proprietários fundiários.

Assim, a propriedade privada de um imóvel depende dos proprietários fundiários que disponibilizam terras em forma de mercadoria e das possibilidades do usuário em adquiri-lo.

Os terrenos de maior preço são adquiridos pelos que detêm maior renda, enquanto os de menor valor são adquiridos pelos pobres, o que concentra pessoas de rendas equivalentes em determinadas áreas.

Dessa forma, fica evidenciado que a formação do preço da terra urbana e as diferenciações de renda se refletem na segregação espacial por classe. Segundo Corrêa (1997, p. 148) “a cidade capitalista encontra-se dividida em áreas residenciais que tendem à segregação, refletindo a complexa estrutura social de classes, própria do capitalismo”.

As firmas, também se constituem em importantes agentes influenciadores na reprodução do espaço da cidade. Como elas são grandes consumidoras do espaço e a terra urbana tem um papel fundamental como suporte físico de suas atividades, nas cidades, onde a atividade empresarial é forte (tanto na indústria como nos serviços), ocorre uma interferência dessas na localização de outros usos da terra (CORRÊA, 1989). Ao demonstrar interesse por certas áreas, e pressionar o Estado na implantação de infra-estrutura, agrega valor ao valor de uso nas áreas da cidade preferidas, geralmente tornando-as inacessíveis às camadas mais pobres da população.

O espaço urbano sofre a influência das firmas, que modificam a dinâmica da distribuição da população nos diversos locais da cidade, deslocam atividades e habitantes no seu interior e incorporam novas áreas, interferindo, desse modo, nas diversas formas de utilização do espaço urbano e na segregação espacial da cidade capitalista.

A produção imobiliária é uma prática que atua como elemento de ligação entre a estrutura macroeconômica e a reestruturação urbana, tendo um papel importante na reprodução capitalista. O mercado de habitação tem relação com processos econômicos gerais que provocam a urbanização, como a demanda de terras para a habitação que depende do aparecimento de novas camadas sociais oriundas de fluxos migratórios com baixa renda ou de camadas de maior renda que se tornam capacitadas a participar do mercado de terras.

Como também se relaciona com fatores internos que dependem da maneira de planejar a cidade e da forma que o espaço intra-urbano é apropriado pelas diversas classes sociais.

O mercado imobiliário é exercido por um conjunto de agentes que têm uma ação decisiva da circulação do capital, atuando desde a comercialização até o planejamento e a construção de loteamentos e habitações. Esses agentes têm o propósito de criar valores de uso para o comprador, a fim de realizar, para si, valores de troca. Como a maior parte do espaço urbano é destinado à moradia, a produção de unidades habitacionais é sujeita à ação desses agentes que incorporam o espaço; financiam as obras; viabilizam estudos técnicos, visando às possibilidades de execução das obras; constroem o imóvel e o comercializam (CORRÊA, 1989).

Os lucros da incorporação relacionam-se às transformações do solo urbano, sendo a dinâmica construtiva empresarial importante fator que contribui para a segregação de áreas, principalmente nas cidades grandes e médias. A camada de mais alta renda segrega os outros grupos sociais na medida que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando, seletivamente, a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano.

Assim, o uso do solo na cidade ocorre de forma conflitante, à medida que são contraditórios os interesses do capital e da população mais pobre. Enquanto a população anseia por melhores condições de vida em sua dimensão plena nos locais de moradia, onde os espaços públicos de lazer são importantes, os agentes imobiliários têm interesse em aumentar os índices de habitação de determinadas localidades, sem grandes preocupações com o entorno.

O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esse pleito será, por sua vez, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida (CARLOS, 1994, p. 86).

Em conseqüência da busca por maiores lucros, os promotores imobiliários, nos países mais pobres, não apresentam geralmente interesse em produzir habitações para as camadas populares. Nessas sociedades, caracterizadas pela dificuldade de acesso das camadas populares à casa própria, os promotores imobiliários dirigem-se primeiro à produção de imóveis de luxo para as camadas de maior poder aquisitivo e, em segundo lugar, pressionam o Estado para ajudar com financiamentos na construção de moradias para as camadas populares, para fornecer créditos para os moradores, e oferecer facilidades para a desapropriação de terras, que viabilizem seus lucros. Dessa maneira, os promotores imobiliários criam e reforçam a segregação residencial que caracteriza a sociedade capitalista. De acordo com Gottdiener (1997, p. 180):

Em suma, a conexão entre valor de localização, que é um produto social, e o preço pelo uso do espaço, que é expropriado pelos particulares, é percebido quando entendemos o mercado imobiliário como um elo mediador no processo de acumulação de capital. A extração de retornos monopolistas no imóvel é uma função da capacidade de grupos de capitalistas que trabalham às vezes com o Estado para canalizar recursos e desenvolvimento em direções espaciais particulares.

A população de menor renda participa do mercado imobiliário apenas de forma marginal, por meio da formação de barracos em favelas, da ocupação de prédios abandonados e dos moradores de rua, ou na compra de lotes baratos.

Esses lotes, muitas vezes, estão situados em bairro distante do centro e em loteamentos clandestinos, que não possuem toda a infra-estrutura necessária, ficando a melhoria das condições de vida desses bairros, que surgem da autoconstrução, sujeitas à intervenções isoladas e paliativas, que vão sendo feitas aos poucos, pressionadas pelas necessidades emergenciais e pelos movimentos reivindicatórios por melhorias, como a pavimentação das ruas, a iluminação, a rede de água e de esgoto, as praças, escolas etc.

Dessa forma, além da influência dos proprietários fundiários e das firmas, os incorporadores imobiliários, ao pressionar o Estado para desenvolver programas de seu

interesse (financiamentos, infra-estrutura, conjuntos habitacionais etc) e ao promover empreendimentos diferenciados em busca de maior lucro, também influenciam na segregação espacial (CORRÊA, 1989).

2.2.2 O Estado

A atuação do Estado na organização espacial tem sido complexa. Apresenta-se com uma variada gama de possibilidades de ações que não se efetivam ao acaso, nem se processam de modo socialmente neutro. Essa complexa e variável atuação, reflete a dinâmica da sociedade, dependendo de cada localidade no tempo e no espaço (LOJKINE, 1997).

As relações entre o Estado e a reprodução urbana podem ser vistas sob diversos ângulos. O Estado tanto utiliza mecanismos que interferem na relação cidade-campo e na distribuição da população pela rede urbana, quanto interfere atuando diretamente com intervenções urbanísticas no espaço da cidade.

Torna-se necessário ressaltar, quando se discute a complexidade de atuação do Estado, que essa atuação se processa em três níveis político-administrativos e espaciais: o federal, o estadual e o municipal, sendo no nível municipal, no entanto, onde os interesses dominantes se tornam mais evidentes, pois as atuações dos governos locais são mais visíveis, devido a sua ação sobre a regulação direta de certos aspectos da vida urbana (SANTOS, 1997).

O Estado, na sociedade capitalista, e em particular, na América Latina, geralmente não atua como uma instituição que governa de acordo com uma racionalidade fundada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesse dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles, tendendo a privilegiar os interesses

daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, em determinado momento, estão no poder.

Pressionado pelo mercado (proprietários fundiários, firmas, promotores imobiliários), muitas vezes o poder público modifica a definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano, realiza a desapropriação de terrenos, constrói conjuntos habitacionais e instala infraestrutura de acordo com os interesses desses agentes.

Assim, o papel do Estado, na instância municipal, com relação aos processos de produção do espaço urbano, como também as políticas de organização do território, políticas governamentais em matéria de instituições regionais e urbanas, devem ser analisadas para a compreensão dos processos que possibilitem a reprodução do espaço das cidades.

Entre os modelos de planejamento estatal para as cidades, o do tipo estratégico vem sendo muito difundido atualmente na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multinacionais, e de consultores internacionais, sobretudo catalães, baseados nas experiências de Barcelona. Existe a criação de diversas estratégias que procuram implementar novas atividades econômicas, havendo grande empenho das elites em instrumentalizar as cidades com vistas à indústria de alta tecnologia, bem como do turismo, atividades importantes nessa fase da globalização.

No Brasil, principalmente no Nordeste do país, vem se configurando nas cidades litorâneas, com grandes atrativos turísticos naturais, incluindo Natal, um planejamento com conotações deste tipo, que induz a competição pela demanda turística (CRUZ, 2001).

De acordo com o planejamento urbano estratégico, as cidades necessitam competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial; na atração de novas indústrias e negócios; no preço e na qualidade dos serviços e na formação de força de trabalho qualificada.

A cidade, nesse sentido, seria uma empresa, uma mercadoria. Esse projeto de cidade implica a apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, da eliminação do conflito. Ela é promovida para o exterior, oferecendo infraestrutura e serviços para atrair investidores de fora, atrelada a uma imagem de cidade justa e democrática.

No entanto, a cidade-empresa é uma negação da cidade enquanto espaço político. Os governos locais, para viabilizarem a cidade-empresa, engendram a coalizão, usando técnicas eficientes de mídia e publicidade na manipulação da opinião pública. Segundo Vainer (2000), esses tipos de planos são tecnologias como outras de produção de *marketing* urbano, de instalação de mecanismos de legitimação e coação artificial, de geração de uma unidade por cima das diferenças.

Para unir toda a população em torno dessas propostas, surge a alegação da criação de novos empregos, supostamente decorrentes do oferecimento de condições para as empresas exógenas se alocarem. Esse argumento torna-se mais eficaz na medida em que seja maior a uma massa de desempregados entre os trabalhadores que residem nas cidades.

Porém, o que se percebe em muitos casos é uma criação de empregos locais muitas vezes desprezível ou incompatível com as características da mão-de-obra disponível, tornando esse argumento enganoso se forem levados em conta os altos custos que as alterações necessárias a implementações das empresas requerem do poder público. Esse aspecto abrange desde os incentivos fiscais até os sociais, que muitas vezes se refletem em menores investimentos nas obras de interesse da população local, com a queda de investimentos públicos em serviços e equipamentos coletivos.

As políticas públicas na maioria das cidades que adotam esse modelo de planejamento têm-se deslocado gradualmente de considerações distributivas e de proteção social e provisão direta de serviços públicos, para enfoques voltados à promoção competitiva.

O Estado, também recebe influência do setor imobiliário, à medida que este atua sobre o espaço como regulador do desenvolvimento do uso da terra e na distribuição da arrecadação tributária em forma de artefatos, que muitas vezes beneficiam uma corporação de empresas construtoras em prol do desenvolvimento econômico. O processo especulativo cresce com a implantação diferenciada dos serviços públicos pelo Estado. A má distribuição dos serviços coletivos privilegia, assim, a dinâmica econômica em vez da vida social (CORRÊA, 1989).

Dessa maneira, o poder político e econômico sobre o Estado interfere na distribuição desigual dos investimentos em infra-estrutura. A distribuição dos investimentos nas cidades obedece à lógica dos que comandam essa distribuição criando privilégios, enobrecendo bairros, modernizando e reservando os frutos da modernização a um circuito restrito dotado de renda. No oposto, ficam os bairros habitados por moradores de baixa renda, com pouco poder e mínima influência nas tomadas de decisão do Estado.

O planejamento urbano atua como um elemento de organização de mercado, influencia nos preços das moradias e reforça a segregação socioespacial. A aparente postura de neutralidade que o Estado apresenta como elemento de equilíbrio entre ofertas e demandas sociais, no entanto, em suas ações, acaba sendo parcial e representa os interesses do mercado.

A localização urbana também tem, no deslocamento, um fator importante para a sua valorização e seu uso pelo cidadão, pois envolve questões referentes ao transporte e às distâncias. Da acessibilidade depende a qualidade de viver na cidade, pois, os diferentes pontos do espaço urbano oferecem diferentes possibilidades de contato com todos os demais pontos, sendo a acessibilidade outro fator em que o Estado interfere (VILLAÇA, 1998).

Os tipos de desigualdade mais freqüentes entre os diversos locais é o de disponibilidade de equipamentos e infra-estrutura de transporte, acessibilidade, existência de equipamentos públicos e a qualidade das edificações.

Assim, a atuação do Estado se mostra fundamental na segregação espacial, à medida que viabiliza a construção de grandes complexos empresariais, financia moradias e provê, de forma desigual, a infra-estrutura no planejamento da cidade, beneficiando alguns setores que, graças aos recursos públicos, encontram as condições de sua realização (fluidez, adequação às novas necessidades técnicas da produção). Enquanto os demais não têm resposta adequada para as suas necessidades essenciais.

Os grandes projetos de renovação urbana promovidos pelo poder público também intensificam a segregação, pois os investimentos em infra-estrutura terminam por elevar o preço fundiário e imobiliário, atraindo grupos de renda mais elevada (CORRÊA, 1989).

O pensamento crítico, frente à ação do Estado, na produção do espaço urbano, aponta para a possibilidade de desmistificação das políticas públicas ineficientes para resolver os problemas da maioria da população e contempla as possibilidades de contribuição das lutas de resistência local em prol de mudar a construção política do mundo, o que remete à análise das alternativas de luta e expressão cidadã, fundamentada em raízes profundas no lugar e nas características e necessidades da população local.

A adoção de uma concepção societária de democratização considera, essencialmente, os processos de limitação do Estado e do mercado, bem como, a ampliação da cidadania. A participação popular em movimentos urbanos de reivindicação referentes à moradia e ao entorno tem um papel importante na busca de uma cidadania plena, porém representa um desafio permanente devido às grandes disparidades sociais e espaciais que persistem na sociedade urbanas.

2.2.3 Os grupos de resistência local

A cidade, ao tornar-se a sede do econômico, expressa a diferença de condições entre as classes e permite o acirramento de antagonismos. Agrupando as populações, suas aspirações e reivindicações, torna-se, também, palco para o desenvolvimento das classes sociais e suas formas de enfrentamento (MARX; ENGELS, 2003).

Esse duplo papel da cidade apontado por Marx, ao mesmo tempo alienante e libertador, não desapareceu atualmente, em parte se modificou, no mesmo passo em que se tornam mais complexos os processos que a produzem. O capitalismo tem sobrevivido transformando-se, e nesse processo se delineiam novas fronteiras entre as classes sociais. Conseqüentemente, as lutas de classe que não desaparecem diversificam-se.

No mundo atual, a pobreza generalizada das porções periféricas da economia globalizada mostra parte substancial das contradições inerentes a esse processo. As enormes diferenças de renda fazem com que surjam níveis diferenciados de acesso à cidade e à cidadania (SILVA, 2002).

A estratificação social, pelos desníveis de poder econômico e político existente entre as diversas camadas da sociedade, continua se refletindo enormemente no espaço urbano. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 562):

[...] vivemos num mundo conquistado, desorganizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos que essa situação não pode prosseguir *ad infinitum*[..]. Tem que mudar.

Estamos diante de cenário altamente contraditório e desigual que tem características e pluralidade com vários focos de diferenciação social. Para Castells (2000b, p. 107):

[...] há polarização na distribuição de riqueza em âmbito global, evolução diferencial na desigualdade de distribuição de renda interna nos países e crescimento substancial da pobreza e da miséria no mundo inteiro e na maioria dos países, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento.

A globalização econômica parece influenciar em todos os territórios com suas formas de ação. No entanto, as alternativas e resistências regionais podem florescer num lugar particular, mesmo que este esteja sujeito ao poder que o capital tem sobre a coordenação do espaço fragmentado. Segundo Santos (1998, p. 15):

Assim como antes tudo não era território 'estatizado', hoje tudo não é estritamente 'transnacionalizado'. Mesmo nos lugares onde vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche.

Ainda para esse autor, afirma-se, assim, a dialética do território, mediante um controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto da parcela política. O território torna-se a mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local. A ordem global funda as escalas superiores ou externas enquanto a ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são fundados na co-presença, na vizinhança, na intimidade, na emoção, na cooperação e na socialização com base na contigüidade.

As decisões nacionais interferem nos níveis inferiores da sociedade territorial por intermédio da configuração geográfica, vista como um conjunto. Porém, somente em cada lugar ganha real significação. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (SANTOS, 1998).

Nessa perspectiva, o lugar é o local real-concreto onde a globalização se realiza. É, simultaneamente, espaço do visível e do oculto, onde o palpável, presente nas relações objetivas, convive com a subjetividade. Em síntese, no lugar, todas as vantagens e mazelas sociais são sentidas e vividas. A ordem local, que reterritorializa, é a do espaço banal, porque reúne, numa lógica interna, todos os elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas (SANTOS, 1999).

O sentimento de pertencer a um determinado território e as práticas espaciais decorrentes serão mais ou menos intensas mediante os níveis de conquista cidadã no interior dos grupos, em seus distintos lugares. Assim, a estrutura do lugar traduz também a intensidade e a qualidade das relações que seus membros estabelecem, estando presente na materialidade de suas construções, de seus artefatos e na imaterialidade de suas crenças, hábitos e costumes (SILVA, 2002).

Nesse sentido, cada homem é influenciado pelo lugar onde está. O valor como produtor, como cidadão, depende de sua localização no território, seu valor vai mudando em função das diferenças da acessibilidade. Por isso, ser mais ou menos cidadão depende do ponto do território onde a pessoa encontra-se (SANTOS, 1987).

As cidades, atualmente, são os locais das operações concretas da economia e concentram a diversidade na multiplicidade de culturas e identidades (SASSEN, 1998). A luta de classe continua evidenciando-se nas cidades. Nesse sentido, a cidade é o ponto do mundo onde se realizam algumas possibilidades de resistência ao capitalismo em sua forma atual.

Nas cidades, formas de vida territorializadas são inseridas em conjuntos mais amplos, sejam eles locais (a integração em regiões metropolitanas) ou distantes (divisão internacional do trabalho), que, no entanto, não se submetem a leis absolutas. É nas cidades onde se exerce o comando técnico do trabalho local e onde as condições internacionais e nacionais se submetem à produção propriamente dita. A cidade concentra também a diversidade, pois seus espaços estão inscritos na cultura corporativa dominante, mas também na multiplicidade de outras culturas e em economias com base locais (SASSEN, 1998).

Os processos designados como urbanos imbricam-se nas práticas, e aí surgem os efeitos antagônicos que não estão contidos no simples desdobramento das leis estruturais, estando, assim, no âmago das novas formas de luta de classes e na intervenção da instância

política, as possibilidades de agir perante os problemas urbanos na atualidade. A cidade é o lugar das possibilidades contraditórias ao processo de globalização.

O lugar-cidade reafirma, assim, seu caráter concreto de local de enfrentamentos. O cidadão, enquanto cidadão, além do poder de reivindicar os direitos inalienáveis do ser humano como alimentação, habitação e vestuário, pode passar a reivindicar espaços lúdicos, culturais, de circulação no seu lugar de moradia (o bairro), bem como os espaços políticos para interferir no processo decisório, configurando-se enquanto ator. É no lugar – e pela ação humana – que se concretizam as possibilidades de transformação e mudança na realidade social. Segundo Santos (1987), o cidadão é o indivíduo num lugar. A democracia somente será realizada quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam.

Nessa perspectiva, o processo de construção da democracia, que tem sido prioritariamente analisado pela ótica da relação entre o Estado e sociedade política, apresenta também uma outra dimensão: qualitativa e quantitativa, baseada nas práticas sociais e nas formas de ação coletiva. Novas formas de forças sociais vêm se consolidando, nas quais os movimentos urbanos aparecem com grande força reivindicatória, juntamente com a permanência do Estado sob novo formato.

Ganham particular importância, atualmente, os movimentos sociais, que possam contribuir para a democratização dos sistemas políticos pela mudança nas regras de procedimento e nas formas de participação política, pela difusão de novas formas de organização e, sobretudo, pela ampliação da participação política, podendo a população agir espontaneamente ou através de seus representantes em prol da desarticulação da reprodução da segregação.

O processo de democratização não é, dessa forma, tratado como um tema relacionado exclusivamente às instituições políticas, passando a refletir a idéia da democratização ligada

às formas de ação social, nas quais o indivíduo passa a não ser entendido como simples paciente, mas também, e ao mesmo tempo, como um agente de resistência frente às forças de perpetuação do sistema.

O direito à moradia e seu entorno perpassa a questão referente à participação na gestão da cidade, ultrapassa as soluções propostas pelo planejamento estratégico e reafirma os movimentos de construção da realidade enquanto momentos de práticas socioespaciais. Essas práticas podem emergir nos movimentos sociais que proponham um direito baseado em rupturas da reprodução existente.

A capacidade política de mudança encontra-se, assim, na força social de resistência ao capitalismo (classes, frações de classes, agrupamentos ou alianças de classe) que se mobilizam para viabilizar suas necessidades sociais, influenciar as instituições existentes, abrir os horizontes e reivindicar um futuro melhor em consequência de sua práxis. Nesse contexto, as classes médias têm um papel importante nas transformações sociais, pois na pirâmide social se avizinham por baixo com a classe operária e, muitas vezes, misturam-se no seu topo com os quadros superiores, o que lhes permite tornarem-se ambíguas, podendo muitas vezes neutralizar os conflitos ou contribuir para abalar a reprodução existente (LEFEBVRE, 2001b).

A classe média, na sua parte mais carregada de conhecimento crítico, pode interferir fortemente num processo de mudanças sociais, sendo importante ressaltar que os habitantes das diversas categorias e “estratos”, ao se deixarem manipular e ao aceitar as condições de sua exploração, permitem a permanência das situações insatisfatórias, de forma ainda mais apurada e mais extensa (MARTINS, 1996).

Movimentos de toda espécie, religiosos, místicos, sociais, comunitários, humanitários etc, também podem colocar-se diretamente em termos de antagonismo ao poder do dinheiro e

das concepções racionalistas do espaço e do tempo em condições de hegemonia sobre a vida cotidiana.

Na sociedade contemporânea, coexistem tipos de representações que conectam o Estado e os atores da sociedade com características que variam desde o clientelismo, o populismo, o corporativismo, até os movimentos de massa e as redes associativas com relativa autonomia perante as forças do mercado.

Esses últimos são redes de comunicação alternativas cujo fim não é desarticular o poder da estrutura do Estado, porém fomentar movimentos reivindicatórios que podem fazer avançar a conscientização e, conseqüentemente, provocar mudanças. O associativismo comunitário vem se fortalecendo ultimamente, com a proliferação de organizações não-governamentais de classe média, ocupando um espaço diferenciado e plural, ao mesmo tempo em que se desenvolvem os novos movimentos sociais. Segundo Vieira (2001, p. 80-81):

O terceiro setor, setor social, organizações da sociedade civil ou organizações não-lucrativas, é constituído por organizações privadas sem fins lucrativos dedicadas à produção de bens e serviços públicos. Trata-se de um setor bastante diversificado e freqüentemente muito difícil de se delinear.

No entanto, as associações denominadas “terceiro setor” se organizam em torno de alguns interesses particulares, o que torna necessário o cuidado com a equidade, procurando não privilegiar apenas certos setores da sociedade, em geral os mais organizados, em detrimento de outros, menos organizados, prejudicando ainda mais os excluídos.

Essas associações civis devem participar, assim, do Estado, apenas enquanto espaços de formação da opinião e vontade coletiva, mas não enquanto espaço administrativo. Os espaços públicos de participação não-estatais podem se constituir, dessa maneira, em arenas de negociação entre instituições políticas e as demandas coletivas, interligando as funções de governos e a representação de conflitos (VIEIRA, 2001).

A explicação dos fenômenos urbanos, atualmente, deve considerar os vários níveis de organização social, inclusive o político e o cultural, além do econômico, considerando

também que as relações espaciais e sociais estão articuladas dialeticamente. Também deve incorporar, na análise das transformações socioespaciais, a análise da economia, bem como, permitir o retorno da vida comunitária como elemento importante para sua compreensão, mesmo considerando que o momento atual é aquele no qual, ainda, a dominação política e econômica predominam sobre o espaço da vida cotidiana.

Cabe ressaltar que os movimentos sociais e a planificação encontram-se articulados na produção da cidade, sendo importante entender o conjunto das determinações do sistema nas práticas urbanas, tanto no que diz respeito à intervenção dos aparelhos de Estado, quanto à luta de classes como luta política, que se concretizam na cidade.

No debate acerca da democracia, existe uma necessidade de relacionar a cidadania às possibilidades de ação do cidadão, o que permite afirmar que a dimensão física do espaço público, tanto quanto a esfera política é indispensável à realização da democracia. “Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação humana é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens – depende da constante presença do outro” (ARENDETT, 2004, p. 31).

A cidadania apresenta, além das questões filosófica e jurídica referentes à igualdade de possibilidades da pessoa humana, também uma dimensão física que se origina na necessidade de convivência e se reflete no fato urbano, como necessidade espacial.

O surgimento de uma sociedade de massa afirma uma sociedade única, cuja esfera social controla e abrange todos os membros de determinada comunidade. A sociedade equaliza, enquanto as diferenças são reduzidas à questão privada do indivíduo. Porém, a realização plena da democracia, representa ainda hoje, um projeto praticamente inalcançável. A prática da cidadania que combine o ideal de direitos e o pluralismo com o espírito público reflete uma nova concepção democrática que pode ser a base para uma hegemonia democrática radical.

A prática dessa nova cidadania depende de fato da reativação da esfera pública, em que o indivíduo possa agir coletivamente e se empenhe em deliberações comuns sobre os assuntos que afetam a comunidade. Assim, a realização completa da cidadania é um projeto utópico que remete à prática política e depende da reativação da esfera pública.

2.3 Espaço público como espaço de resistência nas cidades

Um espaço público é um lugar no sentido material e imaterial de realização da vida pública. Segundo Arendt (2004), as atividades humanas localizam-se em dois planos: o plano da vida ativa que compreende o labor (trabalho para a subsistência biológica, trabalho enquanto produção técnica) e ação (confronto opinativo mediante a palavra e a persuasão na esfera pública da política); e o plano da vida contemplativa (reflexão religiosa e filosófica do espírito).

Os atributos de um espaço público são aqueles que têm relação direta com a vida política; o espaço público é o lugar do discurso político. Para que um lugar opere uma atividade pública, é necessário que se estabeleça uma co-presença de indivíduos. O espaço público é o lugar onde os problemas de uma coletividade se apresentam (GOMES, 2002).

A delimitação do que é público e privado remete a uma definição que contrapõe os dois conceitos em forma de antagonismos. “Público é aquilo que não é privado”. Segundo Habermas (1984, p.14), “Chamamos públicos certos eventos quando eles, em contraposição a sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou casas públicas”.

O espaço público apresenta um importante papel político, pelo seu caráter relacional entre as pessoas, e concretiza-se fisicamente por ser local acessível a todos como: praças,

ruas, praia etc, qualquer tipo de espaço, onde não haja barreiras a possibilidades de acesso e participação de qualquer pessoa, onde as regras do convívio e o debate devam ser respeitados.

O espaço público urbano é o lugar onde as afinidades sociais e as diferenças devem se submeter às regras da civilidade. O espaço público também é o lugar de conflitos, de problematizações da vida social, o lugar que permite o diálogo e o debate. Costuma-se indicar três categorias de espaços públicos urbanos nas cidades: a) os de uso geral: praças, pontes, sistemas viários, fontes, jardins etc; b) os de propriedade pública: edifícios públicos, terrenos do Estado etc e c) os usualmente administrados pelo poder municipal, estadual ou federal.

Todas as cidades dispõem de lugares públicos e, por meio desses lugares de encontros e comunicações, se produzem uma espécie de resumo da diversidade socioespacial da população. Sob esse espaço se desenrolam as cenas públicas, compostas de uma multiplicidade de manifestações que variam segundo a localização espacial e o período do tempo no qual ocorrem.

As reflexões sobre o direito ao espaço público e seu tipo de utilização nas cidades se reportam à antiguidade clássica e ao direito romano e, durante a história da humanidade, esses direitos são reflexos das sociedades que os criam.

Algumas teorias urbanísticas dão ênfase ao espaço de uso público principalmente a partir do século XIX. Entre essas se encontra o pensamento de Sitte (1992), que busca inspiração nos tempos da Idade Média e do Renascimento para idealizar uma cidade onde predominam no espaço público os conceitos estéticos, sustentados em pressupostos visuais das obras de arte, propondo a imutabilidade de alguns elementos construtivos, referindo-se, assim, a uma cidade a-histórica.

Outro pensamento de origem européia de destaque é de Le Corbusier (1990), que desenvolve suas reflexões a partir da sociedade maquinista. Para ele, a cidade deveria se organizar partindo das funções urbanas, com a multiplicação de espaços verdes, criação de

protótipos funcionais e racionalização do habitat coletivo. Considerava necessário organizar o espaço público dando ênfase à circulação, limitando os cruzamentos, utilizando ruas retas de circulação entre a casa e o trabalho e construindo o imóvel sobre pilotis, mantendo, assim, uma nova relação com a rua.

Para Habermas (1984), numa crítica à versão moderna do urbanismo, esses projetos de cidade nem guardam espaço à esfera privada, nem criam lugares de comunicação pública. O homem das massas não vê mais, nas cidades, a possibilidade de vida pública, quanto mais hostil ela for, mais ele se fecha na vida privada.

Jane Jacobs, que retrata o pensamento americano em 1961, apresenta também uma proposta anti-modernista, redefinindo as ruas e as calçadas como os principais lugares públicos de uma cidade. Não admite que a segregação seja resolvida com ruas projetadas. É contra a centralização da vida pública em pátios internos fechados, critica os urbanistas da cidade-jardim e o pensamento de Edenezer Howard, que é subordinado à preocupação com a higiene e aos espaços comunitários e condena ainda, as grandes artérias de tráfego (CHOAY, 2002).

Outro americano de destaque foi Frank Lloyd Wright, que propõe unidades funcionais, onde qualquer igreja, teatro, escola, mercado, ficariam no máximo a dez minutos das residências. Os edifícios altos seriam isolados entre si e inseridos em parques, indissolúvelmente ligados à paisagem (CHOAY, 2002).

Atualmente o pós-modernismo percebe-se na paisagem das cidades, onde o urbanismo caótico se reflete num espaço urbano fragmentado. Para os urbanistas dessa linha de pensamento, seria impossível planejar a cidade inteira, predominando assim as intervenções independentes sem a articulação com um projeto social nem com planos urbanos em larga escala. Segundo Harvey (2003, p. 96): “Ficção, fragmentação, colagem e ecletismo, todos

infundidos de um sentido de efemeridade e de caos, são, talvez, os termos que dominam as atuais práticas da arquitetura e do projeto urbano”.

Os projetos pós-modernos estão fortemente orientados para o mercado e atendem principalmente aos consumidores ricos e de classe média, afastando-se, assim, das concepções modernistas sobre a cidade que era pensada como algo a ser moldado para propósitos sociais.

Considerando que o arranjo físico dos objetos nas cidades é condição necessária para que as práticas sociais se exerçam, aqui serão priorizadas as análises do espaço público tanto quanto à sua configuração física, quanto ao tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem.

O espaço público é, ao mesmo tempo, o local geográfico da ação e a possibilidade social de nela engajar-se. Ele não só representa o local onde ocorrem os eventos, mas também significa a permissão social de engajar-se neles. “Não pode haver cidadania sem democracia, não pode haver cidadania sem espaços públicos, e o espaço público não pode existir sem uma dimensão física” (GOMES, 2002, p. 168).

O espaço público urbano possibilita as práticas sociais e permite os comportamentos diferentes, e estes, por sua vez, reafirmam o estatuto público desses espaços. Como categoria de análise, o espaço público urbano deve considerar a configuração física, as práticas e a dinâmica social que se desenvolvem no local.

Articula-se, assim, uma relação direta do espaço público com a cidadania, e as vivências coletivas num dado lugar. Segundo Yáziği (2003, p. 312) “o espaço público é um dos principais componentes do universo da esfera pública e tem sido reconhecido como indicador do grau de civilização dos grupos”. Ainda segundo ele, somente uma sociedade familiarizada com a democracia é capaz de respeitar o espaço público. A cidadania, nesse sentido, tem uma relação de pertencimento a um grupo e a um território, onde os indivíduos exercem os seus direitos e cumprem seus deveres em seus limites.

O intercâmbio efetivo entre as pessoas no espaço público é a matriz que permite vislumbrar a densidade social local e resulta em possibilidades infinitas de acontecimentos. A cidade atual é o lugar onde há mais mobilidade e maior possibilidades de encontros; maior número de deslocamentos e maiores chances na geração de relações interpessoais. Para Lefebvre (2001b, p. 15): “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade”.

Os espaços públicos são lugares onde as relações de proximidade podem ganhar um maior conteúdo comunicacional. Nesses locais, com maior clareza apresentam-se situações variadas, pessoais ou sociais, econômicas e culturais, e onde as carências de vários tipos se evidenciam. Porém, o intercâmbio é condicionado pelas infra-estruturas presentes e suas normas de utilização, pelas possibilidades de vida cultural local e pelos equipamentos existentes.

A evidente precariedade de condições de vida de uma grande parcela da população, residente nas cidades não exclui, no entanto, as vontades de consumir os produtos criados pelas classes de maior poder aquisitivo. Encontrando-se nos espaços públicos as possibilidades e esperanças de um mundo mudado para melhor, baseado nas necessidades e vontades expressas em ações, pois os locais urbanos onde se concentram apenas as classes alta e média, geralmente não propiciam a vivência das grandes diferenças sociais e a procura de mudanças.

Os menos favorecidos podem, no espaço público, distanciarem-se da cultura de massa e criar a cultura popular. A cultura de massa responde à vontade de unificação ditada pelo capitalismo global e a cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, refletindo uma práxis libertadora, enfrentando o futuro sem romper com o lugar.

Mesmo considerando as enormes possibilidades dos espaços públicos urbanos, o que se percebe nas cidades, atualmente, é um recuo da idéia fundamental de cidadania, recuo do projeto social e espacial da cidade, reflexo de uma dinâmica complexa que tem profundas ligações com as questões econômicas e sociais de hoje, e confere cada vez menos status ao espaço público urbano (GOMES, 2002).

A diminuição de prestígio do espaço público nas cidades está diretamente relacionada à apropriação privada dos espaços comuns, à progressão das identidades territoriais, ao emuralhamento da vida social e do crescimento das ilhas utópicas de isolamento social e ao crescimento da violência urbana.

2.3.1 A apropriação privada dos espaços comuns

Segundo Gomes (2002), a apropriação privada dos espaços públicos decorre da ausência ou ineficiência de normas que regulam o direito de cada um, para minimizar os interesses particulares que mobilizam o setor privado, principalmente, o setor da economia informal.

Um elemento fundamental na dinâmica das cidades brasileiras é o crescimento do setor informal da economia: camelôs, guardadores de carros, bancas de jornais, traller de lanches, barracas nas praias, que se desenvolvem quase sempre em lugares públicos de grande circulação impedindo o livre acesso a todos. Assim, muitas ruas, praças, praias e canteiros centrais são loteados por pessoas que se apropriam dessas áreas, ficando os lugares da vida pública restrito muitas vezes ao local de passagem ou de permanência como consumidor.

A ocupação dos espaços públicos também ocorre por moradores de determinadas áreas e por empresários, ao adicionar áreas contíguas a suas propriedades com vasos de plantas, colunas de ferro e correntes, muitas vezes criando barreiras de acesso a determinadas ruas, e

ainda com a colocação de mesas e cadeiras ou balcões de mercadorias como prolongamento de restaurantes e lojas.

Nesse sentido, o espaço público torna-se um lugar de conflito e perde sua função de convivência e de respeito ao outro.

2.3.2 A progressão de identidades territoriais

O mundo vem sendo moldado pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. Juntamente com a revolução tecnológica, e a transformação do capitalismo, no último quarto de século, ocorreu o avanço da identidade coletiva, com origem em realidades diversas, baseadas na resistência a estrutura da sociedade, fundamentadas em projetos de mudanças, ou introduzidas por instituições dominantes da sociedade para manterem-se como tal (CASTELLS, 2002).

As identidades apropriam-se do território a partir de um discurso fundamentado nas diferenças. Nas cidades, diversas identidades são territorializadas e se apropriam de praças, ruas e calçadas muitas vezes com seus símbolos pichados nesses locais. As gangues de narcotraficantes, também por meio de vigilância armada, dominam determinadas áreas das cidades.

As torcidas de futebol também definem seu espaço de localização, paradas de transportes coletivos e áreas de encontros. Todos esses movimentos apresentam rígido controle de determinadas localidades, restringindo o acesso apenas aos seus membros, e para tal, exercem geralmente a violência física ou simbólica aos que pretendem gozar os seus direitos sobre os espaços por eles apropriados.

Assim, as diferenças e identidades sociais refletem-se no território da cidade muitas vezes na forma de conflitos parciais e assim pode negar a idéia de mistura e de respeito às

diferenças, produzindo uma idéia de mosaico, de unidades independentes e justapostas dos segmentos sociais (GOMES, 2002).

2.3.3 O emuralhamento da vida social

De acordo com Gomes (2002), o emuralhamento do homem moderno apresenta-se de várias maneiras no espaço urbano, pois as informações sobre o mundo lhe têm chegado em grande quantidade, sem que ele necessite sair de casa através da intermediação das máquinas de comunicação. Os transportes, por sua vez, contribuem ao percorrerem grandes distâncias, ocorrendo inter-relações apenas nos pontos de saída e chegada. O uso da via pública se restringe, para alguns segmentos sociais, apenas à circulação. O convívio real entre as pessoas vai se enfraquecendo.

As ilhas utópicas – condomínios fechados, resorts, shoppings etc – por sua vez contribuem para aprofundar o distanciamento entre classes, pois é o padrão monetário que determina geralmente a possibilidade de acesso a esses locais. Essas contêm áreas que são cópias dos espaços públicos das cidades, funcionam de fato como a sua antítese, na medida em que recusam a diferença e inibem o acesso aos excluídos do mercado. E permitem o controle arquitetônico das fronteiras sociais, por vários meios, entre eles a coação simbólica e segurança privada. Os condomínios residenciais e comerciais segregam cada vez mais os pobres e dificultam a interação social (GOMES, 2002).

Nos condomínios comerciais são criados pseudo-espacos públicos para consumidores, onde as barreiras arquitetônicas, a estética utilizada e os preços impedem os das subclasses (os excluídos do mercado) de sentirem-se adequados, nesses locais.

Portanto, os espaços de sociabilidade se restringem à convivência com os semelhantes, pelo menos aqueles que mais se aproximam dos mesmos padrões e que se refugiam em espaços selecionados e controlados.

Nos espaços comuns, abandonados pelos privilegiados, entregue aos pobres que deles necessitam no seu cotidiano, predominam, a mendicância, o comércio ambulante e os lazeres populares. Os locais públicos, sem o poder reivindicatório das classes média e alta, tornam-se geralmente abandonados, sem regras de uso, predominando a sujeira, o desgaste, a violência e o desrespeito.

2.3.4 A violência urbana

A violência urbana tem sido um dos principais argumentos para a existência do *apartheid* social das cidades atualmente e para a diminuição do uso desses espaços pelos mais favorecidos socialmente.

A violência nos espaços públicos da cidade apresentam-se de várias formas, destacando-se a descaracterização e destruição do patrimônio, os acidentes no trânsito, os roubos, os crimes, a prostituição, o tráfico de drogas, a luta entre gangues de jovens etc.

É certo que, nas últimas décadas, as variadas manifestações de violência física têm, com crescente intensidade, se colocado na percepção social como um dos principais problemas da vida nas grandes cidades. Porém, as causas dessa violência têm raízes mais profundas na forma de vida e na organização da sociedade atualmente.

Muitas explicações têm sido apresentadas, tanto no plano da existência cotidiana dos indivíduos e grupos, quanto no da interpretação sociológica. Na percepção social da classe dominante, a violência aparece geralmente como um problema funcional de controle social e administração da justiça. Porém, também existe uma relação direta entre a violência e a

estrutura social e a organização social da vida cotidiana nas cidades, onde prevalecem a individualização, privatização dos interesses e o egoísmo. Segundo Yázigi (1997), é preciso alargar mais os horizontes, incorporando outras causas para a violência de hoje, entre outras a vontade do exercício do poder, que se encontra relacionada também com a relação de força no seio da sociedade.

Parece existir uma nova guerra de classes, devido à percepção que existe majoritariamente com respeito às causas da violência. Na arquitetura, predomina no ambiente construído, o efeito fortaleza, onde as construções são cercadas de grandes muros, sistemas de segurança e de vigilância, emergindo como estratégia socioespacial deliberada, dificultando a acessibilidade dos de menor renda a determinadas áreas.

No entanto, a violência vem se expandindo também em áreas de estratos sociais mais favorecidos, como uma patologia social. Nesses locais, ela é isolada e individualizada, e geralmente ocorre em espaços privados, cujos motivos são gerados, em sua maioria, por comportamento patológico. Nos espaços públicos das cidades, a violência guarda uma íntima inter-relação entre criminalidade, pobreza e narcotráfico (RODRIGUES, 2002).

O que se percebe nas grandes cidades são parques públicos sendo murados; as praias segregadas; os centros públicos de diversão, fechados; congregações de jovens e torcidas, proibidas e, apesar dessas medidas, os lugares públicos e as ruas vão se tornando cada vez mais perigosas. Essas áreas vão deixando, assim, de serem vistas como o lócus de sociabilidade, juntamente com as relações de vizinhança.

O enclausuramento de grupos em suas classes e guetos é um empecilho às possibilidades de vivência coletiva e, assim, nega o fato da cidade como *pólis*, que se funda na possibilidade de pessoas diferentes poderem viver em conjunto e estabelecer contato político. Instala-se na sociedade, em relação à cidade e ao espaço público, uma espécie de agorafobia coletiva. Em um primeiro momento acontece a fuga, o não-uso, o esvaziamento da função

política simbólica identitária da cidade; posteriormente, essa agorafobia se transforma em medo, rejeição, pavor do espaço público, porque não se caracteriza mais como protetor, conectador e integrador (ROLNIK, 2000) .

Entretanto, essas constatações da perda de prestígio dos espaços públicos e do isolamento humano não implicam a impossibilidade histórica de mudança, pois existe dentro da sociedade contradições e conflitos que podem resultar em possibilidade de reação em prol de modificar o futuro a partir das práticas presentes, sendo possível a partir de uma *práxis* inovadora, um processo de redefinição nos quadros da vida social coletiva que, gradativamente, possa modificar as práticas sociais e espaciais a partir da contemporaneidade.

Os espaços públicos de lazer urbano, pensados como espaço social onde se desenvolvem relações entre seres, grupos, meios, classes, são riquíssimos em possibilidades de vivências coletivas revolucionárias, no sentido de possibilitar essa *práxis* social inovadora.

O desafio atual é, portanto, o de retomar o espaço público como lugar de uma participação ativa, normalizada e refundá-la como um espaço de política, de uma atividade cotidiana, de um agir relacional, sem deixar de sonhar com as utopias, porém com os pés na realidade, na prática diária consciente. Os espaços públicos urbanos necessitam ser pensados como terrenos privilegiados da matriz de relações entre o público e o privado, pois é o território das práticas sociais, que permite a vivência do direito e justiça (GOMES, 2002).

A violência existente nesses espaços deve ser pensada a partir de uma percepção mais ampla, que extrapole os interesses dos que não necessitam deles para as suas atividades do cotidiano. Deve-se refletir principalmente acerca dos principais motivos do perigo existente nessas áreas, e em que medida poderá ser superado a partir de novas formas de atuação nesses espaços.

Essa atuação deve se basear numa nova forma de planejar esses espaços em prol de torná-los mais agradáveis e menos violentos. Para isso, essas áreas necessitam ser construídas

com vistas às necessidades da comunidade usuárias do seu entorno, para guardar uma identidade com esta e assim possibilitar um sentimento de pertencimento gerador de responsabilidades frente ao seu uso e sua conservação, além de uma normalização do uso desses espaços, sem descartar um policiamento não ostensivo do lugar.

Nesse sentido, torna-se necessário pensar o espaço urbano como espaço de possibilidades, no qual os espaços públicos de lazer, por não se caracterizarem pelo ideário do privado, base do pensamento capitalista, podem assumir um papel privilegiado para a construção de uma solidariedade em prol de uma sociedade mais igualitária.

2.4 As possibilidades dos espaços públicos urbanos de lazer

O lazer, ao ser entendido como uma possível vivência social ocorrida no tempo/espaço conquistada pelo cidadão, aponta para a dimensão pública desse fenômeno, pois, como direito, o lazer deve fazer parte da política social, partindo do princípio de que o Estado deve prover condições básicas para seu exercício por todos.

No entanto, cada sociedade apresenta uma percepção diferente das dimensões social e temporal que são decorrentes das formas em que se organizam numa estrutura social específica. O tempo e o espaço se materializam no espaço urbano a partir das ações desenvolvidas pelos seus habitantes, de acordo com as condições econômicas, históricas e políticas existentes.

O espaço se organiza por um processo social que reage a si mesmo e a esse processo, sendo, assim, ao mesmo tempo, produto e reproduzidor de materialidades e relações sociais existentes. De acordo com Lefebvre (2001b, p. 48):

Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obras sem coisas, sem uma matéria a ser moldada, sem uma realidade prática-sensível, sem um lugar, uma natureza, um campo e um meio. As relações sociais são atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a esse mundo sensível e no entanto não fluem no ar, não fogem na transcendência.

Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas às quais se tem acesso. Na sociedade atual, o tempo é comprimido pelas novas tecnologias e o mundo encontra-se sujeito às mudanças sociais num ritmo e numa profundidade nunca vista.

No mundo ocidental e nas sociedades capitalistas, o tempo pode ser estabelecido pelo contraste entre tempo de trabalho e tempo livre, e os espaços podem ser concebidos como individuais e coletivos, privados e públicos etc. Essas relações vêm se diferenciando de acordo com os estágios do capitalismo em cada sociedade (HARVEY, 1993).

O tempo e o espaço do lazer nas sociedades contemporâneas ganham destaque, pois o tempo livre, longe de ser concebido apenas como tempo de ócio e de reposição de energias pelo trabalhador, passa a ser percebido também em outras dimensões: tanto pode se concretizar em ações de reforço ao capitalismo dominante a partir do lazer-produto para o consumo de massa, onde prevalece a visão empresarial e o *marketing*, quanto pode tornar-se tempo de ação em forma de resistência, em prol de uma sociedade baseada na solidariedade.

As cidades contemporâneas apresentam formas que são influenciadas pelas exigências da transição para a acumulação flexível, pelas novas maneiras organizacionais e pelas novas tecnologias produtivas que reduziram os tempos de produção, troca e consumo, e por um acelerado processo de desqualificação e requalificação para o trabalhador, tornando-se relevante compreender as questões espaço-temporais do lazer atuais.

Isso remete à análise da evolução do conceito de lazer e da relação entre o lazer e o urbano no decorrer da evolução histórica da humanidade. Para tanto, torna-se indispensável compreender o papel do trabalho e do ócio em diversos momentos, bem como identificar como se reflete no espaço urbano atual.

2.4.1 Tempo e espaço de lazer

Um fato importante a se destacar na análise das questões pertinentes ao lazer é que a utilização do tempo livre tanto guarda especificidades de acordo com cada época, como também tem relação com as diferenças na estrutura social desses períodos.

Nas sociedades do período arcaico, o trabalho e o jogo estão interligados às festas, nas quais o homem participava dos mitos, lendas e do mundo de seus ancestrais, o trabalho e o não trabalho possuíam significados de natureza coletiva na vida da comunidade (DUMAZEDIER, 1999).

Nas sociedades antigas, principalmente na Grécia, o tempo livre era de grande importância, valorizava-se, acima de tudo, a contemplação e o cultivo de valores nobres em contraposição ao trabalho cotidiano considerado como empecilho das atividades humanas superiores desenvolvidas pela elite. A ociosidade dos filósofos da antiga Grécia ou dos fidalgos da Idade Média fundamentava-se nos valores aristocráticos e no trabalho forçado, baseados nas diferenças entre os indivíduos e na sorte, e não se definia em relação ao trabalho.

Já em Roma, o tempo de não-trabalho apresenta um uso instrumental sendo compreendido, não como oportunidade de contemplação, mas de recuperação e preparação do corpo e do espírito para a volta ao trabalho. Desenvolveu-se aí uma preocupação com a diversão popular, não mais restrita às elites. Isso não significava que a elite e os populares compartilhassem as mesmas possibilidades de acesso à diversão, sendo priorizada às elites as atividades em que a reflexão fosse elemento de destaque. Organizadas pelo Estado, as práticas populares eram consideradas vulgares e desempenhavam o papel de controle social (WERNECK, 2000).

Ainda segundo Werneck (2000), nos tempos medievais, a população, em geral, utilizava o tempo livre para descanso e festas. Para as massas era exíguo e, para os nobres, o ócio era um tempo de exibição social, de exposição de gostos luxuosos e sem finalidade social. O trabalho era considerado como responsabilidade dos menos abastados, responsabilidade dos servos e camponeses. Com a ascensão do puritanismo e das idéias dos reformistas o não trabalho passa a ser considerado como um vício.

No final do século XVIII, com o advento da implantação do modelo de produção fabril, observa-se uma artificialidade na divisão dos tempos sociais. O tempo diário passa a ser demarcado pela jornada de trabalho. O moderno fenômeno do lazer surge de uma tensão entre classes sociais, com a organização das camadas populares por maior disponibilidade de tempo livre – menos horas diárias de trabalho, férias, aposentadoria etc.

A Era Moderna trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho. As teorias tanto de Adam Smith quanto de Karl Marx, partem da afirmação do trabalho como suprema capacidade do homem de construir o mundo. Na teoria marxista, a reprodução das relações de produção implica tanto a extensão quanto a ampliação do modo de produção e de sua base material. Segundo essa abordagem, os bens produzidos em abundância se estenderiam ao mundo inteiro em benefício de todos.

De fato, a expansão da produção ocorreu, porém, não em favor de toda a coletividade, pois as forças produtivas transformaram-se em prol da acumulação e agregaram novos setores de produção, conseqüentemente de exploração e de dominação. Entre esses setores, citamos: informática, telecomunicações, transportes, turismo, lazer etc (LEFEBVRE, 2001 a).

Assim, as discussões das questões pertinentes ao tempo livre humano, que adquiriu destaque após a Revolução Industrial, aumentam de importância a cada dia, e várias reflexões sobre a relação do tempo livre e a dinâmica social são sistematizadas a partir desse momento.

No pensamento do século XIX, Lafargue (1999), no clássico “O Direito à Preguiça”, apresenta como foco de discussão o significado do trabalho no modo de produção capitalista. Russel (1978), em “Elogio ao Lazer”, aborda o tema lazer como um problema da sociedade de massa marcada pelo consumo. Durante esse mesmo período, a obra de Friedmann (1983), “O Trabalho em Migalhas”, defende que o papel do lazer seria de compensar a frustração perante o trabalho. Nas sociedades industriais socialistas, entre 1956-1962, os estudos sobre o lazer trataram, sobretudo, de suas relações com o trabalho e a produção.

Nas últimas décadas, o tema vem crescendo em importância com a automação e a possibilidade do aumento do tempo disponível humano, existindo publicações como “A Economia do Ócio” na qual o autor, De Masi (2001), afirma que, através da tecnologia, o direito ao tempo livre tende a se democratizar.

A postura desse autor desconsidera, no entanto, as profundas diferenças sociais existentes na sociedade capitalista como se apresenta hoje, além de não considerar o lazer como um elemento do exercício da cidadania, conquista histórica e social, pois o trata como consequência natural do avanço tecnológico. Segundo De Masi (1999, p. 84), “a disponibilidade de trabalho diminui, seja porque as novas tecnologias absorvem ofícios antes desempenhados por trabalhadores e por funcionários, seja porque o progresso das ciências da organização permite maximizar sempre mais a combinação dos fatores produtivos”.

Atualmente, existem várias tendências nas reflexões sobre esse fenômeno. No que se refere ao tempo, existe uma tendência que se fundamenta na atitude perante a ação, na qual todas as situações podem se constituir lazer e outra que pressupõe a necessidade de um tempo liberado do trabalho e das outras obrigações da vida para o exercício do lazer.

A análise do lazer, baseada apenas na atitude em relação às ações do cotidiano fica prejudicada, quando se trata da realidade atual, pois as atividades profissionais são desenvolvidas, tendo-se em vista a remuneração, o que lhe confere um componente de

obrigatoriedade marcante, não permitindo, na maioria dos casos, que o tempo de trabalho se confunda com o tempo de lazer, pois, mesmo sem a satisfação do indivíduo, as atividades remuneradas devem ser executadas.

O lazer, pensado com ênfase apenas ao tempo livre do trabalho, também não é suficiente para a análise do lazer atual, pois existem outros componentes que interferem para sua realização. O desemprego é um deles, onde o ócio, nesses casos, não representa tempo livre para o lazer, é, sim, um martírio para os trabalhadores que estão sem trabalho.

Assim, deve-se destacar a dicotomia de tempo livre no mundo dos que dispõem de emprego e a existência de grande massa de desempregados, ambos os fatos decorrentes do mesmo avanço tecnológico e sua articulação com a produção capitalista atual. Esses fatos são conseqüências das transformações econômicas e sociais ocorridas na economia a partir da década de 1970, e que assumem formas específicas nos atuais mercados urbanos de trabalho. Segundo Sassen (1998, p. 132),

[...] as mudanças no funcionamento desses mercados têm inúmeras origens possíveis, a mais evidente entre elas se deve a mudanças de longo prazo no equilíbrio ocupacional e industrial dos empregos, o que afeta diretamente o *mix* das características do emprego, inclusive os níveis salariais e a estabilidade, bem como os tipos de carreiras disponíveis para os trabalhadores locais.

Existe uma mudança significativa na demanda por mão-de-obra, influenciada pela nova flexibilidade que os empregadores tendem a procurar, pressionada pela competição internacional, pelo mercado instável de produtos e pelo enfraquecimento do apoio político e programas setoriais oficiais. Essa nova flexibilidade significa mais empregos temporários, trabalhos em turnos parciais e desemprego.

Em relação à oferta, um fator fundamental tem sido a persistência de alto nível de desemprego, o que altera a posição de negociação dos empregados e provoca a insegurança ou marginalização dos grupos menos favorecidos no mercado de trabalho.

O que se percebe é que se torna indispensável uma compreensão ampla das questões temporal e atitudinal quando se analisam as possibilidades de lazer na sociedade atual. Dessa forma, o lazer será considerado, nessa análise, abrangendo as duas variáveis – tempo e atitude, enfatizando a qualidade das atividades desenvolvidas. Evidenciando-se como conceito base o elaborado por Dumazedier (1999, p. 91), no qual o lazer é visto:

Como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

A análise do lazer permite ainda reflexões sobre o seu papel social, podendo ser abordado numa visão funcionalista, libertária, revolucionária, e mercantil.

Quando se enfatiza o papel social do lazer apenas no seu caráter libertário resultante da escolha pessoal, deixa-se de apontar as limitações socioeconômicas existentes, pois o fator econômico é determinante na distribuição do tempo disponível entre as classes sociais.

Os indivíduos que têm a preocupação diária com a sobrevivência biológica dificilmente poderão adotar ações que lhes tragam diversão no pouco tempo disponível que lhes resta. Para os pobres, considerando-se dentro de uma escala hierárquica de necessidades, as atividades de lazer passam a ser encaradas como não prioritárias, principalmente para as camadas de mais baixa renda, cujo tempo livre do trabalho remunerado oficialmente é, muitas vezes, preenchido por outras tarefas não remuneradas ou em trabalhos esporádicos “os bicos”.

Para esses, o tempo disponível decorrente da aposentadoria se lhes revela também uma ilusão, pois os problemas financeiros os levam muitas vezes a desempenhar algumas atividades remuneradas durante esse período. Enquanto isso, “A classe alta acumula

privilégios não somente quanto ao tempo disponível, mas também em relação à disponibilidade e às condições para uso desse tempo” (MARCELLINO, 2001a, p. 50).

É necessário salientar que o tempo disponibilizado pelo uso das novas tecnologias não garante, nesses casos, uma maior vivência qualitativa do lazer para toda a sociedade, principalmente na pós-modernidade, marcada por tantas diferenças sociais, pelo desemprego, trabalhos informais etc.

Na visão funcionalista, o lazer fica reduzido à função reparadora do trabalho. Essa atividade é vista como instrumento para melhorar o desempenho, considerando o homem como máquina. Nesse caso, o lazer pode, ainda, ser considerado como instrumento de dominação, em prol de minimizar conflitos sociais e como reforço à alienação do homem contemporâneo frente à sua própria natureza (MARCELLINO, 2001 a).

Na atualidade, o lazer vem ganhando importância devido a sua vinculação ao mercado, podendo ser tratado como uma rentável fonte de bens e serviços a serem consumidos como produto capaz de gerar lucro para aqueles que detêm o poder social e político. Segundo Sassen (2000, p. 117), “[...] ocorre o aumento do poder das empresas, sempre prontas a usufruir a oportunidade de transformar espaços públicos em projetos empresariais, mudando a identidade do local [...]”

No espaço urbano, essa forma de lazer, mercantil, materializa-se em formas de shopping, bares, boates, festas, shows, clubes, eventos esportivos, cinemas, *lanhouses* – bares com jogos eletrônicos e Internet, parques temáticos, cassinos, hotéis fazenda, lugares turísticos e outros.

Como mercadoria, existe, no entanto, um grande paradoxo no próprio desenvolvimento desse tipo de lazer, pois o trabalhador necessita cada vez mais de tempo de trabalho para praticá-lo, sendo necessário, trabalhar mais para obter mais rendimentos para

adquiri-lo em forma de mercadoria. Isso leva à procura pela maior quantidade de horas de trabalho, conseqüentemente menor quantidade de tempo livre.

Arelada às questões econômicas e conjunturais, a mídia exerce grande influência na escolha entre os diversos tipos de lazer, na atualidade. Sabe-se que as despesas do lazer nos orçamentos das famílias aumentam em função do *marketing*, por meio do qual são criadas necessidades de consumo e impostos novos padrões de comportamento.

As principais experiências de lazer difundidas pela TV, rádio, jornais e revistas, imprimem um processo de padronização cultural que tende a fortalecer e concentrar o poder existente, ao mesmo tempo em que desvaloriza a diversidade cultural (WERNECK, 2000). Muitas experiências de lazer acabam subjugando as pessoas ao modismo e à homogeneização cultural em diferentes perspectivas em termos de linguagem, gestos, comidas, músicas, roupas, atitudes e valores etc, e ainda enaltece o efêmero, a aparência, a aventura e o erotismo.

Uma idéia que se consolida mais recentemente sobre o lazer é a que se contrapõe à percepção mercantilista. Refere-se a uma abordagem como resistência à reprodução social. Nessa perspectiva, por meio das práticas de lazer, os homens podem, consciente ou inconscientemente, realizar – na extensão de suas possibilidades – a crítica de sua vida cotidiana. O lazer nesse sentido, analisado como fenômeno social, pode apresentar vários significados, o que permite considerar suas possibilidades em termos de atividade transformadora (revolucionária no sentido de mudanças de valores e atitudes).

Ao ser visto como possibilidade revolucionária e enfatizado enquanto direito social (um dos elementos do exercício da cidadania) fundamental para a busca de qualidade na vida, o lazer representa uma alternativa para o enfrentamento dos limites sócio-culturais históricos de nossa sociedade.

Assim, é tratado, nessa tese, como necessidade, como direito social conquistado historicamente pelos assalariados na limitação da jornada de trabalho, no fim de semana livre

e nos feriados remunerados, bem como são tratadas as suas possibilidades revolucionárias. Para Lafargue (1999, p. 112), é na hora do ócio que surge a consciência da liberdade, e enaltece esse tempo ao exclamar, “– preguiça, tenha piedade de nossa miséria! Preguiça, mãe das artes e das virtudes nobres, seja o bálsamo das angústias humanas!”

Dessa forma, as atividades políticas e de lazer podem se imbricar. Como o tempo liberado do trabalho pode favorecer a convivência e a consciência das necessidades da comunidade, aumenta a possibilidade de uma atividade reivindicatória, principalmente no seio das minorias que necessitam lutar por seus direitos.

Ao compreender que o tempo de lazer não tem sido ampliado para todos pelos avanços tecnológicos, e que ele vem crescendo apenas para algumas camadas da sociedade, destaca-se uma maior necessidade da luta pela conquista desse direito por todos os cidadãos.

O tempo liberado dos afazeres, ao ser privilegiado como tempo para mudanças, pode se constituir em elemento de negação da revolução científica e tecnológica que enfatiza a produção, baseados no trabalho e na organização, pois esse tempo, por ser permeado pelos sentidos de liberdade, autonomia, criatividade e prazer, torna-se de grande importância ao que se refere às lutas sociais, com considerável significado sociocultural e político na vida das pessoas.

É evidente que o lazer não possui a propriedade de anular os condicionantes sociais, nem de instaurar a liberdade absoluta, mas o poder de escolha de ação dentro do tempo dessa atividade é uma realidade mesmo que limitada, que pode ser potencialmente aproveitada em prol de transformações sociais significativas.

Assim, é fundamental a atenção dada tanto às questões econômicas, quanto às que dizem respeito ao habitual, ao cotidiano, ao familiar e, paralelamente, ampliar a observação para a pluralidade de situações sociais e culturais, visando a uma mobilização política. Daí a

importância das reflexões acerca do espaço vivido e o direito ao entorno, quando tratamos do lazer nas cidades contemporâneas.

É no espaço que o tempo se concretiza pelas ações individuais ou coletivas em formas, onde os processos podem ser compreendidos, relacionando-se o dia-a-dia de acordo com as condições materiais existentes. A organização do espaço é não apenas um produto social, mas, simultaneamente, repercute na moldagem das relações sociais.

O espaço é, nesse sentido, um campo de possibilidades concretas onde o tempo vivido ganha existência material. É concebido como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Segundo Santos (1998a, p. 42): “Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições”.

O lazer, considerado como ação humana não pode, assim, extrapolar a existência espacial das ações (mesmo que do ponto de vista filosófico possa ser pensado como atitude em relação às atividades do cotidiano). Os tipos de trabalho, de percursos, e de moradia representam, muitas vezes, empecilhos para as atividades lúdicas preferidas, mesmo que essas requeiram apenas contemplação ou descanso, devido às limitações espaciais, como residências precárias, paisagem degradada, poluição etc.

A obtenção do tempo livre e sua distribuição entre as classes sociais tanto quantitativamente quanto qualitativamente, são decorrentes de forças que produzem a sociedade, e as atividades desenvolvidas nesse tempo guardam profundas ligações com a distribuição dos espaços públicos de lazer nas cidades.

A sociedade atual se encontra ainda longe da meta da liberdade e dos direitos universais para todos. Dificilmente alguém pode dizer-se totalmente livre para a escolha do

seu tipo de lazer, porque, na prática, as possibilidades temporais e espaciais reais limitam, muitas vezes, as preferências individuais.

O lugar interfere nas possibilidades individuais de exercício do lazer, independentes da personalidade, virtualidade ou qualquer outro diferencial na forma individual, pois as possibilidades não são as mesmas em todos os lugares. O lazer na cidade é restrito, então, para os que não podem pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha, pela praia e pelo ar puro, que deveriam ser públicos porque são essenciais.

Os desejos e a necessidade de lazer, unidos à capacidade econômico-financeira que o viabiliza na medida do tempo livre real, determinam, a criação e/ou a adoção da diversidade de tipos de recreação pelo indivíduo. Assim, as possibilidades do lazer urbano relacionam-se diretamente às questões referentes às desigualdades sociais, pois, da mesma maneira que os ricos, também os pobres almejam possibilidades de entretenimento e repouso no seu cotidiano; o que diferencia essas práticas está intrinsecamente relacionada às condições materiais e culturais que permitam o seu exercício. O espaço público de lazer urbano surge, então, como a possibilidade material para a democratização das oportunidades de lazer nas cidades atuais.

2.4.2 Espaços públicos de lazer nas cidades contemporâneas

Pensar o espaço público nas cidades contemporâneas apresenta-se como tema de grande importância para a sociedade atual, pois os moradores das áreas urbanas estão perdendo gradativamente o espaço vital e, em decorrência, sofrem uma queda na qualidade de vida.

O lazer pensado na perspectiva do tempo livre e uma ação exercida neste remetem a um dos problemas que se apresenta na cidade contemporânea: o de organização dos espaços

destinados a tal fim e sua utilização. As reflexões sobre o espaço vital têm geralmente uma ênfase voltada para os espaços de trabalho e de moradia, ficando a utilização de espaços disponíveis, no tempo livre, à mercê das condições econômicas do indivíduo.

Então, a análise dos espaços públicos de lazer deve enfatizar o direito de todos, sendo necessário observar tanto os aspectos físicos e mecânicos das atividades neles desenvolvidas, bem como as carências da comunidade que os utiliza.

Ao caracterizar os aspectos desses espaços são tratados os termos “equipamentos” e “espaços” como sinônimos, já que o espaço é o suporte para os equipamentos que são os objetos que os organizam para determinadas atividades. Dessa forma, a análise recairá sobre o conjunto de espaço e equipamentos, que permite compreender melhor, as diversas possibilidades de seu uso.

A questão do lazer urbano não se restringe apenas à existência de condições ambientais favoráveis, como a existência de praias, rios, lagoas e reservas florestais, sendo necessária, nas cidades, a implantação de certos sistemas de circulação, infra-estrutura, parques etc, que permitam os seus usos pelo cidadão no tempo livre disponível.

Para classificar os espaços de lazer, são consideradas as suas possibilidades no cotidiano e é tratado principalmente o elemento distância em relação ao domicílio, o que permite agrupá-los como: espaços de lazer domésticos, considerados os que existem no âmbito privado; os espaços de lazer de vizinhança, os que permitem atividades que se praticam no meio imediato ao domicílio, no cotidiano banal e os espaços de lazer turísticos, os que exigem maiores deslocamentos, inclusive pernoite (RODRIGUES, 2002).

Os lugares turísticos são abordados ao apresentarem relações com aspectos do lazer de vizinhança. A principal característica do lazer turístico, atualmente, é seu caráter de consumo, mercadoria utilizada principalmente por indivíduos que dispõem de condições financeiras para arcar com as despesas de deslocamento e estada nestes locais. O turismo causa bem-estar

para quem o desfruta, porém muitas vezes agrava os problemas da população local, supostamente beneficiada pela economia gerada por essa atividade.

Algumas marcas são deixadas pelas atividades turísticas no espaço urbano. Entre elas temos: o aumento da prostituição, elevação do custo de vida, maior especulação imobiliária, choques culturais e poluição.

O lazer doméstico (localizado na própria residência) é outro fenômeno cada vez mais percebido nas camadas de maior renda o que vem dificultando o entendimento da necessidade de espaços públicos destinados ao lazer, no âmbito das classes média e alta, pois, o espaço privado de lazer ganha uma importância crescente, principalmente para os que têm acesso aos bens de consumo, entre eles: a Internet, as áreas nos condomínios fechados, shoppings, clubes etc. Porém, os espaços privados não se constituem da mesma forma em espaço atrativo de lazer para a camada de menor poder aquisitivo. Devido a sua falta de condições materiais, não dispõe, geralmente, em suas residências, de áreas que propiciem a recreação.

Sendo assim, com a ausência de espaços públicos de lazer nas cidades, é exatamente a camada mais pobre da população que é empurrada para dentro de suas casas no tempo disponível para o lazer, e a que menos tem condições de desenvolver atividades produtivas no âmbito doméstico. Nas residências dos mais pobres, o espaço é exíguo tanto em termos de área construída como de quintais ou áreas coletivas, quando existem. Os espaços públicos de lazer são, então, de uma grande importância para os de menor renda, permitindo-lhes maior convívio social e melhor qualidade de vida. Conseqüentemente, maiores possibilidades do exercício da cidadania.

Atualmente, nas cidades, a desvalorização dos espaços públicos acessíveis é um fenômeno que ocorre paralelamente à privatização da esfera arquitetônica pública: os parques são abandonados ou cercados; as praias tornam-se segregadas e privadas, e, as ruas ficam desoladas e carregadas de perigos reais ou imaginários. Segundo Santini (1993, p. 43),

O solo urbano acaba por se tornar solo para construir, no sentido da especulação imobiliária, e a paisagem urbana é basicamente criada pelo homem para seu habitar. Dentro do crescimento desordenado e desequilibrado das grandes cidades, um dos aspectos mais vulneráveis é o dos espaços destinados ao lazer.

O planejamento urbano, no que se refere à prioridade dada aos espaços de fluxos em detrimento dos espaços destinados à permanência de comunidades, é reflexo de uma lógica urbana que também menospreza os espaços públicos de lazer. Assim, áreas livres, sem outra função urbana que o lazer, foram cedendo espaço para avenidas e automóveis, prédios, indústrias e até mesmo terrenos para especulação. O convívio real e pessoal nas cidades vai se enfraquecendo (SANTINI, 1993).

Nas cidades de hoje, os poucos espaços vazios que existem são utilizados, geralmente, de acordo com a lógica do mercado e da especulação imobiliária. Os espaços livres encontrados nas cidades não são planejados para o convívio, existindo, por parte do poder público, uma preocupação permanente com obras de alargamento de avenidas, construção de túneis, viadutos e pontes, ou seja, o aumento do espaço de circulação para veículos, o que qualifica o espaço público com características de espaço de passagem.

A verticalização, fenômeno crescente em muitas cidades médias e grandes, também vem se constituindo em formas que desvalorizam os espaços públicos, pois, ao concentrar moradias, não libera áreas livres para atividades coletivas, e muitas vezes, incorpora, indevidamente, como apêndice privado, outros espaços contíguos aos condomínios. A implantação das “áreas de lazer” nos edifícios está longe de corresponder à função de socializar perante a vizinhança, tornando-se áreas privadas, muitas vezes, de pouco convívio entre pares e raramente entre diferentes.

Quanto ao lazer de vizinhança, percebe-se que os espaços livres das proximidades das residências geralmente não são planejados adequadamente com equipamentos públicos de lazer, notando-se, em muitos casos, a ausência de mobiliário como: bancos, fontes de água e

bebedouros, ou arborização, quadras poliesportivas etc. Nessas condições, não se tornam áreas convidativas à permanência e, conseqüentemente, à convivência social.

Para Marcellino (2001 a), democratizar o lazer no espaço urbano implica a democratização do espaço. Porém, o espaço nas cidades é sujeito à especulação imobiliária, que o racionaliza para receber mais pessoas por metro quadrado de terreno e reduz as unidades habitacionais dos pobres à dimensão mínima, além de valorizar, excessivamente, os vazios urbanos já dotados de infra-estrutura.

Outra questão importante quando se trata do lazer de vizinhança, refere-se às distâncias entre as unidades de moradia e os equipamentos específicos para o lazer, fato que se verifica na maioria das cidades, e são uma barreira socioeconômica para utilização desses equipamentos pelas classes de menor poder aquisitivo, pois os mais pobres necessitam pagar tarifas de transportes urbanos, em seus deslocamentos, para utilizá-los.

O cidadão necessita, nesses termos, de áreas próximas à sua moradia para que lá exerça atividades de lazer, evitando os deslocamentos, que já consomem parte do tempo disponível para essas atividades (SANTINI, 1993).

Portanto, a ação democrática, em relação aos espaços de lazer, necessita abranger a construção de equipamentos públicos em locais adequados e acessíveis, além de envolver uma mudança da mentalidade na utilização dos equipamentos, na busca de uma maior participação popular em atividades comunitárias, como também deve envolver a luta em defesa de um patrimônio ambiental-urbano e de uma melhor qualidade de vida.

Geralmente, as atividades de lazer oferecidas nos espaços públicos são impostas artificialmente e não permitem maior autonomia pessoal. Os equipamentos de lazer urbanos têm também apresentado uma tendência à privatização, tornando-se, muitas vezes, produto do mercado. As empresas de entretenimento estão aumentando, significativamente, seu poder em busca de transformar os espaços públicos em projetos empresariais que acabam prejudicando

o morador do local, muitas vezes com ajuda do Estado. Os lugares se descaracterizam diante da sobreposição de produtos de lazer que estão na moda no mercado mundial e apresentam pouca identidade com o local.

Para se possibilitar um lazer criativo e participativo para todos, é necessária uma justa distribuição do tempo e do espaço, somada a uma ação cultural democratizante, tendo por base a cultura popular que apresenta como ponto de referência o patrimônio cultural das artes, das ciências e da filosofia, articulada com uma postura crítica, para evitar o conformismo da imitação e reprodução simples do passado. O resgate do plano cultural, nesse sentido, não implica abandono das questões econômicas e políticas, que podem surgir a partir de movimentos reivindicatórios perante as possibilidades e limitações do cotidiano (MARCELLINO, 2001 a).

Assim, a democratização qualitativa e quantitativa do lazer não pode estar dissociada da realidade total, surgindo, assim, a reflexão acerca da superação das contradições existentes na vida social como um todo. É necessário refletir sobre os diversos tipos de privação e as possibilidades de distribuição dos bens materiais e culturais por todos. Dessa forma, ter acesso e oportunidades de lazer e delas usufruir coloca-se no mesmo campo dos anseios e expectativas em prol de suprir as necessidades humanas.

2.4.3 O poder público e as possibilidades dos espaços públicos urbanos de lazer

Enfatizar a importância social do lazer requer um entendimento dos espaços públicos como necessários ao convívio e ao encontro, e o despertar para a consciência de que o espaço urbano equipado e conservado para o lazer é indispensável para vencer diferenças pela solidariedade, o que possibilita uma vida melhor para todos.

A questão espacial do lazer nas cidades sofre interferência do poder público, na medida que os instrumentos de políticas urbanas democráticos não podem deixar de garantir espaço público para esse fim. O valor dos espaços públicos de lazer nas cidades, parques, praças, equipamentos comunitários, deveria ser premissa para o planejamento dito democrático, feito pelos órgãos responsáveis pelo urbanismo.

Do ponto de vista urbano, existem várias normas e procedimentos que podem influenciar na valorização dos espaços públicos, as leis de uso e ocupação do solo, os códigos de obras, e as posturas municipais que são parâmetros indispensáveis para regular a forma urbana.

Percebe-se, no entanto, uma crescente privatização dos espaços de convivência social que restringe sua utilização aos que detêm renda. Nas cidades, aos poucos, as casas unifamiliares vão sendo substituídas por condomínios fechados, os espaços públicos de lazer pelos clubes e centros de entretenimento e as ruas e calçadas por corredores para passagem de automóveis.

Isso implica ser necessário resgatar o papel do social e minimizar os aspectos privatizantes na construção da política urbana, resgatando direitos e princípios de universalidade dos mesmos, numa atuação estatal em prol da diminuição das desigualdades na distribuição da renda e riqueza. Nesse sentido o lazer, como política pública, requer a sua conexão com as outras políticas setoriais, onde as perspectivas vislumbradas carregam uma visão político-ideológica.

Cabe ao poder público, em parceria com a sociedade civil, construir essas políticas sociais para satisfazer as necessidades individuais e coletivas existentes e desenvolver cidadãos ativos, capazes de desfrutar de uma vida saudável baseada no conhecimento, liberdade política, segurança social, participação e direitos humanos garantidos.

Nas cidades onde a população é partícipe na sua gestão, o tempo livre, articulado à existência dos espaços públicos, permite maior possibilidade comunicativa entre os indivíduos, o que possibilita pensar e agir de forma mais efetiva em prol dos interesses da comunidade, gerando uma identidade de classe a partir da consciência e da percepção das diferenças e uma luta pela distribuição social da riqueza e do direito a usufruir todos os seus bens e prazeres, conseqüentemente, uma participação política mais ativa (MARCELLINO, 2001 a).

Nessa perspectiva, a proximidade física entre as classes causada pela concentração de pessoas nas cidades e as ações desenvolvidas no espaço público, podem reduzir o distanciamento social, facilitar o contato humano, combater o isolamento e diminuir a violência, rompendo a individualização que predomina hoje.

Entretanto, os espaços públicos de lazer urbanos parecem não gozar de valorização e nem são entendidos como essenciais, não recebendo a atenção necessária por parte das políticas urbanas atuais. Assim, o que acontece, geralmente, é o descaso e o conformismo dos diversos segmentos da população, no que diz respeito à reivindicação e ao cuidado acerca desses espaços.

A valorização do espaço público de lazer é uma questão pertinente ao poder público, pois a iniciativa privada e o investimento privado segregam cada vez mais a população em guetos, onde os ricos têm todas as possibilidades que o capital pode proporcionar e os pobres ficam apenas com alternativas de lazer restritas e muitas vezes inadequadas.

Cabe, assim, aos vários níveis de atuação do Estado, buscar soluções para criação, conservação e animação de espaços de lazer de acordo com as necessidades da população. Os governos locais não podem ficar reféns da política globalizante, que os coloca no insignificante papel de preparar a cidade para receber os novos padrões de produção do

mundo global. A cidade deve ser colocada a serviço da sua população, e não representar um simples produto a serviço do desenvolvimento de atividades lucrativas.

As políticas públicas de lazer devem também procurar a participação popular na seleção de prioridades dos lazeres de acordo com suas características locais, o que permite um sentimento de identidade e pertencimento que gera uma solidariedade na ação do uso e, conseqüentemente, na conservação dos equipamentos disponíveis (GOMES, 2002).

É necessário, assim, pensar o planejamento da acessibilidade ao maior número de pessoas aos espaços públicos de lazer disponíveis, o que requer um diagnóstico que envolve o estudo do uso e ocupação dos espaços de moradia e seu entorno; de como a população ocupa seu tempo livre e quais suas preferências frente a inúmeras possibilidades de lazer (RODROGUES, 2002).

Esse diagnóstico da situação atual pode, desse modo, encaminhar um planejamento que trace seus princípios, prioridades e estratégias no sentido de possibilitar oportunidades de lazer de forma mais democrática para todas as camadas da população.

Isso deve estar articulado às políticas de ocupação do solo que democratizem oportunidades, resgatem a funcionalidade e a qualidade dos logradouros públicos e melhorem a circulação de pessoas, em prol de favorecer o convívio, a interação e o encontro.

O planejamento de novas centralidades poderia ser uma forma para facilitar a democratização das oportunidades de negócios, acesso a bens culturais e ao lazer. Essas unidades deveriam ser pensadas partindo dos próprios bairros e proporcionariam, aos moradores, uma vida privada e uma vida pública no seu entorno, estimulando, assim, o convívio com os vizinhos.

Esse tipo de planejamento exige, necessariamente, a interação de órgãos governamentais e a formação de uma equipe interdisciplinar com a participação da população interessada. A simples execução de uma obra pública, como praças, quadras e ginásios,

muitas vezes não representa o real desejo da população que passa a não identificar esses espaços como úteis e desejáveis.

O que causa maior preocupação em relação ao planejamento dos espaços públicos urbanos de lazer refere-se exatamente ao fato da simples existência física desses espaços, sem o devido uso, conservação e animação, negar a sua própria razão de existir.

Nesse sentido, uma política urbana do lazer requer tanto o espaço físico quanto a animação sociocultural desses espaços, o que envolve o planejamento de recursos destinados para construir, manter, animar e garantir sua ocupação democrática. Cabendo, ainda, ao poder público, oferecer à maioria da população uma base ampliada de alternativas de lazer nos espaços construídos para esse fim (MARCELLINO, 2001).

Isso implica uma visão do desenvolvimento do lazer na qual o poder público e a comunidade devem construir coletivamente seu uso do tempo livre, e onde são importantes as possibilidades oferecidas pelo poder público em forma de equipamento, bem como o agir comunitário e seu poder de gerir suas formas de organização no tempo livre.

Uma formulação de políticas que ofereçam espaços públicos de lazer adequados na cidade passa tanto pela capacidade coletiva de seus atores, a partir das suas potencialidades de auto-organização e de sua identidade com o território, quanto pelo seu poder reivindicatório frente ao Estado, pois o lazer necessita integrar as discussões locais e regionais, traçando metas e objetivos para uma melhor qualidade de vida do cidadão (GOMES, 2002).

Nesse sentido, a análise da distribuição dos espaços de lazer na cidade de Natal implica a compreensão das características do processo de urbanização do país no contexto mundial e nos aspectos regionais e locais, bem como das peculiaridades do planejamento urbano existente nessa cidade.

3 A DINÂMICA DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E A EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NATALENSES

Este capítulo trata da dinâmica das transformações socioespaciais ocorridas historicamente nos espaços públicos na cidade de Natal, ressaltando os destinados às atividades lúdicas da população.

Parte-se do entendimento que cada lugar apresenta características próprias marcadas pela relação dialética entre as especificidades locais, naturais e pelo processo histórico de sua organização. A configuração territorial de determinado país, estado ou município é formada pelo conjunto de recursos naturais e criados, sendo o espaço a totalidade dinâmica resultante da construção social sobre a configuração territorial, existindo, dentro de cada território, intencionalidades que se concretizam em diferentes escalas, onde as dos níveis federal, estadual e municipal se articulam no lugar.

Atualmente, com a globalização – aqui entendida como mundialização da produção, da circulação e do consumo – as transformações locais guardam intensa relação com outros lugares, regiões e países. Essa relação entre os lugares, no entanto, não homogeneiza a todos, pois é seletiva, privilegiando certos setores, atividades, grupos ou segmentos sociais em detrimento de outros. Torna-se importante conhecer de que forma os lugares específicos estabelecem relações com os outros lugares a partir de suas peculiaridades locais e assim compreender melhor a organização desses espaços. Segundo Bitoun (1997), para entender como se processam as transformações intra-urbanas é necessário, também, livrar-se das delimitações rígidas e analisar as diversas escalas, sendo importante considerar as práticas operadas por agentes públicos e privados inter-relacionadas à escala da globalização e a escala da vizinhança.

Considera-se, assim, que as mudanças no espaço urbano dependem dos contextos históricos, territoriais e institucionais, e das especificidades do desenvolvimento em sua

articulação local/global. Portanto, para compreender a distribuição espacial das áreas públicas de lazer na cidade do Natal como se apresenta hoje, torna-se necessário resgatar os fatores que mais influenciaram nessa produção no decorrer do tempo, sendo indispensável a análise da dinâmica de transformação da cidade do Natal, cujo processo de expansão urbana está atrelado ao processo de mudanças norte-rio-grandenses e brasileiras no contexto mundial.

Para análise do processo de urbanização e da formação das cidades no Brasil foi enfatizado o suporte teórico fornecido por Santos (1999), Carlos (1994), Ribeiro (1997) e Corrêa (1997).

Segundo Santos (1998), todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas em suas organizações internas que partem de um problema estrutural que perpetua seus problemas, existindo, no entanto, uma tendência crescente à diferenciação e à complexidade destes; tendo, como elementos influenciadores, o seu tamanho, tipo de atividades e região em que se inserem.

Nesse sentido, foi analisada a articulação entre o processo histórico da urbanização de Natal no contexto da urbanização brasileira, bem como se resgata a maneira como os espaços públicos de lazer foram pensados pelo planejamento urbano local.

Os espaços públicos de lazer em Natal foram vistos a partir de uma discussão mais ampla a respeito do processo de produção e reprodução do espaço urbano, pois os lazeres urbanos se expressam na paisagem das cidades e, para compreender as suas formas espaciais, torna-se necessária a compreensão das funções, estruturas e processos sociais que os engendram. Essa análise remete ao tema do direito à cidade (quanto à habitação e quanto ao seu entorno), o que torna importante relacionar o planejamento urbano e seus reflexos na vida da população, no que se refere ao tratamento dado pelo Estado aos problemas socioambientais locais.

O espaço urbano natalense apresenta uma longa história de práticas profissionais que interferem na forma como os espaços públicos urbanos de lazer são usados na cidade. Como as mudanças de condições de uso dos espaços públicos urbanos estão intimamente relacionadas com as transformações socioeconômicas da cidade e seu planejamento urbano, utilizar-se-á uma periodização que permite uma compreensão das principais marcas que permaneceram durante a evolução dos espaços públicos urbanos de lazer e que se apresentam como características importantes para a compreensão da realidade diagnosticada atualmente, bem como permita reconhecer tendências deste processo.

Para essa análise, torna-se, ainda, indispensável, o entendimento de como tem se processado o entrelaçamento do planejamento público referente ao lazer a nível nacional, estadual e municipal, e como se relaciona ao uso do solo e ao planejamento urbano de Natal. Para Marcelino (2001a), falar numa política de lazer significa refletir não só sobre atividades, em eventos isolados, significa, também, falar numa política de ordenação do solo urbano incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno.

3.1 O contexto da evolução dos espaços públicos de lazer natalense

O papel dos espaços públicos de lazer varia de acordo com as formas como o lazer é percebido pela sociedade em determinado momento histórico.

As reflexões sobre o lazer no Brasil inicialmente estavam fortemente relacionadas ao esporte e às atividades físicas. O campo acadêmico e de intervenção no país sofreram a influência de experiências norte-americanas difundidas, principalmente, em Porto Alegre, por Frederico Gaelzer; em São Paulo, por Nicanor Miranda; e no Rio de Janeiro, pelo Serviço de

Recreação Operária. As atividades ditas recreativas eram pensadas em prol da manutenção da saúde e recuperação da força do trabalhador (MELO; ALVES, 2003, p. 14).

Nas cidades brasileiras, outra vertente tentava minimizar os problemas decorrentes da modernidade e privilegiavam as intervenções urbanas com intuito higienista, visando a saúde física e mental. As reflexões sobre o lazer também têm sido vinculadas à questão social, como diminuição da violência, da exclusão e da marginalidade, o que remete à elaboração de programas assistencialistas voltados à inclusão social no sentido de falsear uma realidade de conflitos de classes aqui existentes, bem como, são fortemente vinculadas às atividades recreativas ligadas à educação e às escolas. Raramente, no país, o lazer é pensado como possibilidades de vivências coletivas e componente primordial na qualidade de vida.

A partir do final da década de 1960, as discussões relacionadas com o lazer ampliam-se e surgiu uma tendência de tratar o assunto de forma mais crítica. Após a década de 1970, desenvolvem-se, também, as iniciativas voltadas à organização de uma “indústria do lazer e do turismo”, como já ocorrera em outros países. Nos documentos de diagnósticos econômicos para o desenvolvimento do nordeste brasileiro produzidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), aponta-se o turismo como alternativa possível de desenvolvimento regional.

No Brasil o turismo, que é apenas uma das formas de se dispor do tempo livre, tem sido tratado principalmente, a partir das questões econômicas e dos impactos socioambientais nos locais onde se desenvolve. Porém, o lazer é um fenômeno mais amplo, que diz respeito a todos os indivíduos, implicando numa reflexão complexa acerca das questões sociais inerentes a sua prática.

Atualmente, alguns autores brasileiros passaram a focar o lazer como fenômeno social, decorrente das relações sociais e direito de todos, reforçando-o como alvo de intervenções de políticas públicas. Entre eles dar-se-á destaque às obras de Marcelino (2001), Yázigi (2003), Santini (1993), Bruhns (1997), Rodrigues (2002) e Camargo (1999).

Abordar-se-á aqui o lazer como direito social, o que remete à busca por uma sociedade mais justa, e a superação dos problemas de desigualdade e das injustiças que permeiam a realidade brasileira. Portanto, para analisar criticamente as políticas públicas de lazer nas cidades, partir-se-á do pressuposto de que cada intervenção no espaço urbano carrega um componente político-ideológico que orienta essas ações.

Para tanto, é importante a análise dos instrumentos de políticas urbanas, os instrumentos legais referentes ao uso e ocupação do solo, e os que tratam das questões ambientais, no que tange à disponibilidade de áreas verdes e preservação das praias, rios, lagoas etc, das intervenções diretas em construções de equipamentos comunitários, das políticas e ações específicas de lazer, bem como das reações populares a essas intervenções.

O planejamento dos espaços de lazer nas cidades brasileiras tem sido feito dentro das conjunturas sócio-político-econômicas e do comprometimento com diversas visões de mundo de governantes, bem como de técnicos responsáveis pelas cidades e territórios no decorrer do processo de produção desses espaços.

No Rio Grande do Norte, o processo de produção do espaço urbano obedece à lógica verificada em outras partes do Brasil, porém essas determinações gerais também se reproduzem a partir da história do próprio lugar, o que possibilita suas especificidades, as quais serão analisadas no decorrer deste estudo. Para Carlos (1994, p. 40):

há outra dimensão que deve ser considerada; além do fato de o lugar ser produto de determinações gerais, também se reproduz a partir de determinações históricas específicas, que diferenciam os lugares. Desse modo, a cidade aparece como forma particular do fenômeno geral e não como uma abstração teórica.

Nesse sentido, os espaços de lazer em Natal, além das características pertinentes ao processo que ocorre nas outras cidades brasileiras, apresentam peculiaridades devido à dinâmica socioespacial local. A distribuição desses espaços e como se apresentam atualmente na forma urbana é resultante da combinação das intervenções de idades diferentes que se sobrepõem ou se modificam com o tempo.

As praias, rios, lagoas e matas são espaços públicos de lazer importantes quanto a sua disponibilidade para o exercício de atividades de lazer pela população. Isso se reporta, no entanto, ao planejamento urbano de infra-estrutura no que se refere à acessibilidade e às condições para a permanência dos cidadãos nessas áreas e às intervenções estatais. Abordar-se-ão, assim, esses espaços, a partir das intervenções urbanas para esse fim, desde a fundação da cidade até as realizadas atualmente no espaço natalense.

3.1.1 Da cidade espontânea ao planejamento higienista

A cidade de Natal foi fundada em 1599, com o objetivo militar de garantir a posse colonial da área. No entanto, o seu povoamento ocorre de forma muito lenta durante muitos anos. Inicialmente, o seu crescimento foi espontâneo, orientado pelas suas características geográficas. O crescimento incipiente tinha nos primórdios um núcleo reduzido à Cidade Alta, que era seu único bairro. Somente nas últimas décadas do século XVIII, começou a expandir-se em dois sentidos, rumo à Ribeira e em direção ao Baldo (CASCUDO, 1999).

A atual Praça André de Albuquerque foi o seu primeiro logradouro público, que era um largo central, sendo o local de celebração da missa de fundação da cidade, em 25 de dezembro de 1599. A escolha dessa área para a edificação da cidade foi motivada por razões estratégicas e de segurança, pois a área se constitui de um planalto com total visibilidade do

rio e do mar, local correspondente ao platô, formado entre a avenida Junqueira Aires e a avenida Rio Branco.

Durante muitos anos, a Cidade Alta continua sendo o único bairro da cidade, sendo ali construída, também, a Praça da Santa Cruz da Bica, cuja primeira referência em documentos oficiais ocorreu em 1675, e posteriormente, a praça João Tibúcio, em 1706.

O primeiro relato oficial sobre questões de entretenimento na cidade refere-se a uma regulamentação fiscal da Câmara Municipal em 1830, que obrigava aos que apresentavam espetáculos públicos como farsas de máscaras, comédias, danças de corda, painéis circulares de fogo artificial, bailes, presépios, e fandangos, a requererem licença para atuar, pagando o imposto de trezentos e vinte réis – moeda da época, ficando os apresentadores liberados para cobrança de taxas para quem participava desses eventos. Além desses espetáculos previstos pela exigência fiscal da Câmara, havia as festas religiosas que foram trazidas pelos portugueses para o Brasil. Essas festas tinham na praça uma conotação mais popular devido à sua gratuidade (CASCUDO, 1999).

Ainda de acordo com Cascudo (1999), a primeira casa de teatro da cidade, um barracão de palha localizava-se na atual rua Gonçalves Lêdo na Cidade Alta, foi edificada no ano de 1840.

Segundo Nesi (2002), na Cidade Alta existia também, um ponto de entretenimento da população na época, num terreno que já existia como espaço público por trás da Matriz e que tornou-se, em 1988, a praça da Alegria, ponto de animação e palco para apresentação de grupos de artistas amadores, em teatrinhos improvisados.

Na continuação do Baldo, adentrando o continente, foi construída uma estrada que ligava Natal a São José de Mipibu e a Macaíba, o que possibilitou o surgimento, nesse percurso, do bairro do Alecrim. Em 1857, foi autorizada a construção de um cemitério nesse local que ainda guardava grande distância da Cidade Alta na época. O crescimento da Ribeira

e o povoamento das Rocas, bairro contíguo, no rumo da praia, ocorreram somente após a instalação das obras do porto, no estuário do Potengi/Jundiaí, em 1897. Esse fato impulsionou o desenvolvimento da Ribeira, antes constituída de uma vila de pescadores, provocando o aumento de sua população com a chegada de operários para essa construção (CASCUDO, 1999).

Natal, como cidade portuária, apresentava as condições para acelerar seu desenvolvimento, visto que a economia do Rio Grande do Norte estava voltada, então, para exportação da produção de matérias-primas como sal, açúcar e algodão.

No final do século XIX e primeiros anos do século XX, intensifica-se a expansão em direção à Ribeira, cujo único elo com a Cidade Alta era uma ponte localizada na área correspondente à atual praça Augusto Severo (MIRANDA, 1999). Outro marco que proporcionou a expansão da Ribeira foi a chegada da estrada de ferro, cuja estação terminal se localizava nesse bairro.

A Cidade Alta, nessa época, apresentava características de um bairro principalmente residencial, enquanto a Ribeira concentrava atividades comerciais e de gestão pública. Em 1905, a praça da Alegria passou a ser denominada Pe. João Maria, crescendo de importância quando se torna o ponto final de bondes puxados a burros, que serviam de transporte urbano na época. Ainda em 1921 essa praça era um recanto arborizado, contendo um busto dedicado ao Padre João Maria, o que veio a torná-la, desse modo, um centro de peregrinação aos devotos desse santo popular.

Também na cidade alta, na praça André de Albuquerque, foram exibidos os primeiros filmes em Natal, na primeira década do século XX, por iniciativa governamental, em telas ao ar livre e aberto ao público (BEZERRA, 2002).

A atual Praça das Mães, que está localizada entre os bairros da Ribeira e Cidade Alta, no encontro das ruas Junqueira Aires e Padre João Manuel, já era local conhecido desde 1599,

pois aí se encontrava uma cruz que assinalava um dos limites da cidade. Porém com a expansão da cidade em direção à Ribeira, a área torna-se mais utilizada e, no início do século XX, foi construída uma praça com arborização, ajardinamento, bancos, e o busto de Pedro Velho. Em 1960, no dia das mães, o local foi reinaugurado com um monumento em homenagem às mães (NESI, 2002).

Mesmo após a Independência, a vida nas cidades brasileiras continua com muitos traços do tempo colonial, porém é crescente a desordem urbana causada pelo processo de imigração na época. Após a Proclamação da República, as cidades brasileiras foram alvo de grandes intervenções físicas, nas quais os espaços públicos urbanos passaram a ser pensados com enfoque higienista, com a preocupação de prevenir a cidade e a vida pública contra riscos à saúde.

O modelo higienista visava erradicar os focos de contaminação e degradação que proliferavam nas cidades da época, o que veio a exigir o combate à proximidade física entre ricos e pobres, pois os guetos e os cortiços – habitações plurifamiliares de então – eram considerados focos de sujeira e doenças. Os projetos de remodelamento das áreas centrais, nas cidades brasileiras de então, seguiam a proposta higienista e tinham uma preocupação com o saneamento, a construção e a regulação de ruas, bem como o acesso aos novos meios de transporte, e propunha a construção de praças e bulevares nas áreas centrais, em prol da salubridade da vida urbana.

O Rio Grande do Norte, em 1904, viveu uma das grandes secas e Natal recebe um grande contingente de migrantes. Utilizando-se desta mão-de-obra, foram desenvolvidas na cidade várias ações urbanísticas e sanitárias, sendo significativa a articulação entre as questões sanitárias e ambientais com a construção de praças para o recreio e a diversão da população (LIMA, 2001).

Como as questões da saúde e assepsia social estavam em evidência, predominava a idéia de que os espaços públicos de recreação, deveriam, antes de qualquer coisa, servir no sentido da promoção da saúde coletiva. De acordo com Lima (2001), nesse período, em Natal, inicia-se um intenso debate sobre as condições de higiene e saúde pública, que levou à tentativa de solucionar a questão das áreas alagadiças do bairro da Ribeira e do Baldo.

Com intuito higienista, foi construída, no bairro da Ribeira, a praça da República. A área correspondente a essa praça era anteriormente um terreno pantanoso, alagado por um braço do estuário do Potengi/Jundiaí. A praça, posteriormente foi denominada de Augusto Severo e ocupava uma vasta área, contendo alamedas formadas por oitizeiros e palmeiras. Havia um canal que circundava toda a praça e continha uma fonte de ferro, postes ornamentais e monumentos em homenagem a Augusto Severo e Nísia Floresta.

O atual Teatro Alberto Maranhão foi inaugurado nessa área, com o nome de Carlos Gomes, e ainda, devido à expansão urbana em direção à Ribeira, foi inaugurada, em 1919, a Praça José da Penha, localizada em frente à Igreja do Bom Jesus das Dores (NESI, 2002).

Outras intervenções com caráter higienista também ocorreram no outro sentido da cidade, entre elas, a modificação do antigo balneário público existente no Riacho do Baldo, área utilizada pela população para abastecimento de água, banhos e recreio. Com a alegação de contaminação e exibições escandalosas dos banhistas que ali freqüentavam em suas horas de folga, foram proibidos os banhos públicos, e foi feita a ampliação da represa existente e a colocação de banheiros no local.

Nesse período, o bairro do Alecrim, por ser local de passagem e de ligação por terra de Natal com o interior do Rio Grande do Norte, como também ligação entre Natal e Recife, experimentou uma ampliação muito grande passando a ser o mais populoso da cidade e onde existia maior concentração de pobres, apresentando um quadro de salubridade preocupante.

Em Natal, o planejamento urbano tem seu início com o Plano Polidrelli - Plano da Cidade Nova, que apresentava características do higienismo. Esse Plano propunha ordenar o crescimento da cidade e planejou os bairros de Tirol e Petrópolis, na época conhecidos como Cidade Nova (MIRANDA, 1999).

O processo de crescimento da Cidade Nova, tal como o crescimento da cidade como um todo, ocorreu muito lentamente. Essa área somente passou a ter maior impulso, por volta de 1908, com a inauguração da 2ª linha de bondes da cidade, que circulava entre a Cidade Alta e a então av. Oitava, hoje av. Hermes da Fonseca. Depois foi implantada outra linha no sentido Sul até o Aero Clube em 1911. Nesse contexto os bondes foram um importante fator de expansão urbana da cidade.

O Plano Polidrelli propunha, ainda, algumas obras de infra-estrutura, e estabelecia um padrão espacial para a cidade, por meio de eixos viários paralelos e perpendiculares compostos por largas avenidas, definidos no sentido norte-sul e leste-oeste, respectivamente. Segundo Lima (2001), esse plano se constituiu em uma solução para o desejo de auto segregação das classes dominantes locais e superava o antigo desenho irregular originário da cidade colonial, onde as classes sociais conviviam praticamente no mesmo espaço ou guardavam uma certa contigüidade. Percebe-se que esse plano criou um bairro privilegiado para os mais abastados, pois ordenou o crescimento de uma nova área da cidade, que se iniciou nas proximidades da avenida Deodoro até as dunas, onde já existiam terras dos que detinham maior poder aquisitivo.

Nesse Plano, estavam previstas duas praças denominadas de Pedro Velho e a Praça Municipal. A praça Pedro Velho constituía uma vasta área entre as atuais avenidas Prudente de Moraes e Floriano Peixoto. Nela foi implantado o primeiro campo de futebol da cidade, único equipamento existente até então nessa praça.

Nessa direção, posteriormente, a cidade continuou sua expansão até um recanto de pescadores, denominado de Areia Preta, a primeira praia escolhida para função balneária na cidade. Os bondes elétricos passavam pelo bairro de Petrópolis e desciam, vindo pelos morros, até à praia de Areia Preta, percurso que se tornou um local de passeio para a classe alta da época.

A ponte ferroviária sobre o estuário do Potengi/Jundiaí, Ponte de Igapó, que havia sido inaugurada em 1916, foi também um dos fatores que influenciaram a expansão do crescimento da cidade naquela direção, pois, antes, o acesso ao outro lado do rio era através de barcos, que partiam do bairro da Ribeira (CASCUDO, 1999).

Até este momento existia, no conjunto das intervenções urbanísticas ocorridas na cidade de Natal, a combinação da funcionalidade, do sanitarismo e do pitoresco, nas quais predominavam as idéias de locomoção, higienização e embelezamento dos logradouros públicos. Na cidade de Natal, desde sua fundação, o largo central e posteriormente a praça estiveram presentes como principais espaços de uso público, existindo uma concentração das praças, na Cidade Alta. A expansão da cidade faz surgir mais praças no sentido de seu crescimento, que eram os locais públicos onde se realizam festas, espetáculos e passeios, sendo os principais pontos de encontros da população.

3.1.2 Da modernização à transformação com a II Guerra Mundial

A partir de 1920, ocorreu um processo de modernização no estado do Rio Grande do Norte, com a construção de açudes, estradas de rodagem e ferrovias que repercutiu em Natal. A população da capital aos poucos aumentou, e os bairros da Cidade Alta e Ribeira aumentaram seu adensamento populacional. O bairro do Alecrim intensificou seu processo de

formação e a Cidade Nova se constituiu em um atrativo para as elites natalenses, que aí passaram a construir suas residências (LIMA, 2001).

Em 1929 foi elaborado mais um plano para Natal, o Plano Palumbo ou Plano Geral de Sistematização da Cidade, que evocou os princípios urbanísticos enfatizados internacionalmente pelo “Movimento Cidade Jardim”, cujos princípios artísticos contemplam o desenho de praças, ruas e conjuntos de edifícios, e valorizavam o espaço público e a preservação do que já existia. Isso resultou em modernização e embelezamento da cidade e o ajardinamento das praças. Esse plano incluiu também parte da ordenação do bairro do Alecrim.

O Plano Palumbo determinou, ainda, a ordenação da estrutura viária do tipo xadrez – ruas principais e ruas secundárias com quarteirões simétricos. Esse plano não foi implementado em sua totalidade. Provavelmente as obras de abertura e alargamento de ruas, avenidas e praças executadas no período faziam parte dele. Nele existia a proposta de um grande parque “cidade recreio”, porém, esse equipamento de lazer não foi implantado (LIMA, 2001).

Na época, a Praça Pedro Velho, que já se constituía em importante área de lazer da cidade, sofreu uma primeira grande intervenção. Sua área foi dividida em três partes distintas: um parque infantil, uma área de esportes e a área de passeio. O parque infantil era subdividido em duas áreas com equipamentos de madeira: uma destinada para meninos (pintada de azul) e outra destinada para meninas (pintada da cor vermelha). Esse espaço só era aberto para os usuários nas tardes dos domingos. Nesse período, foi criada a Liga Desportiva de Basquete e Voley, que realizava seus jogos nessa praça (BARBOSA, 1995).

Quanto às práticas desportivas desenvolvidas no país nessa época, observa-se que existia uma importação das práticas inglesas pelas elites, destacando-se o futebol. O crescimento do interesse da população brasileira pelo futebol, dinamiza a construção de

estádios para a prática e assistência desse esporte que vai se tornando espetáculo (REIS apud BRUHNS, 2000). Em Natal, foi construído, então, o primeiro estádio de futebol, o Juvenal Lamartine, no bairro de Tirol. Durante muitos anos, foi o local onde se disputavam as partidas mais importantes nessa capital.

No Brasil, com a Revolução de 1930, a idéia de planejamento nacional começou a se afirmar. A intervenção no espaço urbano, que até então se dava por projetos isolados, passou, a partir daí, a abordar a cidade como um todo.

No Rio Grande do Norte a produção do algodão encontra-se em alta. Nesse período a oligarquia algodoeiro-pecuária tem a ampliação de sua base econômica e expande sua base material apropriando-se de terras ao redor da cidade do Natal, deixadas sem uso em prol da especulação futura (CLEMENTINO,1995).

Porém, em Natal percebe-se um atraso em relação ao crescimento de outras cidades nordestinas. Na infraestrutura, merece destaque a implantação da primeira linha telefônica da cidade e a construção, em 1933, da praça Carlos Gomes, no Baldo, área próxima ao centro da cidade em direção ao Alecrim.

Em 1935 foi contratado o Plano de Expansão de Natal ou Plano Geral de Obras, ressaltando as idéias de intervenção estatal para a expansão da cidade. Previa esse Plano dotar a cidade de bairros operários na sua periferia, o que reforçava a segregação socioespacial, enquanto revalorizava os bairros já existentes com parques, praças e canais. Nesse sentido, foi construído apenas um parque destinado ao lazer em torno da lagoa Manuel Felipe, hoje Cidade da Criança, juntamente com um projeto de captação de águas pluviais, cujas canalizações desaguavam nessa lagoa, e, no Alecrim, ocorreu a construção da praça Gentil Ferreira importante área de lazer desse bairro (MIRANDA, 1999).

O três planos até então implementados em Natal se fundem nessa proposta e, durante aproximados trinta anos, não ocorreu a implementação de nenhum outro. Porém, a partir de 1942, a cidade sofre grandes intervenções devido à entrada do Brasil na II Guerra Mundial.

A influência da implantação, em Natal, de uma base aérea de operação militar na II Guerra Mundial, devido ao acordo entre o Brasil e os Estados Unidos firmado em 1943, apresentou-se de crucial importância no seu processo de expansão urbana, possibilitando o crescimento do comércio, indústria e serviços, servindo de atrativo para migrantes do interior do estado do Rio Grande do Norte, bem como dos estados vizinhos. Para Clementino (1995, p. 346): “[...] a partir desse evento a capital estadual concentra população e desenvolve atividades terciárias aparentemente compatíveis com situações geradoras de desenvolvimento urbano”.

A população de Natal, modificou, na época, sua rotina de lazer, sendo oferecidas festas e bailes para o entretenimento das tropas aqui alocadas. Foram inaugurados inúmeros novos bares, restaurantes, bordéis e clubes, passando a cidade, abruptamente, de uma vida pacata e provinciana para um movimento de metrópole. As principais ruas e praças ficavam repletas de pessoas de várias nacionalidades, como também de outras partes do país. Também, foram exibidos em praça pública na Explanada Silva Jardim na Ribeira e em frente ao Hospital Luís Soares no Alecrim, alguns filmes pelo Comitê de Coordenação Interamericana, para agradar a população local e entreter os militares (BEZERRA, 2002).

Entre as décadas de 1940 e 1950 não se executaram, na cidade, planos urbanísticos, e o padrão espacial de expansão anterior se consolidou com a construção da rodovia Parnamirim Road, que ligava Natal à Base Aérea norte-americana em Parnamirim, como já previa o Plano da Cidade Nova (LIMA, 2001).

A rodovia asfaltada Natal-Parnamirim (atual Hermes da Fonseca/ Salgado Filho /BR-101) e a avenida Alexandrino de Alencar, perpendicular à “Pista”, via de acesso à Base Naval

do Alecrim, ambas construídas pelos americanos, e as construções de vilas militares para abrigar militares brasileiros aqui chegados nos bairros de Tirol, Petrópolis e Alecrim, foram obras marcantes desse período. Também, na época, foi construída a Antiga Base de Hidroaviões de Natal, na margem direita do estuário do Potengi/Jundiaí, conhecida como Rampa. Depois da Segunda Guerra essa área foi transformada em um clube social e cassino dos oficiais das forças armadas. Essas obras consolidam, assim, o desenho da expansão urbana pré-existente.

Enquanto isso, a Leste da cidade, a população pobre concentra-se nas Rocas, formando um bairro com residências precárias paralelas à praia, e em 1946, inicia-se a construção da Avenida Circular, partindo da Praia do Meio rumo ao Forte dos Reis Magos, fazendo surgir o Bairro de Santos Reis. Nesse período a população pobre também aumentava no bairro do Alecrim (CASCUDO, 1999).

Os loteamentos realizados em Natal, na época, estavam distribuídos da seguinte forma: nas áreas ricas Lagoa Nova, Tirol e Petrópolis; e nas áreas pobres Alecrim, Quintas, e Lagoa Seca. Os grandes loteamentos populares concentravam-se no Alecrim. Foram iniciadas, nos loteamentos cujos preços eram mais acessíveis, as construções de moradias financiadas por meio da Fundação da Habitação Popular (FUNDHAP).

O rápido crescimento provocado pelo grande número de migrantes, que eram atraídos pelo capital estrangeiro que circulava na cidade, durante a Guerra, trouxe como consequência, também, o esgotamento da capacidade de abastecimento de água, energia e alimentos. Segundo Clementino (1995), existia um clima de falso progresso na cidade na época, pois as vantagens financeiras, proporcionadas pelo fato de Natal haver sido centro de fluxo durante a Guerra, concentravam-se nas mãos de poucos, porém, isso deixou marcas indeléveis no processo de modernização da cidade.

Com o fim da II Guerra, a crise se instalou em Natal, o desemprego tornou-se alto, e as atividades econômicas urbanas se retraíram, o que demonstra a fragilidade dos processos econômicos artificiais e impostos, que não contemplam as potencialidades locais e os impactos de suas implantações.

Na década de 1950-60, obras com financiamentos internacionais são incorporadas à cidade que ganha seu primeiro conjunto habitacional, recebendo o nome de “Cidade da Esperança”, construído com financiamento da agência norte-americana United State Aid for Development (USAID). Nesse período foram construídas, ainda, a Estação Rodoviária Presidente Kennedy na Ribeira e o Hotel Reis Magos na Praia do Meio (LIMA, 2001).

Surgiram os primeiros assentamentos denominados oficialmente de favelas na cidade – Mãe Luiza e Brasília Teimosa – ambas nas proximidades das praias, formadas pela população pobre já residente na cidade, e por retirantes vindos do interior do estado, devido às secas.

No contexto brasileiro, no que se refere às práticas do lazer e da recreação, nesse período, reforçou-se o discurso nacionalista da disciplina da moral e do civismo como componente da ideologia esportiva (LINHARES, 2001). Isso se reflete nessas práticas também no Rio Grande do Norte. No âmbito do lazer nacional um fato relevante foi o surgimento das entidades semipúblicas, o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SENAI), oferecendo atividades para os trabalhadores desses setores da economia, que depois também tiveram suas sedes implantadas em Natal.

Em 1960, assume a prefeitura da cidade de Natal um governo de esquerda que, tendo um caráter popular e democrático, estimula a formação de comitês por bairros, integrados por pessoas das classes de menor poder aquisitivo, desapropria lotes de terra na orla marítima, declarando-as de utilidade pública para regularizar a então favela denominada Brasília Teimosa, e inicia um programa de casas populares (LIMA, 2001).

Ainda segundo Lima (2001), quanto aos espaços públicos de lazer, a prefeitura, investindo em obras para este fim, construiu uma concha acústica na praça André de Albuquerque, um anfiteatro e uma galeria de artes com exposições permanentes, e fundou, no Alecrim, o Teatrinho do Povo. Na área correspondente às quadras de esporte na praça Pedro Velho construiu, em 1963, um ginásio de esportes, coberto com quadra poliesportiva e capacidade para quatro mil pessoas, o que reduziu em 1/3 a área total da praça.

Durante esse período, o processo de urbanização repercutiu os impactos das obras construídas no período da II Guerra Mundial que consolidou as propostas básicas dos planos urbanísticos anteriores e definiu um dos principais eixos de expansão da cidade, com a construção da “Parnamirim Road”. Quanto aos espaços de lazer, o que se percebe foi uma mudança de intenção nas intervenções feitas na cidade, que durante a II Guerra eram voltados para a população estrangeira e com caráter privado, compostos de entretenimentos com valores exógenos e eventuais, passando, no início dos anos de 1960, a se destinar ao lazer da população local, com ênfase nas atividades esportivas e voltados à arte e à cultura potiguar.

3.1.3 Do governo militar ao Movimento pela Reforma Urbana

Durante o período que durou o governo militar no Brasil, intensificou-se o aumento da população brasileira, a classe média ampliou-se, e o sistema de crédito ajudou o crescimento do consumo interno. Com isso a economia expandiu-se, a produção aumentou para atender o mercado consumidor interno e a demanda externa (SANTOS, 1998).

Entre 1964-1985, existiu um processo de reivindicações em prol da abertura política que, em função dos avanços conquistados pela sociedade civil, provoca uma evolução para formas mais democráticas de gestão. Assim, pode-se dividir esse período em duas fases distintas, que se refletiram nas cidades brasileiras.

No início da primeira fase, que durou entre 1964 e 1972, existia a concentração muito forte do poder nas mãos dos militares e das camadas que os apoiavam, sendo adotada uma política de desmobilização e repressão dos movimentos populares, por meio da qual as capitais dos estados brasileiros eram tratadas como áreas de segurança nacional.

Nessa primeira fase, surgiu o reconhecimento, em nível governamental, da necessidade de uma política habitacional, devido ao grande crescimento da população urbana no país e ao déficit habitacional existente. Foram criados: o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU).

Nesse contexto, em 1968, a prefeitura de Natal divulga O Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal, que contou com a colaboração de engenheiros e arquitetos locais que constituíram um grupo de acompanhamento de sua elaboração, o que possibilitou a formação de um quadro técnico de planejamento da cidade, porém ainda sem participação popular devido ao clima de repressão da época. A preocupação com o planejamento urbano da cidade foi reflexo da redefinição do padrão de planejamento urbano proposto a partir do governo militar (LIMA, 2001).

Esse plano contemplava metas relacionadas com o desenvolvimento social e econômico do município, propondo o planejamento estratégico, como forma de operacionalização e destacava duas preocupações: estender os serviços públicos essenciais a todas as áreas da cidade e tornar mais rápido e confortável o deslocamento rotineiro das pessoas entre suas diferentes atividades. Ainda segundo Lima (2001), o plano propunha o redesenho de áreas centrais e contínuas da cidade, articulando atividades comerciais, administrativas e de lazer e previa a preservação das belezas naturais, através da criação de parques especiais nas bases das dunas, de forma que a vegetação natural continuasse intacta. Sugeriu, ainda, que em todas as áreas residenciais deveriam ser construídos parques,

garantindo áreas públicas à população. Esse plano não foi implementado, no entanto, deu as bases para os planos posteriores desenvolvidos na cidade.

Em 1969 foi lançado, em nível nacional, o Plano de Ação Concentrada (PAC), que visava ordenar a atividade do SERFHAU, como agente financiador de planos urbanísticos. Em 1970, um outro plano, denominado de Metas e Bases para a Ação do Governo, explicitou medidas do governo federal com relação à questão urbana, e recomendou que os planos diretores fossem um instrumento de planejamento urbano utilizado para operacionalizar a intervenção do Estado no território municipal, visando intermediar os conflitos dos diferentes agentes da sociedade capitalista.

A partir da década de 1970, o planejamento em nível nacional e regional apresentou outros investimentos no Rio Grande do Norte que se refletiram no espaço urbano da cidade, como os destinados à modernização da atividade mineral (scheelita e sal), o incentivo à produção canavieira pelo PROÁLCOOL, e os investimentos na indústria, mesmo considerando que Natal ocupa um papel secundário no processo de industrialização no contexto regional e nacional. A SUDENE, nesse período, contribuiu para a criação de um parque têxtil em torno da cidade, além de incentivar os primeiros pensamentos sobre o desenvolvimento turístico em Natal (CLEMENTINO, 1995).

Ainda de acordo com Clementino (1995) no Rio Grande do Norte assiste-se a uma transformação da base produtiva e da estrutura social sem precedentes na história econômica desse estado, influenciando a dinamização da transição para a sociedade urbana. Os investimentos feitos na indústria da época interferiram em mudanças que se fazem presentes em todos os setores da vida da cidade.

A cidade do Natal recebeu um grande acréscimo populacional devido a diversos fatores que se articularam no estado. De acordo com Felipe (1994, p.10), no Rio Grande do Norte, três fatores contribuem para o tipo de concentração populacional existente:

[...] 1) A concentração dos serviços e sua ampliação de influências na economia terciária, particularmente em Natal, juntamente com as atividades ligadas ao turismo, tornando-se fato econômico importante no Estado nas últimas décadas. 2) o surgimento de economias novas na Região de Mossoró, exploração de petróleo e produção de frutos tropicais (melão, caju, melancia, graviola, maracujá e manga), faz com que Mossoró assuma o papel de 2º pólo de atração do Estado [...]. 3) Sem investimentos novos, sem perspectivas econômicas de curto e médio prazo, o resto do Estado e seus municípios com exceção de Natal e Mossoró, tendem a reduzir a sua população, reduzindo também a superação deste quadro econômico.

O crescimento populacional de Natal se distribuía por toda a cidade, mas contribuiu principalmente para consolidar a expansão da cidade na direção Sul, e para impulsionar a ocupação da parte Norte do município. A partir daí, crescem novos bairros, tais como Felipe Camarão, Lagoa Nova, Nova Descoberta, Bom Pastor etc. Proliferaram também, as favelas e vilas, além de invasões de terrenos que geraram conflitos sociais entre o poder público municipal e a população invasora, tendo como exemplos Brasília Teimosa e Mãe Luiza.

No que diz respeito às ações dos governos militares em prol do lazer na época, que se refletiram no Rio Grande do Norte, foi incentivado o esporte e as disputas interestaduais como estratégia política para evitar ou minimizar resistências populares. Segundo Chauí (1994), a ideologia da integração nacional atribuiu ao futebol brasileiro um cunho nacionalista que objetivava glorificar e reforçar o Estado autoritário.

Como em várias outras capitais do país, foram construídos estádios destinados a grandes eventos esportivos. Em Natal, foi financiada a construção do “Castelão” em 1972, cujo nome presta uma homenagem ao presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Hoje é denominado de “Machadão”, homenageando um desportista da terra, João Cláudio de Vasconcelos Machado, constituindo-se, atualmente, no local das mais importantes partidas de futebol da cidade.

Em 1974 foi elaborado o Plano Diretor do Município de Natal (Lei 2.211/74), que tomou a Carta de Atenas como uma das suas principais referências, contemplando uma visão

global de cidade, e visando garantir aos habitantes, através da técnica e da racionalização da administração estatal, o direito ao acesso, ao trabalho, à moradia, à circulação e ao lazer. Nesse plano criou-se a figura da Zona Especial, que engloba setores militares, portuários, verdes, de praias e os setores de recuperação. Para as zonas onde se encontravam as favelas e invasões, propuseram projetos específicos com propostas de futuras regulamentações. As prescrições urbanísticas estabelecidas por esse plano nunca chegaram a se concretizar, pois as regulamentações previstas não se efetivaram (LIMA, 2001).

No contexto nacional de então, o governo militar inicia um processo lento em prol da abertura política. Elaboram-se planos com o objetivo de transformar o país em uma potência mundial. As políticas estatais estavam sujeitas a critérios espaciais, com o objetivo de superar desequilíbrios regionais, sendo elaboradas complexas políticas urbanas nacionais e regionais pelo governo federal, criando as regiões metropolitanas.

A partir de 1975, Natal foi incluída no Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM). De acordo com Lima (2001), o PNCCPM atuou nas seguintes áreas: melhoria de infra-estrutura, legalização fundiária e implementação de atividades produtivas, visando geração de emprego e renda.

Além disso, tanto a nível estadual quanto municipal, desenvolviam-se programas habitacionais, através da Companhia de Habitação do Rio Grande do Norte (COHAB-RN) e do Programa de Financiamento de Construção, Conclusão e Melhoria da Habitação de Interesse Social (FINAM). Em 1984, iniciou-se a implantação do Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR) cujos primeiros assentamentos foram feitos nas favelas de Mãe Luiza, Brasília Teimosa e Vietnã.

Quanto à implantação de infra-estrutura, a capital do estado foi beneficiada pelo fornecimento de energia elétrica pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e pela construção da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte (TELERN).

Foram construídos vários conjuntos habitacionais tanto na Região Administrativa Sul quanto na Norte. No Sul estavam os conjuntos Candelária, Capim Macio, Neópolis, Ponta Negra, Cidade Satélite, Bancários etc. Na Região Administrativa Norte, foram localizados os conjuntos Panorama, Potengi, Soledade, Panatis, Santa Catarina, Nova Natal, Santarém, Gramoré, Pajuçara etc.

Nessa fase, foi implantado o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos e os Clubes de Mães em nível estadual. Nos diversos bairros do município de Natal, esses programas funcionaram como um amortecedor social frente à oposição ao regime militar. Nessa época, proliferaram as associações de bairros, principalmente nos bairros periféricos e conjuntos habitacionais. Subliminarmente eram aliciadas as lideranças locais em função da política eleitoral estadual e municipal, ocorrendo, muitas vezes, a utilização dos espaços de lazer dessas associações para marketing político e prática de clientelismo (LIMA, 2001).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, lançados entre 1972 e 1979, explicitam algumas medidas do Governo Federal com relação à questão urbana, destacando-se o desenvolvimento das áreas metropolitanas e a implantação de planos de desenvolvimento local integrado. Nos documentos de diagnósticos econômicos para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro produzidos pela SUDENE, apontou-se o turismo como alternativa possível de desenvolvimento regional, como forma de geração de divisas, incentivando tal atividade em certas áreas do país, principalmente as que detinham belezas naturais e ecossistemas pitorescos como as praias, o Pantanal e a Amazônia.

Nesse sentido, um conjunto de ações foram deliberadas pelos poderes públicos estaduais do Nordeste em prol do desenvolvimento turístico da Região, visando à implantação de megaprojetos, fórmula de desenvolvimento turístico que consiste na realização de um projeto integralmente planejado e que representa a preparação da oferta de terrenos turísticos de primeira qualidade, para que a iniciativa privada desenvolva essa atividade (CRUZ, 2001).

Adotou-se, assim, nesses locais, um modelo de urbanização para o lazer turístico, que tem como cerne a criação de pólos e corredores turísticos. Esse modelo partiu do pressuposto de que a concentração espacial das atividades turísticas exercia efeitos atrativos sobre outras atividades econômicas.

O Rio Grande do Norte passou, então, a traçar uma política para o desenvolvimento do turismo no estado. Cria a Empresa de Promoção do Turismo do Rio Grande do Norte (EMPROTUR). Para Cruz (2001, p. 24), “[...] a abordagem espacial de territórios turísticos requer uma referência à relação, intrínseca, entre turismo e urbano. Não se pode compreender o fenômeno do turismo fora do contexto de espaços urbanizados”.

No final dos anos setenta, iniciaram-se as ações em prol da implantação do megaprojeto denominado Via Costeira, com uma proposta de implantação de um conjunto de hotéis, restaurantes, o Centro de Convenções da cidade, etc, que geraram conflitos entre o segmento mais esclarecido da sociedade e os setores do governo de então. Em 1979, foi contratado Roberto Burle Marx, um dos maiores paisagistas do país, para elaborar um projeto paisagístico na área limítrofe a essa via, o Parque das Dunas, com o intuito de amenizar a crítica à referida obra. Os embates existentes a respeito dessa construção, na época, resultaram em um projeto com menos problemas socioambientais que o proposto inicialmente.

A implantação da Via Costeira e Parque das Dunas foi o marco fundamental para a expansão da atividade turística local, dinamizando a expansão espacial da cidade para o sul, principalmente em direção a Ponta Negra, na avenida Engenheiro Roberto Freire e ao longo da avenida Airton Sena.

Assim, a partir daí intensificaram-se, também, certas mudanças na locação e investimentos de capital na cidade do Natal, passando esse foco do setor imobiliário para o turismo e serviços correlatos. Essa mudança foi favorecida pelos investimentos estatais que beneficiaram esses setores da economia (CLEMENTINO, 1995). As localidades turísticas

criadas a partir de projetos turísticos planejados, provocaram uma interferência no processo de urbanização da cidade.

O enfraquecimento político do regime militar e a crise econômica provocaram o enfraquecimento da ação do governo no Rio Grande do Norte e os investimentos externos predominaram na cidade.

Em 1984, foi divulgado o Plano Diretor de Organização Físico-Territorial do Município de Natal (Lei 3.175/84) que ampliou as discussões técnicas sobre o planejamento urbano, tendo como objetivo alcançar o desenvolvimento racional e harmônico da estrutura urbana de Natal, pretendendo preservar prédios e sítios notáveis pelos valores históricos, culturais, paisagísticos e ecológicos (LIMA, 2001).

Apresentou, ainda, uma proposta de fixar a divisão territorial e o zoneamento de uso do solo do município, definindo os locais próprios de cada atividade, além de dividir o território municipal em área urbana, área de expansão urbana e área de preservação permanente. Porém, este plano não foi cumprido à risca e o zoneamento funcional não pôde se contrapor às tendências históricas de localização.

Nesse plano, a Zona Norte passou a ser parte da cidade regulamentada, considerada como área especial de expansão urbana. A intensificação da ocupação dos espaços da margem esquerda do estuário do Potengi/Jundiaí, consolida-se então. Segundo Silva (2003, p. 96),

A atual Zona Norte de Natal, incluída como Região Administrativa no final da década de 1980, só passou a representar um maior adensamento populacional a partir da instalação dos conjuntos habitacionais e loteamento do solo, no final da década de 1970. Antes, tais terras faziam parte de várias propriedades rurais de tamanho variado, com pouca atividade agropecuária.

A duplicação da ponte de Igapó, iniciada em 1988 e, posteriormente, a duplicação da avenida João Medeiros Filho também contribuíram para aumentar essa ocupação, pois essa ponte continua sendo a única estrutura de ligação entre as outras regiões administrativas do

município com a Região Administrativa Norte, e aumenta sua possibilidade de fluxo para essa área.

Quanto à maioria das áreas destinadas aos espaços públicos de lazer nos conjuntos habitacionais existentes nesse período, constata-se que muitas delas são incorporadas como propriedade particular pelos moradores, que as utilizam, muitas vezes, em ampliações de suas moradias, implantação de pequenos comércios, ou tornam-se terrenos abandonados sem fim específico, sendo utilizadas para acúmulo de lixo.

Um exemplo a ser citado refere-se ao bairro da Cidade da Esperança que, de acordo com o seu plano urbanístico, elaborado pela COHAB-RN, foi planejado com 8,13% da área para praças. Como o bairro foi construído em várias etapas, percebe-se que não foi cumprida essa determinação em nenhuma das etapas, constatando-se que foram deixadas áreas livres, porém, na maioria delas não existe o verde, nem equipamentos apropriados ao lazer local (PIRES, 1982). Em pesquisa recente, Tavares (2003) constatou que, na década de 1980, parte do terreno do Estádio Pascoal de Lima, o campo de futebol do Bairro, foi loteado pelo Conselho Comunitário para construção de lojas.

Os investimentos federais ocorridos, na época, em habitação, apenas intensificaram a necessidade de uma distribuição adequada de infra-estrutura para o lazer nos diversos conjuntos habitacionais da cidade, enquanto o planejamento estratégico fez Natal ganhar forma como uma localidade turística, onde as intervenções para esse tipo de lazer aumentaram em detrimento dos investimentos no lazer voltado para a população local, pois os projetos, em níveis federal e municipal, implantados na cidade nessa época, funcionavam, apenas, como um amortecedor social frente à oposição ao regime militar, ou eram manipulados para marketing político e prática de clientelismo.

No final da segunda fase do governo militar no Brasil, ocorre uma maior influência popular no planejamento da cidade. Com referência aos projetos de lazer, em nível federal, que se refletiram, na cidade, foi desenvolvida, nessa década, a Campanha Esporte para Todos, que tinha o intuito de promover, em todas as regiões do país, a saúde, a cultura física e o bem-estar social, via prática esportiva e de lazer. Incentivava também o uso dos equipamentos urbanos para prática destas atividades, porém, geralmente apresentava manipulação da política local, o que tornou sua eficácia duvidosa.

A nova Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, incorporou alguns conceitos do ideário do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que acirravam os embates políticos, na Assembléia Nacional Constituinte, em prol de melhores condições de vida nas cidades e pela defesa do meio ambiente.

O MNRU se organizou a partir das lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais populares, instituições universitárias, organizações não governamentais, entidades de profissionais, sindicatos, associações e conselhos de bairros e outras organizações da sociedade civil, que apresentavam a proposta de promover a gestão democrática da cidade, instrumentos normativos e planos de uso do solo em prol do interesse coletivo.

Nesse momento, o processo de redefinição política e econômica nacional repercutiu no Rio Grande do Norte, que se encontrava numa fase de expansão econômica, no meio da qual o parque têxtil desenvolveu-se, averiguando-se, também, o crescimento da exploração de petróleo, ao mesmo tempo em que ganhava maior força o setor de serviços relacionado às atividades turísticas, ganhando, o comércio, mais dinamismo.

Em 1994, é sancionado o texto do Plano Diretor de Natal, que imprimiu um importante caráter técnico às análises das questões urbanas, visando os interesses da comunidade, tendo como referência os princípios defendidos pelo MNRU. Nele, defendia-se a função social da cidade e da propriedade urbana, elaborou-se uma legislação urbanística,

criando-se um sistema de planejamento urbano e de gestão para a cidade, além de contemplar propostas para o seu crescimento futuro (LIMA,2001).

Esse plano apresentava, como objetivo principal, o pleno desenvolvimento social da cidade e da propriedade, visando garantir um uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do seu território, de forma a assegurar a todos os habitantes as condições de bem-estar e segurança, incentivando a convivência de múltiplos usos em todas as áreas da cidade, a partir da idéia de macrozoneamento. Representava, ainda, um avanço na legislação urbanística, ao prever sua atualização mediante revisão. Nele também existia a disposição de envolver os diversos segmentos representativos do município, que culminasse com um acordo entre esses setores em prol de sua implementação. No entanto, o enfrentamento entre os diversos segmentos sociais resultou no acirramento das posições antagônicas e, mesmo tendo um avanço na legislação urbanística e do ponto de vista de participação democrática, traduziu a própria contradição da sociedade capitalista, permitindo predominar a ação do mercado na definição da ocupação do solo, de acordo com sua própria lógica (LIMA, 2001).

Dessa forma, em diversos bairros pobres da cidade, ocorreu o aumento de invasões de terrenos públicos e particulares, que teve início, geralmente, com uma pequena ocupação, tornando-se verdadeiros bairros miseráveis. Nesses locais, as moradias são contíguas, construídas no interior de quarteirões, em locais destinados à futura construção de logradouros públicos ou fundos de quintais, sem infra-estrutura e difícil acessibilidade.

A proliferação de favelas e a subdivisão de lotes, em Natal, fazem com que aumente a densidade populacional dos bairros predominantemente de baixa renda. Neles, a carência de infra-estrutura urbana em geral e a ausência de equipamentos destinados ao lazer são flagrantes. Segundo Cavalcante e Lima (1995, p. 53), no bairro de Felipe Camarão ocorreu um grande pique de ocupação pela população de baixa renda, devido aos lotes apresentarem

um baixo custo e sofrerem desmembramentos em lotes menores. Não existia, até o ano 1995, área verde com equipamentos de lazer e recreação no bairro.

Enquanto isso, na Zona Sul de Natal, ocorreu, nessa época, a implantação de vários equipamentos desportivos de grande porte no bairro de Lagoa Nova, como o ginásio poliesportivo, denominado Humberto Nesi, o kartódromo Geraldo Melo, e uma pista para skate, apontando uma diferenciação do tratamento em relação à infra-estrutura destinada ao esporte e lazer, pelo poder público, nos diversos bairros da cidade.

Mesmo considerando-se a prioridade dada aos espaços públicos de lazer em áreas privilegiadas, percebeu-se que, nesses locais, existia um planejamento inadequado, pois o entorno desses equipamentos desportivos, já construídos, não permitia ao público freqüentador dos entretenimentos passeio e permanência, sendo destinado apenas aos estacionamento em dias de eventos desportivos, tornando subutilizados esses espaços públicos pela população do entorno. Esses espaços, apenas esporadicamente, recebem outros tipos de eventos, em sua maioria de iniciativa privada, como circos, parques de diversões, e o Carnatal, evento que privatiza parte da área com camarotes e corredores destinados aos blocos cuja permanência de pessoas também ocorre mediante pagamento.

Nesse período surgiram leis federais e normas que atendiam aos interesses coletivos e sociais na elaboração de loteamentos, por meio dos quais instituiu-se a obrigatoriedade de dotá-los de equipamentos urbanos e comunitários. Porém, os loteamentos foram concedidos, muitas vezes, sem seguir as prescrições urbanísticas, conformando amplos espaços com carência de infra-estrutura, áreas verdes e equipamentos públicos de lazer.

Percebeu-se também que as áreas de lazer construídas em Natal não apresentavam atração, mesmo em bairros de classe média, como no Bairro de Pitimbu, que até o ano de 2002 contava com poucas quadras de esportes e um campo de futebol, uma vez que os

espaços destinados no projeto às praças e as áreas de lazer não haviam sido executadas ainda (GUAIGNIER, 2002).

Os avanços nas normas, no entanto, não pareceram se refletir na paisagem da cidade do Natal. Essa cidade se caracteriza pela grande quantidade de praias, rios, lagoas e onde o verde do parque das dunas predomina entre espaços habitados, os quais apresentam um potencial para ser incorporado como locais de preservação e recreação. Porém, a ocupação desordenada do solo reforçou a segregação socioespacial e os grandes focos de problemas ambientais, fazendo com que nem todos os moradores da cidade tivessem condições de desfrutar dos favorecimentos naturais locais.

Nesse contexto as praias da Redinha, Forte, Do Meio, Areia Preta, Via Costeira, Ponta Negra, as várias lagoas localizadas no município e o estuário do Potengi/Jundiaí são importantes áreas públicas propícias ao lazer na cidade. No entanto, percebeu-se que não foram implantadas obras de infra-estrutura destinadas a esse fim nas margens desse estuário, nem nas lagoas existentes.

Quanto às praias, as obras de infra-estrutura existentes não contemplaram grande parte das camadas mais pobres da população como possibilidades de lazer no seu cotidiano porque estas não moravam nas suas proximidades, o que dificultava seu uso por esses cidadãos nos seus horários diários de folga.

Além disso, destacou-se a existência de bairros como: Pajuçara, Potengi, Nossa Senhora da Apresentação, Dix-Sept-Rosado, Nossa Senhora de Nazaré, Cidade da Esperança, Cidade Nova, Planalto, Nova Descoberta, cujos habitantes necessitavam de transporte coletivo para chegarem às praias, provocando uma demanda de tempo e dinheiro e, ao considerar que essa população apresentava rendimento médio abaixo de 4 salários mínimos e atentando-se aos preços dos deslocamentos para o exercício do lazer por pessoa, notou-se que

isso pesava nos seus orçamentos, tornando esses locais apenas de uso esporádico para seu lazer e não de uso rotineiro.

Observou-se, ainda, que em Natal, os investimentos do poder público no turismo possibilitaram que nas praias e nos locais onde predominavam essas atividades, a infraestrutura, quanto ao esgotamento sanitário, ao abastecimento de água, à pavimentação de ruas, e à construção e manutenção de equipamentos públicos, fossem melhores, além da atenção especial dada ao embelezamento destes locais.

Assim, a execução de intervenções nesses bairros com destinação turística, apesar de beneficiarem as populações destes, algumas vezes, dificultaram o acesso de pessoas de outros bairros a esses locais, pois se identificou a existência de projetos que distanciavam as paradas dos transportes coletivos da praia, favorecendo os carros de passeios, como é o caso de Ponta Negra e Redinha.

Atestaram-se, também, áreas de praia tidas como inacessíveis ao público, como no caso da Via Costeira, onde os hotéis não deixaram acesso ao público entre seus muros, tendo sido alvo de ação civil pública que resultou em um decreto determinando a abertura desses acessos, os quais ainda não foram devidamente implementados.

Notou-se que o crescimento da cidade continuou a ocorrer no sentido predominante norte-sul, por incentivo também da implantação de infra-estrutura viária. A duplicação da avenida Prudente de Moraes e o complexo viário composto por túneis e viadutos construídos no prolongamento da avenida Salgado Filho, assim como o prolongamento da avenida Airton Sena, permitiram, cada vez mais, o crescimento da cidade em direção ao Sul. Os bairros da Região Administrativa Norte também cresceram em população, a partir da implementação de obras para melhorar o trânsito (um complexo viário em Igapó, as avenidas Itapetinga e das Fronteiras no bairro Potengi).

A cada ano, o índice de urbanização de Natal se intensificou, apresentando a tendência do crescimento de toda a cidade, além dos limites municipais. Esse fato provocou maiores dificuldades quanto à implantação da infra-estrutura nos bairros situados nos limites do município, pois esses serviços ficaram a mercê do planejamento, execução e conservação, de responsabilidade de gestões municipais distintas, o que, muitas vezes, dificultou as vias de reivindicação pelos moradores desses locais, não sabendo a que gestor municipal recorrer.

Apesar dos avanços democráticos ocorridos nas últimas décadas no cenário brasileiro até o momento, a concentração de riquezas e a dificuldade no exercício pleno da cidadania persistem. Isso tem se agravado pelas influências neoliberais, predominantes no capitalismo mundial, e que se refletem no país, produzindo uma tendência à redução do papel do Estado frente às suas responsabilidades na realização dos direitos sociais dos cidadãos.

Em Natal, isso apareceu na organização espacial da cidade, que, apesar de pensada a partir dos direitos sociais influenciados pelo MNRU, concretiza-se em formas que mantêm a segregação e reproduzem a estrutura social vigente. Nesse contexto, os espaços de lazer têm ficado relegados ao segundo plano, baseado no argumento em prol de outras necessidades mais prementes, ficando as classes sociais mais carentes, sem maior poder de pressão para a sua execução e as classes médias e altas, por deterem certas condições para exercer o lazer particular, não utilizaram seu poder de pressão nesse sentido (LIMA, 2001).

Assim, as reflexões sobre a reprodução do espaço urbano natalense, nesse período, permite a compreensão dos limites e possibilidades do planejamento e dos instrumentos de gestão urbana, bem como encaminham para uma nova crítica frente ao abandono das utopias e aponta para uma reação perante a descrença da possibilidade de uma sociedade mais justa que surge com a concepção neoliberal e se consolida em projetos pós-modernos na cidade.

3.1.4 A pós-modernidade na cidade do Sol

Atualmente, algumas críticas ao planejamento urbano e ao Estado moderno interventor, têm chegado, muitas vezes, ao extremo de propor substituí-los pelo não-planejamento e pelas forças do mercado.

Porém, refletir sobre o planejamento da cidade aponta para posições mais equilibradas, onde as cidades não podem ser pensadas a partir de um modelo único ideal, nem tampouco podem ser abandonadas as forças do mercado, sendo necessário, então, considerá-las como lugar de conflito entre interesses individuais e coletivos, e contemplar suas diversidades sociais e culturais. Isso não implica abandonar um plano geral regulador de responsabilidade do Estado que leve em conta as possibilidades existentes em cada cidade em prol da distribuição mais justa de equipamentos e serviços para todos que nela vivem.

Um elemento importante para esta análise é a presença de algumas características da pós-modernidade encontradas atualmente em Natal, tanto no campo da arquitetura, quanto nos projetos urbanos.

Como principal característica da arquitetura pós-moderna, encontrada nesse campo, são as intervenções feitas em forma de artefatos com a preocupação voltada para a aparência. Entre estas intervenções, podem-se citar os pórticos construídos na via de acesso da cidade pela BR-101 e na av. Roberto Freire (Fotografias 01 e 02) no caminho do turista em direção às praias de Ponta Negra e Via Costeira. Esses pórticos são construídos com novos materiais, apresentando um caráter monumental, com a preocupação direta com a aparência e o ornamento do percurso.



Fonte: Dália Lima, 2006
Fotografia 01: Pórticos na BR-101



Fonte: Dália Lima, 2006
Fotografia 02: Pórtico na av. Roberto Freire

O que se pode notar, ainda, é uma preocupação de cunho estético – especialmente nas vias onde predominam as atividades turísticas por parte dos governantes e profissionais contratados para intervir nesses espaços. Natal é apresentada pelo marketing turístico como a “Cidade do Sol”, parecendo que aqui todos os lugares permitem o lazer o ano inteiro. Para isso, a iniciativa privada, juntamente com o poder público, articulam-se para simular uma cidade nesse sentido. Assim, os espaços públicos visíveis ao turista são mais bem cuidados, existindo ajardinamento, calçadas e iluminação, enquanto os locais internos dos bairros são mobiliados ou modificados com elementos inadequados ao usuário e não contemplam as peculiaridades da própria evolução contínua do espaço urbano de Natal.

As intervenções nas áreas públicas geralmente também não guardam as referências históricas originais. Segundo Barbosa (1995), a praça Pedro Velho é um exemplo da maneira como ocorrem as intervenções numa praça em Natal e a mudança de seu uso pela população. Nela se podem identificar vários aspectos que condicionam a perda da identidade original da praça com o passar do tempo. A abertura de ruas e avenidas em suas margens, a redução de sua área com as sucessivas reformas, a modificação de seu traçado, a substituição ou retirada de seus equipamentos, a mudança de seu nome, entre outros fatores, fazem, da atual Praça Cívica, uma outra praça bem diferente daquela que se via no passado.

Na arquitetura dos prédios e das áreas públicas em Natal, fazem-se citações ecléticas com variada gama de informações e de imagens, resgatando formas arquitetônicas presentes em diferentes partes do mundo. Como exemplo, tem-se: as construções da sede do Tribunal Regional do Trabalho e da Justiça Federal (Fotografias 03 e 04), que formam um complexo de características ecléticas, com suas enormes colunas, pórticos, escadarias e grandes vidraças, que referenciam desde a arquitetura romana até os envidraçados modernos.



Fonte: Dália Lima, 2006
Fotografia 03: Sede do Tribunal Regional do Trabalho em Natal.



Fonte: Dália Lima, 2006
Fotografia 04: Sede da Justiça Federal em Natal.

Outros exemplos são os projetos de urbanização da praia de Ponta Negra, Redinha e Praia do Meio que apresentam detalhes que recordam desde o calçadão de Copacabana até as barracas de palha das construções nativas do litoral nordestino.

Nos prédios de iniciativa privada distribuídos pela cidade, shoppings, hotéis, restaurantes e igrejas (Fotografias 05 e 06), a arquitetura predominante também é a do espetáculo, apresentando o ecletismo de estilos e destacando um brilho superficial e transitório. Existe uma ênfase nas fachadas dos shoppings, bares e restaurantes, as quais contêm fotografias, símbolos e logotipos que podem ser renovadas constantemente de acordo com as conveniências do mercado.



Fonte: Dália Lima , 2006
Fotografia 05: Sede da igreja Universal do Reino de Deus.



Fonte: Dália Lima, 2006
Fotografia 06: Shopping na av. Hermes da Fonseca.

Verifica-se, ainda, nos bairros habitados pela população de maior poder aquisitivo, a ocorrência de um processo de verticalização que se caracteriza por luxuosas incorporações. Nesses prédios, em forma de condomínios fechados, a arquitetura apresenta características ornamentais, e geralmente são verdadeiros espaços fortificados, com muros que os cercam, portões de entrada restritos com postos de guarda, policiamento privado e ruas privatizadas.

A moradia vertical na cidade vem assim repleta do imaginário da pós-modernidade, onde se misturam características estéticas de várias idades. Nas residências em condomínios verticais ou horizontais, a existência de pórticos, muralhas com cercas eletrônicas, e áreas de lazer privadas trazem uma sensação de segurança, conforto e melhor qualidade de vida. Conseqüentemente, isso possibilita um isolamento do entorno, organizando, em ilhas de qualidade, os mais abastados, cujos residentes dispõe da habitação, de áreas verdes e do lazer restritos aos proprietários desses imóveis.

A verticalização em Natal, contribui, ainda, para a fragmentação e segregação na cidade, na medida que esta se intensifica, e se concentra apenas nas Regiões Administrativas Leste e Sul, que são bairros de mais alta renda, enquanto a cidade se expande horizontalmente para Oeste e Norte, através de conjuntos unifamiliares para as camadas de renda média e baixa.

Referindo-se às conseqüências do tipo de verticalização existente em Natal, destaca Costa (2000, p. 294):

[...] a verticalização de Natal tem contribuído para que mesmo sendo importante e necessária para uma cidade desse porte, seja responsável pela existência de uma série de impasses sócio-espaciais negativos... impactos de ordem social e ambiental que tem contribuído para afetar a qualidade de vida de segmentos da sociedade natalense. Os impactos negativos existentes estão relacionados principalmente à questão da infra-estrutura urbana, à segregação socioespacial e a poluição em geral.

Desse modo, o tipo de verticalização que acontece na cidade interfere no processo de segregação socioespacial e nos usos de áreas destinadas ao lazer, uma vez que, à proporção que aumenta o adensamento de edifícios em forma de condomínios em determinada área da cidade, associa-se uma nova forma de morar a essa população residente na área que, no caso, está vinculada a serviços privados de segurança e à construção de áreas de lazer restritas ao uso dos moradores desses condomínios fechados. Assim, fica a demanda por equipamentos públicos para atividades lúdicas, cada vez mais restrita para as camadas mais pobres da população, que detém menos poder de pressão sobre os órgãos governamentais.

Além disso, o pensamento pós-modernista, baseado num urbanismo caótico, produz um espaço urbano fragmentado, na medida em que não planeja a cidade por inteiro. As intervenções feitas são independentes e autônomas, sem articulação com um projeto social nem com planos urbanos de larga escala, como no caso de Ponta Negra e Via Costeira, onde as obras vão sendo construídas sem obedecer a uma estratégia pré-estabelecida, muitas vezes descumprido os planos iniciais.

Essas intervenções urbanísticas com influências pós-modernas, que são feitas em Natal, estão fortemente orientadas para o mercado e com a emergência de novos hábitos de consumo, atendendo principalmente aos consumidores ricos e de classe média, e contribuem

para a ficção, fragmentação, colagem e ecletismo, todos impregnados de um sentido de efemeridade e de caos.

Quanto às influências provocadas pela globalização, na organização do espaço urbano de Natal, existe, hoje, na cidade, uma concentração dos serviços e a ampliação de influências na economia terciária juntamente com os aspectos relacionados ao desenvolvimento da produção do petróleo, carcinicultura e fruticultura no estado. Somadas, as atividades ligadas ao turismo vêm se tornando fatores de expansão econômica importantes nas últimas décadas.

A grande atração populacional que Natal exerce hoje, tem assim, no turismo, um fator cada vez mais determinante para o seu crescimento, pois tanto brasileiros de várias regiões quanto estrangeiros têm sido atraídos para o investimento em hotéis, restaurantes e no setor imobiliário. Em menor proporção, o aumento do contingente de funcionários da PETROBRAS, aqui residentes, contribui para essa expansão. O crescimento do número de universidades representa outro fator de atração para a população da região.

Atualmente, também o comércio de Natal vem se expandindo e mudando suas características a cada momento do crescimento econômico da cidade, e permanece atraindo a mão-de-obra ociosa do interior do estado. O fluxo de capital e o desenvolvimento do comércio exterior decorrentes da carcinicultura e da fruticultura, também contribuem para a expansão urbana da cidade. Segundo Gomes, Silva e Silva (2002, p. 292), “o setor terciário passa por uma redefinição, não somente do ponto de vista de sua diversidade e qualidade, mas também do ponto de vista da sua espacialidade. Surgem nesse período, ainda, novas formas de produção, consumo e gestão urbana”.

Da Ribeira, o comércio passou à Cidade Alta e ao Alecrim e, posteriormente, descentralizou-se em várias áreas natalenses, em decorrência da implantação da infraestrutura urbana e do surgimento de novos bairros. Observa-se, ainda, que alguns bairros tradicionais da cidade, como Tirol e Petrópolis, que se caracterizavam por serem bairros

primordialmente residenciais de alto padrão construtivo, passaram, nos últimos anos, a apresentar outras formas de uso, principalmente as de prestação de serviços.

Recentemente, o comércio vem se desenvolvendo nas longas avenidas de circulação. Conforme Gomes, Silva e Silva (2002, p. 294), “é o caso das avenidas Hermes da Fonseca, Engenheiro Roberto Freire, Tomaz Landim, Prudente de Moraes, Airton Sena e, mais recentemente, a Romualdo Galvão, a Jaguarari e o trecho urbano da BR-101”. Além disso, verifica-se o crescimento da economia informal, que se torna mais visível com a presença de ambulantes nas calçadas e canteiros centrais de Natal.

Hoje, todo o território municipal transformou-se em área urbana, e existe uma expansão crescente da cidade que vai além das fronteiras municipais. De acordo com Lima (2001), verifica-se uma tendência para a constituição de um espaço metropolitano em torno da cidade, bem como uma forte segregação espacial, que é um traço comum presente em todas as cidades brasileiras, e nas diversas cidades encontram-se aspectos específicos desse processo.

Quanto às áreas públicas destinadas ao lazer da população – praças, parques, estádios, teatros, o que mais preocupa quanto à sua inadequação, é que a atuação do governo municipal, ao planejar a infra-estrutura urbana da cidade (incluindo os espaços para o lazer), parece não estar fundada numa reflexão mais aprofundada do papel do lazer na vida humana, pois quando destinadas à população local, essas obras são muitas vezes construídas em períodos de campanhas eleitorais, sendo posteriormente abandonadas ao desgaste natural.

3.1.5 As perspectivas para a democratização dos espaços públicos de lazer em Natal

A análise e interpretação dos fatores que interferem na distribuição e uso dos espaços públicos de lazer em Natal, suas características e contradições permitem entender suas possibilidades atuais e apontam para variadas tendências em relação às condições futuras, as

quais dependem da forma como esses fatores se articulam permitindo permanências ou mudanças no quadro atual.

Segundo Santos (1997), as tendências são a ligação indispensável entre o conhecimento da situação atual e as possibilidades construídas sob a base de inter-relações prováveis, levando-se em conta as perspectivas de uma evolução espontânea, seus componentes especulativos e o papel do poder público nos seus diversos níveis, nessa evolução.

Em nível nacional, a necessidade de intervenção no processo de crescimento e organização das cidades brasileiras na direção de um espaço mais equilibrado do ponto de vista socioambiental, tornou-se indispensável e urgente. Porém, as estratégias a serem adotadas, para se conseguir as transformações desejadas, parecem não ser prioritárias na agenda política e econômica nacional. As intervenções ficam no âmbito do discurso governamental, havendo pouca realização prática.

Existem dois problemas que surgem constantemente nos debates sobre o espaço urbano: o desenvolvimento econômico, que se volta para as questões da produção, do consumo e do desemprego, e a fragmentação social, que se relaciona ao aumento da pobreza, da exclusão social e da insegurança (PRÉTECEILLE, 1997).

Muitas vezes, o encaminhamento dessas questões é feito por grupos de interesses antagônicos, onde o conflito entre as classes se reproduz, vencendo o grupo que detém maior poderio econômico. Dessa forma a qualidade de vida, da maioria dos cidadãos, fica relegada a questões de ordem puramente econômica.

Hoje, as influências neoliberais e a impossibilidade de se produzir cidades ideais vêm provocando um descrédito no planejamento estatal, deixando-se as forças do mercado atuarem de forma mais decisiva no espaço urbano e diminuindo a ênfase nos aspectos sociais.

Na realidade atual brasileira, uma nova reformulação do sistema urbano e o reordenamento das cidades têm se apresentado viável em algumas localidades como resultado das novas formas de realização da vida econômica e social. Percebeu-se, entretanto, na maioria de nossas cidades, um aprofundamento das diferenças sociais e a redefinição do papel do Estado, que ocorre no sentido inverso às políticas distributivas e de construção da cidadania plena. Os governos municipais no Brasil têm ganhado maior autonomia atualmente, o que tem reforçado uma conotação economicista ao planejamento municipal de muitas cidades, em prol de viabilizar a administração dos seus problemas urbanos.

As características negativas das cidades brasileiras em geral, que existem no espaço urbano de Natal, apontam para a necessidade de uma reflexão acerca das possibilidades de mudanças em prol da melhoria de qualidade de vida para a maioria dos cidadãos natalenses.

Quando se trata do desenvolvimento econômico local, Natal tem encontrado dificuldades em empreender amplos projetos de infra-estrutura e de criar estratégias de dinamização de atividades econômicas diversificadas, necessárias à gestão urbana.

Para os gestores urbanos da cidade, parece que o turismo continua sendo a atividade que oferece a mais rápida possibilidade de inserção da cidade na economia mundial e assim os bairros que permitem essa atividade continuam sendo privilegiados quanto aos investimentos em infra-estrutura, reforçando a contradição pobreza/riqueza. A reprodução do espaço urbano de Natal tem, no turismo, um fator determinante, pois, tanto brasileiros de várias regiões quanto estrangeiros têm sido atraídos para o investimento em hotéis, restaurantes e no setor imobiliário.

O processo de reprodução do espaço da cidade apresenta, também, influência de outros fatores de expansão econômica. Entre estes se destacam a ampliação da economia terciária, juntamente com os fatores relacionados ao desenvolvimento da produção do

petróleo, carcinicultura e fruticultura no estado que são interligadas com as atividades voltadas ao turismo e à produção imobiliária.

O comércio de Natal além de se expandir, vem mudando suas características a cada momento do crescimento econômico da cidade, atraindo a mão-de-obra ociosa do interior do estado. O setor terciário passa por uma redefinição, não somente do ponto de vista de sua diversidade e qualidade, mas também do ponto de vista da sua espacialidade. Nota-se que essa dinâmica espacial do comércio e dos serviços, também se reflete na oferta do lazer privado, que apresenta uma oferta crescente de cinemas, boates e casas de shows nos locais dessa expansão. Os benefícios dessa expansão econômica, prioritariamente, permanecem nas mãos de determinada camada da população. Assim, a dinâmica local, suas modificações e diferenciações, estão interligadas com a reprodução espacial, influenciada por interesses de uma parcela da população local, e não pela população como um todo.

Natal apresenta uma notada segregação espacial por classe. Essa segregação se caracteriza por pouca mobilidade social interna. As diversas áreas da cidade concentram variadas condições de infra-estrutura que guardam relação com os índices de renda, educação e densidade populacional, fatores influenciadores nas possibilidades de lazer da população das diversas localidades.

As reflexões acerca das possibilidades de mudança no quadro atual da cidade remetem à análise dos instrumentos normativos, a nível municipal, como o Plano Diretor e o Código de Obras e os motivos destes não terem sido capazes de amenizar os problemas presentes em Natal, pois a estruturação urbana aqui existente permanece pautada por processos de valorização e desvalorização de áreas determinadas que resultaram em segregação, exclusão social e diferenciação no espaço.

O Plano Diretor de Natal, Lei Complementar nº 07/94, foi ajustado três vezes, no período entre 1994 e 2001 por leis complementares, e foi alvo de inúmeras regulamentações.

Em 1999 houve uma revisão do plano que se materializou na Lei Complementar n° 22 que flexibilizou os índices de aproveitamento dos imóveis para uso residencial, aumentando, em até três vezes, o número de unidades permitidas por lote (NATAL-SEMURB, 2003).

Em 2001, foi elaborada uma outra modificação instituída pela Lei Complementar n° 025, que criou uma Zona Adensável, no bairro de Ponta Negra. Em 2002, a Lei Complementar n° 044, estabeleceu o coeficiente de aproveitamento único e densidade de 225 hab/ha. Foi implantada ainda a concessão de Outorga Onerosa, contrapartida tributária paga pelos empreendedores que construírem acima dos parâmetros básicos (NATAL-SEMURB, 2003).

Percebe-se, assim, que a maioria das modificações que vêm sendo executadas no plano diretor do município de Natal apresentam uma tendência de beneficiar o mercado imobiliário, contrariando a proposta inicial.

O Código de Obras, Lei n° 1.894/69, apresenta-se inadequado à realidade atual urbana do município, devido às grandes transformações ocorridas na cidade, desde sua elaboração, destacando-se: o grande crescimento das áreas urbanas, as modificações do processo construtivo, a verticalização e a prática da autoconstrução nos bairros mais carentes (NATAL-SEMURB, 2003).

Diversos profissionais têm se dedicado às questões referentes ao planejamento urbano natalense. No entanto, tem havido um constante entrave por parte do poder público em considerar muitas das constatações técnicas apresentadas, principalmente as que apontam como prioridades as ponderações socioambientais, pois os embates políticos têm privilegiado as questões econômicas e o maior potencial construtivo na cidade. Nesse sentido, torna-se muito difícil prever até onde se desenvolverá a produção imobiliária e a diferenciação no espaço urbano, a continuar esse ritmo de permissividade legalizada.

Aliado a isso, existe a incapacidade de gestão que o poder público municipal vem apresentando, representando um entrave à aplicação do plano de 1994 em seus avanços socioambientais. Natal apresenta hoje um progressivo crescimento físico, com áreas pautadas pela informalidade e descumprimento das leis referentes à cidade, que são consequência da aplicação, fiscalização e controle das normas urbanísticas de forma fragmentada pela cidade. Isso é agravado pelo abandono de uma cidade planejada de forma mais abrangente, em prol de ações isoladas em planos, programas, projetos e intervenções, desarticulados de uma reflexão mais ampla acerca de suas inter-relações. As intervenções são motivadas quase sempre pela crescente pressão imposta pela sociedade, que exige soluções rápidas, perpetuando-se uma política urbana baseada em respostas ao imediatismo das questões emergentes nas cidades.

Atualmente encontra-se em andamento a primeira revisão geral do Plano Diretor do município de Natal desde sua aprovação em 1994. Mais uma vez estão sendo propostas alterações que provocam conflitos de interesse, entre os produtores imobiliários e os habitantes quanto ao uso do solo urbano.

Entre as propostas mais polêmicas destacam-se: a modificação do cálculo da Outorga Onerosa. Segundo os incorporadores imobiliários, é necessária a diminuição do percentual hoje posto para a viabilização dos negócios e dos lucros. Porém, se for diminuído esse valor, provocará uma queda dos investimentos em infra-estrutura, que é de interesse dos cidadãos, por implicar menor arrecadação municipal.

Outro aspecto polêmico refere-se à transferência de potencial construtivo de áreas de preservação ambiental e de áreas de adensamento comprometido pela ausência de infra-estrutura, para outras áreas da cidade. Os empreendedores imobiliários que possuem terrenos valorizados nessas condições, consideram-se prejudicados na transferência de seus projetos para outros locais da cidade. Porém, para a população, sua aprovação representa manutenção

de características ambientais, paisagísticas e melhor qualidade de vida nos locais onde residem.

No Plano Diretor atual existe a definição de áreas de interesse turístico. Uma delas é a área de Ponta Negra que se limita com a av. Roberto Freire, em direção à praia. Essa prioridade também tem gerado conflitos de interesses, pois com o crescimento acelerado do número de ligações de imóveis na rede de esgoto do bairro, devido aos novos empreendimentos imobiliários e a construção de hotéis, restaurantes etc, foi necessário o redimensionamento da estação elevatória local na avenida Erivan França e a abertura de mais duas lagoas de estabilização, como medida paliativa para evitar problemas de saneamento na área. A abertura dessas lagoas tem sido muito questionada pelos moradores que alegam prejuízos na qualidade de seu entorno no bairro, sendo apontada, assim, uma urgência na legislação urbanística do bairro, que não incentive a construção de grandes empreendimentos nessa área.

Quanto às intervenções planejadas para a cidade, a de maior destaque é construção da ponte Forte-Redinha que aponta tendências para a organização urbana de Natal, pois, após sua construção, a Zona Norte passará a dispor de maior acessibilidade, podendo tornar-se uma área de interesse dos incorporadores imobiliários. Porém por ser uma área ainda muito carente de infra-estrutura para receber empreendimentos de grande porte essa expansão pode ser vista com cautela.

Com referência à espaços públicos de lazer previstos pelos gestores municipais para a cidade, existe, na Região Administrativa Norte, uma proposta de transformação da penitenciária Dr. João Chaves, quando desativada, em um complexo para o lazer, contendo um teatro e um centro de cultura. Porém, o projeto ainda não foi implantado (PORPINO, 2005, p.1).

Encontra-se em andamento o projeto de um complexo de esportes e lazer no bairro Cidade Nova na Zona Oeste, em uma área que durante 25 anos serviu como destino final de resíduos sólidos produzidos na cidade. No entanto, antes da execução desse projeto, são necessárias obras de recuperação ambiental do local, o que vai demandar tempo para que esse espaço seja disponibilizado para a população (ATERRO..., 2005, p. 12).

Uma área de lazer que está para ser reformada é a Praça das Flores, na Zona Leste da cidade, cuja intenção do projeto é atrair as demandas turísticas, que estão muito concentradas no litoral, para as áreas internas de Natal. No entanto, essa obra de grande interesse dos empresários da cidade tem sido muito questionada pelos moradores do entorno (REFORMA..., 2005, p. 1).

Está sendo ampliado e reformado o centro de convenções de Natal na Zona Sul. Essa obra é fundamental para estimular o turismo de eventos na capital. A reforma consta de um novo auditório, restauração do pavilhão de exposições e construção de várias salas de apoio (ALVES, p. 21).

O Parque de Natal é outro projeto prometido para a cidade. Esse parque está previsto para ser construído em Capim Macio, Zona Sul da cidade. Essa obra no entanto foi planejada em área do Exército, pertencente ao patrimônio nacional, e até o momento não foi cedida por essa instituição (CENTRO..., 2005, p. 14).

Existe um projeto para uma praça em Ponta Negra, bairro também situado na Zona Sul. Essa obra está sendo reivindicada pelos moradores da rua Jardim de Alá há 12 anos, pois oficialmente esse local consta como praça desde 1982, porém sem as instalações devidas (PRAÇA..., 2006, p.8).

Essas obras prometidas geralmente, estão desarticuladas de planos de animação e conservação, onde conste atividades lúdicas variadas e permanentes a serem desenvolvidas nos mesmos, como também, exista permanente serviço de conservação. Isso aponta para uma

tendência de continuação da situação atual, onde os espaços de lazer implantados pelos governantes, muitas vezes em época de campanha eleitoral, posteriormente são deixados ao abandono.

Como exemplo dessas ocorrências podemos citar o Espaço de Natal no bairro de Candelária mais conhecido como “Papodromo”, construído em 1991, para eventos religiosos, apresentação de shows e peças teatrais. Hoje esse foi desativado como área de lazer, passando a ser sede de uma repartição pública e depósito para automóveis do governo. Nas proximidades desse espaço, foi construído outro destinado ao lazer, recentemente inaugurado, localizado no prolongamento da av. Prudente de Moraes também no bairro de Candelária, obra que já apresenta sinais de desgaste, além de não dispor de animação permanente.

Assim, as tendências evidenciadas em Natal, referentes ao crescimento econômico da cidade, à organização espacial atual, à legislação urbanística existente, às intervenções do poder público em implantação ou a serem implantadas no espaço urbano, juntamente com o tipo de gestão aqui existente, apontam para uma necessidade de mudança de rumo destas, na perspectiva de tornar essa cidade um meio mais agradável onde se possa viver com qualidade.

Analisar-se-ão, a seguir, de forma mais detalhada, como se encontram atualmente os espaços destinados ao lazer em Natal, e apresentar-se-ão os resultados da pesquisa em um diagnóstico composto da apresentação das fotos e das observações físico-paisagísticas por bairro como: localização, conservação, acessibilidade em relação aos limites administrativos dos referidos bairros, bem como questões relacionadas ao uso desses espaços, diagnosticadas pelo resultado dos formulários aplicados à população residente em cada um deles.

Dessa maneira, esta pesquisa pretende contribuir para a compreensão do ordenamento e gestão do território urbano, ao analisar a segregação espacial do lazer em Natal nas suas dimensões econômica, social e política, e identificar os diversos fatores que interferem na utilização desses espaços. E ainda, auxiliar na compreensão do fenômeno do lazer urbano,

bem como no aprofundamento da discussão acerca da função social dos equipamentos destinados a esse fim, que possibilite montar estratégias para a sua utilização de forma democrática na cidade.

4 A ANÁLISE DA REALIDADE ENCONTRADA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NOS DIVERSOS BAIRROS DE NATAL

Nos capítulos anteriores foram sistematizadas idéias que embasam a análise da situação atual no que se refere à distribuição e às vivências que ocorrem nos espaços públicos de lazer em Natal. As pesquisas bibliográficas e documentais sobre a temática abordada facilitaram o entendimento dos dados empíricos encontrados, num exercício de articulação entre o percebido e o refletido, compreendendo que existe uma relação dinâmica-dialética no processo de conhecimento.

Como foi visto anteriormente, são diversas as variáveis que vêm interferindo para a distribuição dos espaços públicos de lazer em Natal desde a sua fundação. Entre elas estão: a evolução da cidade, seu contexto econômico e a sua atração populacional; o planejamento público e as intervenções no seu espaço urbano; a segregação espacial existente na cidade e a ampliação da verticalização em forma de condomínios fechados e dos shoppings que possibilitam, aos mais abastados, o lazer dentro dos mesmos etc.

A análise aqui apresentada relaciona os principais fatores que interferem no uso dos espaços públicos de lazer em Natal e de que maneira eles se articulam no “lugar” para produzir suas características atuais, enfatizando as diferenciações qualitativas e quantitativas destes espaços nos diversos bairros da cidade de Natal. Nesse sentido, as reflexões aqui sistematizadas sobre o espaço público consideram tanto sua configuração física quanto o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem.

Com o intuito de abordar o direito à cidade e ao entorno em Natal, enfocar-se-á o direito aos espaços públicos de lazer e se tratará das suas possibilidades, principalmente aquelas realizadas pelo cidadão no tempo livre do trabalho, que se desenvolvem como ações políticas, lúdicas e culturais, e que trazem para esses espaços um papel relevante na

resistência baseada na solidariedade, nas potencialidades e na coexistência do lugar frente às forças do capital na forma em que se apresentam.

No decorrer deste capítulo, foram analisados os dados empíricos encontrados, com o intuito de vislumbrar as relações existentes entre eles e as bases teóricas apontadas, que permitam um encaminhamento explicativo para as questões propostas, a partir de um olhar analítico sobre o espaço público de lazer em Natal.

Os resultados da pesquisa referente aos espaços públicos de lazer, distribuídos nas quatro Regiões Administrativas de Natal: Norte, Sul, Leste, Oeste, compõem o diagnóstico que contém: apresentação das fotos e as observações físico-paisagísticas desses espaços no que se refere à adequação dos equipamentos, às atividades a que se destinam, suas conservações, bem como questões relacionadas ao uso dos referidos espaços, diagnosticadas pelo resultado dos formulários aplicados à população residente em cada um deles e das entrevistas com representantes locais.

O bairro é uma das delimitações territoriais da análise, pois representa o território onde se concretizam as representações subjetivas, e exerce um papel mediador entre o mundo e o local, estabelecendo relações entre o espaço socialmente construído e o modo de vida, a habitação, os usos e costumes. Segundo Carlos (1996, p.20), “[...] O lugar é o espaço apropriado pela vida – apropriado através do corpo – dos sentidos – pelos passos dos seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua [...]”.

Os espaços públicos dos bairros são locais destinados ao uso social, nos quais a ação humana se torna tangível na sua capacidade de produzir fatos e eventos na sociedade. Para sua utilização devem existir apenas as barreiras fundadas nas normas que regulam a convivência entre pessoas diferentes, construídas pela ação e pelo discurso.

Esses espaços de lazer são abordados a partir do entendimento do significado do lazer na sociedade não apenas como entretenimento, levando em conta também sua

importância sociocultural e política na vida das pessoas e na construção da realidade. Nesta abordagem, os espaços públicos de lazer têm um papel importante na “polis”, servindo de arena para a convivência entre as diferenças, o que possibilita a intensificação do exercício da cidadania. Os espaços públicos de lazer serão considerados de uso geral do povo, usualmente administrados pelos poderes: Municipal, Estadual e Federal.

Para delimitação dos bairros e sua caracterização socioambiental foram consultados documentos e mapas elaborados pela SEMURB, que possibilitaram informações acerca de dados significativos de cada bairro e seu conjunto por Zona Administrativa da cidade. Foram pesquisados, ainda, os instrumentos legais que incidem sobre os bairros de Natal.

Quanto à pesquisa de campo, a coleta dos dados primários foi feita por intermédio de instrumentos de pesquisa aplicados em 24 (vinte e quatro) bairros, selecionados 06 (seis) deles por Região Administrativa da cidade: Leste, Oeste, Norte e Sul. A escolha dos espaços públicos de lazer em diversos bairros da cidade visa abranger um maior número de características socioespaciais em prol da análise proposta. Foram selecionados os bairros que apresentam características semelhantes aos do entorno, ou os que contêm peculiaridades a serem destacadas. Entre os quatro bairros praianos da cidade, foram escolhidos dois deles: Ponta Negra, na Região Administrativa Sul e Redinha, na Região Administrativa Norte.

Os critérios de escolha dos espaços públicos de lazer caracterizados foram o tamanho, a importância histórico-cultural e a localização. Dentre eles, foram priorizados os maiores, considerando-se também os que apresentam importância no contexto atual e histórico dos bairros e da cidade. A amostra tomou como referência básica os espaços públicos de lazer dos bairros enquanto dimensão material que possibilitam as manifestações dessa atividade em Natal-RN.

Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas (ANEXO A), aplicadas a representantes comunitários como comerciantes, educadores, líderes comunitários e religiosos, que

contribuíram para uma análise qualitativa da situação apresentada, assim como também permitiram aprofundar as questões evidenciadas pelos dados quantitativos, além de terem a capacidade de apontar as relações entre os fenômenos estudados. Também foram feitas entrevistas deste tipo (ANEXO B) com representantes de órgãos públicos responsáveis pelo planejamento urbano e manutenção dos espaços públicos da cidade. Além disso, foram utilizados formulários (ANEXO C) para colher informações dos moradores residentes nos locais de pesquisa e feitas observações diretas dos espaços de manifestações do lazer anotadas em fichas de observação (ANEXO D), além de registrarem-se, por meio de fotografias, as principais características destes. Foram compiladas informações jornalísticas a respeito das reivindicações da comunidade e dos compromissos firmados pelo poder público com a população, em relação a projetos referentes aos espaços públicos de lazer na cidade.

Os resultados apresentados no corpo deste capítulo foram agrupados por bairros, determinados legalmente como unidades territoriais de planejamento urbano, bem como nas 04 (quatro) Zonas da cidade do Natal, consideradas Regiões Administrativas Norte, Sul, Leste e Oeste que representam unidades de execução programática para a administração municipal (NATAL. SEMURB, 2005). Isso não implica deixar de considerar o contexto municipal, bem como a inserção destes bairros num contexto de reprodução do espaço urbano mais amplo.

Foram ainda caracterizadas as Regiões Administrativas da cidade segundo os aspectos socioambientais que consideramos relevantes para o entendimento das possibilidades do lazer como fenômeno social desenvolvido nesse espaço. Os dados referem-se ao tamanho, à população, à média de moradores por domicílio, à renda média mensal em salários mínimos, à escolaridade, às condições sanitárias, e ao padrão construtivo das residências, que estão de acordo com dados oficiais do órgão de planejamento municipal (NATAL. SEMURB, 2005).

A escolha desses dados refere-se à necessidade de compreender como o conjunto desses aspectos apontam características sociais diferenciadas por bairros e por Região

administrativa da cidade, caracterizando a segregação espacial aqui existente, interferindo nas formas de vivência do tempo livre e na utilização dos espaços públicos de lazer pelos cidadãos nessas diversas áreas de Natal, levando em conta ainda, a influência da ação do Estado por intermédio do planejamento urbano e das intervenções nesses espaços.

Para diagnosticar as vivências de lazer desenvolvidas nas comunidades pesquisadas, os dados foram apresentados em números referentes às informações colhidas, sendo utilizadas tabelas para agrupá-los. Foram utilizados gráficos para melhor visualização dos aspectos considerados mais relevantes para a análise proposta, permitindo uma análise da relação entre a segregação espacial por classes e seus reflexos no entorno das moradias, e nas vivências dos espaços de lazer nas diversas áreas da cidade. Segundo Richardson et. al. (1989, p. 29 - 48) “o aspecto qualitativo de uma investigação pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos”.

4.1 As principais características dos espaços públicos de lazer por Região Administrativa em Natal

As características encontradas nos espaços públicos de lazer nos diversos bairros de Natal apontam para uma diferenciação destes quanto à qualidade e quantidade de acordo com a Região Administrativa e principalmente de acordo com os bairros, que se retratam na configuração urbana da cidade na atualidade.

Essa diferenciação foi constatada quando diagnosticada a distribuição dos equipamentos na cidade, a sua acessibilidade e distribuição nos bairros, o seu tipo de construção e manutenção, a segurança pública existente, as atividades planejadas nesses espaços, as formas de uso e a atuação da comunidade em prol da reivindicação por esse tipo de espaço, sua animação e sua conservação.

4.1.1 Distribuição e acessibilidade

A ordenação do espaço urbano é decorrente, em sentido genérico, da ação de diversos agentes, entre esses, ressaltam-se os que mais contribuem para a distribuição dos espaços públicos de lazer na cidade: o setor privado da economia; o poder público; as instituições sociais e a ação da própria população.

A realidade que se retrata em Natal apresenta características da ocupação utilitária do espaço. O setor privado interfere na ocupação do solo, tornando-o dependente da especulação imobiliária, reduzindo o espaço à mera mercadoria, subjugando as suas finalidades mais nobres. Por outro lado, o poder público exerce a função reguladora entre as necessidades sociais e o mercado, porém, não preenche os vazios que o setor privado não tem interesse em ocupar. Os órgãos de planejamento urbano desenvolvem sua atuação a partir do conflito de interesses existentes entre os diversos agentes que atuam no espaço urbano e a própria população participa nos limites da cidadania conquistada.

Quanto ao planejamento urbano referente aos espaços públicos de lazer, foi constatado que a distribuição dos equipamentos construídos nos bairros é feita sem considerar suas características, sendo insuficiente em quantidade e qualidade para atender tanto em variedade de ofertas quanto em demandas das suas populações. Constata-se que não são previstas as demandas socioculturais da população dos diferentes bairros, portanto, os interesses do mercado, agravados pelas diferenças socioeconômicas, não são capazes de superar. Isso se reflete na distribuição, conservação e animação dos espaços públicos de lazer na cidade.

Assim, a distribuição irregular desses espaços pelos diversos bairros é inadequada ao número de habitantes de muitos bairros da cidade, constatando-se alguns com maior número desses equipamentos, enquanto em outros, o número é reduzido ou inexistente. Segundo representante da SEL, o engenheiro Dinarte Rodrigues da Silva (ANEXO E), “*esse fato*

acontece porque onde existe loteamento novo, a comunidade necessita se organizar para reivindicá-los”.

O que se constata é que ocorre a ausência ou inadequação dos espaços públicos de lazer situados na proximidade da maioria das residências, principalmente nos bairros mais pobres das regiões administrativas Norte e Oeste, enquanto nas Regiões Administrativas Sul e Leste existe maior disponibilidade, por habitantes. Isso reduz as possibilidades de vivência adequadas no tempo livre da população de menor renda na cidade. Assim, os que não dispõem desses espaços ficam restritos ao interior de suas residências, geralmente onde há pouco espaço, o que diminui as possibilidades do lazer no seu cotidiano.

Existe, ainda, a disparidade na distribuição de equipamentos como: praças e parques, disponíveis nos bairros e nas Regiões Administrativas. Segundo Pontes et. al. (1994), as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), propõe uma proporcionalidade entre áreas destinadas às praças e à população residente no interior da malha urbana. A proporcionalidade recomendada é de 12 m² de área verde por habitante, dos quais 3 m² são para praças por habitantes. No Brasil o padrão considerado para as praças é de 4,5 m² por habitante. Na cidade de Natal, esses parâmetros não são seguidos na prática, pois existem bairros que não dispõem de praças e outros onde a média de habitantes por praça torna flagrante a inadequação existente (Tabela 02).

Tabela 02 – Praças por Região Administrativa em Natal/ Média de habitantes por praça/População e Área

| Região Administrativa | População | Área ha | Média Hab/equipa* |
|-----------------------|-----------|---------|-------------------|
| NORTE | 244.743 | 5.768,6 | 5.562,3 |
| SUL | 155.882 | 3.995,9 | 2.435,6 |
| LESTE | 116.106 | 1.466,5 | 1.872,6 |
| OESTE | 195.584 | 3.418,8 | 13.970,2 |

Fonte: Dália Lima, 2005.

*Nota: Com base nos dados do Anuário da SEMURB, (NATAL . SEMURB, 2005).

No que se refere a espaços voltados para o lazer cultural de iniciativa pública, constata-se uma carência generalizada desses equipamentos, existindo poucos espaços com essas características. Há, ainda, uma maior concentração de equipamentos públicos que possibilita o desenvolvimento dessas atividades nos bairros da Cidade Alta, da Ribeira e do Tirol, pois aí estão localizados museus, centros de artes e cultura, feiras de artesanatos e teatros, mantidos pelo governo.

Ficou claro ainda, no decorrer da análise dos equipamentos nos diversos bairros, que existe uma concentração de equipamentos nas áreas mais nobres dos próprios bairros, enquanto outras áreas ficam desprovidas dos mesmos.

Essa má distribuição foi apontada por grande número dos agentes sociais entrevistados como fator dificultador do desenvolvimento de diversos tipos de atividades culturais pelos moradores, pois como muitos desses espaços ficam longe das residências, o deslocamento torna-se um evidente empecilho ao uso destas áreas. Isso implicaria a necessidade do uso de transporte ou longas caminhadas para utilizá-los, o que envolve indiretamente a necessidade de maior disponibilidade de tempo e dinheiro.

Ao considerar que as possibilidades de lazer no cotidiano requerem, para as camadas mais pobres da população, áreas de lazer no entorno de suas moradias, a inadequada distribuição e difícil acessibilidade constatadas nas áreas dos diversos bairros apresentam-se como um entrave às possibilidades do exercício desse direito de forma equitativa para todos os moradores da cidade.

4.1.2 Tipo de construção e manutenção dos equipamentos existentes

Nas observações compiladas na pesquisa de campo feita nos diversos bairros de Natal, em 2005, nos apanhados fotográficos e nas fichas de caracterização dos equipamentos, ficou

evidente a existência da padronização na maioria dos equipamentos identificados nos bairros sem um planejamento adequado dos usos a que se destinam nessas localidades, bem como a execução de projetos utilizando materiais inadequados ou a colocação de mobiliários de forma imprópria ao uso.

Quanto à prática de esportes, constatou-se que, enquanto os moradores improvisam campos de futebol em terrenos baldios sem a mínima infra-estrutura para o desenvolvimento desta atividade, percebe-se a construção de quadras cimentadas para basquete, vôlei e futebol de salão, cuja procura é menor. Isso também é agravado pela confirmação da ausência de cestas para o basquete, redes para a prática do vôlei e traves para o futebol de salão, o que tornam inapropriadas as referidas quadras.

Foi detectado ainda que a escolha da localização desses equipamentos no interior dos bairros também não é bem dimensionada para atender a população, pois existem locais muito próximos uns dos outros, enquanto em outras áreas eles são totalmente inexistentes. Comprova-se, também, a inadequação em relação ao tamanho desses equipamentos, visto que foram encontradas pequenas praças que mal permitem a permanência de poucas pessoas em bairros de grande população.

A inadequação na construção dos equipamentos públicos de lazer e a ausência de manutenção dos mobiliários disponíveis foram características constatadas, também, nas fichas de observação e na consulta à população por meio de formulários referentes aos espaços públicos de lazer dos bairros.

As principais deficiências registradas quanto à construção foram: iluminação insuficiente; pouca arborização e ausência de marquise; falta de estética na arrumação do mobiliário e inadequação dos mesmos; existência de barreiras arquitetônicas (escadas, ausência de rampas, muros, irregularidade no calçamento) e ausência de instalações hidro-sanitárias (sanitários, bebedouros etc).

Quanto à manutenção dos equipamentos verificou-se que, em geral, apresentam deficiências em sua manutenção nas praças, quadras, anfiteatros e campos, existindo bancos e mesas quebrados, parques infantis danificados, arborização sem cuidados adequados, lâmpadas queimadas, pavimentação desgastada, barreiras arquitetônicas etc.

De acordo com a representante da SEMSUR, Arquiteta Walderez Garcia (ANEXO F), responsável pela construção e manutenção dos espaços públicos em Natal, acerca da existência de bairros com insuficiência de equipamentos públicos de lazer ou com deficiência na conservação, *“...um dos motivos é a verba destinada à construção e manutenção das praças, que além de restrita, não acompanha a rapidez da depreciação, por essa razão a prefeitura elege prioridades....Os critérios utilizados para construções e recuperações dos espaços públicos são ditados pelas reivindicações dos representantes da comunidade”*.

Também de acordo com os responsáveis pelo planejamento urbanístico e ambiental da SEMURB (ANEXO G), Carlos Eduardo da Hora e Vera Lúcia de Melo Rodrigues *“... O que se observa com relação aos espaços públicos de Natal é que houve um crescimento muito rápido da cidade na região Norte e em alguns bairros da região Sul e Oeste. Em virtude desse crescimento muito rápido, o poder público não teve condições de acompanhá-lo levando à todos essa infra-estrutura, principalmente estes equipamentos”*.

Constatou-se ainda nas observações feitas que, em sua maioria, esses equipamentos, quando localizados em áreas de pouca visibilidade, principalmente no interior de bairros onde não passam as grandes artérias viárias da cidade, apresentam uma conservação precária. Essas constatações vêm a confirmar as evidências apontadas por muitos natalenses, que muitas vezes utilizam a imprensa para suas denúncias e geralmente são refutados pelos representantes do poder público, que se baseiam em argumentos contábeis de difícil comprovação ou utilizam-se de promessas vagas de cunho eleitoreiro (MANUTENÇÃO...2005, p. 3).

A manutenção desses equipamentos internos dos bairros, que são mais próximos das áreas residenciais, é indispensável para proporcionar o uso desses espaços para atividade lúdica, pois a falta de iluminação impossibilita que eles sejam utilizados pela maioria da população trabalhadora que dispõe das horas do final do dia, após o trabalho, para suas atividades de lazer. A falta de arborização e proteção contra os raios solares ou a ausência de manutenção periódica dos equipamentos constatados impossibilita a permanência dos frequentadores nas horas de maior incidência solar.

Assim, o uso desses espaços tanto durante o dia, devido à forte incidência solar, quanto durante a noite, pela impossibilidade de praticar atividades de lazer no escuro, fica prejudicado. A conservação dos equipamentos como bancos, jardins, parques infantis, também são importantes, pois, conservados, esses espaços tornam-se mais convidativos ao uso.

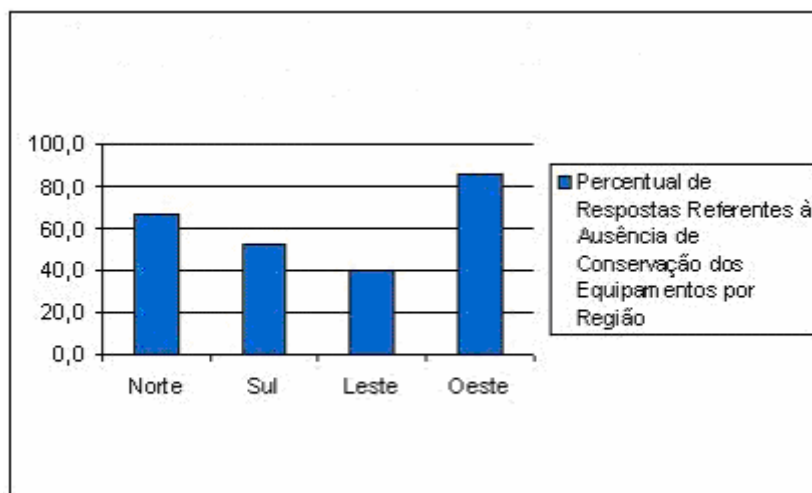
Em relação à conservação dos espaços públicos de lazer próximos à residência em Natal, de acordo com os moradores consultados nos diversos bairros, constata-se a ausência de manutenção permanente na maioria daqueles. Em relação aos dados gerais sobre a cidade, 61,2% afirmaram que a conservação não é feita; 22,6%, que existe uma conservação parcial e apenas 16,2% apontaram que os equipamentos das proximidades de suas residências são conservados (Tabela 03).

Outro ponto constatado é que a conservação desses equipamentos apresenta-se de forma diferenciada nos diversos bairros e Regiões Administrativas da cidade, existindo áreas onde as respostas dadas pelos moradores apontam um maior percentual referente à existência de conservação, enquanto em outras não é percebida. As respostas negativas são mais evidentes nas Regiões Administrativas Norte e Oeste (Gráfico 01).

Tabela 03 – Conservação dos Espaços Públicos de lazer de Natal / Respostas da população consultada por Bairro e Região Administrativa

| Região Adm | Bairro | Sim | | Conservação Em parte | | Não | | Subtotal | |
|------------|-----------------------|-----|------|----------------------|------|------|-------|----------|-------|
| | | | % | | % | | % | | % |
| NORTE | Potengi | 12 | 12,0 | 40 | 40,0 | 48 | 48,0 | 100 | 100,0 |
| | Igapó | 10 | 10,0 | 27 | 27,0 | 63 | 63,0 | 100 | 100,0 |
| | Pajuçara | 24 | 24,0 | 18 | 18,0 | 58 | 58,0 | 100 | 100,0 |
| | N. S. da Apresentação | 0 | 0 | 1 | 1,0 | 99 | 99,0 | 100 | 100,0 |
| | Redinha | 20 | 20,0 | 28 | 28,0 | 52 | 52,0 | 100 | 100,0 |
| | Lagoa Azul | 9 | 9,0 | 9 | 9,0 | 82 | 82,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 75 | 12,5 | 123 | 20,5 | 402 | 67,0 | 600 | 100,0 |
| SUL | Lagoa Nova | 5 | 5,0 | 43 | 43,0 | 52 | 52,0 | 100 | 100,0 |
| | Candelária | 26 | 26,0 | 55 | 55,0 | 19 | 19,0 | 100 | 100,0 |
| | Ponta Negra | 26 | 26,0 | 32 | 32,0 | 42 | 42,0 | 100 | 100,0 |
| | Pitumbu | 9 | 9,0 | 10 | 10,0 | 81 | 81,0 | 100 | 100,0 |
| | Neópolis | 19 | 19,0 | 54 | 54,0 | 27 | 27,0 | 100 | 100,0 |
| | Nova Descoberta | 5 | 5,0 | 3 | 3,0 | 92 | 92,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 90 | 15,0 | 197 | 32,8 | 313 | 52,2 | 600 | 100,0 |
| LESTE | Petrópolis | 52 | 52,0 | 28 | 28,0 | 20 | 20,0 | 100 | 100,0 |
| | Ribeira | 58 | 58,0 | 28 | 28,0 | 14 | 14,0 | 100 | 100,0 |
| | Cidade Alta | 28 | 28,0 | 28 | 28,0 | 44 | 44,0 | 100 | 100,0 |
| | Alecrim | 10 | 10,0 | 28 | 28,0 | 62 | 62,0 | 100 | 100,0 |
| | Rocas | 14 | 14,0 | 26 | 26,0 | 60 | 60,0 | 100 | 100,0 |
| | Mãe Luiza | 22 | 22,0 | 34 | 34,0 | 44 | 44,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 184 | 30,7 | 172 | 28,7 | 244 | 40,6 | 600 | 100,0 |
| OESTE | Cidade da Esperança | 12 | 12,0 | 26 | 26,0 | 62 | 62,0 | 100 | 100,0 |
| | Dix-Sept-Rosado | 3 | 3,0 | 11 | 11,0 | 86 | 86,0 | 100 | 100,0 |
| | Quintas | 3 | 3,0 | 1 | 1,0 | 96 | 96,0 | 100 | 100,0 |
| | Cidade Nova | 0 | 0 | 0 | 0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 |
| | Bom Pastor | 10 | 10,0 | 5 | 5,0 | 85 | 85,0 | 100 | 100,0 |
| | Felipe Camarão | 10 | 10,0 | 8 | 8,0 | 82 | 82,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 38 | 6,4 | 51 | 8,5 | 511 | 85,1 | 600 | 100,0 |
| TOTAL | | 387 | 16,2 | 543 | 22,6 | 1470 | 61,2 | 2400 | 100,0 |

Fonte: Dália Lima, pesquisa de campo, 2005.



Fonte: Dália Lima, pesquisa de campo, 2005.

Gráfico 01 – Conservação dos Espaços Públicos de lazer em Natal

O apanhado fotográfico, acerca das características visíveis nos espaços públicos de lazer dos bairros pesquisados, permite apontar algumas características quanto à construção e a manutenção dos equipamentos, que se apresentam em todos os bairros pesquisados; outras que são encontradas em determinadas áreas dos vários bairros; e, ainda, aquelas que são evidenciadas dependendo da Região Administrativa analisada.

Nesse sentido, para sistematização das características encontradas e sua análise, foram agrupadas as informações colhidas nas fichas de observação dos equipamentos, no apanhado fotográfico e nas entrevistas feitas com os agentes sociais dos bairros, por Região Administrativa e por bairro da cidade do Natal.

4.1.2.1 Região Administrativa Norte

A Região Administrativa Norte foi criada no final da década de 1980, pela Lei municipal nº 3.878 de 07 de dezembro de 1989. Igapó foi o seu primeiro núcleo residencial, sendo um dos povoados mais antigos do município. A Redinha foi povoada posteriormente, antes era habitada apenas por pescadores e no meado do século vinte surge como praia de veraneio. Até o ano de 1916, o acesso a essa área da cidade era feito por barcos que atravessavam o Rio Potengi ou por terra, através do município de Macaíba. A ponte de ferro, “Ponte de Igapó”, passou a ser um marco na expansão da ocupação das terras da margem esquerda desse rio (NATAL.SEMURB, 2003).

A partir de 1952, a “Estrada da Redinha”, atual avenida Dr. João Medeiros Filho, começou a ser aberta, ligando Igapó à Redinha, o que atraiu interessados em investir, a preços muitos baixos, em terras que posteriormente foram loteadas.

A segunda ponte construída em concreto foi concluída sobre o rio Potengi em 1970. Essa construção, atrelada à melhoria da rodovia 304, que no perímetro urbano de Igapó recebe o nome de Tomás Landim em 1975 e, ainda, com a implantação na década de 1980 do Distrito Industrial de Natal nessa Zona, favoreceu o surgimento de vários conjuntos habitacionais.

A construção dos conjuntos da COHAB, com a implantação das redes de água e energia indispensáveis ao seu uso, dinamizaram o adensamento populacional dessa Zona, intensificando o mercado de terras, com venda de lotes cada vez menores, fruto dos reloteamentos originais.

Atualmente a região é composta de 07 (sete) bairros e tem uma população residente de 244.743 habitantes, distribuídos pelos bairros: Lagoa Azul, Pajuçara, Potengi, Nossa Senhora da Apresentação, Redinha, Igapó e Salinas. Existem aí localizadas, 20 (vinte) favelas onde

residem 22.203 habitantes, apresentando uma média de 4,08 moradores por domicílio, sendo a renda média da população da ordem de 2,92 salários mínimos, estando esses rendimentos entre 1,69 e 3,84 salários mínimos. Os responsáveis por domicílio perfazem 60,72%, evidenciando uma escolaridade entre zero e 07 (sete) anos de estudos e apenas 1,8% com 15 (quinze) anos de estudos ou mais (NATAL. SEMURB, 2005).

As principais características gerais evidenciadas nos espaços públicos de lazer na Região Administrativa Norte da cidade de Natal, foram: a ausência de diversidade de equipamentos que permitam a prática de atividades recreativas variadas, como teatros, cinemas e parques; a inadequação do tipo de equipamento ao lazer preferido pela comunidade, principalmente no que se refere à prática do futebol; a falta de conservação do mobiliário, a inadequação no arranjo dos equipamentos, principalmente nas praças, quanto à estética, à arborização o ajardinamento, a iluminação, à falta de segurança generalizada, e à ausência de atividades rotineiras culturais, esportivas e recreativas.

Uma observação de destaque quanto a essa região refere-se à diferenciação tanto qualitativa quanto quantitativa destas mesmas características referentes aos espaços de lazer, nos diversos bairros e em diferentes áreas dentro dos mesmos. Observa-se que, em áreas onde predominam os conjuntos habitacionais, existe menos precariedade na disponibilidade de equipamentos e conservação, enquanto nos loteamentos e favelas, mais carentes, são raros os espaços públicos disponíveis para o lazer. Existe, ainda, a situação extrema de bairro onde se constatou a ausência de praças.

No bairro de Lagoa Azul, o que se apresenta em relação aos espaços públicos de lazer, é a existência de algumas quadras (Fotografia 07), campos de futebol, centro social e associações de moradores (Fotografia 08). As quadras e campos necessitam de conservação quanto à iluminação e carecem de mobiliário adequado. Na ausência desses equipamentos nas

proximidades da maioria das residências, nota-se que a população improvisou vários campos em terrenos baldios, para jogos de futebol.

Quanto às praças, a Barão de Mauá (Fotografia 09) e a Nova Natal, apresentam arborização e bancos, porém têm deficiência quanto à iluminação e à conservação. Já as praças Guarujá, Guarulhos e Pacaembu não detêm equipamentos adequados, nem arborização.

Segundo o senhor Geilson Silva Gomes, educador esportivo do Centro Educacional Dom Bosco, do conjunto Gramoré, *“Existem espaços, porém são abandonados pela prefeitura, que faz e deixa, não tem nenhum programa de animação neles”*.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
Fotografia 07: Quadra na rua das Cirandas.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
Fotografia 08: Associação Atlética de Nova Natal.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
Fotografia 09: Praça Barão de Mauá.

Tratando-se dos espaços públicos de lazer no bairro Pajuçara, existem praças, centro comunitário e de idosos (Fotografia 10), campos de futebol e quadras. As praças, em sua

maioria, necessitam de conservação, apresentando iluminação insuficiente e arborização escassa. Não há instalações hidro-sanitárias nem segurança, ocorrendo raramente eventos nestas (Fotografia 11).

Os campos de futebol e quadras apresentam, em sua maioria, conservação precária, pouca iluminação, e muitas vezes são criados pela própria comunidade com equipamentos improvisados para a prática de futebol (Fotografia 12).

Acerca dos espaços públicos de lazer em Pajuçara, o senhor Marcio Valério Santos Pinheiro, membro do Conselho Tutelar, afirma que: *“os espaços são utilizados para a prática de esportes e da socialização, embora não exista planejamento dessas atividades e as depredações destas áreas sejam visíveis”*. Segundo o senhor Francisco de Assis Rodrigues, membro do Conselho Pastoral, *“a população pouco participa para organizar eventos ou manter esses espaços”*.



Foto: Breno Machado, 2005.
Fotografia 10: Associação de Moradores de Pajuçara.



Foto: Breno Machado, 2005.
Fotografia 11: Praça Pajuçara II.



Foto: Breno Machado, 2005.
Fotografia 12: Campo na avenida Mar do Norte.

Quanto aos espaços públicos de lazer no bairro Potengi, existem vários campos de futebol, quadras e praças. Alguns campos e quadras encontram-se conservados como no caso do campo denominado Formigão, porém muitos se encontram abandonados (Fotografia 13) e em sua maioria são campos de futebol com equipamentos improvisados pela comunidade.

Destaca-se, entre as áreas conservadas, o complexo de lazer do Panatis I (Fotografia 14), onde se encontra o espaço cultural Francisco das Chagas Bezerra de Araújo, a praça de Eventos Iapiçara Aguiar e a praça da Bíblia. Por outro lado, a praça São Marcus e a das Mangueiras necessitam de conservação na iluminação, mobiliário adequado e segurança.

De acordo com o Senhor João Atanázio Filho, comerciante no bairro, *“muitos espaços públicos são mal conservados, pois eles, não fazem manutenção nem eventos”*. Segundo Gilsaneide Góis Mendes, pertencente ao Grupo de Jovens do bairro Potengi, *“usamos pouco porque os espaços, que tem mais próximo são um campo e uma quadra, só os meninos é que utilizam, formam um grupinho, as pessoas de bem não se aproximam porque não tem segurança, quem usa domina”*.



Foto: Maria de Lourdes Rocha, 2005.
Fotografia 13: Campo no Conjunto Potengi,
Rua Ilhéus.



Foto: Maria de Lourdes Rocha, 2005.
Fotografia 14: Área de lazer do Panatis I.

Observando os espaços públicos de lazer no bairro Nossa Senhora da Apresentação, constata-se a existência de quadras (Fotografia 15), centro social e de idosos (Fotografia 16)

e vários campos de várzeas improvisados pela população (Fotografia 17). Os campos em geral não têm iluminação, nem segurança. Não foi encontrado espaço com mobiliário adequado à uma praça, existindo apenas terrenos baldios, sem bancos, sem arborização ou pavimentação.

Segundo Fausto Dantas, professor em Nossa Senhora da Apresentação: *“no bairro não há área de lazer que proporcione segurança e diversão”*. De acordo com o comerciante Gilson Figueredo, morador do loteamento Vale Dourado situado no bairro, *“Como não existem os espaços públicos, a população tende a procurar diversão em outros lugares... a população sozinha não tem como fazê-la, é necessário o apoio da iniciativa privada e do poder público”*.



Foto: Anderson Marques, 2005.
Fotografia 15: Quadra na rua Estrela do Leste.



Foto: Anderson Marques 2005.
Fotografia 16: Centro Social do Jardim Primavera.



Foto: Anderson Marques, 2005.
Fotografia 17: Campo na rua Tomaz Landim.

No bairro da Redinha, existem quadras (Fotografia 18), campos de futebol e centro social (Fotografia 19), e um calçadão na orla marítima, com equipamentos destinados principalmente ao turismo. As quadras necessitam de conservação quanto à iluminação e equipamentos, existindo vários campos de várzeas improvisados pela população para jogar futebol.

As principais praças do bairro são a do Cruzeiro, Niterói, Nossa Senhora dos Navegantes e Jardim das Flores (Fotografia 20). A praça do Cruzeiro encontra-se conservada, porém é de tamanho reduzido, ocupando uma área equivalente a um canteiro central da via de acesso à urbanização da orla. As outras praças situadas no interior do bairro encontram-se mal conservadas e sem iluminação adequada.

Segundo a professora da Redinha, Maria das Graças Alves, *“o que percebo é a população utilizar as áreas de lazer de uma forma muito simples, apenas para conversar na praça. Eles poderiam organizar atividades culturais para valorizar a comercialização da produção artesanal dos moradores”*. Para Pedro Silva Santos, pastor evangélico local, *“a iluminação não é conservada e alguns equipamentos estão danificados, até mesmo pelo tempo de uso”*.



Foto: Roberto Amorim Jr., 2005.
Fotografia 18: Quadra na av. João Medeiros Filho.



Foto: Roberto Amorim Jr., 2005.
Fotografia 19: Centro Comunitário na Redinha.



Foto: Roberto Amorim Jr., 2005.
Fotografia 20: Praça no Jardim das Flores.

Quanto aos espaços públicos de lazer no bairro de Igapó, as praças: São Vicente de Paula, do conjunto Cidade do Sol, e Élia Barros (Fotografia 21) apresentam equipamentos e iluminação, porém estes se encontram com conservação precária. Entre as quadras, algumas mostram bom estado de conservação (Fotografia 22).

Segundo a servidora pública municipal, Elizabethe Alves de Azevedo, *“a quadra de esportes existente é bem conservada porém a quantidade delas é insuficiente e os espaços de lazer são concentrados todos próximos da Avenida Tomaz Landim”*. De acordo com a Diretora da Escola Irmã Arcângela, Maria de Fátima Gadelha da Silveira, *“a própria comunidade não se reúne para reivindicar espaços para o bairro. Na maioria, as pessoas não estão preparadas para a vivência do lazer”*.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 21: Quadra em Igapó.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 22: Praça Élia Barros.

4.1.2.2 Região Administrativa Sul

A partir de 1941, com a construção da Base Aérea de Parnamirim e a Base Naval, inicia-se uma tendência de expansão de Natal na direção Sul, tendo a Avenida Hermes da Fonseca/Salgado Filho como seu principal eixo nesse sentido, seguida da Avenida Prudente de Moraes.

Essa expansão no sentido Sul do município de Natal, deu-se primeiramente ao longo da rodovia BR-101, na continuação da Avenida Hermes da Fonseca/ Salgado Filho e da estrada que leva à Ponta Negra – hoje, Avenida Engenheiro Roberto Freire. Esse crescimento acentuou-se nas décadas de 1970 e 1980, com o surgimento de novos bairros entre eles Lagoa Nova e Nova Descoberta e, pela edificação de conjuntos habitacionais como: Nova Dimensão, Candelária, Capim Macio, Neópolis, Ponta Negra e Pitimbu. Essa expansão atualmente prolonga-se pela BR-101, além da Avenida Airton Sena, até os limites municipais e a Avenida Engenheiro Roberto Freire até a orla de Ponta Negra (NATAL. SEMURB,2003).

Nos últimos anos, a expansão da Região Administrativa Sul sofre influências das intervenções no sistema viário, com abertura e duplicação de avenidas, entre elas: Prudente de Moraes, Jaguarari e Airton Sena e a construção do Complexo Viário do 4º Centenário, bem como dos investimentos em obras paisagísticas de embelezamento dos principais corredores utilizados pelos turistas.

Os conjuntos habitacionais, construídos pelo Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) na Zona Sul, destinam-se principalmente à moradia de camadas médias da população. Nos bairros da Zona Sul, o processo de verticalização é visível, com a consolidação de condomínios de alto padrão construtivo, concentrando, assim, a moradia de uma população privilegiada da cidade.

A Região Administrativa Sul contém os bairros: Lagoa Nova, Nova Descoberta, Candelária, Capim Macio, Pitimbu, Neópolis e Ponta Negra. Essa região tem uma área de 3.995,96 ha com uma população de 155.882 habitantes distribuídos nos seus bairros. Apresenta uma média de moradores por domicílio de 3,81 pessoas.

A população residente tem a renda média de 11,62 salários mínimos, a maior entre as regiões da cidade. Esses rendimentos encontram-se entre 7,11 e 16,22 salários mínimos. Mesmo considerando a diferença de poder aquisitivo entre os bairros Pitimbu, Neópolis e Nova Descoberta, os de menor renda média, apresentam-se em situação melhor em relação a outros bairros das Regiões Administrativas Norte e Oeste (NATAL. SEMURB, 2005).

Identifica-se, nessa área, uma média de 28,87% das pessoas responsáveis pelos domicílios apresentando escolaridade de 15 (quinze) anos ou mais, registrando-se apenas 4,3% de moradores com escolaridade relativa à menos de 01 (um) ano. Entre os bairros da região, nesse quesito, apenas Nova Descoberta apresenta índices muito inferiores, ficando, em 15%, os responsáveis por domicílios com 15 (quinze) anos ou mais de estudo, enquanto 11,48% desses moradores têm menos de 01 (um) ano de escolaridade (NATAL. SEMURB, 2005).

As principais características evidenciadas nos espaços públicos de lazer na Região Administrativa Sul referem-se a uma melhor disponibilidade quantitativa desses equipamentos. Porém, apresenta uma distribuição diferenciada quanto à qualidade destas áreas por bairro, como ainda, em relação à estética, à arborização ao ajardinamento e à iluminação, bem como, nas atividades rotineiras culturais, esportivas e recreativas existentes.

Nota-se que nos locais de maior visibilidade, como nas grandes avenidas Engenheiro Roberto Freire, Prudente de Moraes e Hermes da Fonseca e na praia de Ponta Negra, existe a construção de equipamentos e a manutenção permanente destes, enquanto nas áreas centrais

dos bairros, as praças e jardins, apresentam-se escassas e geralmente mal conservadas e com pouco mobiliário disponível.

O principal destaque refere-se ao ajardinamento das avenidas Engenheiro Roberto Freire e Hermes da Fonseca, onde os gramados e plantas ornamentais são constantemente irrigados, enquanto nas praças dos bairros apenas freqüentadas pelos moradores, esses cuidados não se evidenciam na paisagem.

Existe também uma maior oferta de animação cultural, esportiva e recreativa no Bairro de Ponta Negra, principalmente na avenida Erivam França, área de interesse turístico empresarial, e, no bairro de Lagoa Nova, por concentrar um complexo desportivo que possibilita eventos com grande público.

No bairro de Lagoa Nova, o complexo desportivo existente é o de maior porte da cidade, composto pelos Estádio José Cláudio Machado (1972), Ginásio Poliesportivo Humberto Nési e Kartódromo Geraldo Melo (1997), obras que atendem a toda a cidade e onde são apresentados grandes eventos desportivos e shows. Porém, geralmente, as entradas são permitidas apenas mediante pagamento.

Nesse bairro encontra-se a sede do SESI, entidade de caráter comunitário que contém um equipamento de lazer de médio porte onde se desenvolvem as seguintes atividades dirigidas aos associados: natação, musculação, tênis e futebol de campo. Existe ainda a praça do Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que dispõe de um anfiteatro e diversas áreas propícias ao lazer.

As áreas destinadas diretamente ao acesso livre dos moradores, como quadras, praças e centros comunitários necessitam em sua maioria de conservação, principalmente as situadas no interior do bairro. Existe um campo de futebol e algumas quadras que se encontram em bom estado de conservação (Fotografia 23). Outras estão em péssimo estado, sem iluminação

e sem equipamentos para a prática de esportes, como a construída na Praça Santa Mônica e a localizada na Rua João da Mata (Fotografia 24).

Nas praças desse bairro também detectamos as mesmas disparidades quanto à conservação, enquanto a da Esmeralda, Miriam Vasconcelos, Claudianor de Andrade (Fotografia 25), das Crianças, Dep. Patrício Neto, Amaro Marinho, das Mangueiras, Nossa Senhora da Conceição, encontram-se bem conservadas. A Lourdes Gilherme, Pureza Moura (Fotografia 26), Coronel Paixão, Camilo de Lélis, 28 de outubro e Manoel Gonçalves necessitam de equipamentos, iluminação e conservação.

Segundo o Senhor Paulo Augusto de Medeiros Cortez, diretor da escola estadual Régulo Tinoco, *“existem muitos espaços porém não são bem distribuídos. Somente algumas pessoas do bairro utilizam estes”*. Segundo, ainda, a senhora Maria Francisca Pinto, representante do Conselho de Segurança do bairro, *“alguns espaços são conservados, outros não; algumas quadras precisam de reformas, e também não tem acesso para deficientes nesses locais”*.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 23- Quadra na Rua Baia Formosa.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 24: Quadra da Rua João da Mata.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 25 -Praça Claudianor de Andrade.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 26: Praça Pureza Moura.

Os espaços públicos de lazer existentes no bairro Nova Descoberta são: quadras, campos, praças e um centro comunitário (Fotografia 27), além de outros espaços improvisados pelos moradores para o futebol.

A quadra de esporte, situada na avenida Amintas Barros (Fotografia 28), apresenta-se em bom estado de conservação. O campo de futebol não apresenta iluminação suficiente, nem dispõe de instalações sanitárias. Nesses locais, a segurança é precária.

A praça que fica situada na rua Gastão Mariz (Fotografia 29), apresenta iluminação suficiente, porém os equipamentos e a arborização são precários, em mal estado de conservação.

Segundo o Senhor José Costa, comerciante, “*a segurança nesses espaços públicos do bairro é inexistente por isso prefiro ficar em casa*”. Conforme a senhora Marlene Bezerra da Silva, professora, “*os que têm tempo e dinheiro para transporte vão para os outros bairros, para os que não têm, a solução é assistir TV*”.



Foto: Anderson Marques, 2005.
Fotografia 27: Clube de Mães de Nova Descoberta.



Foto: Anderson Marques, 2005.
Fotografia 28: Quadra na Rua Amintas Barros.



Foto: Anderson Marques, 2005.
Fotografia 29: Praça na Rua Gastão Mariz.

No bairro de Candelária existem praças, quadras e centros comunitários. Entre as praças foram observadas as seguintes: Interventor Ubaldo Bezerra, Souza e Silva, Monsenhor Walfredo Gurgel, da Juventude, da Matriz, da Ginástica, da Liberdade, Dr. João de Oliveira Neto e Parque dos Eucaliptos.

As praças Walfredo Gurgel, da Liberdade, da Juventude e da Ginástica apresentam-se mal conservadas, com iluminação inadequada e necessitada de manutenção. A arborização é escassa e não existem instalações hidro-sanitárias nem segurança.

Já as praças da Matriz (Fotografia 30), Souza e Silva, Dr. João de Oliveira e Parque dos Eucaliptos encontram-se em melhor estado, porém, nota-se a inadequação de alguns tipos de equipamentos como bancos, arborização e iluminação. A maioria das quadras, como a da rua Marechal Rondon (Fotografia 31) e o centro comunitário também se encontram necessitando de conservação.

Segundo o Senhor José Olindo, pertencente ao Conselho Comunitário, *“a população pouco utiliza os espaços públicos de lazer”*. Segundo a senhora Luci Maria de Macedo, do clube de mães local, *“a maioria das áreas são mal conservadas, ficando por conta da própria comunidade”*.



Foto: Letícia Nascimento, 2005.
Fotografia 30: Praça da Matriz.



Foto: Letícia Nascimento, 2005.
Fotografia 31: Quadra da rua Marechal Rondon.

No bairro Pitimbu, existem praças, quadras, campos e centros comunitários. Entre as praças analisaram-se as seguintes: a do Posto de Saúde Estadual, a Uirapuru, a Coronel Milton de Andrade, a Abreu e Lima e a dos Eventos. As praças apresentam, em sua maioria, iluminação inadequada, necessitando de manutenção. A arborização é escassa, e não existem instalações hidro-sanitárias (Fotografia 32).

Os campos de futebol e quadras (Fotografia 33) apresentam conservação também precária. Percebeu-se a presença de campos de futebol improvisados pela própria comunidade. Existem, ainda, a quadra e o auditório do CAIC de Cidade Satélite, em bom estado de conservação, porém se destinam ao uso dos alunos da instituição.

Segundo o senhor Décio Duarte, ex-presidente do conselho comunitário, *“as áreas de lazer têm sido um problema. Vários ofícios eu enviei quando estava a frente do conselho, solicitando novos equipamentos. As pessoas daqui que tem condições procuram o lazer nos bairros vizinhos, pois aqui não tem cinema nem teatro, só temos quadras, campos e poucas*

praças”. De acordo com o professor Erivelton Nunes de Almeida, “*a conservação é mínima, as lâmpadas estão queimadas e os equipamentos estão quebrados*”.



Foto: Roberto Amorim Jr, 2005.
Fotografia 32– Praça de eventos, rua
Pte. Jucelino Kubitschek .



Foto: Roberto Amorim Jr, 2005.
Fotografia 33 – Quadra na R Suassul.

Quanto aos espaços públicos de lazer no bairro de Neópolis, os campos de futebol e quadras apresentam-se, em sua maioria, conservados (Fotografia 34). Porém existem quadras como: a da Rua dos Eucaliptos e a da Rua Américo Soares Wanderlei e o campo da Rua das Alagoas que se encontram em péssimo estado de conservação.

No bairro encontram-se várias praças, entre elas a Washington Luiz, Marechal Deodoro, Dom Adelino Dantas, Alameda das Acácias, da Guerreira, Central de Neópolis, Ayrton Sena, Cristo Rei, Imaculado Coração de Maria e do Conjunto Monte Belo.

As praças Alameda das Acácias, a Central de Neópolis (Fotografia 35) e a Ayrton Sena não apresentam bom estado de conservação. A arborização existe, porém não há ajardinamento e conservação, com iluminação insuficiente. Quando existem equipamentos são mal conservados.

Já as praças, Dom Adelino Dantas, Washington Luiz, Cristo Rei, Marechal Deodoro, da Guerreira, Imaculado Coração de Maria e do Conjunto Monte Belo apresentam melhor estado de conservação, quanto à iluminação, arborização e equipamentos como bancos e

jardins. São bem freqüentadas e apresentam segurança pública no local. Em nenhuma das praças do conjunto existe instalação de bebedouros e sanitários públicos.

Segundo o Senhor João Francisco Melo, comerciante, *“o povo faz caminhada, fica na praça e os mais jovens jogam bola, e às vezes tem festa da igreja”*. De acordo com Maria Verônica Vale, desportista, *“na parte do esporte a conservação é boa porque tem pessoas que tomam a frente e organizam algumas quadras”*.



Foto: Maria de Lourdes Rocha, 2005.
Fotografia 34: Quadra do Conjunto Jiqui.



Foto: Maria de Lourdes Rocha, 2005.
Fotografia 35: Praça Central de Neópolis.

Quanto aos espaços públicos de lazer no bairro Ponta Negra, percebe-se que estes apresentam grandes contrastes quanto à conservação dependendo de sua localização. Se estão localizados próximos à praia e nos corredores turísticos, apresentam-se melhor conservados (Fotografias 36 e 37). Os que estão no interior da antiga vila de pescadores e dos conjuntos habitacionais, basicamente onde só transitam os moradores, encontram-se em péssimo estado de conservação, geralmente mal iluminadas e sem equipamentos apropriados para a permanência da comunidade.

As quadras (Fotografia 38) e campos de futebol não apresentam, em sua maioria, iluminação adequada nem conservação, sendo vários campos de futebol improvisados em terrenos baldios, pela própria comunidade (Fotografia 39). Foram encontradas algumas praças, entre elas a da Caixa d'água Pequena (Fotografia 40), da Caixa d'água Grande, do

Cruzeiro (Fotografia 41), Tancredo Neves, Praça da Igreja, Praça Chico Xavier, sem as mínimas condições de uso.

Segundo a senhora Bernadete Menezes, professora, *“as praças do conjunto não têm segurança e não tem parques infantis com boa localização, por isso vamos apenas para a praia e o shopping”*. De conformidade com o sr. José da Costa Pereira Júnior, presidente da Associação Centro Espírita Irmãos do Caminho, *“Não existe conservação nas praças perto das residências, por isso as pessoas procuram ou o lazer no setor privado, ou vão caminhar no calçadão e na praia”*.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
Fotografia 36: Calçadão na av Eivam França Ponta Negra.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
Fotografia 37: Pórtico e canteiro central na av. eng. Roberto Freire, Ponta Negra.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
Fotografia 38: Quadra no Conjunto Ponta Negra.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
Fotografia 39: Campo na Vila de Ponta Negra.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
 Figura 40: Praça da Caixa D'água no Conjunto Ponta Negra .



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
 Fotografia 41: Praça do Cruzeiro, Vila de Ponta Negra.

4.1.2.3 Região Administrativa Leste

A Região administrativa Leste contém os bairros mais antigos de Natal. A fundação da cidade ocorreu no Bairro Cidade Alta e sua expansão se dá no sentido da Ribeira, seguida das Rocas, Santos Reis, Praia do Meio, Areia Preta e Mãe Luiza. Em direção paralela, expandem-se os bairros de Petrópolis e Tirol, enquanto os de Barro Vermelho, Lagoa Seca e Alecrim seguem o sentido da expansão adentrando o continente.

Essa região tem uma área de 1.466,49 ha com uma população de 116.106 habitantes distribuídos nos 12 (doze) bairros acima citados. Apresenta uma média de moradores por domicílio de 3,83 pessoas, existindo grandes contrastes quanto às suas características socioambientais (NATAL. SEMURB, 2003)

É na Região Leste que se situa grande parte do Parque das Dunas, a maior área verde da cidade, que vem sofrendo ocupações irregulares desde o surgimento do Bairro de Mãe Luiza. Essa área sofre grande especulação imobiliária e vem apresentando, nos últimos anos, uma crescente verticalização.

Os bairros de Mãe Luiza, Santos Reis, Rocas, Alecrim, Praia do Meio, Lagoa Seca e Cidade Alta apresentam rendimento médio mensal entre 3,26 e 6,49 salários mínimos. Existem várias favelas nessa área. Enquanto os bairros de Petrópolis, Tirol, Barro Vermelho, Areia Preta e Ribeira detêm rendas médias entre 11,26 e 22,09 salários mínimos (NATAL. SEMURB, 2005).

Outros dados que acusam essa distinção referem-se à situação educacional das pessoas responsáveis pelos domicílios nos bairros Mãe Luiza, Santos Reis, Rocas, Alecrim, Praia do Meio, Lagoa Seca e Cidade Alta. Desses moradores, 13,38% têm menos de 01 (um) ano de escolaridade. Com até 07 (sete) anos de estudo são 56,67% e apenas 6,28% estudaram 15 (quinze) anos ou mais (NATAL. SEMURB, 2005).

Já no que se refere à situação educacional dos responsáveis pelos domicílios nos bairros de Petrópolis, Tirol, Barro Vermelho, Areia Preta e Ribeira, apenas 3,03% desses moradores tem menos de 01 (um) ano de escolaridade. Com até 07 (sete) anos de estudo são 20,12% e, 40,87%, os que estudaram 15 (quinze) anos ou mais (NATAL. SEMURB, 2005).

A disparidade nos aspectos socioeconômicos que ocorre entre esses bairros é decorrente dos seus processos de ocupação, bem como das intervenções do poder público na oferta diferenciada de infra-estrutura nas diversas áreas da cidade. A área da antiga Cidade Nova, que depois se desdobrou nos bairros de Petrópolis e Tirol e arredores, vem se caracterizando como setor residencial para a burguesia. Entretanto, no que diz respeito à ocupação do Alecrim, esse foi consolidado como bairro de moradia de trabalhadores de menor renda, juntamente com o bairro de Lagoa Seca. Por volta de 1958, outras áreas se transformaram em bairros de baixa renda, duas favelas na cidade, o bairro das Rocas, e Mãe Luiza.

As principais características gerais evidenciadas nos espaços públicos de lazer da Região Administrativa Leste guardam grande identidade com as encontradas na Região

Administrativa Sul, e referem-se a melhores condições tanto na disponibilidade de equipamentos, quanto na sua conservação, que aponta para maiores cuidados com a estética, a arborização, o ajardinamento e a iluminação nos diversos bairros dessa área.

Nota-se, também, que nos locais de maior visibilidade, como as grandes avenidas e as praias, existe a construção e manutenção permanente de equipamentos para o lazer, enquanto as áreas centrais dos bairros, apresentam-se escassas e com rara manutenção dos mobiliários disponíveis.

O principal destaque refere-se à diversidade de equipamentos existentes como teatros, museus e parques. Ainda existe uma disparidade na conservação de praças, pois as tradicionais, localizadas nos pontos centrais da cidade, apresentam os gramados e plantas ornamentais irrigados, enquanto nas praças internas dos bairros esse cuidado não se evidencia na paisagem.

Quanto aos espaços públicos de lazer no bairro Cidade Alta, observaram-se 18 praças, além de uma rua para pedestres, que é a Coronel Cascudo. As praças, na maioria, apresentam importância histórica e localizacional, pois esse bairro é o mais antigo da cidade e, atualmente, por ter função comercial, com lojas populares e prédios destinados à prestação de vários serviços, como escritórios, bancos, gráficas, escolas etc, apresenta grandes fluxos de pessoas e automóveis.

Entre as praças, existem 03 (três) de grande importância histórica para a cidade: a André de Albuquerque (Fotografia 42), Padre João Maria (Fotografia 43) e Presidente Kennedy (Fotografia 44). Também se encontram aí, outras muito conhecidas como Sete de Setembro, Dom Vital, João Tibúrcio e das Mães. Existe também uma quadra em frente à Casa do Estudante (Fotografia 45).

Nesse bairro nota-se a carência de quadras para esportes e de atividades lúdicas planejadas nas praças já existentes. O que se percebe é uma atenção dada aos locais públicos

de lazer, que não apresentam destinação à população aí residente e, sim, está voltada ao lazer comercial ou para a demanda do turismo-cultura.

Durante o dia, as praças tendem a servir prioritariamente como locais de passagem para os transeuntes que estão em constante movimento no centro da cidade, e são pouco utilizadas para a recreação, apresentando pouquíssimo movimento e falta de segurança à noite e nos finais de semana.

Segundo Manuel Alexandre da Costa, morador do bairro, aposentado, referindo-se a Praça André de Albuquerque: *“Eu costumava ir até a praça e ficar conversando ou só olhando o tempo passar...hoje é perigoso...o povo daqui vai para outras festas em outros bairros, porque aqui não tem muita coisa para fazer”*. De acordo com Souza Lima, morador do bairro, também aposentado, *“Aqui não tem lazer. Eu venho à Praça João Tibúrcio e fico me contrariando em ver coisas erradas e não poder fazer nada. Olho esses meninos aí, não é pra fazer isso, eles estão acabando com a praça, quebram tudo. Antigamente aqui era bonito tinha até fonte luminosa”*.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 42: Praça André de Albuquerque.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 43: Praça Padre João Maria

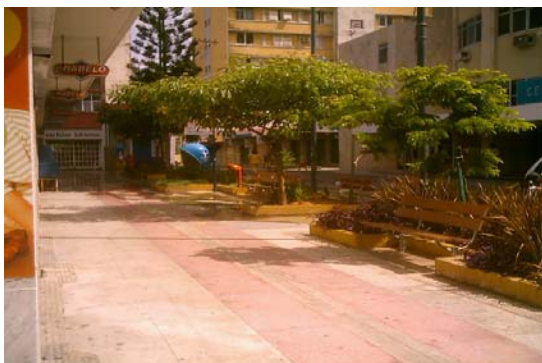


Foto: Andréa Ferreira, 2005
Fotografia 44 – Praça Presidente Kennedy



Foto: Andréa Ferreira, 2005
Fotografia 45: Quadra da Casa do Estudante.

Entre os espaços de lazer vinculados à cultura, no Bairro Cidade Alta destacam-se: o Palácio da Cultura que comporta a pinacoteca do estado, com exposições de arte permanente e outros projetos culturais; o Memorial Câmara Cascudo com biblioteca e museu referente à cultura e o artesanato potiguar; o Instituto Histórico e Geográfico contendo uma biblioteca e acervo histórico do estado; e, o Solar Bela Vista com biblioteca e a Capitania das Artes, que abriga lojas de artesanatos, biblioteca e espaço cultural.

No bairro da Ribeira, alguns espaços públicos de lazer também apresentam grande importância histórica e, por isso, interesse turístico-cultural. Esses espaços são alvo de maior atenção por parte das autoridades municipais no oferecimento de eventos culturais, shows, feiras de artesanatos, principalmente em prol de dinamizá-los como área recreativa. Existe um projeto de revitalização de áreas comerciais antigas, como a rua Chile e o cais da Tavares de Lira.

No bairro, 05 (cinco) praças foram localizadas: a Augusto Severo, a Lions Clube, a Dom Bosco e a Engenheiro José Gonçalves. A praça Augusto Severo (Fotografia 46), de importância histórica para a cidade, apresenta-se atualmente em bom estado de conservação, com iluminação adequada, uma rica arborização, porém não existem instalações de

bebedouros e sanitários, e a segurança é insuficiente. Existe, eventualmente, animação cultural, com feiras de artesanatos e apresentações culturais – Projeto Ribeira das Artes.

A praça José da Penha (Fotografia 47) também tem importância histórica e se encontra no corredor turístico-cultural da cidade. Apresenta boa conservação quanto à iluminação, existe arborização, mas não há instalações hidro-sanitárias, que raramente são planejadas para o local.

Na praça Dom Bosco existe iluminação adequada e arborização, porém não se apresentam instalações hidro-sanitárias e não ocorrem atividades de lazer rotineiras na área.

De acordo com o senhor Antônio Fonseca, participante do conselho comunitário do bairro, *“Muitos moradores do bairro trabalham no final de semana ou são pessoas de idade avançada, assim os espaços públicos são pouco utilizados pelos moradores daqui”*. Conforme Lindalva Feitosa, participante do clube de mães do bairro, *“o lazer promovido na ribeira não é pensado para as pessoas daqui. Os espaços públicos localizados nas proximidades dos espaços privados são bem conservados, e alguns recebem constante manutenção pela sua reconhecida importância histórica”*.



Foto: Breno Machado, 2005.
Fotografia 46: Praça Augusto Severo.



Foto: Breno Machado, 2005.
Fotografia 47: Praça José da Penha.

No bairro da Ribeira, também se encontra o teatro Alberto Maranhão, localizado na Praça Augusto Severo, além de apresentar condições excelentes para a apresentação de shows, musicais e peças teatrais. Apesar de existir uma programação gratuita, em geral, essas atividades são de caráter empresarial, cobrando-se ingressos, o que impossibilita o acesso de alguns moradores ao lugar. Assim, o mesmo é freqüentado principalmente pela população de melhores condições sociais de todos os bairros da cidade.

No bairro das Rocas, quanto aos equipamentos públicos de lazer, a população dispõe de praças, quadras e um centro comunitário. As praças são: Antônio Melo, Acrísio Freire, Caritó, Irmã Vitória, Sagrada Família, Olavo José Leite, Mestre Francisco Valentim e Infante Dom Henrique. Os equipamentos de lazer em geral são bem mobiliados, com bancos e calçadas, porém se apresentam mal conservados. Não há animação cultural planejada, além da falta de segurança que impera nesses locais.

A praça Mestre Francisco Valentim (Fotografia 48) apresenta arborização, calçadão, equipamentos para ginástica e parque infantil, porém sem uma conservação adequada e pouca iluminação. Não existem ainda instalações hidro-sanitárias, não dispõe de segurança pública, e apresenta algumas dificuldades de acessibilidade, não havendo, na mesma, eventos culturais permanentes.

A quadra desportiva, situada na Esplanada Silva Jardim, não se encontra conservada, apresenta iluminação insuficiente, barreiras que impedem o livre acesso à área e não existe segurança pública no local. Esporadicamente acontecem eventos organizados de esportes na área.

A praça Olavo José Leite (Fotografia 49) contém uma quadra de esportes, calçadão, equipamentos para ginástica, porém, a iluminação é insuficiente para todo o ambiente. Necessita de arborização adequada, não existem instalações hidro-sanitárias, a segurança é

precária, e apresenta barreiras que restringem o uso da quadra. Não ocorrem eventos de lazer de forma sistemática no local.

Segundo a senhora Maria Francisca do Nascimento, pertencente ao movimento paroquial do bairro, *“as famílias e os vizinhos temem ir para os espaços públicos de lazer onde a marginalidade impera. Os párocos são ativos na organização de eventos, mas estes não contam com o apoio geral da comunidade”*.



Foto : Letícia Nascimento 2005.
Fotografia 48: Praça Mestre Francisco Valentim.



Foto: Letícia Nascimento, 2005.
Fotografia 49: Praça Olavo José Leite.

Segundo José Ubaldo Ferreira, morador e participante do conselho comunitário do bairro: *“A população em geral está evitando cada vez mais freqüentar espaços públicos, por conta da falta de segurança [...] Existe um descaso por conta dos órgãos públicos. Ao mesmo tempo, uma minoria depreda qualquer reforma”*.

Quanto aos espaços públicos de Lazer no bairro de Petrópolis, existe aí uma das mais tradicionais praças da cidade: a Praça Cívica (Fotografia 50), que já foi alvo de várias reformas durante a expansão urbana da cidade. Apresenta-se atualmente em ótimo estado de conservação. A iluminação é apropriada, a arborização é adequada, e os equipamentos estão em bom estado.

A segurança é feita por rondas, constantemente. A freqüência das pessoas ao local é alta, principalmente dos passantes, devido à existência de paradas de transportes coletivos na proximidade. Existem eventos programados em datas comemorativas.

O Palácio dos Esportes Djalma Maranhão (Fotografia 51) localiza-se na área da praça e apresenta necessidade de manutenção quanto à iluminação e às instalações hidro-sanitárias. A animação é feita através de escolinhas de esportes e outros eventos isolados.

De acordo com o senhor Emerson Levi Duarte de Almeida, funcionário administrativo do Palácio dos Esportes, *“na praça a manutenção é feita todos os dias, por isso é bem conservada”*.

A Praça das Flores apresenta-se arborizada, bem conservada e muito freqüentada, porém seu espaço foi privatizado para lanchonetes, bares, lojas de artesanatos etc. A segurança é feita de forma privada pelos donos dos empreendimentos aí localizados. Como evento programado existe, nesse local, *“Os Antigos Carnavais”*, festa carnavalesca que privatiza parte da área para os que comprem camisetas do referido evento.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 50 : Praça Pedro Velho.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 51: Palácio Djalma Maranhão.

Quanto aos espaços públicos de lazer em Mãe Luiza, a população conta com um campo de futebol (Fotografia 52), Centro Comunitário, uma quadra (Fotografia 53) e a Praça João XXIII (Fotografia 54).

O campo de futebol, apesar de muito freqüentado, não tem iluminação e não existe segurança pública permanente. O mesmo está cercado, dificultando o seu aceso, sendo só permitida sua utilização em determinados horários pelo grupo da comunidade que o

administra. Além destes empecilhos, as atividades não podem ser desenvolvidas à noite, pela iluminação precária e falta de segurança.

Quanto à Praça João XXIII, a iluminação é insuficiente para todo o ambiente. Não existe arborização, nem proteção contra sol e chuva. Não há instalações hidráulicas e sanitárias acessíveis. Percebe-se que, mesmo com tamanho reduzido e por ser a única praça do bairro, é muito freqüentada à noite, existindo animação por entidades religiosas e grupos da comunidade e aplicação de projetos isolados. Não existe uma política de animação de lazer sistemática por parte dos poderes públicos na área.

Os moradores desse bairro utilizam com freqüência as praias do bairro de Areia Preta para o lazer, devido a sua proximidade.

Segundo Nilson Venâncio, vice-presidente do Centro Desportivo de Mãe Luíza *“Em Mãe Luíza não tem espaço de lazer suficiente que atenda a comunidade. Na praça, no Centro Social, ou no Conselho, Padre Sabino é quem organiza e algumas pessoas da comunidade contribuem, a conservação a própria comunidade quem faz, a prefeitura só fez construir e deixar”*. Conforme Ricardo França, agente cultural no bairro, *“a praça é incompleta e pequena, quem organiza é a comunidade quando tem festa”*.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
Fotografia 52 : Campo de futebol João XXIII.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
Fotografia 53: Quadra em Mãe Luíza.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
Fotografia 54: Praça João XXIII.

Quanto aos espaços de lazer no bairro do Alecrim, encontram-se praças, quadras e um teatro. Já existiram algumas salas de cinemas, que hoje se encontram desativadas. O teatro Sandoval Wanderley foi transformado na escola municipal de teatro que apresenta programação permanente e cujo ingresso é feito mediante pagamento de taxas. Esse equipamento merece manutenção e apresenta dificuldades para o estacionamento de veículos nas proximidades.

A Praça Gentil Ferreira, por encontrar-se no centro da área comercial e estar próxima à parada de transportes coletivos, principalmente os que fazem o percurso para a Região Administrativa Norte da cidade, apresenta um grande fluxo de pessoas. Nela há arborização, bancos e ajardinamento, não contém sanitários públicos e apresenta necessidade de higienização e conservação (Fotografia 55).

A Praça Pedro II (Fotografia 56) localiza-se em frente à Igreja São Pedro, encontra-se em bom estado de conservação, contendo bancos, boa iluminação e arborização. As outras praças do Alecrim apresentam problemas quanto à conservação e segurança, com exceção das Praças Almirante Barroso e Amigos da Marinha, cuja administração é feita pela marinha.

As quadras do bairro possuem iluminação insuficiente e não apresentam segurança ou animação em forma de eventos (Fotografia 57).

De acordo com a senhora Sonia Maria Lima , coordenadora do Encontro de Casais em Cristo da Paróquia do Alecrim, “*as pessoas freqüentam outros espaços, porque os daqui não são apropriados ao uso*”. Conforme o senhor Geraldo Gomes, comerciante, “*não tem muita opção de lazer no bairro, só é bom para o comércio, tem um clube fechado da Marinha e os torneios de esporte se praticam mesmo na rua, até o relógio da praça Gentil Ferreira vive quebrado*” .



Foto: Maria de Lourdes Rocha, 2005.
Fotografia 55: Praça Gentil Ferreira.



Foto: Maria de Lourdes Rocha, 2005.
Fotografia 56: Praça Pedro II.



Foto: Maria de Lourdes Rocha, 2005.
Fotografia 57: Quadra na rua Pajeús.

4.1.2.4 Região Administrativa Oeste

A Região Administrativa Oeste de Natal é banhada pelo Rio Potengi e limita-se com as Regiões Leste e Sul e com o município de Macaíba. A expansão urbana para essa área ocorreu seguindo inicialmente as margens da estrada de Macaíba, com o prolongamento do bairro do Alecrim. O crescimento populacional da área intensificou-se a partir da década de 1970, com a ocupação de pequenos lotes, principalmente por migrantes do interior com moradias auto-construídas e pelo PROMORAR.

Em outro sentido, a expansão ampliou-se com a construção do conjunto habitacional Cidade da Esperança, financiado através da Fundação de Habitação Popular, inaugurado em 1962. Instalou-se, nessa parte da cidade, a sede da PETROBRAS do Rio Grande do Norte, a sede do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), uma unidade da FEBEM, a CEASA, e o Terminal Rodoviário, o que possibilitou maior procura pela área, além de, mais recentemente, as Juntas de Conciliação e o Tribunal Regional do Trabalho - 21ª Região (TRT).

Na Zona Oeste também tem se implementado uma nova forma de morar. Pequenos prédios em forma de blocos são construídos com financiamento do Programa de Arrendamento Familiar (PAR), numa parceria da prefeitura com a Caixa Econômica Federal, destinada a pessoas de baixa renda.

A região Administrativa Oeste tem uma população de 195.584 habitantes, que ocupa uma área de 3.418,87 ha (Anexo 4) e tem uma média de moradores por domicílio de 4,12. Contém 10 (dez) bairros: Quintas, Nordeste, Dix-Sept-Rosado, Bom Pastor, Nossa Senhora de Nazaré, Felipe Camarão, Cidade da Esperança, Cidade Nova, Guarapes e Planalto (NATAL. SEMURB, 2005).

Na Zona Oeste residem 27,45% da população de Natal. Nela se encontram 22 (vinte e duas) favelas, apresentando uma renda média familiar de 2,92 salários mínimos (variando entre 1,63 e 3,95 de salários mínimos), o que caracteriza uma região de concentração populacional de baixa renda. O índice de analfabetismo encontrado é de 21,81%, observando-se 70,80% dos responsáveis por domicílios entre zero e 07 (sete) anos de estudos, registrando-se, também, 2,0% destes com 15 (quinze) anos ou mais de estudos (NATAL. SEMURB, 2005).

As principais características gerais, evidenciadas nos espaços públicos de lazer na Região Administrativa Oeste da cidade de Natal, referem-se principalmente: à ausência de equipamentos que permitam atividades recreativas diversas; à inadequação do tipo de equipamento ao lazer preferido pela comunidade, à falta de conservação do mobiliário; a um grande descaso principalmente nas praças, quanto à estética, à arborização ao ajardinamento e à iluminação, à falta de segurança generalizada e à ausência de atividades rotineiras culturais, esportivas e recreativas.

A região administrativa Oeste é a que apresenta menor número de equipamentos públicos de lazer na cidade e, conseqüentemente, um maior índice de habitantes por equipamento. Em alguns bairros dessa região constata-se a total inexistência de equipamentos públicos de lazer, o que aponta a diferenciação tanto qualitativa quanto quantitativa em relação às oportunidades oferecidas à população aí residente.

No bairro Quintas existem duas quadras de esportes: uma localizada no Centro Social Urbano, recentemente construída (Fotografia 58), que se encontra em bom estado de conservação, e outra no Centro Desportivo do bairro que não apresenta iluminação, nem conservação adequada.

Quanto às praças, constata-se que a das Costureiras (Fotografia 59) está desativada para dar lugar à construção de uma passarela sobre a avenida Bernardo Vieira. As praças

Marechal Rondon e Potengi encontram-se com conservação parcial, e a Campos Limpos é carente de iluminação, arborização, equipamentos e conservação. Apenas a Praça Almirante Gonçalves, que não se encontra catalogada pela SEMURB, está bem conservada, pois os moradores dos arredores se responsabilizam por sua arborização e conservação.

Segundo o Pastor Evangélico, Evânio da Silva Costa, *“a infra-estrutura da maioria dos espaços públicos é precária, principalmente o que é de responsabilidade do governo, como: pavimentação e iluminação”*.



Foto: Roberto Amorim Jr, 2005.
Fotografia 58: Quadra do Centro Social das Quintas.



Foto: Roberto Amorim Jr, 2005.
Fotografia 59: Praça das Costureiras.

No bairro Dix-sept-Rosado, existe apenas 01 (uma) quadra (Fotografia 60), um campo de futebol (Fotografia 61), um conselho comunitário e vários campos de várzeas improvisados pela população. Não foi encontrada nenhuma praça no bairro. Segundo a senhora Gilsa Alves, comerciante *“Eu e meus vizinhos não utilizamos espaços públicos porque não tem, só escuto o povo dizer que vai para outros lugares, porque aqui a quadra e o campo são perigosos, só quem tem muita coragem vai lá”*.

Conforme o senhor José Fernandes da Silva, presidente do Conselho Comunitário do Bairro, *“os moradores não freqüentam muito espaços públicos aqui porque não tem uma praça, só uma quadra e um campo de areia”*.



Foto: Maria de Lourdes Rocha, 2005.
Fotografia 60: Quadra localizada na rua Nascimento de Castro .



Foto: Maria de Lourdes Rocha, 2005.
Fotografia 61: Campo localizado na rua Carteiro Macedo.

Quanto aos espaços públicos de lazer no bairro de Bom Pastor, existem 02 (duas) praças: a Bom Pastor e a Lima e Silva (Fotografia 62), ambas com necessidade de conservação, arborização e segurança. Dispõe de (01) uma quadra (Fotografia 63) situada na rua Aristófares Fernandes, que se encontra em bom estado de conservação. Observa-se ainda a existência de vários campos para prática de futebol, todos improvisados pela comunidade, com péssimas condições de uso (Fotografia 64).

Segundo a senhora Juliana Oliveira Soares, membro do Instituto Bom Pastor, “*não há com freqüência atividade nas áreas públicas do bairro, exceto as atividades desenvolvidas pelo instituto e outras oferecidas em época de campanha eleitoral*”. Conforme a senhora Miriam Sabino dos Santos, membro do Conselho comunitário do Bairro, “*a própria população é responsável pelo mau uso, as gangues costumam ocupar as áreas públicas do bairro.*”



Foto: Breno Machado, 2005.
Fotografia 62: Praça Lima e Silva.



Foto: Breno Machado, 2005.
Fotografia 63: Quadra Aristófanes Fernandes.



Foto: Breno Machado, 2005.
Fotografia 64: Campo improvisado na
Av. Bom Pastor.

No bairro Felipe Camarão existem 02 (duas) quadras (Fotografia 65) e um campo de futebol construídos para o lazer, existindo ainda vários campos de várzeas improvisados pela população (Fotografia 66). Foi encontrada apenas uma praça e o Conselho Comunitário. A praça foi arranjada pelos próprios moradores (Fotografia 67) sem equipamentos adequados, pavimentação e iluminação.

Segundo o senhor Ranulfo Teixeira Damião, diretor de patrimônio do Centro Desportivo do bairro, *“Aqui não tem espaços de lazer adequados para todos, tem apenas uma quadra mal acabada e uns campos de areia. As crianças jogam pipa nas ruas, os homens fazem torneios, já as mulheres não têm para onde ir. Aqui agente tem um grupo de índios: ‘Os Tabajaras’; no carnaval, e um arraiá no São João, tudo organizado pela população”*. De acordo com o presidente do conselho comunitário do bairro, senhor Jair da Silva Medeiros

“as pessoas vão para a quadra e os campos de várzea jogar, e conversam e organizam quadrilhas e festas na rua mesmo”.



Foto: Maria de Lourdes Rocha, 2005.
Fotografia 65: Quadra de Felipe Camarão.

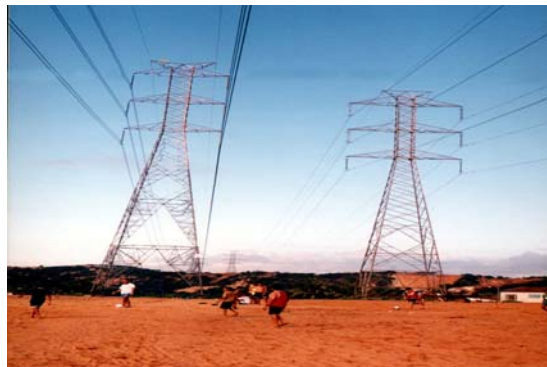


Foto: Maria de Lourdes Rocha, 2005.
Fotografia 66: Campo improvisado pela população.



Foto: Maria de Lourdes Rocha, 2005.
Fotografia 67: Praça no conjunto Nova Vida.

Quanto aos espaços públicos de lazer no bairro Cidade da Esperança, constata-se a existência de algumas quadras, um Centro Social, um campo de futebol e um complexo poliesportivo. O complexo poliesportivo contém um ginásio (Fotografia 68), uma pista para skate (Fotografia 69) e um anfiteatro, todos em péssimo estado de conservação, sem iluminação e sem instalações hidro-sanitárias adequadas.

O campo de futebol e as quadras não apresentam conservação e iluminação. As praças também não apresentam bom estado de conservação. A arborização existe, porém não há

ajardinamento e a iluminação é insuficiente. A praça Lauro Maia foi a encontrada com melhor conservação no bairro (Fotografia 70).

De acordo com o Senhor Afonso Souza Cunha, tesoureiro do Centro de Idosos do bairro, *“só uma parte dos moradores utilizam esses espaços, porque eles não são organizados e estruturados, não possuem segurança, nem limpeza”*.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 68: Praça Central - Ginásio de esportes.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 69: Pista de Skete.



Foto: Andréa Ferreira, 2005.
Fotografia 70: Praça Laura Maia.

No bairro de Cidade Nova, quanto aos espaços públicos de Lazer, existe o centro comunitário, percebe-se a existência de vários campos de várzeas improvisados pela população (Fotografia 71). Antes havia 01 (uma) quadra que recentemente foi desativada para construção de uma escola (Fotografia 72). Não foi encontrada nenhuma praça no bairro.

Segundo o senhor José Nelson da Rocha, comerciante, *“alguns moradores limpam os terrenos baldios para poder jogar bola”*. Conforme o senhor Isaiás Barbosa, Presidente do

Conselho Comunitário, “*não há o que conservar, não tem espaço público de lazer aqui; a quadra que existia foi substituída pela construção da Escola Estadual Marise Paiva. O conselho reivindica os espaços para a comunidade, porém só tem promessa*”.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
Fotografia 71: Campo de futebol Improvisado pela população na Rua do Norte com a av Central.



Foto: Mariama Sanskya, 2005.
Fotografia 72: Local onde deveria estar a quadra de esportes na rua do Norte com av Central.

Assim, torna-se evidente que as construções de equipamentos públicos de lazer nos bairros têm sido pensadas pelos órgãos responsáveis desarticuladas das características locais, apontando a ausência do diagnóstico das carências e possibilidades da população, tão determinantes para a utilização destes pela comunidade no cotidiano.

Torna-se evidente, também, quando constatada a falta de conservação dos equipamentos nos espaços públicos, a inexistência de um programa de manutenção permanente executado pelo município que atenda equitativamente todos os equipamentos distribuídos nos diversos bairros.

4.1.3 A segurança pública desses espaços

Um dos problemas apresentados pelos moradores consultados na pesquisa de campo, refere-se à falta de segurança nos espaços públicos de lazer em Natal. A ausência de segurança foi confirmada também nas anotações feitas nas fichas de observação dos equipamentos pesquisados dos diversos bairros.

Natal é uma cidade onde a sensação de insegurança parece ainda não ter penetrado em todas as camadas da sociedade. Porém, diferente do que vem sendo propagada pela publicidade voltada para o turismo local, que a aponta como lugar seguro e tranquilo, ela está sendo acometida atualmente pela crescente violência urbana. Ao se comparar os dados fornecidos pelo Instituto Técnico de Polícia (ITEP) referentes a 2005 com os do mesmo período de 1994, o número de mortes violentas aumentou 14,8%, a quantidade de furtos e roubos com prejuízos superiores a R\$ 4.500,00 aumentou 93,2% e o número de carros roubados aumentou em 30,6%, o que constata um aumento da violência na cidade (BEZERRA, 2005).

Esse fato se agrava em relação aos bairros periféricos de Natal, onde se concentra a maioria da população desprivilegiada. Como foi apresentado pelos moradores, existe medo e falta de policiamento nos espaços públicos de lazer. Esse problema se agrava à noite e nos finais de semana.

Nos depoimentos apresentados pelos moradores desses bairros, consta que a violência existente nos espaços públicos é um fator inibidor para que a população os utilize com freqüência, sendo denunciada a presença de gangues que utilizam os espaços públicos para atividades inapropriadas ou agressivas, causando medo a essa população. Tal fato restringe cada muito as possibilidades de lazer para a população mais carente e limita essa população

ao interior de suas residências, já que o baixo poder aquisitivo desta, não permite a utilização de lazeres promovidos pela iniciativa privada.

Assim, predomina em Natal, para grande parte dos moradores, as atitudes passivas em relação ao lazer e, dessa forma, o indivíduo fica limitado a ser espectador das atividades praticadas por outros e veiculadas pelos meios de comunicação. Na maioria das vezes, ele apenas atua como receptor, não efetuando movimentos ou respostas, conseqüentemente, desenvolvendo um comportamento de apatia e acomodação.

Nesse sentido, a segurança dos espaços públicos de lazer precisa ser pensada em Natal, não só para identificar uma situação de violência existente na cidade, camuflada pela cobertura de postos policiais e rondas constantes em áreas nobres e destinadas a atender os turistas, enquanto os bairros pobres de periferia permanecem num constante estado de intranqüilidade e medo.

A segurança para ser efetiva nos espaços destinados ao lazer deve ser feita de forma regular, e com rondas periódicas nos horários de maior uso, principalmente nos bairros que apresentam maiores índices de violência.

Os espaços de lazer necessitam ser tratados como importantes ao convívio social e à boa qualidade de vida para toda a população de Natal. Segundo Rolnik (2000), referindo-se à situação existente nas cidades brasileiras em geral, é preciso implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade dos espaços públicos da cidade, na retomada de sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da idéia de uma cidade que conecte usos, funções e pessoas diferentes, em segurança, pois, quanto mais diferenças e privilégios existem nas ilhas e nos redutos de qualidade de vida nas cidades, mais se exacerba a exclusão nas outras áreas e, quanto mais se exacerba a exclusão, mais violenta vai ser essa cidade.

4.1.4 Participação popular, uso e conservação

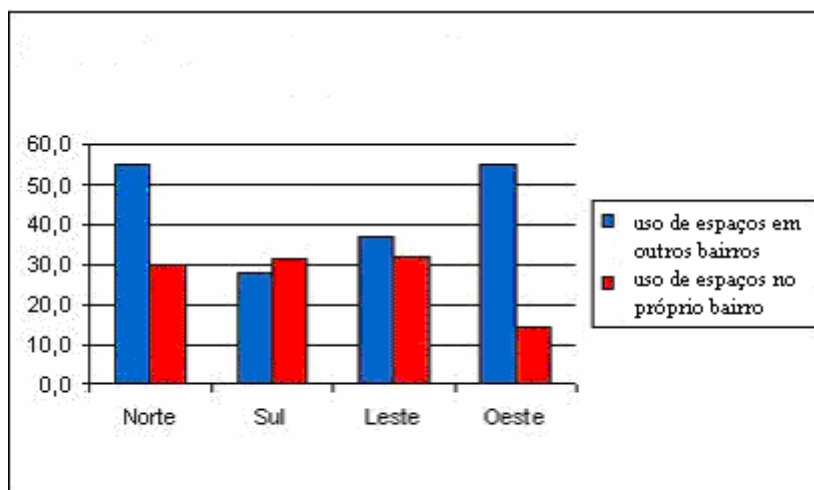
As observações referentes à utilização dos espaços públicos de lazer pela população da cidade apontam o uso pouco intenso de tais espaços nas proximidades das residências, bem como a procura pelos moradores de áreas carentes desses espaços por outros bairros com melhor infra-estrutura para esse fim. Esse fato foi constatado nas respostas aos formulários dadas pelos moradores dos diversos bairros, onde a procura por outros bairros da cidade para atividades lúdicas foi apontada por 43,3% destes. Constatou-se ainda, durante as abordagens feitas aos moradores, que muitos deles não procuram os espaços públicos da cidade nas suas horas de folga, preferindo os lazeres em espaços privados, ou de natureza comercial (Tabela 04).

É importante destacar que as Regiões Administrativas Norte e Oeste apresentaram maior percentual de respostas positivas quanto à procura de espaços públicos de lazer em outros bairros, sendo esse percentual nas Regiões Administrativas Norte de 53,3 % e na Oeste de 54,8 % . Com menores proporções de respostas positivas estão as Regiões Administrativas Leste 37,2% e Sul com 27,7%, áreas com maior disponibilidade destes espaços (Gráfico 02).

Foi confirmado também que, nos bairros anteriormente diagnosticados com poucos equipamentos de lazer ou baixo índice de conservação, existe uma procura dos moradores por espaços públicos de lazer em outros bairros. Nas entrevistas foram apontadas as ausências de infra-estrutura para desenvolver atividades lúdicas e a pouca oferta de eventos nos espaços públicos de lazer próximos às residências, sendo fatores motivadores da procura por espaços de outros bairros nas horas de folga (Tabela 04).

| Região Adm | Bairro | Uso dos espaços | | | | | | Subtotal % | |
|---------------|-----------------|-------------------|------|-------------------|------|---------|------|------------|-------|
| | | Próprio bairro | % | Outros bairros | % | Não usa | % | | |
| NORTE | Potengi | 40 | 40,0 | 60 | 60,0 | 0 | 0 | 100 | 100,0 |
| | Igapó | 42 | 42,0 | 58 | 58,0 | 0 | 0 | 100 | 100,0 |
| | Pajuçara | 27 | 27,0 | 45 | 45,0 | 28 | 28,0 | 100 | 100,0 |
| | N. S. da Apre | 4 | 4,0 | 50 | 50,0 | 46 | 46 | 100 | 100,0 |
| | Redinha | 32 | 32,0 | 68 | 68,0 | 0 | 0 | 100 | 100,0 |
| | Lagoa Azul | 32 | 32,0 | 39 | 39,0 | 29 | 29,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 177 | 29,5 | 320 | 53,3 | 103 | 17,2 | 600 | 100,0 |
| SUL | Lagoa Nova | 32 | 32,0 | 28 | 28,0 | 40 | 40,0 | 100 | 100,0 |
| | Candelária | 22 | 22,0 | 16 | 16,0 | 62 | 62,0 | 100 | 100,0 |
| | Ponta Negra | 58 | 58,0 | 22 | 22,0 | 20 | 20,0 | 100 | 100,0 |
| | Pitumbu | 9 | 9,0 | 20 | 20,0 | 71 | 71,0 | 100 | 100,0 |
| | Neópolis | 50 | 50,0 | 50 | 50,0 | 0 | 0 | 100 | 100,0 |
| | Nova Descoberta | 18 | 18,0 | 30 | 30,0 | 52 | 52,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 189 | 31,5 | 166 | 27,7 | 245 | 40,8 | 600 | 100,0 |
| LESTE | Petrópolis | 24 | 24,0 | 18 | 18,0 | 58 | 58,0 | 100 | 100,0 |
| | Ribeira | 28 | 28,0 | 32 | 32,0 | 40 | 40,0 | 100 | 100,0 |
| | Cidade Alta | 40 | 40,0 | 36 | 36,0 | 24 | 24,0 | 100 | 100,0 |
| | Alecrim | 14 | 14,0 | 47 | 47,0 | 39 | 39,0 | 100 | 100,0 |
| | Rocas | 36 | 36,0 | 52 | 52,0 | 12 | 12,0 | 100 | 100,0 |
| | Mãe Luiza | 50 | 50,0 | 38 | 38,0 | 12 | 12,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 192 | 32,0 | 223 | 37,2 | 185 | 30,8 | 600 | 100,0 |
| OESTE | Cidade da Espe | 30 | 30,0 | 70 | 70,0 | 0 | 0 | 100 | 100,0 |
| | Dix-Sept-Rosado | 10 | 10,0 | 74 | 74,0 | 16 | 16,0 | 100 | 100,0 |
| | Quintas | 10 | 10,0 | 23 | 23,0 | 67 | 67,0 | 100 | 100,0 |
| | Cidade Nova | 6 | 6,0 | 40 | 40,0 | 54 | 54,0 | 100 | 100,0 |
| | Bom Pastor | 14 | 14,0 | 42 | 42,0 | 44 | 44,0 | 100 | 100,0 |
| | Felipe Camarão | 13 | 13,0 | 80 | 80,0 | 7 | 7,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 83 | 14,0 | 329 | 54,8 | 188 | 31,3 | 600 | 100,0 |
| TOTAL | | 641 | 26,7 | 1038 | 43,3 | 721 | 30,0 | 2400 | 100,0 |

Fonte: Dália Lima, pesquisa de campo, 2005.



Fonte: Dália Lima, pesquisa de campo, 2005.

Gráfico 02 – Uso dos Espaços Públicos de Lazer em Natal

A procura de atividades em outros bairros também foi alegada pela ausência de variedade dos espaços de lazer disponíveis, com a inexistência de alguns tipos de equipamentos nos bairros onde residem, como: cinemas, teatros, ginásios, etc. As dificuldades referentes à acessibilidade aos espaços públicos melhores aparelhados prejudicam a população no que se refere ao exercício desses tipos de lazer.

Constata-se ainda, nas consultas feitas aos moradores dos diversos bairros, que a maioria da população de Natal não identifica a conservação dos espaços públicos de lazer como sua responsabilidade, o que aponta para a percepção de estranhamento destes moradores perante os espaços públicos nas proximidades de suas moradias, principalmente pelo fato da inadequação dos mesmos às suas atividades preferidas, e as barreiras neles existentes para a permanência de forma agradável e segura.

Quanto à ação da comunidade na organização de eventos e na conservação desses espaços, a pesquisa mostra que a população, de uma forma geral, não contribui para a elaboração de eventos, nem tampouco para a conservação desses espaços (Tabela 05).

De acordo com a entrevista feita a arquiteta e urbanista Walderez Garcia da equipe da SENSUR, responsável pela manutenção destes equipamentos, “*Um dos motivos da ausência*

de manutenção dos espaços públicos é a falta de organização dos próprios moradores. A comunidade deve se organizar e oficializar o pedido através de ofício e entrevistas com políticos locais. O ofício deve ser claro, contendo a localização da área solicitada assim como os anseios da comunidade. É importante acompanhar o processo do ofício, devido a grande quantidade de pedidos que a Secretaria recebe diariamente. Existe na prefeitura um programa chamado “Bairro cidadão” onde a comunidade pode fazer todos os pedidos, mas isto não invalida o pedido em ofício.”

Em relação aos resultados gerais apresentados na pesquisa, apenas 31,8% dos inquiridos afirmaram contribuir para essa conservação e animação, enquanto os outros, 68,2%, não contribuem de qualquer forma para isso (Tabela 05).

Isso aponta indícios de um exercício parcial da cidadania, e a ausência de possibilidades de exercício do direito ao lazer e baixos compromissos com as questões reivindicatórias a esse respeito por parte dos moradores de muitos bairros. Segundo Gomes (2002), referindo-se aos espaços públicos e sua relação com a cidadania, essa última é um pacto social estabelecido simultaneamente com uma relação de pertencimento a um grupo e de pertencimento a um território.

Em Natal, de uma maneira geral os espaços que são públicos não são identificados pela população como apropriados à vida comunitária, pois esta não lhe atribui significado em suas vidas, nem os utiliza de forma constante. Esses espaços são apontados pela população como local de carências e violências e raramente como local aprazível e de convivência. Nos depoimentos compilados, a população os vinculou à sujeira e ao perigo, sem uma reação afetiva de pertencimento para com eles. Ocorre em alguns bairros a depredação dos espaços pelos próprios moradores. Segundo a arquiteta Walderez Garcia da equipe da SENSUR, “...quando terminamos de fazer uma praça ou recuperá-la, é a própria comunidade que depreda. Não existe uma política de educação local para conservar a ‘coisa’ pública”.

Tabela 05 - Participação da comunidade na conservação e animação dos Espaços Públicos de Lazer em Natal/ Respostas da população consultada por Bairro e Região Administrativa

| Região Administrativa | Bairro | Participação | | | | | |
|-----------------------|-----------------------|--------------|------|------|------|----------|-------|
| | | Sim | % | Não | % | Subtotal | % |
| NORTE | Potengi | 55 | 55,0 | 45 | 45,0 | 100 | 100,0 |
| | Igapó | 44 | 44,0 | 56 | 56,0 | 100 | 100,0 |
| | Pajuçara | 39 | 39,0 | 61 | 61,0 | 100 | 100,0 |
| | N. S. da Apresentação | 15 | 15,0 | 85 | 85,0 | 100 | 100,0 |
| | Redinha | 17 | 17,0 | 83 | 83,0 | 100 | 100,0 |
| | Lagoa Azul | 29 | 29,0 | 71 | 71,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 199 | 33,1 | 401 | 66,8 | 600 | 100,0 |
| SUL | Lagoa Nova | 50 | 50,0 | 50 | 50,0 | 100 | 100,0 |
| | Candelária | 26 | 26,0 | 74 | 74,0 | 100 | 100,0 |
| | Ponta Negra | 37 | 37,0 | 63 | 63,0 | 100 | 100,0 |
| | Pitimbu | 30 | 30,0 | 70 | 70,0 | 100 | 100,0 |
| | Neópolis | 47 | 47,0 | 53 | 53,0 | 100 | 100,0 |
| | Nova Descoberta | 26 | 26,0 | 74 | 74,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 216 | 36,0 | 384 | 64,0 | 600 | 100,0 |
| LESTE | Petrópolis | 42 | 42,0 | 58 | 58,0 | 100 | 100,0 |
| | Ribeira | 28 | 28,0 | 72 | 72,0 | 100 | 100,0 |
| | Cidade Alta | 38 | 38,0 | 62 | 62,0 | 100 | 100,0 |
| | Alecrim | 24 | 24,0 | 76 | 76,0 | 100 | 100,0 |
| | Rocas | 24 | 24,0 | 76 | 76,0 | 100 | 100,0 |
| | Mãe Luiza | 52 | 52,0 | 48 | 48,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 208 | 34,6 | 392 | 65,4 | 600 | 100,0 |
| OESTE | Cidade da Esperança | 64 | 64,0 | 36 | 36,0 | 100 | 100,0 |
| | Dix-Sept-Rosado | 15 | 15,0 | 85 | 85,0 | 100 | 100,0 |
| | Quintas | 4 | 4,0 | 96 | 96,0 | 100 | 100,0 |
| | Cidade Nova | 16 | 16,0 | 84 | 84,0 | 100 | 100,0 |
| | Bom Pastor | 5 | 5,0 | 95 | 95,0 | 100 | 100,0 |
| | Felipe Camarão | 37 | 37,0 | 63 | 63,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 141 | 23,5 | 459 | 76,5 | 600 | 100,0 |
| TOTAL | | 764 | 31,8 | 1636 | 68,2 | 2400 | 100,0 |

Fonte: Dália Lima, pesquisa de campo, 2005.

Em alguns bairros foram citadas as organizações religiosas, os centros comunitários, os clubes de mães e grupos de idosos, como principais aglutinadores na organização dos eventos comunitários. Nos bairros Cidade da Esperança, Potengi, Nelópolis e Mãe Luíza, as entidades religiosas e lideranças assumem a animação em alguns locais. Porém, na maioria dos bairros da cidade, essas entidades não conseguem articular-se com a comunidade em ações efetivas para a valorização e a dinamização dos seus espaços públicos.

Constatou-se também que a maioria das sedes dos Centros Comunitários onde se agrupam também muitos Clubes de Mães e Grupos de Idosos, estão necessitando de conservação ou são monopolizados por pessoas que os utilizam para fins políticos ou atividades empresariais, privatizando um espaço que pertence a todos, entaves apontados para uma maior utilização desses espaços por grande parte dos moradores.

Assim, a utilização dos espaços públicos de Natal encontra-se vinculada às questões referentes a sua localização e conservação, e está prejudicada pela visão utilitarista com que são percebidos pelo poder público, pois ao serem planejados prioritariamente como locais de passagem, apresentam baixa identidade com os moradores do entorno, além das questões referentes às distâncias, entre a maioria das moradias dos mais necessitados e os locais de lazer mais apropriados, que contribuem para a falta do sentimento de pertencimento que o usuário apresenta à esses.

4.1.5 O Planejamento estatal e as intervenções urbanas nos espaços públicos de lazer natalenses.

A possibilidade do lazer urbano está intimamente relacionada ao planejamento urbano, pois mesmo a natureza do homem tendo um caráter lúdico muito forte e, apesar de a criatividade e imaginação humana propiciarem o lazer alternativo, existem limites quanto à

liberdade de ação devido às questões espaciais e temporais vividas no espaço da cidade, que são referentes às condições físicas da habitação e às características do seu entorno.

A liberdade e a espontaneidade quanto à maneira de desfrutar os momentos de ócio, não deixa de tornar necessária, em muitas áreas da cidade, a intermediação do Estado na medida em que existem limitações socioeconômicas ao exercício desse direito pelo cidadão.

Nos últimos anos a iniciativa privada vem atuando fortemente na oferta de atividades de lazer, as mais variadas, a serem consumidas pelos que dispõem de tempo e dinheiro, isso é, os que estão situados em determinada camada social, que com seus salários conseguem suprir todas as suas necessidades. Assim, fica, para os órgãos governamentais, a incumbência de suprir as ofertas de possibilidades de lazer para os que carecem de desfrutar desse tempo, por meio de disponibilidades espaciais e temporais, bem como na execução de atividades variadas que permitam uma melhor qualidade de vida das pessoas das diversas camadas sociais na cidade.

Atualmente não parece existir uma definição clara a respeito de políticas públicas específicas de lazer para Natal, nem a articulação entre os diversos níveis de atuação do Estado – municipal, estadual e nacional para o planejamento das ações nesse sentido, o que agrava as questões referentes à utilização dos espaços públicos de lazer na cidade.

A nível federal, a Secretaria de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte aponta como diretrizes para o âmbito municipal: reconhecer e tratar o Esporte e o Lazer como direitos sociais; fomentar a implementação de conselhos municipais, gestores e fiscalizadores do Programa, integrados por representantes da sociedade civil e do poder público local; aplicar metodologia de avaliação processual das políticas públicas de esporte e lazer; articular ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos de esporte e lazer, de forma a privilegiar a unidade conceitual do Programa e planejar a formação continuada dos agentes sociais de

esporte e lazer e dos gestores públicos, de conformidade com os modelos conceituais estabelecidos no Programa.

Entretanto, percebe-se que, quando se trata da definição das competências da própria Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, no seu Departamento de Políticas Sociais, é dada uma ênfase ao esporte, separando-se os termos esportes e lazer apenas quando é priorizada a questão esportiva, deixando em segundo plano o lazer de vizinhança e as atividades lúdicas possíveis de serem desenvolvidas no cotidiano (BRASIL. Ministério dos Esportes, 2005).

Quanto à política de lazer em nível estadual, o lazer, de forma específica, não é contemplado em nenhuma secretaria de estado no Rio Grande do Norte, encontrando-se o esporte vinculado à Secretaria Estadual da Educação, da Cultura e dos Desportos, cuja ênfase é dada ao vínculo do lazer com a educação ou a programação de eventos culturais articulados ao âmbito escolar (RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação da Cultura e dos Desportos, 2005).

No nível local, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer apresenta as seguintes competências, segundo a Lei Complementar n.º 20/99: promover a manutenção e construção dos prédios esportivos da rede municipal; promover a construção de estádios e quadras destinadas à prática de diferentes modalidades esportivas e assessorar, tecnicamente, os diversos órgãos e entidades ligadas ao esporte amador. Percebe-se, no texto, a mesma ênfase que é dada ao esporte no nível federal, ao elaborar suas competências.

No cronograma de atividades do órgão, constam reformas e urbanização de equipamentos já existentes. Constata-se no entanto, que algumas obras estão sendo executadas, como as reformas do Machadão, porém são realizadas com muita lentidão. Quanto à construção de praças e equipamentos é evidente a carência das mesmas e a inadequação dos equipamentos construídos, bem como existe uma grande necessidade de

manutenção e conservação das já existentes. Os projetos citados em parceria com a iniciativa privada ou outras secretarias não apresentam acompanhamento sistemático num caráter permanente, carecendo da divulgação dos resultados obtidos com os mesmos (NATAL. SEL, 2005).

Quanto aos programas de animação cultural, existe uma concentração em áreas caracterizadas pelo corredor-histórico-turístico-cultural, predominantemente nos bairros da Cidade Alta, Ribeira, bem como nas praias. As programações carnavalescas, juninas e festival de cinema, todas de responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo, são eventos desenvolvidos com interesses voltados principalmente para a atividade turística.

As quadrilhas juninas são importantes manifestações culturais que têm se destacado na cidade no mês de junho. O poder público municipal, em conjunto com a iniciativa privada, tem incentivado essas manifestações de cultura popular, que aos poucos vão ganhando característica de cultura de massa, principalmente pelos meios de comunicação local. Esses incentivos são dados às comunidades em forma de prêmios e em organização de festivais, que envolvem competição entre os diversos bairros da cidade.

Essas manifestações, no entanto, têm se descaracterizado como movimento de cultura popular, pois ao invés de incentivar a proliferação de pequenas quadrilhas com maior número de participação de habitantes em seus próprios locais, onde as danças e as brincadeiras sejam praticadas por todos, mesmo nos bairros mais carentes, ganham uma conotação consumista, visto que, geralmente, as roupas são compradas ou alugadas e as músicas são contratadas, tudo em prol da aparência e da competição, como se fossem times – restringindo a participação a uma minoria.

Na páscoa, no Natal e Ano Novo, a prefeitura oferece alguns espetáculos voltados ao tema dessas festas religiosas, diante dos quais a participação popular se dá principalmente como espectador.

Os incentivos às festas carnavalescas têm se concentrado principalmente em Natal, em duas datas: com o “Carnatal – carnaval fora de época” – em dezembro; e em fevereiro, o carnaval propriamente dito. Para o Carnatal, a prefeitura, junto com a iniciativa privada, promotores de eventos e empresários do turismo promove a cidade em prol do entretenimento como atividade econômica. Durante esses festejos, as bandas são contratadas de fora do estado, geralmente na Bahia e vendem-se abadás - uniformes de tecido barato - de alto preço que representam o ingresso que dará direito a utilização de parte da via pública, assim “privatizada” em forma de corredor da folia - uma área restrita aos foliões que podem comprá-lo. Aos populares resta a “pipoca”, observar e pular atrás dos blocos fora da área restrita.

Já no carnaval, em fevereiro, é dado um menor incentivo pela prefeitura às pequenas escolas de samba e às tribos de índios da própria cidade. Esse carnaval tem pouca participação da população local. A indústria cultural vem entrelaçando, aqui, o capital cultural com o capital econômico, agrava as diferenças sociais, na medida em que coloca esses eventos como se tivesse caráter universal. Porém, na realidade, para desenvolver essas atividades, necessita-se da acessibilidade por meio de insumos financeiros. Essa indústria reforça as normas sociais engendradas pelas classes privilegiadas, promovendo o conformismo social, a degradação do gosto popular e transformando a cultura em mercadoria.

Alguns programas sazonais são implantados nos bairros, geralmente não se incorporando ao cotidiano das pessoas, pois são desenvolvidos em certas centralidades, muitas vezes distantes da moradia da maioria a que se destina e, como são transitórios, ocorrendo em forma de eventos isolados, não permitindo um lazer cultural ativo e, sim, resultando em momentos de entretenimento fugaz. Mesmo assim são poucos esses projetos que se concentram em áreas de maior visibilidade nas regiões e bairros.

Na Região Administrativa Norte, existe um projeto regular que ocorre na área de lazer do conjunto Panatis I, no bairro Potengi. Esse projeto é denominado “Pão, Música e Poesia na Praça”, sendo realizado no segundo domingo de cada mês, e é promovido por uma parceria entre a prefeitura, a Associação das Indústrias de Panificação e Confeitarias do Rio Grande do Norte (AIPLAN-RN) e o Sindicato dos Panificadores do Rio Grande do Norte (SINDI-PAN). Existe ainda um projeto permanente nessa área que incentiva as artes plásticas e a música, por meio de cursos e oficinas, articulado a rede municipal de ensino. Esses projetos são pouquíssimo abrangentes, considerando que eles visam atender a região mais populosa da cidade.

Na Região Administrativa Leste, temos concentradas algumas atividades nos bairros Ribeira e Cidade Alta, áreas pertencentes ao Corredor Histórico-Cultural-Turístico da cidade. Entre elas temos o “Projeto Ribeira das Artes”, que também ocorre uma vez por mês.

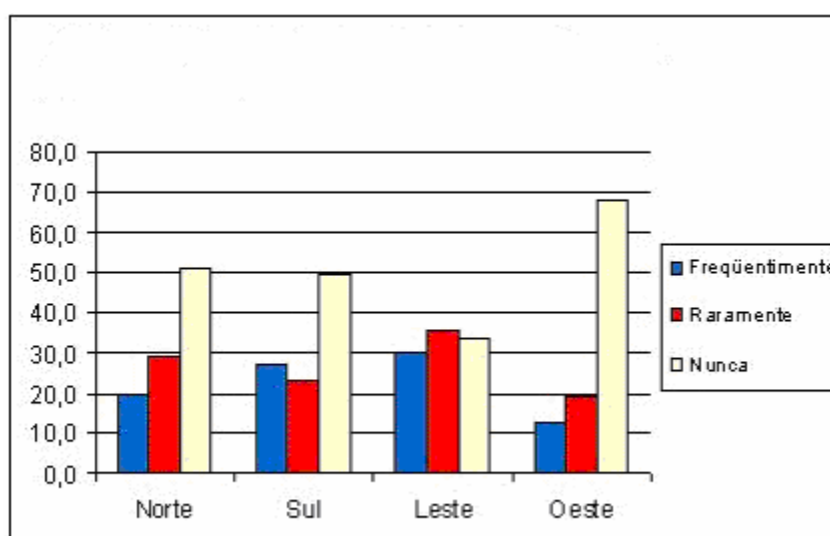
Constata-se, ainda, apresentações no Teatro Alberto Maranhão, que tem condições excelentes para shows, musicais, peças teatrais, porém apresenta uma restrita programação gratuita, sendo a maioria destas atividades de caráter empresarial - cobrando ingressos - o que impossibilita o acesso de grande parte da população. Além disso, há shows no largo da Rua Chile e outros eventos nos museus da cidade e centros culturais da Cidade Alta, como no Solar Bela Vista e Capitania das Artes, onde se realizam exposições, sarais etc.

O que se percebe nesses bairros da Zona Leste, mesmo concentrando esses projetos culturais de iniciativa pública (Ribeira das artes, Revitalização da Ribeira, ações desenvolvidas no teatro Alberto Maranhão, shows nas praias e atividades em museus), é que eles têm um enfoque de marketing da cidade, enquanto que, nos bairros periféricos, falta uma política sistemática de animação dos espaços públicos no cotidiano, já que nesses outros espaços, praticamente são inexistentes programas de lazer destinados à comunidade.

A respeito das atividades de lazer desenvolvidas nos espaços públicos da cidade, na pesquisa de campo, a grande maioria dos entrevistados apontou uma ausência de atividades rotineiras desenvolvidas nos espaços públicos próximos às suas residências. Apenas 22,5% confirmou que elas existem; 27,0% afirmou que raramente ocorre, enquanto 50,5% apontou não existir atividades nesses espaços (Tabela 06).

Os dados referentes à existência de atividades rotineiras planejadas confirmam a insuficiência das mesmas, propiciadas pelo poder público, o que aponta a carência de um melhor dimensionamento das necessidades dos moradores quanto à maneira de utilizar seu tempo disponível para o lazer e maior valorização do lazer de vizinhança.

Constata-se também que esses índices diferenciam-se por região administrativa dentro da própria cidade. Na Região Administrativa Norte, apenas 20,0% das respostas apontaram o uso freqüente dos espaços públicos de lazer nas proximidades de suas residências; na Região administrativa Sul, esse índice foi de 27,1%; na Região Administrativa Leste foi de 30,5% e na Região Administrativa Oeste foi de 12,5%. Mesmo assim, em todos os bairros, a pesquisa aponta que a maioria dos espaços públicos destinados ao lazer não apresenta essas atividades como rotineiras (Gráfico 03).



Fonte: Dália Lima, pesquisa de campo, 2005.

Gráfico 03 – Existência de atividades nos espaços públicos de lazer por Região Administrativa de Natal

Tabela 06 – Existência de atividades nos Espaços Públicos de lazer de Natal/Respostas da população consultada por Bairro e Região Administrativa

| Região Administrativa | Bairro | Atividades | | | | | | | |
|-----------------------|-----------------------|-------------|------|--------|------|---------|------|------------|-------|
| | | Frequente % | | Rara % | | Nunca % | | Subtotal % | |
| NORTE | Potengi | 42 | 42,0 | 33 | 33,0 | 25 | 25,0 | 100 | 100,0 |
| | Igapó | 18 | 18,0 | 30 | 30,0 | 52 | 52,0 | 100 | 100,0 |
| | Pajuçara | 27 | 27,0 | 33 | 33,0 | 40 | 40,0 | 100 | 100,0 |
| | N. S. da Apresentação | 0 | 0 | 16 | 16,0 | 84 | 84,0 | 100 | 100,0 |
| | Redinha | 28 | 28,0 | 20 | 20,0 | 52 | 52,0 | 100 | 100,0 |
| | Lagoa Azul | 5 | 5,0 | 43 | 43,0 | 52 | 52,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 120 | 20,0 | 175 | 29,2 | 305 | 50,8 | 600 | 100,0 |
| SUL | Lagoa Nova | 7 | 7,0 | 39 | 39,0 | 54 | 54,0 | 100 | 100,0 |
| | Candelária | 9 | 9,0 | 52 | 52,0 | 39 | 39,0 | 100 | 100,0 |
| | Ponta Negra | 31 | 31,0 | 27 | 27,0 | 42 | 42,0 | 100 | 100,0 |
| | Pitimbu | 20 | 20,0 | 5 | 5,0 | 75 | 75,0 | 100 | 100,0 |
| | Neópolis | 86 | 86,0 | 8 | 8,0 | 6 | 6,0 | 100 | 100,0 |
| | Nova Descoberta | 10 | 10,0 | 9 | 9,0 | 81 | 81,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 163 | 27,1 | 140 | 23,3 | 297 | 49,6 | 600 | 100,0 |
| LESTE | Petrópolis | 12 | 12,0 | 48 | 48,0 | 40 | 40,0 | 100 | 100,0 |
| | Ribeira | 18 | 18,0 | 46 | 46,0 | 36 | 36,0 | 100 | 100,0 |
| | Cidade Alta | 38 | 38,0 | 44 | 44,0 | 18 | 18,0 | 100 | 100,0 |
| | Alecrim | 37 | 37,0 | 10 | 10,0 | 53 | 53,0 | 100 | 100,0 |
| | Rocas | 8 | 8,0 | 42 | 42,0 | 50 | 50,0 | 100 | 100,0 |
| | Mãe Luiza | 70 | 70,0 | 26 | 26,0 | 4 | 4,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 183 | 30,5 | 216 | 36,0 | 201 | 33,5 | 600 | 100,0 |
| OESTE | Cidade da Esperança | 16 | 16,0 | 40 | 40,0 | 44 | 44,0 | 100 | 100,0 |
| | Dix-Sept-Rosado | 9 | 9,0 | 9 | 9,0 | 82 | 82,0 | 100 | 100,0 |
| | Quintas | 0 | 0 | 9 | 9,0 | 91 | 91,0 | 100 | 100,0 |
| | Cidade Nova | 0 | 0 | 10 | 10,0 | 90 | 90,0 | 100 | 100,0 |
| | Bom Pastor | 29 | 29,0 | 25 | 25,0 | 46 | 46,0 | 100 | 100,0 |
| | Felipe Camarão | 21 | 21,0 | 22 | 22,0 | 57 | 57,0 | 100 | 100,0 |
| SUBTOTAL | | 75 | 12,5 | 115 | 19,1 | 410 | 68,4 | 600 | 100,0 |
| TOTAL | | 541 | 22,5 | 646 | 27,0 | 1213 | 50,5 | 2400 | 100,0 |

Fonte: Dália Lima, pesquisa de campo, 2005.

Existe ainda uma análise importante a ser feita em relação à atuação do setor público no que se refere às áreas de lazer na cidade e o papel da SEMURB, da SEMSUR e da SEL.

Estas secretarias têm responsabilidades institucionais no que concerne à situação diagnosticada. A SEMURB, no que consta ao planejamento do uso e da distribuição dos espaços públicos na cidade, a SEMSUR, no que se refere à adequação da construção, conservação e recuperação dessas áreas e a SEL, na implantação e animação destes locais.

De acordo com as entrevistas feitas com os técnicos destes órgãos responsáveis pelos espaços de lazer da cidade, nota-se que as atribuições referentes a essas áreas estão divididas, e que nem todos os projetos são planejados em conjunto. Segundo a arquiteta Walderez Garcia da equipe da SEMSUR, *“a articulação entre as secretarias existe quando há interesse das mesmas. Um exemplo foi à restauração da área de lazer da zona Norte. Com a SEMURB, fizemos a AV. Itapetinga, a área de lazer do conjunto Santa Catarina (em projeto), a praça das flores (em projeto), largo do Teatro Municipal (em projeto) dentre outros. Todos os nossos projetos passam pela análise da SEMURB (Secretaria Municipal de Urbanismo) e são orçados e fiscalizados pela SEMOV (Secretaria Municipal de obras)”*.

De acordo com a entrevistada Vera Lúcia de Melo Rodrigues Figueira chefe do Setor de Planejamento Urbanístico e Ambiental da SEMURB, *“parte dos projetos é feita através de reivindicações da comunidade, durante a participação na ‘Prefeitura nos Bairros’, onde estão presentes todas as secretarias, as quais a partir daí fazem o seu planejamento conforme a sua área de atuação específica, com objetivo de atender as principais necessidades apontadas pela população”*.

No que se refere aos principais parques da cidade, atualmente, existe um debate acerca da área do Parque das Dunas, parque de preservação ambiental situado na zona Leste, pois os setores imobiliário e turístico pretendem sua liberação para construções, enquanto outros segmentos se preocupam com a preservação do lugar.

Quanto à área planejada para o lazer deste Parque, nota-se que o local necessita de maior democratização no seu uso, pois, por encontrar-se entre a Região Administrativa Leste e a Sul da cidade, é freqüentado geralmente por pessoas de alta renda. O acesso das camadas populares é dificultado tanto pela distância dos bairros mais pobres, quanto pela escassez de transportes até sua entrada, como, ainda, pela necessidade de pagar ingresso para sua utilização, sendo permitida a entrada gratuita apenas em eventos isolados.

Outro local de lazer urbano também situado na Zona Sul e que apresenta problemas quanto ao uso é o Parque das Mangueiras, fruto de uma parceria público-privada. Essa é outra área verde importante para a cidade, que também é de difícil acesso ao público de baixa renda pelos mesmos motivos da área de lazer do Parque das Dunas, pois se apresenta distante dos bairros mais carentes, com pouca afluência de transportes públicos e o desenvolvimento de eventos isolados.

Na Zona Leste encontra-se a Lagoa Manuel Felipe – Cidade da Criança – que é outro parque planejado para o lazer da população, e apesar de ter passado por inúmeras reformas desde sua implantação, atualmente necessita de conservação e animação permanentes, sendo oferecidos ali poucos eventos para a população da cidade. Para atividades de lazer nessa área é necessário o pagamento de ingressos.

Os espaços públicos de lazer em Natal ficam, assim, fortemente influenciados pela lógica do mercado, devido ao poder público não atuar com projetos e ações efetivas nessa área, fato que contribuirá, sem dúvida, para reforçar as desigualdades sociais, pois os empresários que investem nessas atividades procuram o lucro e criam entretenimentos onerosos, ficando as possibilidades dos menos abastados reduzidas pelas suas poucas condições financeiras.

4.1.6 As diferenciações de uso dos espaços públicos destinados ao lazer pelas diversos segmentos sociais na Cidade

Quando se fala das atividades de lazer desenvolvidas em determinado lugar, no espaço urbano, não fica difícil destacar um conjunto de fatores que limitam ou ampliam as possibilidades lúdicas dos indivíduos. Entre elas destacam-se: o nível de instrução, a localização da residência, as condições ambientais de seu entorno e a renda familiar. A escolha das atividades de lazer é determinada, assim, por múltiplos fatores: os de ordem socioeconômica, cultural, espacial, além do tempo livre disponível em cada área da cidade.

De alguma forma, essas variáveis, na sociedade capitalista, como se apresenta atualmente, têm como pano de fundo as possibilidades econômicas. Segundo Harvey (2003, p. 213), ao explicar essa diferenciação:

a capacidade de influenciar a produção do espaço é um importante meio de aumento do poder social. Em termos materiais, isso significa que quem pode afetar a distribuição espacial de investimentos em transporte e comunicação e em infra-estrutura físicas e sociais, ou a distribuição territorial de forças administrativas, políticas e econômicas, pode muitas vezes obter recompensas materiais.

Nesse sentido o uso dos espaços públicos de lazer, no entorno das residências em Natal, apresenta forte relação com a segregação socioespacial aqui existente, pois algumas áreas concentram melhores e outras piores condições de vida, que se expressam nos índices de renda, educação e densidade populacional, fatores influenciadores nas possibilidades de lazer da população das diversas localidades.

Essa segregação se caracteriza, ainda, por pouca mobilidade social interna, onde os bairros de elite continuam por muitas décadas como tais. A expansão dos bairros da cidade no sentido Leste-sul, continua a ser feita por moradias de proprietários de maior renda, enquanto nas regiões Oeste e Norte cresce a população mais pobre. De acordo com Silva

(2003, p. 82), ao se referir a Natal: “a cidade está fragmentada por classes sociais, distribuídas em bairros com rendas médias diferenciadas. Quando se utiliza a divisão administrativa, vê-se também uma divisão social com os bairros das Zonas Leste e Sul, ricos, se destacando dos das Zonas Oeste e Norte, pobres”.

Ideologicamente, a cidade é construída igualmente para todos e os investimentos feitos pelo Estado são aparentemente neutros, beneficiando igualmente a todos os seus moradores. Percebe-se, no entanto, que nessa capital a participação do Estado contribui para a permanência da segregação socioespacial, evidentemente não natural, pois a educação, a saúde, os transportes, o saneamento, são serviços oferecidos diferenciadamente entre os bairros, priorizando os bairros que a população exerce maior poder de pressão (Tabela 07).

Os dados apresentados apontam que as regiões Norte e Oeste, quando comparados aos dados referentes às regiões Sul e Leste de Natal, além do menor poder aquisitivo da população das primeiras, apresentam ainda índices desfavoráveis em relação ao nível educacional, ao tipo de moradia, a concentração de habitantes por residência, condições sanitárias e espaços públicos de lazer.

A segregação socioespacial em Natal se evidencia através de 70 favelas nela existentes, das quais a maioria delas encontra-se nas zonas Norte e Oeste, o que representa uma concentração espacial de população de menor poder aquisitivo nessa área. Porém, estes números ainda escondem uma maior segregação, pois os diversos espaços denominados de favelas na cidade, não estão bem definidos, uma vez que os loteamentos irregulares – com grande concentração de pobres, com péssimas condições de moradia e infra-estrutura, quando registrados, não são considerados favelas, e se encontram, principalmente, na Zona Norte e Oeste da cidade.

Tabela 07 – Características socioambientais e disponibilidade de espaços públicos de lazer por Região Administrativa de Natal

| Características por Regiões Administrativas | População | Media de Moradores por Domicílio | Renda Média em Salário mínimo | Número de Responsáveis por Domicílio com até 7 anos de escolaridade | Número de Moradores em Residências Subnormais | Número de habitações sem sanitário | Média Habitantes por Equip. de Lazer* |
|---------------------------------------------|-----------|----------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------|
| NORTE | 244.743 | 4,08 | 2,92 | 36.266 | 29.848 | 797 | 2.165,8 |
| SUL | 155.882 | 3,81 | 11,62 | 10.386 | 3.308 | 121 | 1.367,3 |
| LESTE | 116.106 | 3,83 | 9,00 | 13.714 | 17.672 | 280 | 1.027,4 |
| OESTE | 195.584 | 4,12 | 2,92 | 33.426 | 23.700 | 796 | 3.621,9 |

Fonte: Dália Maria, 2005. Elaborada com base nos dados do Anuário Natal 2005, SEMURB.Natal, 2005.

* Nota: São considerados equipamentos públicos de lazer para essa pesquisa as praças e parques, campos e quadras, teatros e museus e sedes comunitárias mantidas pelo poder público.

Segundo Furtado (1993, p. 59), em Natal:

o agravamento da crise nacional, a falta de alternativas concretas de combate à miséria, no Brasil e no RN, têm transferido populações de bairros como Rocas, Alecrim, Quintas, Santos Reis, para áreas cada vez mais periféricas, cuja falta de infra-estrutura, de moradia, tem contribuído para o decréscimo da qualidade de vida dessa população, empurradas também pelo crescimento do índice de miséria, a criação de novas favelas, num processo de crescimento da pobreza urbana.

De acordo com Ferreira (1996, p. 206), a participação do Estado nas últimas décadas tem contribuído para o agravamento da segregação existente, pois, por meio de financiamentos, capitaliza o empresariado local, permitindo-lhe investir, prioritariamente, na construção de unidades destinadas aos estratos médios e altos da população local.

Outro fenômeno que está ocorrendo na Zona Norte, e que também contribui para torná-la cada vez mais uma região concentradora de pobres, é o fato da permissividade do poder municipal na comercialização de loteamentos irregulares. Esses loteamentos são vendidos geralmente aos excluídos do sistema (sem carteira assinada, desempregados e miseráveis), que não detêm as condições mínimas para entrar nos programas de financiamento oferecidos pelo governo.

Conforme a SEMTAS (Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social), em 2002, os conjuntos habitacionais da Região Norte representavam apenas 37% do total das habitações, com 63% localizadas nos loteamentos. Constatou-se que a maioria da população, de baixíssima renda, encontra-se nesses loteamentos, devido ao baixo preço dos lotes, evidenciando que, no interior dos próprios bairros segregados existe uma diferenciação do nível de carências que se refletem na habitação e no seu entorno. Existe também, uma diferenciação entre as diversas áreas destes quanto ao padrão construtivo.

Percebe-se que a participação do Estado no sentido de valorizar algumas áreas em detrimento de outras tem sido constante também no que se refere à implantação do sistema viário, com abertura e duplicação das avenidas e em obras paisagísticas de embelezamento

dos principais corredores da cidade, consolidando, dessa forma, o caráter seletivo dessas intervenções (COSTA, 2000).

A Região Norte da cidade é desvalorizada ainda devido ao difícil fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, que ocorre entre esta região, a que concentra grande contingente de população pobre, e as outras regiões da cidade. Várias soluções paliativas foram implementadas para minimizar esse problema, como o uso de balsas e a construção de um complexo viário no bairro das Quintas. Porém, os transtornos persistem, pois a ponte continua sendo um gargalo para o trânsito da área, tornando-se indispensável a construção de uma nova ponte sobre o rio Potengi.

Nos últimos seis anos tem sido muito debatido um projeto apresentado pela CEJEM-Engenharia para a construção de uma ponte sobre o estuário do rio Potengi (Ponte Forte-Redinha). Esse projeto visa ligar a Zona Leste à Zona Norte da cidade, o que certamente vai alterar a dinâmica de expansão da cidade. Sobre ele têm-se levantado grandes polêmicas sobre seus impactos ambientais, sendo objeto de contestações judiciais acerca de vários aspectos de sua execução. Hoje esta obra está em andamento aplicando outro projeto, cujas modificações até hoje também se apresentam polêmicas.

Relacionando, ainda, as diversas Regiões Administrativas da Cidade, a partir da renda média de seus moradores e o tipo de lazer por eles desenvolvido, foram percebidas as seguintes evidências, quanto aos espaços públicos de lazer e seu uso.

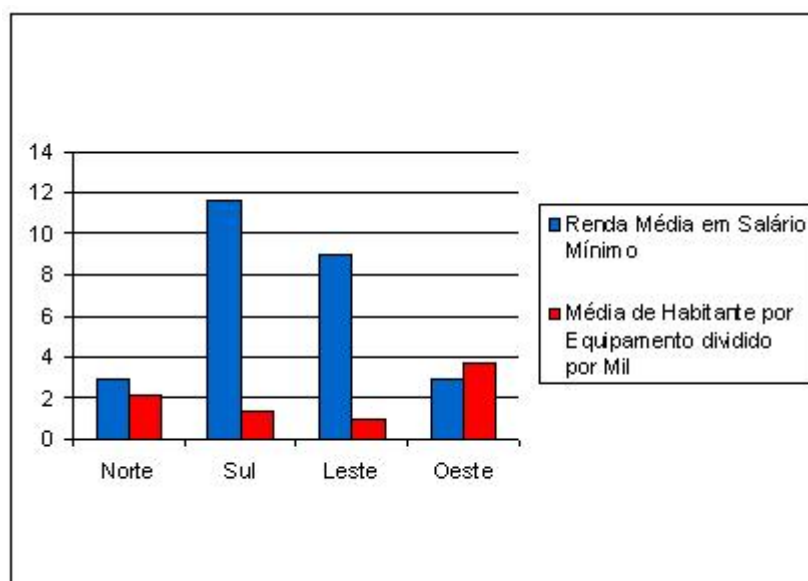
As atividades de lazer apontadas pela população, em todos os bairros, são as mesmas, variando apenas quando se refere à assiduidade na sua execução, de acordo com as possibilidades de renda das respectivas populações. Entre essas atividades, as mais citadas foram televisão e rádio, os passeios e ou atividades ao ar livre, onde predominam a praia, os shows, teatro e cinema e as atividades esportivas.

Isso mostra a dificuldade de participar de determinados tipos de lazer, pelos de menor poder aquisitivo, devido a ausência de espaços apropriados para tais em determinadas áreas da cidade, onde são poucos ou inexistentes os locais para cinema e ou teatro, shows, passeios e outras.

Assim, a segregação por categoria social na cidade se reflete quanto às possibilidades de desenvolver maior variedade de tipos de lazer pelos moradores. As diferenças, assim, não se referem às preferências individuais ou coletivas, e, sim, à oferta dessas oportunidades, pois a concentração dos equipamentos e projetos em determinados bairros da própria cidade provoca a necessidade de deslocamento de moradores de certos bairros para desenvolver as atividades de sua preferência, o que vem corroborar com a questão da dificuldade de possibilidades do exercício desse direito nas proximidades das residências em determinadas regiões da cidade (Gráfico 04).

Os dados analisados em relação à quantidade de equipamentos disponibilizados pelo poder público, nas Regiões Administrativas de Natal, apontam que os bairros situados nas Regiões Norte e Oeste, as mais populosas da cidade e com menor poder aquisitivo – são as que apresentam maior proporção entre o número de habitantes e esses equipamentos. Isso demonstra que muitas pessoas disputam os mesmos espaços para o lazer, refletindo uma carência maior para a população que apresenta menor renda.

As Regiões Administrativas Sul e Leste exibem índices que representam mais que o dobro de equipamentos por habitante, o que aponta para maior possibilidade de exercício do lazer por habitante nessas áreas da cidade. Constata-se, ainda, uma escassez de eventos de lazer desenvolvidos pelo poder público em determinados bairros, enquanto existe concentração em outras, estando, assim, essa oferta, totalmente desarticulada com a demanda existente nas diversas áreas da cidade.



Fonte: NATAL. SEMURB, 2005.

Gráfico 04 – Habitantes por Equipamentos Públicos de Lazer/ Renda Média por Habitantes

Nas Regiões Administrativas Norte e Oeste da cidade, não existem teatros e projeções de cinemas, bem como outras atividades culturais distribuídas sistematicamente nos diversos bairros, o que dificulta a participação dos moradores por estas atividades, ficando suas opções restritas às quadras e campos de futebol (Tabela 08).

A má distribuição qualitativa e quantitativa dos espaços públicos de lazer, pelos diversos bairros da cidade de Natal ficou evidenciada pelo mapeamento dos dados oficiais da SEMURB, que aponta o maior número de equipamentos em determinadas áreas, geralmente as que têm uma população de maior poder aquisitivo, e a ausência destes em outros, principalmente nas de menor renda (Mapa 03).

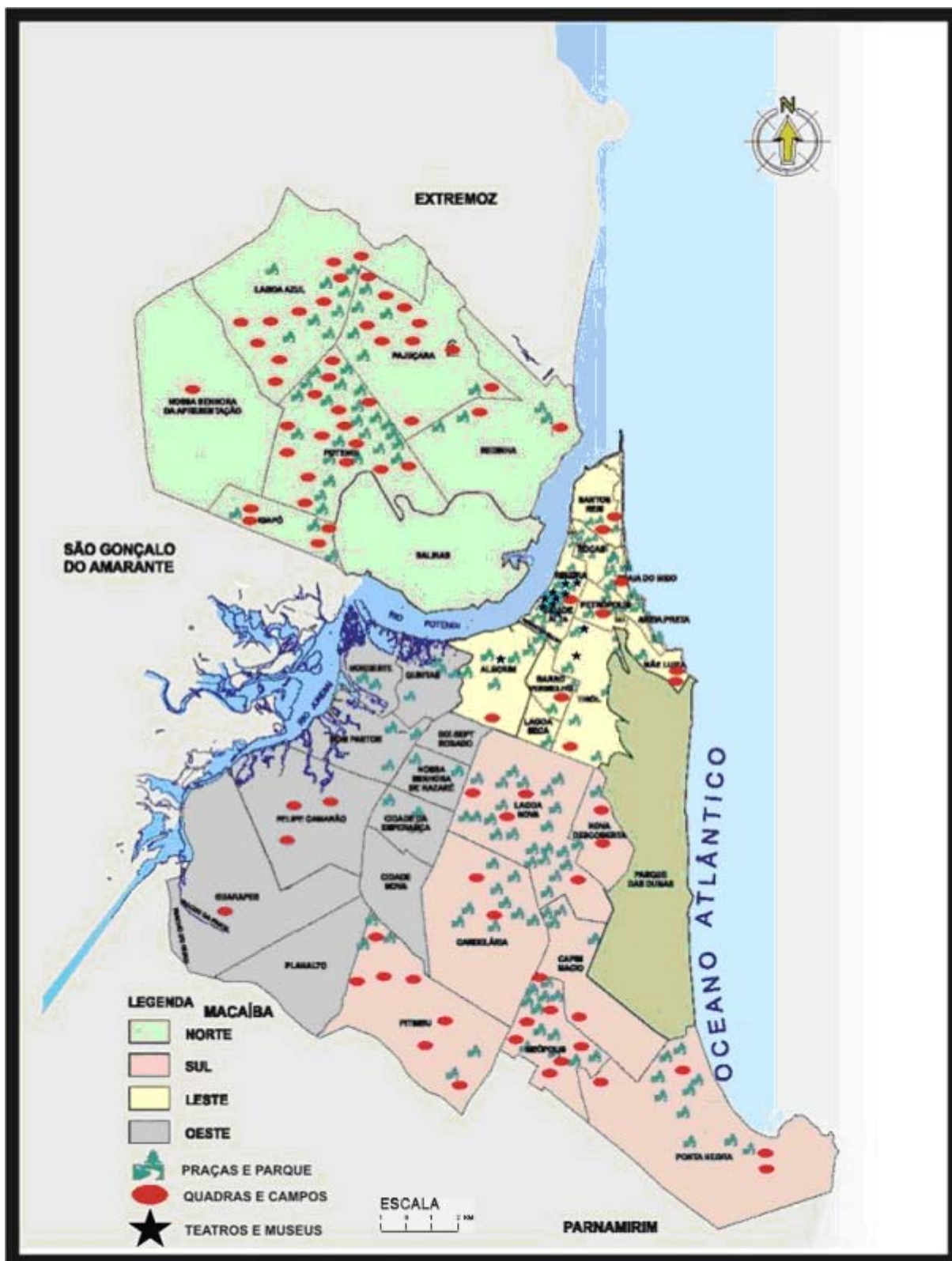
Tabela 08 – Tipos de espaços públicos de lazer por Bairro e Região Administrativa de Natal/ Renda Média / Média de habitantes por equipamentos *

| Região adm | Bairro | Pop | Renda Méd. Sal. Min. | Teatros Museus | Praças Parques | Quadras Campos | Sedes As. Cent | Total |
|------------|----------------|--------|----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------|
| Norte | Lagoa Azul | 50.413 | 2,25 | - | 08 | 10 | 07 | 25 |
| | Pajuçara | 42.130 | 2,82 | - | 06 | 10 | 05 | 21 |
| | Potengi | 56.259 | 3,84 | - | 23 | 15 | 04 | 42 |
| | N.Sen. Apresn. | 56.522 | 2,62 | - | - | 01 | 03 | 04 |
| | Redinha | 11.504 | 2,60 | - | 04 | 02 | 04 | 10 |
| | Igapó | 27.032 | 2,93 | - | 03 | 04 | 03 | 10 |
| | Salinas | 883 | 1,69 | - | - | - | 01 | 01 |

| | | | | | | | | |
|-----------------|-------------------|----------------|--------------|-----------|------------|-----------|------------|------------|
| SUBTOTAL | | 117.698 | 2,92 | 00 | 44 | 42 | 27 | 113 |
| SUL | Lagoa Nova | 15.909 | 14,52 | - | 23 | 04 | 01 | 28 |
| | Nova descoberta | 5.668 | 7,11 | - | 01 | 02 | 02 | 05 |
| | Candelária | 8.318 | 14,12 | - | 09 | 02 | 01 | 12 |
| | Capim Macio | 9.356 | 16,22 | - | 04 | 01 | 01 | 06 |
| | Pitumbu | 10.690 | 8,82 | - | 05 | 07 | 06 | 18 |
| | Neópolis | 9.936 | 7,56 | - | 12 | 07 | 02 | 21 |
| | Ponta Negra | 11.073 | 9,43 | - | 10 | 04 | 10 | 24 |
| SUBTOTAL | | 70.950 | 11,62 | 00 | 64 | 27 | 23 | 114 |
| LESTE | Santos Reis | 3.189 | 3,26 | - | 03 | 02 | 02 | 07 |
| | Rocas | 4.847 | 4,28 | - | 07 | 02 | 07 | 16 |
| | Ribeira | 955 | 11,29 | 02 | 05 | - | - | 07 |
| | Praia do Meio | 1.980 | 5,75 | - | 05 | 01 | 01 | 07 |
| | Cidade Alta | 2.947 | 6,49 | 07 | 18 | 01 | 02 | 28 |
| | Petrópolis | 2.098 | 22,09 | - | 03 | - | 01 | 04 |
| | Areia Preta | 1.181 | 11,26 | - | 04 | - | - | 04 |
| | Mãe Luiza | 7.742 | 2,05 | - | 01 | 02 | 02 | 05 |
| | Alecrim | 14.381 | 4,86 | 01 | 06 | 01 | 07 | 15 |
| | Barro Vermelho | 3.513 | 15,43 | - | 02 | 01 | 01 | 04 |
| | Tirol | 6.371 | 21,63 | 02 | 07 | 01 | 03 | 13 |
| | Lagoa Seca | 2.919 | 6,39 | - | 01 | - | 04 | 05 |
| SUBTOTAL | | 52.123 | 9,00 | 12 | 62 | 11 | 30 | 115 |
| OESTE | Quintas | 13784 | 2,93 | - | 04 | - | - | 04 |
| | Nordeste | 5.432 | 3,37 | - | 02 | - | 03 | 05 |
| | Dix-Sept-Rosado | 7.653 | 3,50 | - | - | - | 05 | 05 |
| | Bom Pastor | 8.701 | 2,23 | - | 03 | - | 03 | 06 |
| | N. Sra. De Nazaré | 7.317 | 5,16 | - | 02 | - | 01 | 03 |
| | Felipe Camarão | 22.532 | 2,17 | - | - | 03 | 02 | 05 |
| | Cidade da Esp | 9.315 | 3,95 | - | 03 | 02 | 03 | 18 |
| | Cidade Nova | 7.710 | 2,33 | - | - | - | 08 | 06 |
| | Guarapes | 4.118 | 1,63 | - | - | 01 | 03 | 04 |
| | Planalto | 7.000 | 2,23 | - | - | - | 06 | 06 |
| SUBTOTAL | | 93.583 | 2,93 | 00 | 14 | 06 | 34 | 54 |
| TOTAL | | 334.354 | 6,09 | 10 | 184 | 86 | 114 | 396 |

Fonte: Dália Lima, 2006. Utilizando dados do Anuário Natal 2005. NATAL. SEMURB, 2005.

* Nota: São considerados equipamentos públicos de lazer para essa pesquisa as praças e parques, campos e quadras, teatros e museus e sedes comunitárias mantidas pelo poder público.



Fonte: Dália Lima. Utilizando mapa base da SEMURB. (NATAL. SEMURB, 2005).

Mapa 03- Distribuição dos espaços públicos de Lazer em Natal por tipo.

Em Natal, não existe uma política pública de lazer que atue como guia dos projetos e ações. Seus programas encontram-se desvinculados das demandas e não permitem a democratização dos diversos tipos de lazer por todos os moradores dos diversos bairros da cidade, provavelmente por não terem partido de um diagnóstico de necessidades, que apontasse as diretrizes a serem seguidas em prol do lazer como componente do direito à cidade.

A construção de novos espaços de lazer deveria ser feita prioritariamente em bairros onde houvesse maior carência, como os bairros Planalto, Guarapes, Cidade Nova, Felipe Camarão, Dix-Sept-Rosado, Salinas e Nossa Senhora da Apresentação, onde não foram encontradas áreas públicas adequadas para o lazer. As praças e quadras situadas em áreas mais carentes necessitam ser melhor conservadas e animadas. A animação poderia constar de projetos que aproveitassem as potencialidades humanas locais, isso influenciaria o uso mais efetivo dos espaços existentes pela população.

Assim, constata-se que as características encontradas nos espaços públicos de lazer nos diversos bairros de Natal apontam para uma diferenciação quanto à qualidade e quantidade de acordo com a Região Administrativa e principalmente nos bairros da cidade.

As principais características encontradas foram a má distribuição dos equipamentos na cidade; a dificuldade de acesso devido à localização inadequada nos bairros; o seu tipo de equipamento, de construção e de manutenção precários; a segurança pública deficiente e a falta de planejamento de atividades lúdicas para esses espaços. Existindo, ainda, formas de uso impróprias e a pouca atuação da comunidade em prol da reivindicação por esse tipo de espaço, sua animação e sua conservação.

Confirma-se também que a fragmentação da sociedade em classes, que se expressa na configuração urbana de Natal, tem correspondido a uma dinâmica capitalista de valorização do solo urbano de forma diferenciada, intermediada pelo Estado. Evidenciando-se que as

camadas superiores na pirâmide social recebem uma parcela maior dos frutos do crescimento econômico e as camadas inferiores, que representam grande parte da população da cidade, são excluídas desses benefícios. Assim fica a camada mais carente de recursos, excluída das possibilidades de saber e de poder, o que interfere em todos os aspectos de sua existência.

A distribuição irregular dos espaços públicos de lazer, portanto, se fundamenta na segregação espacial por classe na cidade, que é fruto da dinâmica econômica e práticas sociais aqui existentes. Essa distribuição é consequência da concentração dos recursos financeiros postos à disposição do Estado pelo fisco, em obras que beneficiam determinadas camadas da sociedade em detrimento das possibilidades da maioria da população natalense, contribuindo para perpetuar a fragmentação da cidade.

Nesse sentido, se a camada desprovida não age espontaneamente, nem através de seus representantes e mandatários institucionais, em prol da distribuição de oportunidades nesses campos, a segregação continuará em círculos viciosos, pois a própria segregação dificulta o encontro, a percepção das diferenças e o conflito, que podem ser resgatados numa nova forma de organização do cotidiano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os problemas encontrados na cidade de Natal é um desafio, pois suas belas paisagens, seu magnífico clima, sua aparente harmonia muitas vezes desencorajam a estudar suas mazelas. Um desafio ainda maior refere-se ao serem abordados os problemas relacionados aos espaços públicos de lazer, pois a cidade é divulgada pelo marketing turístico como se o lazer fosse possível em todos os locais, o ano inteiro.

Porém as emoções agradáveis viram conflitos quando se confrontam a cidade visível com a cidade escondida. A análise dos espaços públicos de lazer nos bairros de Natal vem mostrar que, a partir de um olhar mais aguçado sobre os diversos locais da cidade, e de acordo com os depoimentos de cidadãos neles residentes, pode-se constatar uma outra realidade, na qual a cidade apresenta-se feia, desgastada e injusta.

A problemática urbana existente em Natal tem relação com questões delicadas referentes ao seu ritmo de crescimento, sua relação com o desenvolvimento econômico, o aparecimento de novas formas urbanas e sua relação com as novas maneiras de articulação capitalista.

Essa capital apresentou um crescimento populacional surpreendente nos últimos anos, tendo uma expansão urbana desordenada que se reflete na carência de infra-estrutura urbana e numa forte segregação espacial. Nesse sentido, a distribuição dos espaços de lazer na cidade do Natal tem relação com os processos econômicos que desencadearam a urbanização do país nos seus aspectos regionais e locais e das peculiaridades existentes nessa cidade.

A localização de Natal foi um fator importante para entender-se as questões pertinentes ao processo de organização de seu espaço. Outra característica importante dessa cidade é o seu crescimento populacional, fruto do êxodo rural e da migração. Além disso foi

considerado que esse crescimento, atrelado ao tipo de planejamento urbano local, torna a cidade concentradora de pobreza e com grandes carências de infra-estrutura urbana.

Mesmo dispondo de melhor infra-estrutura que outras cidades do estado, Natal apresenta uma demanda por elementos infra-estruturais, maior que a oferta, e uma discriminação da quantidade e qualidade da oferta entre os bairros, principalmente, os bairros pobres de periferia, os que mais recebem pessoas, caracterizando a cidade também como uma área urbana de forte segregação sócio-espacial.

A situação encontrada referente à distribuição dos espaços públicos de lazer em Natal, foi diagnosticada a partir do estabelecimento de articulações dos dados encontrados no diagnóstico composto da apresentação das fotos, das observações físico-paisagísticas por bairro e pelo resultado dos questionários aplicados à população residente em cada um deles. Esse diagnóstico aponta o uso diferenciado dos espaços públicos de lazer pelos moradores dos diversos bairros da cidade.

Quanto às tendências da evolução dos espaços destinados ao lazer em Natal, e às perspectivas para a democratização dos espaços públicos de lazer na cidade, baseadas na análise da realidade encontrada, nos dados referentes às diversidades de infra-estrutura urbana para o lazer e as políticas públicas destinadas a esse fim na cidade do Natal, apontam-se as seguintes possibilidades: Existe uma tendência de segregação socioespacial entre bairros e Regiões Administrativas da cidade que se reflete em necessidades variadas em relação à existência de espaços públicos de lazer por área da cidade. Essa tendência por algumas razões econômicas e estruturais dificilmente será revertida, podendo ser amenizada com uma nova maneira de ver a economia da cidade que se volte para a empregabilidade e permita uma melhor distribuição de renda no âmbito municipal.

Os espaços públicos de lazer apresentam-se mais concentrados em determinadas áreas da cidade, com escassez em outras, bem como a conservação destas áreas ocorre de forma

diferenciada quanto à sua localização e visibilidade por toda a cidade. Essa característica poderá ser revertida se os investimentos em obras e manutenção dos espaços públicos de lazer forem melhor distribuídos entre os diversos bairros da cidade, o que implica pensar o lazer como elemento importante para o cotidiano das pessoas, principalmente para os de menos poder aquisitivo que necessitam de espaços públicos por não disporem de condições particulares para seu exercício.

A constatação da ausência de participação pela população na manutenção e uso desses espaços de lazer, remete-se a uma tendência atual de considerar os espaços públicos com estranheza e medo, por esses não se mostrarem agradáveis nem seguros. Para interferir nessa realidade, existe a necessidade de planejamento de atividades rotineiras nessas áreas de acordo com as necessidades e anseios da população aí residente, como também maior segurança pública nessas áreas. Somente a partir de mudanças que tornem essas áreas agradáveis para a permanência, é que a população passará a manter maior vínculo e assim se sentirá responsável por elas.

Considerando que, no espaço habitado, existe um complexo conjunto de relações que se estabelecem entre seus elementos, a construção de um espaço novo a partir do preexistente inclui a articulação da técnica e do saber à gestão e requer o recurso dos saberes produzidos em vários ramos da ciência.

A verificação da disponibilidade de espaços públicos de lazer nos bairros e a identificação dos diversos fatores que interferem na utilização desses espaços contribuem, assim, para a compreensão do fenômeno do lazer urbano, bem como para o aprofundamento da discussão acerca da sua função social, que possibilite montar estratégias para a utilização de forma democrática desses espaços nas cidades.

A compreensão da dinâmica que ocorre no espaço urbano natalense, e de que forma se articulam os fatores que interferiram na sua realidade socioespacial e como esses se

apresentaram na vida cotidiana, oferece ferramentas para a atuação frente às questões locais permitindo à comunidade, com base nessa análise, argumentos reivindicatórios em prol da sua melhoria de vida.

Nesse sentido, considera-se que, enquanto a cidade do Natal for pensada principalmente em função de suas conexões externas, regionais, nacionais e internacionais, perde-se de vista a melhoria das condições de vida para a maioria de sua população e as condições espaciais de cidadania baseadas no direito à cidade, que perpassa o direito à habitação e ao seu entorno. As intervenções urbanas motivadas apenas pela promoção da cidade em prol do desenvolvimento econômico e pela sociedade de consumo não contemplam necessidades sociais, tais como: as necessidades de segurança e abertura; as necessidades de certezas e aventura; as necessidades de trabalho e lazer; as necessidades de previsibilidade e imprevisto; as necessidades de unidade e diferenças e as necessidades de isolamento e encontro.

É necessária a ruptura com modelos anteriores de gestão da cidade, o que implica fortalecer a capacidade de intervenção do governo local na regulação do mercado imobiliário, no sentido de produzir mais equilíbrio socioambiental a partir da própria força e dinâmica do mercado. Os objetivos e instrumentos de gestão devem ser fruto de um pacto local, que redefina o papel da cidade de acordo com suas possibilidades presentes e viabilidade futura. É a própria história contemporânea, história conjunta do mundo e dos lugares, que nos devem inspirar, tanto para entender os problemas, como para tentar resolvê-los (SANTOS, 1998).

A nível municipal, apenas a normatização estatal do uso e da ocupação do solo (planos diretores, zoneamentos, leis de uso e ocupação do solo), mesmo quando são pensados adequadamente, não são capazes de fazer frente às tendências do mercado, sendo importante a participação popular que extrapole a hora do voto e da formalidade

democrática, constituindo-se em uma atividade permanente de reivindicação e participação que possa, quando necessário, contrapor-se a força do mercado.

Esta nova forma de planejamento requer, também, mudanças no sentido de que exista uma ação popular difusora de solidariedade, em prol da autonomia da distribuição de renda e poder, articulada a novos instrumentos de intervenção urbanística, capazes de acompanhar uma dinâmica urbana muito mais probabilística e muito menos pré-determinada, que atue a partir de uma nova ética, com a co-responsabilidade dos cidadãos, e uma nova estética urbana, que rompa com a tipologia da repetição e segregação (DANIEL, 1997).

Nessa perspectiva, a cidade deve ser planejada em prol da realização das diversas dimensões da vida humana, onde os projetos destinados aos espaços públicos de lazer tenham a intenção de atender, tanto em quantidade quanto em qualidade, as demandas dos moradores de cada localidade. Toda política urbana de lazer deve priorizar a questão de moradia e seu entorno, e as possibilidades e opções de lazer já culturalmente enraizadas em cada localidade, além da construção de equipamentos que viabilizem várias formas de lazer, principalmente as de caráter social e desportivo.

Para desenvolver um projeto eficaz a fim de que se concretize a democratização do lazer pela população de Natal, será necessário que se considerem alguns elementos básicos como: periodicidade da ação, abrangência em termos populacionais, recursos físicos e humanos necessários e financiamento permanente (público ou em parcerias público-privado).

Segundo Medeiros (1975), referindo-se aos princípios básicos do planejamento urbano para a recreação, cada comunidade deverá ser contemplada com o que mais lhe convém, considerando-se as características locais: a posição geográfica, as atividades da população e do número de habitantes.

Sendo útil, também, levar em conta alguns princípios gerais no planejamento da infraestrutura material para esse fim, que em linhas gerais são: atender toda a população local,

evitando ofertas excessivas ou escassez; possibilitar a máxima utilização das áreas recreativas; existência de planejamento na construção e manutenção conjunta entre construtores e comunidade; facilidade de acesso e funcionamento; respeitar os valores estéticos e a proteção natural e implementação de programas de recreação amplos (MEDEIROS, 1975).

Para a adequação da localização geográfica dos equipamentos de lazer, é necessária a distribuição espacial desses equipamentos para permitir acesso a toda a população aos bens culturais imediatos. Na construção dos equipamentos, devem-se adotar padrões que visem à durabilidade e a especialidade, e devem ser usados materiais que permitam manutenção permanente. Também é importante estimular a participação comunitária e o trabalho social voluntário.

De acordo com Pontes (1994, p.120), referindo-se ao planejamento de equipamentos específicos:

os parâmetros para os equipamentos comunitários são, em sua grande maioria, determinados pelas autoridades setoriais, com base em dados empíricos e em economia de escala, com a finalidade de racionalizar os gastos públicos nesse setor [...] Isso implica a necessidade de um consenso entre as autoridades setoriais para a formação e montagem de um plano de uso do solo, no qual as extensões e densidades das áreas habitacionais, assim como a distribuição e capacidade da infra-estrutura social, devem ser sintonizadas de tal maneira que se observe o maior grau de aproveitamento dos equipamentos comunitários, em cada etapa do desenvolvimento.

Para Marcelino (2001), falar numa política de lazer significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acaba por se constituir em eventos isolados e não em políticas de animação como processo; significa falar em redução da jornada de trabalho – sem redução de salário, e, portanto, uma política de reordenamento do tempo, numa política de reordenamento do solo urbano, que abranja os espaços e os equipamentos de lazer, incluindo a moradia e seu entorno; e, finalmente, numa política de formação de quadros, profissionais e voluntários, para trabalharem de forma eficiente e atualizada.

Resumindo: o lazer tem suas especificidades, inclusive como política pública, mas não pode ser tratado de forma isolada de outras questões sociais.

As intervenções urbanas no espaço público não podem, assim, se limitar apenas a aspectos econômicos e questões construtivas, pois a organização do espaço implica também nas relações pessoais, na mobilidade, no uso do tempo e nas capacidades criativas.

Quanto à periodicidade da ação, essas atividades devem ser rotineiras, para permitir uma utilização permanente da população no seu tempo disponível. Como projetos desse tipo, que são possíveis de serem desenvolvidos, podemos citar as “Escolas de Esporte”, aproveitando as quadras e campos já existentes e escolas de danças folclóricas nas praças e centros comunitários.

Quanto à abrangência, os projetos podem aglutinar vários tipos de lazer, tanto os esportivos quanto os culturais, desde que estejam vinculados às vivências da população a que se destinam, devendo ser oferecidos de acordo com a demanda apresentada nas diversas localidades. Essas atividades locais podem gerar eventos mais amplos de disputas entre bairros ou apresentações festivas em datas comemorativas, porém, sem perder de vista sua continuidade no dia-a-dia da localidade.

Os recursos físicos e humanos são indispensáveis para a execução desses projetos. Esse fato torna importante o aproveitamento das potencialidades locais, sem no entanto perder de vista que existe uma demanda de alocação de verbas que devem ser investidas na própria comunidade, na mão de obra local e no aparelhamento e manutenção dos espaços públicos já existentes. Tudo isso visando ao atendimento das demandas da comunidade de forma mais abrangente e de melhor qualidade possível.

A partir da mudança destes aspectos tão relevantes em relação ao planejamento da cidade pode-se amenizar a situação atual cuja ausência de políticas claras em prol da democratização das oportunidades de lazer para toda a população de Natal reproduz a

segregação espacial por classe aqui existente, na medida em que existe oferta de maior número de atividades, equipamentos e projetos em regiões e em bairros onde se concentram moradores de maior poder aquisitivo, e são escassas em outras localidades desvalorizadas nas quais os moradores têm dificuldades em exercer atividades de lazer nas proximidades de suas residências.

Um aspecto também importante a ser revisto em Natal, refere-se à ausência do levantamento dos aspectos históricos e vocações voltadas ao lazer de cada área, pois somente a partir das preferências e possibilidades locais, devem ser planejadas as ofertas de equipamentos ou desenvolvimento de determinados projetos culturais. O mapeamento dos recursos físicos e humanos já existentes permite um investimento mais eficaz dos recursos disponíveis.

Ainda existe a maneira de se fazer investimentos municipais na programação de atividades destinadas ao lazer que devem ser repensadas, visto que hoje apresentam fins imediatistas visando à aprovação popular momentânea e não são de caráter permanentes, sendo oferecidos em forma de eventos em épocas determinadas, como Natal, Páscoa, festas juninas e Carnaval, as quais devem se converter em projetos de caráter permanentes.

Os gestores municipais em Natal necessitam perceber o lazer como uma atribuição do poder público, que vá além de uma promoção de eventos isolados, o que aponta para a necessidade de uma política de lazer que dê atenção às questões sociais, o que envolve contemplar a análise do uso do solo urbano, construção de equipamentos e reaproveitamento de certos equipamentos já existentes.

Isso remete à questão do direito ao espaço público em Natal, uma vez que, quem não pode pagar fica excluído do gozo do tempo livre saudável, que deveria ser direito de todos, segundo a Constituição Brasileira de 1988. Reporta-se também a relação existente entre a

segregação socioespacial por bairro e a diferenciação na oferta de espaços públicos de lazer por Região Administrativa.

Uma possibilidade de repensar a situação dos espaços públicos de lazer no contexto do espaço urbano natalense refere-se à revisão do Plano Diretor do município que atualmente encontra-se em processo. Porém, rediscutir o Plano Diretor vigente nos faz pensar acerca do planejamento urbano, seus limites e possibilidades, e a necessidade de permitir a participação dos diversos segmentos da sociedade, pois a participação das entidades de classe, onde prevalecem os empreendedores imobiliários, detém, em Natal, maior poder de organização, enquanto as classes populares apresentam um poder tímido frente às forças do mercado em prol de suas necessidades.

É indispensável, ainda, considerar as contradições e conflitos que permeiam a produção do espaço, e compreender os motivos da força do mercado continuar até hoje direcionando os investimentos nos espaços públicos natalenses. No entanto, as contradições, os interesses antagônicos e a participação popular, podem engendrar movimentos de resistência baseados na solidariedade e se converter numa força local importante contra as pressões do mercado.

Partindo do entendimento que o solo urbano é objeto real, no qual se concretizam as relações nele existentes, as mudanças percebidas em Natal refletem-se em mudanças no modo de vida da comunidade local que tendem a crescer devido à absorção da população de migrantes que para cá vêm à procura de melhor qualidade de vida.

O caráter estrutural da crise brasileira influencia no futuro de nossos espaços urbanos como um todo e os movimentos de ação desenvolvidos no interior da sociedade e do Estado podem ser referências para mudanças locais. Porém, o futuro não é apenas feito de tendências, mas também de vontades e ações desenvolvidas no presente.

Lefebvre (2001b), em suas reflexões sobre a produção do espaço, mostra que a crítica da vida cotidiana está vinculada à transformação do espaço, devendo estar articulada tanto com a utopia quanto com a estratégia de ação. A *práxis* social apresenta-se como estratégia complementar no processo de produção do espaço. Os usuários do espaço para este autor, são atores em uma articulação complexa entre forças econômicas, políticas e culturais.

Assim, a análise crítica das tendências e possibilidades, referentes aos espaços públicos de lazer em Natal, necessitou da compreensão tanto dos aspectos econômicos, legais e de gestão urbana, como também do entendimento da prática social existente nesse local. Também não pôde deixar de incorporar o papel da publicidade que mantém o universo simbólico da comunicação de massa e mobiliza o lazer através dos espetáculos e das competições e apontam os locais e formas de se adquirir diversão. Aí a cultura é reduzida a uma soma de coisas a serem consumidas, abandonando a possibilidade de modificação consciente, de processo, pois, a cultura popular se reconstrói a partir do cotidiano e nas condições disponíveis em cada lugar.

As políticas públicas nos três níveis de governo se apresenta também como fator de grande influência no processo de transformação local, juntamente com a aceitação dos moradores.

De acordo com as tendências apresentadas, o sentido das mudanças tende a continuar, devido aos fatores determinados pela economia do país e, em nível local, fortalecida pela gestão municipal. Porém, ainda existe a possibilidade de serem direcionadas para uma melhor qualidade de vida da população local, pela forma de participação popular nas práticas sociais existentes.

O futuro dos espaços públicos de Natal vai depender, em última instância, da dinâmica socioespacial local, de sua flexibilidade em relação aos fatores externos que influenciam na sua metamorfose e do exercício da cidadania pela comunidade residente, o que

possibilitará redefinir o papel do bairro de acordo com suas possibilidades presentes e viabilidade futura.

Finalmente, é preciso implementar uma política de investimentos muito clara na retomada da qualidade do espaço público de lazer de Natal, na retomada da sua função e beleza e na retomada da idéia de uma cidade mais justa, que permita o encontro das pessoas em segurança. As formas de intervir na cidade devem se basear numa política de anti-exclusão, o que significa coordenar a heterogeneidade, não ignorá-la. Significa, também, valorizar o convívio entre pessoas, diminuir a segregação e as distâncias sociais, desenvolvendo projetos que incentivem a comunicação entre interesses pessoais e coletivos.

Dessa maneira, a pesquisa ora apresentada pretende contribuir para a compreensão do ordenamento e gestão do território urbano, analisando a segregação espacial do lazer em Natal nas suas dimensões econômica, social e política, que sirva de suporte para outras análises referentes à temática urbana do lazer, tanto no âmbito do próprio estado do Rio Grande do Norte, quanto de natureza geral em cidades que passem por processos semelhantes de organização espacial.

Os principais questionamentos que nortearam toda a pesquisa foram: Quais os principais fatores que interferem na distribuição dos espaços públicos de lazer em Natal? Como a segregação espacial por bairros existente na cidade de Natal se reflete na utilização dos espaços públicos de lazer pela população? De que forma o poder público, possibilita o aproveitamento do tempo livre pelos natalenses?

O grande desafio para essa análise foi o de encontrar uma forma de articular a relação entre esses fatores que interferem no presente, compreendendo que a situação atual faz parte de um processo e apresentando-se, também, como possibilidade de futuro, não sendo apenas uma determinação do passado, mas, sim, uma possibilidade de uma *práxis* inovadora que permite uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, os objetivos e instrumentos para as mudanças locais, podem derivar de um pacto local que leve em consideração todos os fatores aqui analisados, os quais propiciam um maior entendimento da dinâmica socioespacial local, e que permita redefinir o papel do lazer nos bairros de acordo com suas possibilidades presentes e viabilidade futura. Tudo isso remete à questão da gestão das cidades e seus problemas, levando também a refletir sobre como este bairro poderá ser modificado a partir de formas diferentes de gestão urbana e práticas sociais.

De acordo com o analisado, pode-se cogitar que um conhecimento amplo e detalhado das características desse local pelos profissionais que atuam nesta área (arquitetos, urbanistas, planejadores, engenheiros, geógrafos), a partir de uma visão crítica a respeito das intervenções já existentes e das possibilidades futuras, aliadas à implementação de uma gestão participativa, certamente poderá levar melhoria de vida à população residente.

A adaptação de cada lugar a uma nova forma de participação na gestão de seu território vai depender, no entanto, das características de sua população e do sistema político local. Uma participação maior dos moradores não implica necessariamente melhoria imediata da qualidade de vida com maior justiça social, pois, muitas vezes, os atores e as ações entram em conflito devido a seus interesses e, assim, as negociações entre os agentes governamentais e a liderança local entram permanentemente numa correlação de forças. Porém, essa participação fortalecerá certamente as posições que lutam em prol da resolução dos problemas locais.

Uma das barreiras para que esse processo participativo ocorra, refere-se à dificuldade de uma melhor compreensão do lazer nas suas várias dimensões. Entre elas está a de abordá-lo como direito de todos os cidadãos, o que implica, necessariamente, possibilidades sociais de exercê-lo. Existe também a falta de prioridade dada a essas atividades, devido às inúmeras carências da população pobre brasileira, o que prejudica a compreensão da necessidade de

exercê-lo e de sua importância na qualidade de vida dos moradores de determinadas localidades e de menor poder aquisitivo.

Esses entraves podem ser superados com uma articulação de programas educacionais locais, para a conscientização da comunidade de seus direitos, além do envolvimento em programas culturais com identidade local, que facilite a inclusão de todos os moradores no exercício efetivo da cidadania.

Uma questão que se coloca é: em função do encaminhamento das questões apresentadas, como a comunidade residente nos bairros mais carentes poderá superar suas limitações em prol de uma atuação mais efetiva na gestão do espaço de sua vivência, visando à melhoria da qualidade de vida da população como um todo?

Ao considerar que o espaço arquitetônico nos permite filosofar, não é possível refletir sobre a vida na cidade sem procurar entender o entorno, e sem racionalizar acerca do seu arranjo e das práticas sociais que nele se exercem, como também se torna impossível deixar de tecer conjecturas acerca das possibilidades utópicas nela contidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carlos Eduardo. Não podemos repetir os erros do passado. Prefeitura estuda moratória. **Tribuna do Norte**, Natal, p.14, 30 jun.2005. Entrevista.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

ATERRO vai se transformar em complexo de esporte e lazer. **Tribuna do Norte**, Natal, 31 ago. 2005. Natal, p.12.

BARBOSA, Cristiana Silva. **A praça que eu não vi**: evolução e uso da Praça Pedro Velho. Monografia (Bacharelado em Arquitetura) - UFRN. CT. DA, Natal, 1995.

BEZERRA, Candinha. Cinema comunitário: sétima arte-RN. **Galante**, Natal: Fundação Hélio Galvão, v.2, n.12. 2002.

BEZERRA, Augusto; VIDAL, Victor. Insegurança: Violência em alta em Natal. **Tribuna do Norte**, Natal, 18 set. 2005.

BITOUN, Jan. O Intra-Urbano: a geografia e o urbanismo.In: SILVA, José Borzacehiello da (org). **A cidade e o urbano temas para debate**. Fortaleza: UUFC, 1997.

BRASIL. Ministério dos Esportes. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snedel/sobre.jsp>> acesso em: 30 set. 2005.

BRUHNS, Heloisa.(Org). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

_____. **Temas sobre lazer**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: RN Econômico, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Fim do milênio**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CAVALCANTE, Eunádia; LIMA, Verônica. **Felipe Camarão: construindo o seu lugar**. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

CENTRO de Convenções de Natal será ampliado. **Tribuna do Norte**, Natal, 30 jul. 2005. Reforma, p.21.

CHAUÍ Marilena. **Conformismo e resistência, aspectos da cultura popular no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo:Perspectiva, 2002.

CLEMENTINO, Maria do Livramento. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal,(RN):UFRN/CCHLA, 1995. (Coleções Humanas Letras).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. In: _____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Ademir Araújo da. **A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN**. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ. PPGG, Rio de Janeiro, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia. **Políticas de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DANIEL, Celso. Governo local e reforma urbana num quadro de crise estrutural. In. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e SANTOS JR., Orlando Alves dos (Org). **Globalização fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

De MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. Tradução Eugênia Deheinzelin. São Paulo: Esfera, 1999.

_____. **A economia do ócio**. Tradução Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensem Júnior e Lêda Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FELIPE, José Lacerda. In: FELIPE, José Lacerda e GOMES, Rita de Cássia da Conceição (Orgs). **Rio Grande do Norte e outras geografias**. Natal: UFRN/CCHLA. 1999. (Coleção Humanas Letras Coleção Mossoroense nº 839).

FERREIRA, Ângela Lucia de Araújo. **De la producción del espacio urbano a la creación de territorios em la ciudad**: um estúdio sobre la constitución de lo urbano em Natal, Brasil. Tese (Doutorado) - Universidad de Barcelona (Espanha), Barcelona, 1996.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas**. São Paulo: perspectiva, 1983.

FURTADO, Edna Maria. A urbanização e o processo de favelização de Natal. In. MINEIRO, Fernando (Org.). **Ensaio sobre política urbana e plano diretor**. Natal (RN): CCHLA/UFRN, 1993.

GEBARA, Ademir. Considerações para uma história do lazer no Brasil. In. BRUHNS, Heloisa Turini (org). **Introdução aos Estudos do lazer**. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, Rita de Cássia, SILVA, Anieres Barbosa; SILVA, Valdenildo Pedro. O setor terciário em Natal. In: Márcio e GOMES, Rita de C.C. (Org.). **Globalização e desigualdade**. Natal: A.S., 2002.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano: ensaio de geopolítica da cidade.** São Paulo: Edusp, 1997.

GUAIGNIER, Rosa de Lima Câmara. **Alma da rua: um estudo sobre apropriação do espaço público urbano no conjunto Cidade Satélite.** Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). – UFRN. CCHLA. DCS, Natal, 2002.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural na esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORNAL DE HOJE. **Praça em Ponta Negra será Construída.** Cidade, p.8. Natal, 13 mar, 2006.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à preguiça.** Tradução de J. Teixeira Coelho Netto; Introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec, 1999.

LE CORBUSIER. **A carta de Atenas.** São Paulo: Hucitec-Edusp, 1990.

LEFEBVRE, Henry. **A cidade do capital.** Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de. **Nos caminhos do lazer: a infra-estrutura urbana e o lazer norte-rio-grandense.** Natal, RN: Edição Independente, 2002.

LIMA, Pedro de. **Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano.** Natal: EDUFRN, 2001.

LINHARES, Meily Assbú. Jogos da Política, jogos do esporte. In: MARCELINO, Nelson Carvalho (Org). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. **A construção social da cidade do prazer: urbanização turística, cultural e meio ambiente em Natal (RN)**. Tese (Doutorado), IFCH-UNICAMP. São Paulo, 1997.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MANUTENÇÃO de obras públicas: as praças de Natal sem manutenção? **Diário de Natal**, Natal, 4 set. 2005. Cidade. Ponto contra ponto, p.3.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

_____. Lazer e Qualidade de Vida. In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). **Qualidade de vida: complexidade e educação**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MEDEIROS, Esther Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1975.

MELO, Vitor Andrade; ALVES JUNIOR, Eduardo de Drummond. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.

MINEIRO, Fernando. **Natal em perfil: por uma cidade cidadã**. 2. ed. Natal: RN/Econômico, 1998.

MIRANDA, João Maurício Fernandes. **Evolução urbana de Natal em 400 anos: 1599-1999**. Natal: Governo do RN e Prefeitura de Natal, 1999.

NATAL. SEMURB. **Natal 2003: Conhecendo melhor a nossa cidade**. Natal-RN: Prefeitura do Natal, 2003.

NATAL. SEMURB - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Anuário Natal 2005**, Natal-RN: Prefeitura do Natal, 2005.

NATAL. SEL – Secretaria Especial de Esportes e Lazer do Município de Natal. <<http://www.natal.rn.gov.br/sel/index.php>>. Acesso em 30 set. 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Obra Prima de Cada Autor).

NESI, Janne Fonseca. **Caminhos de Natal**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 2002

NUNES, Elias. **O Meio Ambiente da Grande Natal**. Natal: Imagem Gráfica, 2000.

PIRES, Vasti Albuquerque da Silva. **As áreas verdes de lazer na Cidade da Esperança**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UFRN. CCHLA. DG, Natal, 1982.

PONTES, Beatriz Maria Soares (et al). **Estado e Planejamento**. “Na prática a teoria é outra” Natal (RN): CCHLA/UFRN, 1994. (Coleção Humanas/Letras).

PORPINO, Itaécio. Lazer, cultura e esporte unem moradores do outro lado. **Tribuna do Norte**, Natal, 5 set. 2004. Caderno 1, p.1.

PRAÇA em Ponta Negra será construída depois de 12 anos. **Jornal de Hoje**, Natal, 13 mar.2006. Cidade, p. 08.

PRÉTECEILLE, Edmond. Cidades globais e segregação social. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JR., Orlando Alves dos (Org.). **Globalização fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

REFORMA de praça gera polêmica. **Tribuna do Norte**. Natal, 11 jun. 2005. Natal, p.1.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RICHARDSON, Roberto Jany et. al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação da Cultura e do Desporto. <<http://www.educacao.rn.gov.br>> , Acesso em 30 de set. 2005.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. In: **Licere** , Belo Horizonte, v.5, n.1, p. 149-164, 2002.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC/WLRA (Org) **Lazer numa sociedade globalizada: leisure in a glodalized society**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

RUSSELL, Bertrand. **Elogio ao lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SANTINI, Rita de Cássia Giraldi. **Dimensão do lazer e da recreação: questões espaciais, sociais e psicológicas**. São Paulo: Angelotti, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Técnica espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____, A cidade e a industria de entretenimento. In: SESC/WLRA (Org) **Lazer numa sociedade globalizada: leisure in a glodalized society**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SILVA, Alexandre Ferreira Cardoso da. **Depois das fronteiras dos espaços de pobreza na periferia Norte de Natal (RN)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - PPGAU-UFRN, Natal, 2003. .

SILVA, José Borzacchiello da, Cidadania, lugar e globalização. In: VALENÇA, Márcio e GOMES, Rita de C.da C. (Org). **Globalização e desigualdade**. Natal: A. S., 2002

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOJA, Wdward W. **Geografia pós-moderna: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahara, 1993.

TAVARES, Josenilton. **Memórias que passam, cadeiras que ficam: a construção histórica do hábito de conversar nas calçadas a partir dos primeiros moradores da Rua Olinda, na Cidade da Esperança**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – UFRN. CCHLA. DCS, Natal, 2003.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas: por uma política de espaços públicos em São Paulo**. Tese (Livre-Docência) - USP, Departamento de Geografia, São Paulo, 1997.

_____. **Civilização urbana: planejamento e turismo**. São Paulo:Contexto, 2003.

WERNECK, Cristianne. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000.

ANEXOS

- A - Roteiro de questões para entrevista com os agentes sociais
- B – Roteiro de questões para entrevistas com representantes dos órgãos públicos responsáveis pelos espaços públicos de lazer em Natal
- C - Formulário de questões para os residentes dos bairros
- D - Ficha de observação dos espaços públicos de lazer
- E- Entrevista com representante da SEL
- F - Entrevista com representante da SENSUR
- G - Entrevista com representantes da SEMURB

ANEXO A

O ESPAÇO DE TODOS, CADA UM NO SEU LUGAR:
O USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO LAZER EM NATAL

Roteiro de questões para entrevista com os agentes sociais

I – IDENTIFICAÇÃO:

NOME _____
BAIRRO _____ REGIÃO ADM _____
SEGMENTO SOCIAL _____ SEXO _____
TEMPO DE RESIDÊNCIA _____

II- ROTEIRO DE QUESTÕES:

- 1 - De que maneira você e seus vizinhos utilizam os espaços públicos de lazer existentes no bairro?
- 2- Os moradores do bairro freqüentam espaços de lazer que se localizam em outros bairros da cidade do Natal? Por que?
- 3 – Comente acerca da localização e conservação dos espaços de lazer aqui existentes.
- 4 – Qual o tipo de lazer que os moradores do bairro mais praticam? Cite pela ordem de prioridade.
- 5 – De que maneira a população contribui para a conservação e animação dos espaços públicos de lazer do bairro?

ANEXO B

O ESPAÇO DE TODOS, CADA UM NO SEU LUGAR: O USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO LAZER EM NATAL Roteiro de questões para entrevistas com representantes dos órgãos públicos

I – IDENTIFICAÇÃO:

ORGÃO PÚBLICO _____

NOME _____

CARGO _____

DATA _____

II- QUESTÕES PROPOSTAS:

- 1- Qual os motivos da existência de bairros com insuficiência de equipamentos de lazer, ou com equipamentos com deficiência de conservação em Natal?
- 2- Quais os critérios utilizados pela equipe responsável na construção e recuperação dos espaços públicos de lazer na cidade?
- 3- De que maneira a comunidade participa da escolha dos tipos de equipamentos construídos nos bairros?
- 4- O planejamento dos espaços públicos de lazer é feito de forma articulada entre as secretarias municipais responsáveis pela sua construção, manutenção, segurança e animação cultural?

ANEXO C

O ESPAÇO DE TODOS, CADA UM NO SEU LUGAR: O USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO LAZER EM NATAL Formulário de questões para os residentes dos bairros

I – IDENTIFICAÇÃO:

NOME _____
BAIRRO _____ REGIÃO ADM _____
SEGMENTO SOCIAL _____ SEXO _____
TEMPO DE RESIDÊNCIA _____

II – QUESTÕES PROPOSTA:

A - Quais as atividades de lazer de sua preferência?

- 1- Esportes e/ou jogos () 2 – Passeios e/ou atividades ao ar livre ()
3- Cinema e/ou teatro () 4- TV e/ou rádio ()
5- Conversação e ou festas () 5- Outras () Quais?
-

B – Quais os tipos de áreas de lazer que os moradores desse bairro freqüentam?

- 1- Quadras () 2- Teatros () 3 – Cinemas ()
4 – Praças () 5 – Ginásios () 6 – Praias ()
7 – Clubes () 8 – Outros () Quais?
-

C – Existem áreas públicas de lazer na proximidade de sua residência ?

- 1 – Não () 2 – Sim () Quais?
-

D – Existem atividades rotineiras desenvolvidas nos espaços públicos de lazer do bairro?

- 1 – Não () 2 – Sim () Quais?
-

E – Você freqüenta os espaços públicos de lazer no seu bairro?

- 1 – Freqüentemente () 2 – Raramente () 3 – Nunca ()
Por que? _____
-

F – Você freqüenta os espaços públicos de lazer em outros bairros da cidade?

- 1 – Sim () 2 – Não ()
Por que? _____
-

G – Os espaços públicos de lazer do seu bairro são bem conservados?

- 1- Sim () 2 – Não () 3 – Em parte ()

H – A população do bairro contribui para a conservação dos espaços públicos de lazer do bairro?

- 1 – Sim () Como? _____
2 – Não ()

ANEXO D

O ESPAÇO DE TODOS, CADA UM NO SEU LUGAR:
 O USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO LAZER EM NATAL
 Ficha de observação dos espaços públicos e lazer

I – IDENTIFICAÇÃO:

NOME _____ TIPO _____
 BAIRRO _____ REGIÃO ADM _____
 ENDEREÇO _____
 TEMPO DE RESIDÊNCIA _____

II – FICHA DE OBSERVAÇÃO:

| | | |
|---------------------------------------------|-------|--|
| A – ILUMINAÇÃO | | |
| 1 - Adequada e conservado | _____ | |
| 2 - Adequada e não conservada | _____ | |
| 3 - Inadequada | _____ | |
| 4 - Não há iluminação | _____ | |
| B – ARBORIZAÇÃO E JARDINS | | |
| 1 - Adequado | _____ | |
| 2 - Adequados e não conservados | _____ | |
| 3 - Inadequados | _____ | |
| 4 - Não há arborização nem jardins | _____ | |
| C – SEGURANÇA | | |
| 1 - Muito Segura | _____ | |
| 2 - Segura apenas em determinados horários | _____ | |
| 3 - Insegura | _____ | |
| D – EQUIPAMENTOS | | |
| 1 - Adequados e conservados | _____ | |
| 2 - Adequados e não conservados | _____ | |
| 3 - Inadequados | _____ | |
| 4 - Não existente | _____ | |
| E – INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS | | |
| 1 - Adequada e conservada | _____ | |
| 2 - Adequada e não conservada | _____ | |
| 3 - Inadequada | _____ | |
| 4 - Inexistente | _____ | |
| F – ACESSIBILIDADE | | |
| 1 - Na vizinhança | _____ | |
| 2 - Existe transporte coletivo para o local | _____ | |
| G – EXISTE ANIMAÇÃO | | |
| 1 - Frequentemente | _____ | |
| 2 - Raramente | _____ | |
| 3 - Nunca | _____ | |
| H – OUTRAS OBSERVAÇÕES | | |

ANEXO E

Entrevistado – Dinarte Rodrigues da Silva – Chefe do Setor de Engenharia - SEL - 07/04/2006.

Os bairros mais organizados solicitam equipamentos ao secretário e é feita uma programação e são atendidos os pedidos dentro da medida do possível. Onde existe loteamentos novos nos não temos equipamentos, porém a tendência é ter equipamentos em todos os bairros e de melhor qualidade.

Os critérios são baseados nas reivindicações das comunitárias, e atendemos os centros mais integrados conosco, as solicitações feitas em um ano são colocadas no planejamento do ano seguinte. A comunidade participa também através do orçamento participativo e escolhemos as prioridades nas áreas de esporte e lazer. Temos também um programa denominado prefeitura nos bairros, cujos representantes das secretarias discutem com os líderes comunitários sobre os equipamentos necessários.

O planejamento é feito de forma articulada, com a SEMSUR E A SEMURB E com outras secretarias, baseada nas carências, priorizando a infra-estrutura, a educação a saúde, e os equipamentos serão implantados onde já existem estes outros serviços.

ANEXO F

Entrevistada - Walderez Garcia – Arquiteta e Urbanista (equipe responsável pelos projetos)

SENSUR – 04/04/2006

Sobre os Motivos da existência de bairros com insuficiência de equipamentos de lazer, um deles é a falta de organização dos próprios moradores. A comunidade deve se organizar e oficializar o pedido através de ofício e entrevistas com políticos locais. O ofício deve ser claro, contendo a localização da área solicitada assim como os anseios da comunidade para o local. É importante acompanhar o processo do ofício haja vista a grande quantidade de pedidos que a Secretaria recebe diariamente. Existe na prefeitura um programa chamado “Bairro cidadão” onde a comunidade pode fazer todos os pedidos e anseios. mas isto não invalida o pedido em ofício.

Outro motivo são os restritos orçamentos destinados a equipamentos de lazer. Por esta razão a prefeitura elege prioridades.

A verba destinada à manutenção das praças além de restrita ocorre um fato deprimente: A rapidez da depreciação. A verba nunca é suficiente. Quando terminamos de fazer uma praça ou recupera-la é a própria comunidade que depreda. Não existe uma política de educação local para conservar a “coisa” publica.

Os critérios utilizados para construção e recuperação dos espaços públicos são ditados pela população circunvizinhas (ver texto em anexo no folheto da SEMSUR). Normalmente chamamos o representante da comunidade, quando existe, para saber dos anseios da população interessada, além disso, fazemos visitas para ver como se comporta a população na área. Se existe algum jogo (peladas), fazemos o projeto prevendo quadras poliesportivas, campo de futebol ou campos de ‘peladas’ apenas com alambrado de proteção. Todos esses

equipamentos são executados pela SEL (Secretaria de Esporte e Lazer). Analisamos a faixa etária das pessoas que circulam no local para propor equipamentos de lazer condizente à idade.

A articulação entre as secretarias existe quando há interesse das mesmas. Um exemplo foi à restauração da área de lazer da zona norte que a maior interessada era a Secretaria Municipal de Cultura. Com a SUMUB, fizemos a AV. Itapetinga, a área de lazer do conjunto Santa Catarina (em projeto), a praça das flores (em projeto), largo do Teatro Municipal (em projeto) dentre outros. Todos os nossos projetos passam pela análise da SEMURB (Secretaria Municipal de Urbanismo) e são orçados e fiscalizados pela SEMOV (Secretaria Municipal de obras).

ANEXO G

Entrevistado - Carlos Eduardo Pereira Da Hora - Chefe do Departamento de Informática e Pesquisa - SEMURB- 31/03/2006

O que a gente observa com relação aos espaços públicos de Natal é que houve um crescimento muito rápido da cidade em relação a região Norte e alguns bairros da região Sul e da região Oeste. Em virtude desse crescimento muito rápido, de uma expansão muito rápida nessa regiões o poder público não teve condições de acompanhar esse crescimento levando a essa infra-estrutura, principalmente os equipamentos.

Então a gente observa que há um crescimento muito rápido em algumas regiões que conseqüentemente leva a essa carência desses equipamentos. Todos os levantamentos, permitem que o município possa começar a investir justamente onde há essa carência. Então todos os dados podem ser utilizados pelas diversas secretarias que trabalham com esses equipamentos. As pesquisas são bem vistas, pois essa carência a gente percebe, e com o diagnóstico o poder público tem como direcionar o crescimento.

Os levantamentos feitos pelo nosso departamento tanto em nível de bairro como de região, como de Natal de maneira geral, permite uma leitura da cidade para que se possa direcionar a melhor política pública, até mesmo com referência aos equipamentos de lazer que são muito importantes para população. A gente procura passar as informações para todas as secretarias, permitindo que isso seja feita de maneira articulada e as diversas secretarias envolvidas comecem a planejar conjuntamente. Isso é uma função até nossa da secretaria de urbanismo de passar a trabalhar essas informações.

Entrevistada - Vera Lucia de Melo Rodrigues Figueira – Chefe do Setor de Planejamento Urbanístico e Ambiental - SEMURB

A construção e manutenção de praças e equipamentos de lazer não é atribuição da SEMURB.

A participação popular é uma característica da atual gestão municipal. Tem sido feita, através de convocações da comunidade, reuniões locais, fomentadas pelo Plano de Ação Prefeitura nos Bairros, onde cada Secretaria Municipal, no usos de suas competências, busca a solução conjunto dos problemas apresentados por cada bairro.

Parte dos projetos é feita através de reivindicações da comunidade, durante a participação na Prefeitura nos Bairros, onde estão presentes todas as secretarias, as quais a partir daí fazem o seu planejamento conforme a sua área de atuação específica, com objetivo de atender as principais necessidades apontadas pela população.